



FRANCISCO DO O' DE LIMA JÚNIOR

**Estrutura produtiva e rede urbana no estado do Ceará
durante o período de 1980-2010**

**Campinas
2014**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

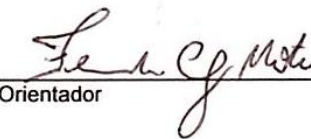
FRANCISCO DO O' DE LIMA JÚNIOR

**Estrutura produtiva e rede urbana no estado do Ceará
durante o período de 1980-2010**

Prof. Dr. Fernando Cezar de Macedo Mota – orientador

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Econômico, área de concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO FRANCISCO DO
O' DE LIMA JÚNIOR E ORIENTADO PELO PROF. DR.
FERNANDO CEZAR DE MACEDO MOTA.


Orientador

CAMPINAS
2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

L628e Lima Júnior, Francisco do O' de, 1976-
 Estrutura produtiva e rede urbana no Estado do Ceará durante o período de
 1980-2010. / Francisco do O' de Lima Júnior. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

 Orientador: Fernando Cezar de Macedo Mota.
 Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
 Economia.

 1. Urbanização - Ceará. 2. Economia urbana. 3. Desenvolvimento econômico.
 I. Mota, Fernando Cezar de Macedo, 1969-. II. Universidade Estadual de
 Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Production structure and urban network in Ceará, Brazil during the period 1980-2010

Palavras-chave em inglês:

Urbanization - Ceará

Urban economics

Economic development

Área de concentração: Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente

Titulação: Doutor em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Fernando Cezar de Macedo Mota [Orientador]

Maria do Livramento Miranda Clementino

Maria da Encarnação Beltrão Spósito

Wilson Cano

Cláudio Maciel Schuller

Data de defesa: 07-03-2014

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



TESE DE DOUTORADO

FRANCISCO DO O' DE LIMA JÚNIOR

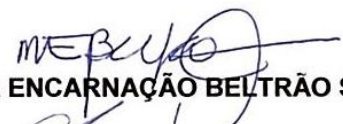
**Estrutura produtiva e rede urbana no estado do Ceará
durante o período de 1980-2010**

Defendida em 07/03/2014

COMISSÃO JULGADORA


Prof. Dr. FERNANDO CEZAR DE MACEDO MOTA
Instituto de Economia / UNICAMP


Profª. Drª. MARIA DO LIVRAMENTO MIRANDA CLEMENTINO
UFRN


Profª. Drª. MARIA ENCARNAÇÃO BELTRÃO SPOSITO
UNESP


Prof. Dr. WILSON CANO
Instituto de Economia / UNICAMP


Prof. Dr. CLAUDIO SCHULLER MACIEL
Instituto de Economia / UNICAMP

A Valderiza Antunes Bezerra e Francisco do O' de Lima
pelo início da história, o dom da vida.

“A globalização envolve, por exemplo, um alto nível de autodestruição, de desvalorização e de falência em diferentes escalas e distintos lugares.

Ela torna populações inteiras seletivamente vulneráveis à violência da redução de níveis funcionais, ao desemprego, ao colapso dos serviços, à degradação dos padrões de vida e à perda de recursos e qualidades ambientais. Ela põe em risco instituições políticas e legais existentes, bem como inteiras configurações culturais e modos de vida, e o faz numa variedade de escalas espaciais.

A globalização faz tudo isso e ao mesmo tempo que concentra riqueza e poder, promove oportunidades político-econômicas numas poucas localidades seletivamente escolhidas e no âmbito de uns poucos estratos restritos da população.”

David Harvey (Espaços de Esperança, 2006, p. 115).

AGRADECIMENTOS

As notas de agradecimento de uma realização são um desafio pois vem junto a reflexão de todo o percurso efetivado na realização não somente da tarefa concebida, mas de toda a trajetória que levou a ela. Para não cair nos riscos de esquecimentos, começo generalizando a agradecer a todas as pessoas que fizeram e fazem parte da minha vida acreditando nas minhas possibilidades. Presentes ou distantes no espaço e no tempo, obrigado a todos e digo que parece que a história está dando certo.

Sempre tive relação cordial com os professores que conduziram meus trabalhos de pesquisa construindo boas amizades. Contudo, na realização deste trabalho, a cumplicidade, a parceria, a confiança e o crescimento foram veementes de modo que agradeço de duas formas. Primeiro ao meu orientador Prof. Fernando Macedo por todas estas qualidades e muitas outras reunidas num grande intelectual e pesquisador, profissional comprometido com as causas e pessoas em que acredita, crítico de formação, prática profissional e vivências cotidianas. Segundo ao meu amigo Fernando Macedo, que para além das conversas regadas com cervejas geladas nos botecos de Barão, me acolheu no meio de sua família. Partilhamos muitos momentos pessoais e profissionais ao longo destes quatro anos mostrando que a necessidade do exercício das hierarquias colocadas por relações institucionais se limitam de fato ao institucional. Para além disso o mundo é outro. No tratamento herdado de outro nordestino também de grande estima, gestos de repatriamento deste cearense capixaba estavam sempre presentes. “Reis”, que a relação construída nesta convivência e neste trabalho se renove sempre para além da academia que nos aproximou.

Adicionalmente, a tese tem a inestimável contribuição do grande mestre Prof. Wilson Cano a quem devo muito respeito e agradecimentos. Comecei a aprender com ele indiretamente, ainda na minha Graduação em Ciências Econômicas na URCA, através da sua obra como grande referencial para estudos de Economia Regional que se constitui com seriedade necessária, ao captar os problemas estruturais do desenvolvimento brasileiro. A contribuição não só para a tese mas para minha própria formação veio das férteis discussões e questionamentos feitos pelo mestre, num método próximo à maiêutica socrática em que a resposta conduzia a mais reflexões sobre a problemática questionada.

Em Campinas pude ter contato com outros grandes mestres que além do enriquecimento nas discussões despertadas em suas aulas, contribuíram em outros momentos de debates que foram úteis em algumas elaborações da presente tese. Agradeço assim aos Professores Plínio Sampaio Júnior, Carlos Brandão, Cláudio Maciel, Cláudio Dedecca, Nelson Prado, Rui Affonso, Carlos Braga, Simone de Deos, Paulo Baltar, Francisco Lopreato, Paulo Fracalanza, pelas úteis lições. À Profa Ângela Kageyama sempre apta a me ajudar com as dúvidas estatísticas.

Além do Prof. Cano, agradeço os outros professores membros da banca examinadora. Ao Prof. Humberto Miranda, membro da Banca de Qualificação, agradeço pelas ajudas desde os Seminários de Pesquisa do CEDE até o Exame de Qualificação, com suas considerações bem vindas encorpando a análise aqui realizada.

Às professoras Maria do Livramento e Maria da Encarnação Spósito não somente por terem aceito o convite mas por já darem suas contribuições desde antes, na elaboração de algumas construções a partir de seus trabalhos e respectivas agendas de pesquisa.

À Profa. Livramento com excelentes discussões para os rumos da urbanização potiguar e nordestina em geral, tive contato já em 2009 quando do Curso de Desenvolvimento Econômico ministrado em conjunto por ela, Prof. Cano e Prof. Brandão. Lá se sedimentaram muitos dos elementos do Projeto de Doutorado que originou a presente tese. Acima de tudo, agradeço pelas lições de garra e disponibilidade ao trabalho muito inspiradoras. Precisávamos de mais Marias do Livramento no mundo.

À Profa. Maria da Encarnação, além dos trabalhos sobre cidades médias e redes urbanas imprescindíveis hoje para os que investigam a temática ou assuntos da urbanização, agradeço pelas sugestões de leitura numa rápida conversa que tivemos na ocasião do 54º Encontro Internacional de Americanistas em Viena, em julho de 2012, a partir das discussões de um Simpósio sobre questões urbanas e espaciais no capitalismo contemporâneos. As sugestões foram incorporadas.

Ao Prof. Cláudio Maciel, que de imediato aceitou o convite pra participar da banca avaliadora. Suas contribuições foram bem vindas desde a disciplina de Economia Brasileira por ele ministrada.

Aos bons amigos feitos nesta etapa agradecimentos em fim. São inúmeros e com tantos agradecimentos especiais, os registros particulares estenderiam o usual dos limites de páginas. Mas aponto de que no carinho e amor da amizade, não existe limites.

A Carol Pereira com sua brasilidade; aos amigos Fernanda Fernandes, Bruno Marqueto, Lidiany Godoy, Víctor Young e família, Ulisses Rubio, Vanessa Follman, Ana Luísa, Ana Elisa, Paulo Oliveira, Lucas Andrietta, Carol Bueno, Fabinho, Eduardo Chao, Thales; a Daniel Sampaio por sugestões em algumas bases de dados; a Patrícia Andrade, Pathyta presença constante na ajuda de revisão do manuseio do PhilCarto e em outros apoios mas, acima de tudo amiga retiusflái com quem posso contar; a Fábio Pimentel pelo constante resgate da nordestinidade; a Armando Fornazier pela cordialidade da amizade e tratamento; ao amigo Prof. Carlos Henrique Rodrigues com quem passei a conviver mais no último ano aprendendo boas lições de Economia Política; ao inoxidável Pedro Miranda com ânimo e energia de sempre, dando a lição de que está sempre tudo bem numa verdadeira filosofia de vida de que tudo vale a pena se a alma não é pequena; ao Marcos Haddad, Marquim pelo convívio dividindo república também no último ano, deixando os dias de transtorno da tese mais engraçados e leves ao ouvir seus causos de Goiás. Ao grande Rogério Goulart, presente nos últimos dias de redação do trabalho, quando os dois passavam pelo mesmo momento de ansiedade em decorrência do fechamento das teses.

Aos colegas doutorandos e mestrandos do Centro de Estudos do Desenvolvimento – CEDE, núcleo de trabalho e pesquisa ao qual estive ligado, o registro de agradecimento pelas conversas descontraídas e debates partilhados.

Pude vivenciar o reencontro de amizades feitas ainda no tempo de Mestrado no Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Agradeço por estarem juntos novamente Samantha Cunha, Régis Borges e Pedro Henrique Evangelista. Será que estaremos juntos em outras empreitadas? Espero que a vida reserve sempre estes reencontros. Falando em Uberlândia, renovo os agradecimentos a muitos amigos de lá ainda presentes como meu grande camarada Henrique Daniel Barros e a grande alegria e inteligência em pessoa, minha querida Mariza Amaral. Continuo amando vocês.

O apoio de uma equipe de alto nível técnico aos pós-graduandos é fundamental. Por isso e pela cordialidade, presteza, atenção, um agradecimento mais que especial à equipe de funcionários do IE/UNICAMP. Ao grupo da Secretaria e da Biblioteca sinceros agradecimentos. Em especial agradeço a Fátima, Cida, Marinete, Alex, Clayton e Kelly pelo apoio de sempre.

Muitas pessoas importantes contribuíram na realização e consolidação do trabalho. Agradeço a todos que fizeram isso de forma mais direta e também indireta. Ao geógrafo

professor e amigo Manoel Fernandes pelo amadurecimento de algumas ideias e aproximação com conceitos geográficos.

Ao Rafael Augusto pela presença amigável, companhia valiosa nas terras longínquas e pela colaboração no manuseio de programas gráficos, formatação de figuras e mapas que se constituiu num grande apoio para um desentendido e completo ignorante no domínio de técnicas gráficas.

Durante um ano deste período estive inserido numa equipe de pesquisa em Geografia Regional e Urbana onde fiz outro grupo de amigos pesquisadores de várias partes do mundo criando laços fortes regados no aprendizado da diferença cultural mas proximidade em objetos de pesquisa. Agradeço pois aprendi demais com os ensinamentos de Herr Coy, grande Prof. Martin Coy que me acolheu no “*Arbeitsgruppe Entwicklungs-und Nachhaltigkeitsforschung – AGEF*” (Grupo de Pesquisa e Trabalhos em Desenvolvimento Regional sustentável) na Universität Innsbruck, na Áustria, no âmbito do meu Estágio Doutoral de Sanduíche pelo PDSE/CAPES.

De lá agradeço ainda aos amigos Tobias Topfer, Simone Sandholz, Julia Scharling, Fernando Ruiz Peyré, Jutta Kister, Gerhard Rainer, Robert Hafner, Michael Klingler, Christian Obermayr, Verena Schröder, Armin Kratzer, Stefan Obkircher, Nurhadi M.A., com quem convivi por um ano. O apoio desde a chegada foram fundamentais para o desenvolvimento de minhas atividades do PDSE.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior – CAPES, pela concessão da Bolsa PDSE permitindo com isso a minha estadia na Universität Innsbruck.

Durante este período fiz tantas outras amizades com brasileiros por perto. Conheci Liliane Marconcini, primeira brasileira com quem falei depois de mais de um mês distante de casa. Nasceu uma boa amizade ajudando a relembrar o Brasil.

Há quase cinco anos divido boas discussões com um grupo de parceiros de trabalho que acabamos firmando uma forte amizade, com muito respeito e colaboração mútua. Agradeço assim aos amigos do Departamento de Economia da UFRN, Willian Eufrásio, Denilson Araújo e Marconi Gomes. Eles também fazem parte desta realização.

Falando em outras amizades, agradeço aos amigos de outros tempos e outras histórias lembrando-lhes que este momento também divido com vocês fazendo-os portanto de todos os tempos e todas as histórias, principalmente a Karla Brandão, Dulcinéa Loureiro, Rosilene Alves, Marcos Brito, Ronald Figueiredo. À Profa Otonite Cortez por depositar em mim grande confiança.

Agradeço aos colegas e amigos da Universidade Regional do Cariri- URCA, instituição da qual faço parte ligado ao Departamento de Economia. Com liberação integral pra qualificação pude me dedicar exclusivamente às atividades do doutorado.

Enfim, e não menos respeitáveis, alguns agradecimentos de outras escalas.

A começar, os que conhecem a minha história sabem que uma das grandes mudanças veio com o exercício precoce e voluntário do papel de Pai-Irmão, ainda adolescente. A tarefa impôs desafios com os quais só pude ganhar emocionalmente e pessoalmente, deixando de certa forma a minha contribuição pra perpetuação da espécie. Assim agradeço a Mannu, por estar em tudo que faço.

A Juliana Moreira, pelas expectativas, paciência, compreensões e incompreensões. São manifestações mais verdadeiras da forma de querer bem e amar, com as coisas que um dia eu sonhei pra mim.

Por fim e em hipótese nenhuma menos importante, à família que me acolhe sempre, abraça, protege, afaga e cuida. Os laços tão fortes criados me fizeram ser mais um deles do que de outros. Agradeço com um carinho tão grande que nem dá pra falar à tia Didi (Maria Edy) e toda sua família :Vovó, Dora, Marcos, Júnior e Mayara, Cidinha e Delsinho, estes dois últimos com um abraço de gratidão pela presença sempre.

RESUMO

A presente tese tem como objetivo estudar a evolução e conformação da rede urbana do estado do Ceará a partir dos determinantes impostos pelas transformações econômicas brasileiras e sua inserção na conjuntura do sistema capitalista mundial no período de 1980 a 2010. Buscou-se demonstrar as mudanças deste complexo urbano como resultado das adaptações impostas pelas renovações da lógica de acumulação, que se apropria de maneira seletiva e desigual dos espaços. Utilizou-se como recurso metodológico a análise histórico-estrutural evidenciando como se formaram historicamente as estruturas que caracterizam o desenvolvimento regional-urbano do Ceará, expresso na formação de seu complexo urbano e na sua transformação ao longo do tempo. Assim, justifica-se que apesar da periodização acima definida, recorreu-se a períodos históricos prévios captando a dinâmica deste processo de formação de estruturas. Observou-se que, sobre uma organização urbana herdada das determinações do complexo extensivo pecuária-algodão e marcada por forte primazia da capital, começa a passar por mudanças capitaneadas pelos vetores do planejamento desenvolvimentista a partir dos anos 1950, que se consolidam na década de 1970 com a implantação do III Polo Industrial do Nordeste, em Fortaleza. Predominantemente circunscritas à capital, estas mudanças renovam a concentração. Com a reestruturação econômica promovida pelo ajuste neoliberal, este complexo urbano passou por processos de “*spatial fix*” consubstanciados na evolução de modernização econômica vivenciados após meados dos anos 1980 em sintonia com o macro contexto conjuntural. Com sensíveis alterações na condução da política econômica, ora em diante concebida nos marcos do paradigma neoliberal de regulação, os instrumentos de atração de investimentos mobilizados pelo tripé agronegócio-indústria-turismo ditou os rumos dos ajustes operacionalizando transformações na rede urbana. A modernização agrícola seletiva pautada na fruticultura irrigada, a indústria incentivada concentrada na RMF e em alguns centros intermediários com predomínio de ramos tradicionais (calçados, têxtil e alimentos) e o setor terciário induzido pela retomada do consumo urbano e pelas atividades do turismo em alguns espaços caracterizaram o panorama implicado pela reestruturação. Como resultado, imprimiu-se novas conformações na rede, com emergência da metropolização, de alguns poucos centros intermediários e de um amplo conjunto de pequenas cidades em conexão com o rural, consistindo em arranjos urbanos catalizadores do processo de apropriação desigual e seletivo do espaço.

Palavras-chaves: Rede Urbana; Ceará; Ajustes Espaciais; Estrutura Produtiva; Reestruturação Econômica.

ABSTRACT

This work aims to study the evolution and shaping of the urban network of Ceará State from determining tax by Brazilian economic transformations and their insertion in the context of the world capitalist system in the period 1980-2010. We attempted to demonstrate the changes of this urban complex because of the adjustments imposed by the logic of accumulation renovations, which appropriates selective and uneven spaces. Was used as a methodological resource to historical-structural analysis showing as historically formed the structures that characterize the urban - regional development of Ceará, expressed in the formation of its urban complex and its transformation over time. Thus, it is justified despite the periodization defined above, we used the previous historical periods capturing the dynamics of the structure formation process. It was observed that on an urban organization inherited from the determinations of extensive livestock - cotton complex and marked by strong primacy of capital begins to undergo changes championed by the vectors of development planning from the 1950's , which are consolidated in the 1970s with the implementation of the Third Industrial Hub of the Northeast , in Fortaleza . Predominantly confined to the capital, these changes renew concentration. With economic restructuring promoted by neoliberal adjustment, this urban complex has undergone a "*spatial fix*" embodied in the evolution process of economic modernization experienced after the mid-1980s in line with the cyclical macro context. Sensitive to changes in economic policy , henceforth conceived within the framework of the neo-liberal paradigm of regulation, the instruments for attracting investment mobilized by agribusiness - industry -tourism tripod dictated the direction of adjustments operationalizing transformations in the urban network. Selective agricultural modernization guided the irrigated fruit growing, encouraged concentrated in RMF and in some centers with intermediate prevalence of traditional branches (shoes, textiles and food) and the tertiary sector induced resumption of urban consumption and the activities of the tourism industry in some areas characterized the outlook implied by the restructuring. As a result, printed up new shapes in the network, with the emergence of the metropolis, a few intermediate centers and a large number of small towns in connection with the rural, urban catalysts consisting of arrays of unequal and selective appropriation of the process.

Keywords: Urban Network; Ceará; "Spatial Fix"; Production Structure; Economic Restructuring

LISTA DE TABELAS

TABELA 1– ORIGEM DO ALGODÃO IMPORTADO PELA INGLATERRA (%)	26
TABELA 2 – ESTADOS DO NORDESTE E SÃO PAULO: ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS POR GRUPOS 1919. (%) (BRASIL=100)	43
TABELA 3 – BRASIL, NORDESTE, CEARÁ E FORTALEZA: TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE 1872-2010.	49
TABELA 4 – NORDESTE: PROJETO APROVADOS PELA SUDENE POR UNIDADE FEDERADA (1960-1984)	52
TABELA 5 – BRASIL, REGIÕES DO MUNDO SELECIONADAS: PARTICIPAÇÃO NO VALOR AGREGADO INDUSTRIAL MUNDIAL (EM %)	72
TABELA 6 – GRANDES REGIÕES E ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE: PARTICIPAÇÃO NO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL* 1996-2010 (%).	74
TABELA 7 – BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR TAMANHO DE MUNICÍPIOS (%) 1940-2010	86
TABELA 8 - BRASIL: TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL TOTAL, URBANA E DAS REGIÕES (%) 1970-2010.	88
TABELA 9 – BRASIL, NORDESTE E CEARÁ: TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB SETORIAL (%) 1960-2009 PERÍODOS SELECIONADOS	93
TABELA 10 – CEARÁ E MESORREGIÕES CEARENSES: EMPREGO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA TOTAL E ATIVIDADES AGRÍCOLAS (2000-2010).	97
TABELA 11 – CEARÁ E MESORREGIÕES CEARENSES: VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA DAS PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS (TON.) E ÁREAS PLANTADAS, 1990-2000 E 2000-2010 (% a.a.)	102
TABELA 12 – CEARÁ E MESORREGIÕES CEARENSES: VARIAÇÃO DE EFETIVO DE ANIMAIS (QTDE) E DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, 1990-2000 E 2000-2010 (% a.a.)	103
TABELA 13 – CEARÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS EXPORTADOS (2000-2010).	104
TABELA 14 – CEARÁ E MESORREGIÕES CEARENSES: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA PRODUÇÃO FÍSICA DAS PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS (TON.) E ÁREAS PLANTADAS, 1990 A 2010 (CEARÁ=100).	113
TABELA 15 – CEARÁ E MESORREGIÕES CEARENSES: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO EFETIVO DE ANIMAIS (QTDE) E NA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, 1990 A 2010 (CEARÁ=100).	114
TABELA 16 – CEARÁ: DEZ MAIORES PIB’S MUNICIPAIS NAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS 1985-2010.	127
TABELA 17 – CEARÁ: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO VTI DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (BRASIL=100)	130
TABELA 18 – CEARÁ E RMF: EMPREENDIMIENTOS ATRAÍDOS COM O PROVIN/FDI 1991-1997.	135
TABELA 19 – CEARÁ, RMF E MUNICÍPIOS SELECIONADOS: EMPREENDIMIENTOS ATRAÍDOS COM O PROVIN-FDI 1995-2006.	137
TABELA 20 – ESTADOS DO NORDESTE E SÃO PAULO: PARTICIPAÇÃO NO VALOR DE TRASFORMAÇÃO INDUSTRIAL POR RESPECTIVOS	143

**SETORES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (%) 1996-2010
(BRASIL=100).**

TABELA 21 – CEARÁ: EMPRESAS INCENTIVADAS POR MESORREGIÃO 1995-2009.	145
TABELA 22 – CEARÁ: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO VTI DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (BRASIL=100)	152
TABELA 23 – MESORREGIÕES CEARENSES: POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO 1991-2010.	156
TABELA 24 – CEARÁ: DEZ MAIORES PIB’S MUNICIPAIS NAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS 1985-2010.	161
TABELA 25 – CEARÁ E MESORREGIÕES CEARENSES: TAXA DE CRESCIMENTO DAS ATIVIDADES TERCIÁRIAS (%) 2000-2010.	171
TABELA 26 – CEARÁ E MESORREGIÕES CEARENSES: TAXA DE CRESCIMENTO DAS ATIVIDADES TERCIÁRIAS (%) 1991-2010.	175
TABELA 27 – CEARÁ: DEZ MAIORES PIB’S MUNICIPAIS NAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS 1985-2010	182
TABELA 28 – CEARÁ: PARTICIPAÇÃO 20 MAIORES MUNICÍPIOS EXPORTADORES (%) 2000-2010	199
TABELA 29 – CEARÁ E RMF: TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL POR PERÍODOS (%)	202
TABELA 30 – CEARÁ E RMF: POPULAÇÃO TOTAL 1970-2010.	203
TABELA 31 – CEARÁ E RMF: PARTICIPAÇÃO NO PIB INDUSTRIAL ESTADUAL (%) 1970-2010.	206
TABELA 32 – CIDADES MÉDIAS DO CEARÁ: POPULAÇÃO, TAXA DE URBANIZAÇÃO (%) E PARTICIPAÇÃO NO PIB ESTADUAL (%) 1991-2010.	208
TABELA 33 – CIDADES PEQUENAS DO CEARÁ: POPULAÇÃO, TAXA DE URBANIZAÇÃO (%) E PARTICIPAÇÃO NO PIB ESTADUAL (%) 1991-2010.	214

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CEARÁ: CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA URBANO COMO CENTROS ECONÔMICOS PRINCIPAIS (CIDADES E VILAS) NOS SÉCULOS XVIII E XIX	21
QUADRO 2 – CEARÁ: PLANOS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO 1960-1991	57
QUADRO 3 – CEARÁ: INDÚSTRIAS INCENTIVADAS POR RAMOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO 1995-2009.	149
QUADRO 4 – CEARÁ: CLASSIFICAÇÃO DE CENTROS PROPOSTA PELO REGIC 2008.	190
QUADRO 5 – MESORREGIÕES CEARENSES: NÚMERO DE MICRORREGIÕES, MUNICÍPIOS E CENTROS HIERÁRQUICOS MAIS IMPORTANTES.	192

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – CEARÁ: EIXOS DE ARTICULAÇÃO ESPACIAL PELA PECUÁRIA E PELO ALGODÃO (ESTRADAS ANTIGAS X FERROVIAS)	34
FIGURA 2 – CEARÁ: LOCALIZAÇÃO DOS POLOS DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA (AGROPOLOS).	108
FIGURA 3 – CEARÁ: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA PARTICIPAÇÃO NO PIB ESTADUAL AGRÍCOLA POR MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES, 2000 e 2010 (%).	124
FIGURA 4 – FIGURA 4 – CEARÁ: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA PARTICIPAÇÃO NO PIB ESTADUAL INDUSTRIAL POR MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES, 2000 e 2010 (%).	158
FIGURA 5 – CEARÁ: PARTICIPAÇÃO NO PIB ESTADUAL POR MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES, 2000 e 2010 (%).	179
FIGURA 6 – REDE DE INFLUÊNCIA DE FORTALEZA – REGIC 2008.	189

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1- CEARÁ: EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE EXPORTADA DE ALGODÃO 1945-1900 (KG)	27
GRÁFICO 2 – BRASIL: PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA E TAXA DE URBANIZAÇÃO 1940-1985	83
GRÁFICO 3 – MESORREGIÕES CEARENSES: POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA – PEA NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (%) (CEARÁ=100)	156
GRÁFICO 4 – GRANDES REGIÕES: GASTOS COM TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS, BOLSA FAMÍLIA, CUSTOS COM PESSOAL DE ADMINIST. PÚBLICA E PREVIDÊNCIA (% DO PIB) 2000-2010.	165
GRÁFICO 5 – FORTALEZA: OFERTA E DEMANDA DE TRANSPORTE PÚBLICO (MILHÕES DE KM¹) 2000-2010.	173
GRÁFICO 6 – CEARÁ: PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES ESTADUAIS SEGUNDO DOMICÍLIO FISCAL. (%) 2000-2010	198
GRÁFICO 7 – CEARÁ: RECURSOS DE PREVIDÊNCIA E BOLSA FAMÍLIA COMO PROPORÇÃO DO PIB NAS CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS (%) 2000-2010.	215

LISTA DE SIGLAS

ADAGRI - Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará.
ADECE - Agência de Desenvolvimento do Ceará.
BEC- Banco do Estado do Ceará S.A.
BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A.
CEDE – Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico do Ceará.
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina.
CIPP – Complexo Industrial e Portuário do Pecém.
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas.
CODAGRO – Companhia para o Desenvolvimento da Agropecuária do Ceará.
CSP – Companhia Siderúrgica do Pecém.
DETRAN - Departamento Nacional de Trânsito.
DNOCS – Departamento Nacional de Obras contra as Secas.
EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará.
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Serviço Agropecuário.
FDI –Fundo do Desenvolvimento Industrial do Ceará.
FHC – Fernando Henrique Cardoso.
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
ICMS –Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.
IDACE - o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará.
II PND – II Plano Nacional de Desenvolvimento.
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPECE – Instituto de Planejamento e Estratégica Econômica do Ceará.
MDIC –Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.
PAM - Pesquisa Agrícola Municipal
PDCI - Programa de Desenvolvimento do Comércio Internacional e das Atividades Portuárias do Ceará
PDCM - Programa de Incentivo às Centrais de Distribuição de Mercadorias do Ceará – PDCM.
PE – População Empregada.
PIA – Pesquisa Industrial Anual.
PLAGEC- Plano de Governo do Estado do Ceará.
PLAIG - Plano de Ação Integrada do Governo.
PLAMEG - Plano de Ação Governamental.
PLANDECE - Plano de Desenvolvimento do Ceará.
PLANED - Plano Estadual de Desenvolvimento.
PPM - Pesquisa Pecuária Municipal.
PROAPI - Programa de Incentivo às Atividades Portuárias Industriais do Ceará
PROCAPI - Programa de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas do Ceará.
PROCEAGRI - Programa Cearense de Agricultura Irrigada.
PROCECIPEC - Programa de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e da Economia do Ceará – PROCECIPEC
PRODEEUTR/NE - Programa de Desenvolvimento do Turismo para o Nordeste.
PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar.
PROVIN – Programa de Atração de Investimentos Industriais do Ceará.
RAIS - Registro Anual de Informações Sociais.
REGIC - Região de Influência de Cidades.

RM's – Regiões Metropolitanas.

RMF – Região Metropolitana de Fortaleza

SDA – Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará.

SEAGRI – Secretaria de Agricultura Irrigada.

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SECEX – Secretaria de Comercio Exterior.

SEDE – Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará.

Sescoop - Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo.

SUDEC- Superintendência para o Desenvolvimento do Ceará.

SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste.

UFC – Universidade Federal do Ceará.

UNIDO IDR - Industrial Development Report.

VTI – Valor de Transformação Industrial.

SUMÁRIO.

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - ANTECEDENTES DA REDE URBANA CEARENSE: DOS LIMIARES DO PROCESSO DE FORMAÇÃO ECONÔMICA ATÉ OS ANOS 1970.	11
1.1. OCUPAÇÃO TERRITORIAL E FORMAÇÃO DO SUBSISTEMA PECUÁRIO.	13
1.1.1. A pecuária e o sentido da ocupação da ocupação territorial cearense.	13
1.1.2. Bases de reprodução econômica e as conexões espaciais: surgimento das primeiras aglomerações urbanas.	18
1.2. A EMERGÊNCIA DA COTONICULTURA E AS IMPLICAÇÕES ESPACIAIS-URBANAS NO CEARÁ	25
1.2.1. Características estruturais da produção e o sistema de articulação espacial.	25
1.2.2. O algodão e sistema urbano: combinações para origem da primazia urbana de Fortaleza.	30
1.2.3. Os limiares da modernização e aprofundamento do sistema urbano dendrítico.	45
CAPÍTULO 2 – TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: IMPLICAÇÕES NAS ESCALAS URBANO-REGIONAIS	63
2. 1. O MACRO CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS PÓS 1970 E AS MUDANÇAS NO PARADIGMA DE REGULAÇÃO	64
2. 2. PROCESSOS URBANO-REGIONAIS E DINÂMICAS DE AJUSTES.	75
2.2.1. Notas sobre os deslocamentos urbanos brasileiros pós 1970	81
CAPÍTULO 3 - ESPACIALIDADES DA ESTRUTURA PRODUTIVA CEARENSE NO PERÍODO DE 1980-2010.	91
3.1. AGRICULTURA	95
3.1.1. Os resultados da modernização agrícola cearense	97
3.2. INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	128
3.2.1. A promoção da atividade industrial: a guerra fiscal cearense e outros instrumentos de atração.	132
3.2.2. A industrialização induzida: principais decorrências.	141
3.3. SERVIÇOS.	162
CAPÍTULO 4 – CONFORMAÇÕES ESPACIAIS DA REDE URBANA CEARENSE	185
4.1. DINÂMICA ECONÔMICA E HIERARQUIA DA REDE URBANA CEARENSE CONTEMPORÂNEA.	186
4.1.1. A hierarquia dos centros urbanos cearenses no contexto da Rede de Influência de Cidades	186
4.1.2. Os movimentos de ajuste.	194
4.2. OS ARRANJOS ESTRUTURAIS URBANOS DA REDE CEARENSE	200

4.2.1. A Região Metropolitana de Fortaleza.	200
4.2.2. O papel das cidades médias	207
4.2.3. A inserção das pequenas cidades.	212
CONSIDERAÇÕES FINAIS	217
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	225
ANEXOS	243

INTRODUÇÃO

“Riacho do Navio, corre pro Pajeú
O rio Pajeú vai despejar no São Francisco
O rio São Francisco vai bater no "mei" do mar
O rio São Francisco vai bater no "mei" do mar

Ah! se eu fosse um peixe
Ao contrário do rio
Nadava contra as águas e nesse desafio
Saía lá do mar pro riacho do Navio
Eu ia direitinho pro Riacho do Navio
Pra ver o meu brejinho, fazer umas caçada
Ver as "pegá" de boi, andar nas vaquejada
Dormir ao som do chocalho e acordar com a passarada
Sem rádio e nem notícia das terra civilizada
Sem rádio e nem notícia das terra civilizada”.
Riacho do Navio (Luiz Gonzaga e José Dantas)

A análise que buscou-se empreender na presente tese não se refere especificamente ao espaço geográfico cantado por Luís Gonzaga nesta sua obra¹, embora a sua utilização como recurso lúdico e ponto de partida para as reflexões introdutórias se justifica na sua riqueza de elementos ligados às categorias a que se propôs investigar. Algumas mediações são necessárias para esquadrihar a relação entre os caminhos do “Riacho do Navio” e o objeto de estudo da tese.

Considerado talvez como a maior iconicidade da cultura nordestina, estão constantemente presentes na obra de Luís Gonzaga as contradições dialéticas envolvendo o lugar, a cidade, a região, o fluxo, a cultura rústica e genuína, as dificuldades com a modernidade, a serenidade do antigo, as espacialidades econômicas da produção e do comércio, o movimento humano sobre o território. O artista cantava estes elementos referindo-se a uma fração espacial brasileira intensamente marcada por estruturas reprodutoras das resistências à transformação advindas com o desenvolvimento.

Sendo em grande parte categorias de análise aqui mobilizadas, a música reporta-se ao desejo pelo movimento espacial contrário ao feito anteriormente em busca por melhorias de vida

¹ A música composta em 1955 em parceria com José Dantas tem o título que faz referência ao Riacho da Pedra do Navio, cuja inspiração veio de uma passagem de Gonzaga pela cidade de Floresta, no semiárido pernambucano, terra de origem do seu pai (FERRETI, 1983)

no litoral, onde mesmo após grandes transformações, ainda concentra população, modernidade, melhores condições. Apropria-se aqui da figuração de no desafio contrário às águas que correm para o mar, saindo do litoral moderno, capitalizado e com oportunidades, passando pelo intermediário Pajeú até chegar no distante “brejinho” alcançado pelo “Riacho do Navio”, “sem rádio e sem notícias das terras civilizadas”. As vinculações hierarquizadas do movimento são evidentes, quando articula a cabeça da hierarquia espacial, geralmente litorânea, ao ponto mais interiorizado passando pelo intermediário num movimento adverso ao das determinações naturais.

Apesar da formação da rede urbana cearense ter sua consolidação numa evolução articulada pelo interior, na modernidade, os componentes e suas transformações espaciais, temporais, econômicas, produtivas e sociais seguem a mesma dinâmica de conexões trovadas em “Riacho do Navio”. Num momento histórico em que o avanço tecnológico-informacional obstruiu as possibilidades de grandes distanciamentos das terras civilizadas, a civilização instrumentando a apropriação territorial desigual vai aos lugares e pontos mais distantes possíveis para alcançar aquilo que lhe é favorável.

A mobilização transescalar atendendo as determinações das mudanças do sistema capitalista – como água que corre para o mar -, compõe o enredo da presente tese que objetiva estudar a evolução e conformação da rede urbana cearense a partir das transformações econômicas brasileiras e sua inserção na evolução da conjuntura global durante o período de 1980 a 2010.

A hipótese norteadora é de que **o complexo urbano deste estado passou por profundos ajustes nas suas características e conformações, como decorrência das implicações de inserção da economia brasileira à dinâmica das mudanças do sistema capitalista mundial**. Tais ajustes descrevem um quadro insólito em que os espaços de ocupação já antiga são redimensionados a partir das novos nexos de acumulação, seguindo o sentido de incorporação à dinâmica mundial configurando uma verdadeira convocação de lugares de reserva, homogeneizando os espaços à lógica da acumulação, tal qual preconizara Oliveira (1993, p. 27).

Passam a se constituir portanto em áreas consideradas privilegiadas à acumulação por parte das diversas frações da riqueza, nas envergaduras do movimento de reprodução do capital lembrada por Brandão (2007, p. 77), ou ainda se situam como fronteira de reservas à acumulação

capitalista, de acordo com Harvey (2005, p. 121), por possuírem atributos de acomodação aos mecanismos de “*spatial fix*”, os grandes ajustes espaciais promovidos pelo desenvolvimento capitalista na atualidade.

Incontestavelmente, o macro contexto econômico-espacial é o marco de análise, que fornece os condicionantes permitidos pela conformação da rede urbana nacional nas envergaduras do processo de desenvolvimento capitalista dos últimos trinta anos e na respectiva inserção brasileira a tais desdobramentos.

Com suas particularidades e todavia incorporadas à lógica da rede urbana nacional sob as determinações dos circuitos do desenvolvimento capitalista, as problemáticas do sistema urbano do estado do Ceará na contemporaneidade sinalizam para a reafirmação de generalizações já destacadas em estudos clássicos sobre o tema no Brasil e em outras partes do mundo. Assim, a indagação a ser respondida é como o espaço cearense responde àquele macro contexto econômico a partir das articulações feitas pelo seu sistema urbano.

Como pressuposto de primeira ordem acompanha-se o fundamento que considera a cidade como concentração espacial de excedente social e a partir daí é apropriada a inferência sobre o papel das cidades no desenvolvimento regional. Esta concentração torna-se acentuada pelas etapas processuais do modo de produção capitalista – produção, distribuição, acumulação e consumo da riqueza² -, cuja dinâmica objetivando geração de novos excedentes deposita papel estratégico relevante nos movimentos de circulação enfatizada por Correa (2006, p.29).

A construção e transformação da sociedade capitalista mundial pós 1950 reiterou o caráter concentrador e urbano articulados aos princípios de eficiência vindos com ganhos de escala das aglomerações e a combinação destas categorias – concentração espacial de excedente social, movimentos de circulação e os instrumentos reprodução da acumulação capitalista – contemporizam as discussões e análises sobre os sistemas urbanos às acomodações dos estudos regionais.

A partir desta acepção, em se tratando do desenvolvimento capitalista brasileiro, a constituição da rede urbana teve seus avanços comboiando os movimentos de integração do

² Harvey (2008, p.24) aponta este aspecto de concentração geográfica de excedentes por parte das aglomerações urbanas. A exponenciação deste fenômeno pelo desenvolvimento capitalista supõe que a concentração proporcionada pela cidade precede ao modo de produção capitalista. No entanto, conforme Lefebvre (2001, p. 15), “as concentrações urbanas acompanharam as concentrações de capitais no sentido de Marx”, para todas as etapas do desenvolvimento capitalista.

mercado nacional, com rupturas importantes postas pelas influências diretas e indiretas do processo de industrialização.

O trabalho tem como proposta de estrutura uma divisão em quatro capítulos além desta Introdução e das Considerações Finais. Os estágios de realização são descritos a seguir.

No primeiro capítulo, buscou-se tratar dos antecedentes da rede urbana em questão, apontando a origem dos componentes estruturais montados no seu processo de formação. Na sua construção, seguiu-se a matriz furtadiana investigando o caráter histórico de constituição estrutural da economia e sua evolução dentro dos movimentos de formação econômica brasileira. Este capítulo está dividido em duas partes: na primeira explora-se a ocupação territorial inicial e a formação das rugosidades históricas decorrentes da formação do subsistema da pecuária e uma segunda, em que se explora o movimento de emergência da cotonicultura e seus resultados espaciais e urbanos.

Em suas respectivas sub seções são aprofundados elementos requisitais da totalidade material fornecida pelos elementos históricos de compreensão do apossamento do território e implantação das aglomerações urbanas a partir da instauração das atividades econômicas. Na concretude de relações das engrenagens espaciais estão as características estruturais dos dois principais circuitos econômicos - a pecuária e a cotonicultura -, suas bases de reprodução e as conexões territoriais. O movimento parte do surgimento das primeiras aglomerações urbanas até as combinações que lançam os condicionantes para o origem da primazia urbana da cidade de Fortaleza. O capítulo termina com uma seção sobre a tardia inserção da rede urbana estadual no processo de transformações ocorridos a partir do avanço da integração do mercado nacional pós anos de 1930, notadamente na fase de industrialização, se estendendo até a década de 1970.

O segundo capítulo, de transição, explora as evoluções das transformações econômicas e a reestruturação produtiva no contexto do desenvolvimento capitalista contemporâneo e suas implicações nas escalas urbano-regionais. O objetivo é, num primeiro momento, justapor na análise de forma mais sistemática os mecanismos de mudanças no macro contexto do capitalismo e suas implicações nos marcos mais gerais do processo de urbanização nas últimas quatro décadas, para no momento posterior destacar suas implicações sobre os processos de urbanização mais recentes (dinâmica urbana e suas hierarquias urbanas, metropolização, papel das cidades médias) no contexto econômico pós anos 1970.

As seções deste capítulo apontam inicialmente para os avanços da macro conjuntura de mudanças econômicas desta década em diante e a consequente instauração do paradigma de regulação neoliberal. Num segundo momento investigam-se os processos urbano-regionais mais gerais e seus mecanismos de ajuste à reversão apontada na primeira seção. Na parte finalizando o capítulo, discutiu-se algumas notas sobre os deslocamentos urbanos brasileiros do período, atentando para os movimentos como a metropolização e o crescimento de cidades médias.

No terceiro capítulo, realizou-se uma análise sobre a evolução da estrutura produtiva do Ceará no período de 1980 a 2010. Este capítulo é requisital na indagação elaborada pela tese acerca do reflexo sobre as atividades produtivas do padrão de inserção à dinâmica de mudanças no sistema capitalista mundial inserida na ótica de inserção da economia brasileira a este processo. O capítulo está dividido em três partes em que se tratam respectivamente os grandes setores da atividade econômica, Agricultura, Indústria de Transformação e Serviços, buscando conectar suas transformações com a ação coordenadora do governo estadual, nos marcos da busca de modernização econômica conduzida pelo que convencionou chamar de “paradigma de gestão governamental mudancista”.

No plano da política econômica, o veio condutor esteve a cargo do tripé agronegócio-indústria-turismo, consolidado gradativamente nas ações dos governos estaduais instaurados a partir de meados dos anos 1980, quando ocorre a reversão administrativa. O capítulo busca evidenciar como, dentro dos setores evidenciados, o capital se apropria de forma seletiva e desigual dos espaços estaduais, catalisado pelos instrumentos de política pública a exemplo da guerra fiscal e da retomada de investimentos em infraestrutura adequada à expansão. Tais empreendimentos reificam os delineamentos de um projeto estadual de desenvolvimento excluído de uma coordenação dada por um projeto nacional.

O capítulo quatro, como um aprofundamento do capítulo anterior em sintonia com a complementação posta pela hipótese do trabalho, busca entender as conformações espaciais da estrutura produtiva e suas transformações sobre rede urbana estadual.

Como é de praxe, coloca-se aqui a intencionalidade de renovação do compromisso com o tema pesquisado, sob esta e outras abordagens, movida por um conjunto de motivações. Figuras entre elas a necessidade de compreensão de suas complexidades, expressando constante transformação e, portanto instigante inesgotabilidade que caracteriza o conhecimento científico. Na tentativa de contribuir nesta compreensão, fornecendo útil interpretação que sinalize para, ao

contrário do rio, nadar contra as águas não rumo ao Riacho do Navio chegando ao brejinho mas colaborando para que chegue até lá condições de mudanças espaciais qualitativas, sem apropriação seletiva que o enxergam apenas como mais um espaço de reserva a ser convocado numa nova rodada da acumulação capitalista.

Notas Metodológicas

É importante, como parte destas notas introdutórias, fazer algumas ressalvas de ordem metodológica acerca dos procedimentos empreendidos na presente construção. Antes de tudo reafirma-se que se trata de uma pesquisa de caráter descritivo e cunho histórico-estrutural cuja matriz teórica busca evidenciar como se formam historicamente o conjunto de estruturas que caracterizam o processo de desenvolvimento sob determinado foco – aqui o regional-urbano -, e como elas se transformam ao longo do tempo, considerando determinadas periodizações.

Assim, a primeira ressalva diz respeito à periodização abordada. Tendo como fundamento a postura que reconhece as transformações internas à economia cearense no fim dos anos 1970, no âmbito de realizações da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, como imprescindíveis na realização de qualquer investigação acerca dos processos de desenvolvimento deste estado, buscou-se contemplar também estas transformações. A sua referência está predominantemente contida no final do primeiro capítulo, na descrição dos elementos que convergem para a confirmação da primazia de Fortaleza sobre todo o sistema urbano. Assim, esta empreitada reproduziu os padrões produtivos e urbanos e a diversificação esteve limitada à modernização de atividades tradicionais circunscritas à RMF pela implantação do III Polo Industrial do Nordeste, em 1979.

A ênfase ao período de 1980 a 2010 se justifica portanto pelas visíveis transformações na condução da política econômica ocorrida em meados desta década e consolidada nos anos subsequentes, denominada de “Era Jereissati” ou “Governos das Mudanças”. Em comum, o denominador de igual inspiração política reafirmando a utilização dos mesmo instrumentos de gestão, alguns sendo inclusive aprofundados, como o caso da subvenção fiscal para atrair investimentos industriais.

A definição dos setores como representantes das transformações econômicas estaduais decorre dos agrupamentos de medidas com reflexos territoriais, pautadas no tripé agronegócio-

indústria-turismo. No caso da indústria, utilizou-se os desdobramentos dos segmentos da Indústria de Transformação, tendo em vista os delineamentos dados pela política de incentivos bem como a pouca representatividade da Indústria Extrativista nestas transformações.

No que concerne aos dados utilizados, recorreu-se prioritariamente a bancos oficiais da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA, do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC, complementados por dados do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE.

Destes dados, foram utilizados: os Censos Demográficos no tratamento de análises da dinâmica demográfica e empregos setoriais para o período; os Censos Industriais para as análises do setor prévias a 1985, e a partir de 1996 recorreu-se à Pesquisa Industrial Anual ressaltando, desde já, as mudanças metodológicas que ela sofre desde então; a Pesquisa Agrícola Municipal – PAM e a Pesquisa Pecuária Municipal – PPM para as produções do setor agropecuário de 1990 em diante; as Estatísticas de Exportações segundo Domicílio Fiscal disponíveis a partir de 2000 para observar os impactos do Comércio Exterior na evolução produtiva.

A única advertência ao conjunto de estatísticas acima especificado diz respeito ao caso do setor industrial e da sua dificuldade de informações especializadas. Chamou-se a atenção para este fato em nota de rodapé na seção referente a esta análise. As informações em níveis menores que o da UF têm algumas reservas como é o caso da PIA cuja disposição com especificidades de atividades considerando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE a 2 e 3 dígitos, ao serem detalhadas para níveis territoriais menores, sofrem muitas desidentificações devido ao rigor do sigilo estatístico. Esta característica pôde ser comprovada já no nível da UF, com a base de dados disponibilizada pelo IBGE a partir de consulta pessoal, realizada durante o mês de dezembro de 2013. Com este critério, ao descer para o âmbito mesorregional se utilizando das informações estatísticas oficiais, o sigilo afetaria as expectativas de análise da presente pesquisa. Nas notas metodológicas tratando de algumas pertinentes advertências acerca das informações estatísticas econômicas disponibilizadas oficialmente, Cano (2008, p.250) cita o aumento de rigor do sigilo estatístico vindo com a realização das PIA's a partir de 1996, deixando mais complexas as investigações que a utilizam. Entretanto, procurar-se-á percorrer caminhos que permitam contornar o problema, dentro das margens possíveis sem ferir credibilidade.

Apesar de reconhecer a relevância e qualidade de outras bases de dados, algumas restrições postas pelo objeto de estudo ou mesmo pela disponibilidade das próprias bases impediriam sua utilização. Uma delas refere-se à Pesquisa por Amostra de Domicílios – PNAD pelo fato de abranger poucos municípios do universo em estudo. Outro conjunto de informações estatísticas é a do Registro Anual de Informações Sociais – RAIS do MTE. Os seus limites estão no registro somente da economia formal tendo portanto alguns alcances estreitos em se tratando de uma economia marcadamente informal como é a da maioria das municipais do Ceará. No entanto, dado a sua amplitude e a sua disponibilidade para unidades territoriais específicas como os municípios e as mesorregiões, recorreu-se ao seu uso de forma complementar para evidenciar algumas questões setoriais/locais importantes do mercado de trabalho. Quando isso ocorreu, fez-se a inclusão dos dados nos ANEXOS.

Como referências de cortes espaciais de análise, utilizou-se o nível mesorregional. A opção se justifica por dois motivos. O primeiro deles por considerá-lo uma totalidade mais singular e componente de uma totalidade maior que é dinâmica espacial capitalista³. Já o segundo motivo decorre da busca de evidenciar os aspectos mais específicos da organização da rede urbana, através dos seus sub sistemas mesorregionais. Com isso, fez-se o estudo considerando as sete mesorregiões cuja divisão geográfica está na FIGURA II dos ANEXOS do trabalho. São elas: Norte Cearense, Noroeste Cearense, Mesorregião Metropolitana de Fortaleza, Sertões Cearenses, Mesorregião Jaguaribe, Centro Sul Cearense e Sul Cearense.

Por fim, dando concretude ao que se considera por rede urbana, fundando-se na clássica contribuição de Roberto Lobato Corrêa nos seus estudos sobre a rede urbana brasileira⁴, utilizou-se os marcos dados pelos estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sistematizados através do Estudo de Regiões de Influência de Cidades – REGIC, com destaque para configuração dada pela sua última versão, de 2008. Mesmo admitindo a necessidade de renovação do REGIC para captar novos fluxos de ligação inter urbana caracterizando as redes, admite-se também ser uma sistematização mais avançada para a rede urbana brasileira em todos os seus níveis regionais.

³ Esta justificativa foi inspirada nas notas de Santos (2008, p. 88) ao tratar de critérios sistêmicos para alcance de percepções das variáveis constitutivas de casos de urbanização concentrada, especificamente metropolitana. Mesmo admitindo ser realidade distinta de um caso metropolitano, utilizou-se a adaptação deste argumento, por observar de fato as manifestações desta totalidade capitalista no corte mesorregional num estado em transformação econômica, decorrente das transformações mais gerais.

⁴ As obras referenciadas para tanto são Correa (1986; 1994; 1995; 2006 e 2011).

Acerca deste artifício metodológico, vale ainda elucidar que abordou-se as suas determinações contidas nos limites geográficos do estado do Ceará, devido ao intento de captar de forma mais direta os efeitos das ações governamentais e das transformações gestadas no quadro das relações político-econômicas. Entretanto, o sistema urbano comandado pela capital cearense não se restringe a estas demarcações. O pressuposto de que a rede urbana conforma e é conformada pelos limites estaduais não é completamente adequado, sobretudo pelas fortes interações com áreas de estados vizinhos como o caso do sudoeste do Rio Grande do Norte, o oeste dos estados da Paraíba e Pernambuco e o sudeste do Piauí como propriamente demonstra os dados de influência do REGIC e seus respectivos cartogramas.

CAPÍTULO 1

ANTECEDENTES DA REDE URBANA CEARENSE: DOS LIMIARES DO PROCESSO DE FORMAÇÃO ECONÔMICA ATÉ OS ANOS 1970.

Os sentidos do processo de reestruturação produtiva no estado do Ceará e os efeitos de ajustes sobre seu sistema urbano seguem a acepção sistematizada por Harvey (2005) nos valores de que o processo de reprodução, distribuição e circulação do capital se apresentam consumindo novos lugares e impondo os ditames da competitividade na produção capitalista do espaço de forma racionalizada. Neste caso, o cearense, por não se tratar de espaços de fronteira de ocupação, o consumo de novos lugares reflete um movimento de incorporação de verdadeiros lugares de reserva às novas lógicas do capitalismo.

Conforme aponta Pereira Júnior (2011) o aspecto terminante em tal quadro é o avanço da integração do estado à nova economia de trocas internacionais⁵. Adicionado às transformações econômicas observadas na economia brasileira em seus movimentos de inserção aos desdobramentos da economia mundial, observa-se neste estado uma evolução de mudanças que partem da arena político-econômica, tendo como objetivo divulgado o alcance da modernização e promoção do desenvolvimento social e econômico.

Fenômenos relevantes no sistema urbano deste estado são percebidos acompanhando tendências da urbanização nacional e mundial dentre os quais se destacam:

1. O nítido atrelamento do sistema econômico e urbano cearense à dinâmica sócio espacial brasileira pela modernização e dinamização de setores tradicionais como também pela inclusão de novas atividades;
2. As ações e políticas de efeitos regional e urbano estaduais, com o apoio das outras esferas governamentais conduzidas pelo estímulo ao tripé indústria-lazer/turismo-agronegócios, atendendo aos imperativos do processo de desenvolvimento capitalista recente, e consequente “admissão” da economia cearense, fixado a partir das bases de inserção da economia brasileira;

⁵ Não está se defendendo aqui o argumento de não integração anterior do Ceará à economia internacional. O processo em destaque diz respeito ao novo contexto de transformações nos marcos regulatórios da acumulação capitalista destacados acima, e suas implicações na inserção cearense.

3. Avanço da macrocefalia com excessiva concentração populacional e econômica na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF como marca dos desequilíbrios regionais intra-estaduais;
4. Destaque para alguns centros urbanos médios que exercem polarização em suas hinterlândias, distribuídos em diferentes pontos do território cearense. Junto com o forte peso da RMF conforma-se uma manifesta “desconcentração concentrada” que marca o desenvolvimento econômico periférico;
5. Transformações intra-urbanas com forte segmentação espacial não somente na RMF mas também estendida aos demais municípios cujo instrumento irradiador é a especulação imobiliária;
6. Processos crescentes de metropolização.

Grande parte destes fenômenos terão seu tratamento ao longo do trabalho. De antemão é possível afirmar que embora eles possam, em primeira instância, ser atribuídos às formas de respostas às mudanças globais e transformações econômicas, as particularidades dos seus aspectos estruturais lhe dão maior teor sendo necessário fazer um resgate do processo de formação econômico-espacial cearense, tendo em vista uma abordagem histórico-estrutural destes aspectos.

No sentido da dialética que envolve as categorias aqui trabalhadas, este resgate é importante tendo em vista que uma das teses subjacentes é de que o avanço das transformações observado no sistema urbano do Ceará ao longo das recentes décadas acompanhando as mudanças globais, não rompe com a dinâmica de seu processo de formação sob o predomínio do capital mercantil face às demais formas do capital e de suas manifestações. Ainda que pese seu processo de modernização produtiva e mudanças econômicas, encontra-se aí uma das origens para o atraso.

Com isto, justifica-se a necessidade em dedicar especial atenção a tal processo. Em sintonia à assertiva de que “o capital mercantil não é inteiramente refratário à metamorfose e ao progresso”, percebe-se que durante o passar do tempo houve ampliação dos espaços incorporados ao circuito do desenvolvimento capitalista com extraordinária dilatação das formas de acumulação (CANO, 2010, p. 6). Isso ocorreu sem romper com a base mercantil de valorização

que se cimenta em todos os seus momentos históricos, sem nítida separação entre as esferas produtiva e financeira.

1.1. OCUPAÇÃO TERRITORIAL E FORMAÇÃO DO SUBSISTEMA PECUÁRIO.

1.1.1.A pecuária e o sentido da ocupação da ocupação territorial cearense.

É cogente portanto entender historicamente a genética e desenvolvimento deste capital mercantil e suas relações com a incorporação espacial ao longo do tempo. Nas suas envergaduras será demarcada a ossatura da rede urbana estadual até a atualidade, quando se verificam os efeitos daquelas transformações capitalistas referidas acima. O raciocínio indicado por Lipietz (1979, p. 36) na definição concreta dos espaços e das diferenças entre eles, fundados nas formas de integração aos modos de produção, é fio condutor do movimento de construção aqui seguido, retomando as categorias da formação econômica.

Evitando reaver minuciosamente os debates da história de ocupação do território cearense, explorada muito bem em diversos trabalhos⁶, serão destacados elementos produtores de maior força no condicionamento das atuais formas de produção e reprodução do espaço, com destaque para a estruturação da rede urbana. Nos limites destes elementos ficaram marcas. Costa e Amora (2009, p. 1) lembram que ao longo do tempo a configuração do espaço cearense mudou mas algumas cidades além da capital Fortaleza se mantiveram exercendo papel destacado na articulação da sua rede urbana desde o período colonial. A emergência do predomínio de Fortaleza e a importância destas cidades estão na articulação das estruturas territoriais com as demais estruturas como a econômica, política, ideológica e cultural e resultam do processo histórico de formação⁷.

Neste processo, a ocupação do território que hoje corresponde ao estado do Ceará foi acondicionada ao sistema apresentado pela análise furtadiana na sua obra, começando por *Formação Econômica do Brasil* e aprofundando em estudos específicos posteriores sobre a economia da região Nordeste. O dinamismo irradiado pelos centros de produção agroexportadora canavieira na costa oriental nordestina gradativamente incorporou as terras cearenses como base

⁶ Dentre eles Barroso (1962), Pompeu Sobrinho (1972), Abreu (1963).

⁷ Para Marx (1977, p.24) as estruturas econômica, política, cultural e ideológica se organizam em base e superestrutura.

de expansão da sua atividade subsidiária, a pecuária. Salvo as poucas áreas de vales úmidos e as encostas de algumas serras, será esta economia responsável pela integração do Ceará ao circuito inicial da formação brasileira.

Assim, apesar de se situar na região de ocupação e significação econômica pioneira do Brasil, o Ceará tem sua incorporação tardia. Mesmo na sua porção litorânea, diferente das demais áreas de localização similar da colônia, não se observou por mais de dois séculos qualquer expressividade nem no seu povoamento. Ademais, em virtude de suas características geofísicas mais áridas e da rispidez dos nativos, não houve nenhuma atividade que justificasse o escambo primitivo.

Desta forma, a função assumida nestas terras costeiras foi mais de entreposto da rota marítima que ligavam centros da colônia com maior destaque como a sede do Estado do Grão-Pará e Maranhão às faixas de produção canavieira no Nordeste oriental. Depois de muitas tentativas de fixação de núcleos de defesa que fracassavam devido aos ataques de grupos indígenas e também de invasões estrangeiras⁸, alguns destes núcleos dariam origem às cidades de Fortaleza e de Aquiraz.

A própria configuração do ciclo econômico da cana na Zona da Mata e as demandas do seu desenvolvimento enquanto atividade exportadora faz desenvolver às suas expensas o subsistema da pecuária como atividade de apoio na manutenção do monopólio canavieiro criando as bases para a ocupação do Nordeste continental

Enxergando este subsistema na perspectiva de complementaridade à agroexportação açucareira, Oliveira (1993, p. 45) questiona as suas dimensões e relevância fundando-se na ausência de maiores amarras na sua estrutura econômica e social. O autor é cético ainda sobre o suposto de uma formação econômica atribuída à pecuária, considerando-a apêndice marginal da agroexportação e uma forma de inserção de homens livres na sociedade escravocrata, fazendo um contraponto com a leitura de Abreu (1963)⁹.

Entretanto, a despeito de sua pertinência quando se confronta aos desdobramentos econômicos e a concepção do sistema canavieiro e de outros sistemas agroexportadores com a pecuária, é possível traçar outros caminhos para tal questionamento. Ao apontar o seu papel na

⁸ Dentre os grupos silvícolas estão os tapuias ferozes. Quanto aos ataques estrangeiros, a costa cearense sofreu invasões de holandeses, franceses e espanhóis durante o século XVI e XVII (BARROSO, 1962; GIRÃO, 1947).

⁹ Oliveira (1993) faz esta relação apoiando-se em FRANCO, M. S. de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo. Instituto de Estudos Brasileiros, 1969.

economia colonial do Nordeste como insignificante, muitos elementos são desconsiderados pelo autor. Dentre eles podem ser citados: a) a forma de ocupação/incorporação territorial; b) as heranças estruturais deixadas por este processo; c) a construção em que ocorre aquela própria inserção de homens livres, acima destacada:

Além de seu importante papel histórico na ocupação do território e de suporte para a atividade açucareira, a pecuária desempenhou outro não menos relevante, na configuração do complexo nordestino: a consolidação de um regime latifundiário de propriedade da terra, que fora iniciado e perpetuado pelo açúcar. É nestas condições que a maioria da população “livre” se integra numa ou noutra atividade, vivendo a situação de “morador de condição” (CANO, 2007a, p. 102)

Desta maneira, entender a relevância deste subsistema é requisito na compreensão de como se configura o sistema urbano do Nordeste e do Ceará em particular. Mesmo sem romper com o predomínio canavieiro, a sua exclusividade é arrematada, possibilitando a ocupação dos espaços interioranos. Ademais, é no seu tratamento que surgem os fatores estruturais que conformarão as resistências ao desenvolvimento capitalista pleno e seus posteriores desdobramentos, como será visto em seguida.

Conforme atestam os estudos regionais e urbanos dos diversos espaços nordestinos fundados numa abordagem histórico-estrutural¹⁰, a concepção das características do regime de ocupação territorial daí decorrente e seus imperativos são essenciais não somente para pensar as problemáticas da ocupação do território mas o próprio padrão de desenvolvimento observado nestas regiões.

Para noção mais expressa da expansão territorial deste Nordeste continental, é possível circunscrevê-lo em três determinantes ou elementos característicos. O primeiro deles está no quadro dado pelas suas propriedades estruturais mais gerais¹¹: o predomínio da mão de obra não escravista baseada em relações de parceria e o ínfimo nível de inversões ocasionariam a pouca monetização e os baixos custos de reposição, sendo a ocupação extensiva o suporte da expansão. Com efeito, a sua margem de capitalização também era pequena e os efeitos das crises externas eram sentidos indiretamente, pelo declínio da atividade canavieira, fazendo crescer o setor de subsistência pelo incremento de mais mão de obra e novas terras, expandindo a frente de

¹⁰ Tratando das temáticas regional e urbana sob diversas perspectivas de investigação, estes estudos se alinham à matriz furtadiana e dentre eles estão Cano (2008), Araújo (1995), Guimarães Neto (1989).

¹¹ Recomendando para maiores aprofundamentos a vasta literatura disponível que versa sobre as problemáticas do Nordeste. Além dos citados anteriormente sugere-se Furtado (2007, 1989), Oliveira (1993).

ocupação do sertão. O latifúndio como estrutura resultante deste regime de ocupação foi portanto categórico.

Decorre daí o segundo elemento característico, que é o sentido da ocupação territorial do Ceará, de forma diferenciada em relação à maioria dos estados nordestinos, ao ter seu maior movimento a partir dos limites interioranos com o estado do Pernambuco, ao invés de provir do litoral (ABREU, 1996). Souza (2007, p. 15) recorre ao historiador Capistrano de Abreu (1996, p. 137, 205) afirmando que são formadas correntes exploratórias advindas dos estados da Bahia (a corrente do sertão de dentro) e do Pernambuco (a corrente do sertão de fora) que seguirão por caminhos distintos, dando origem a núcleos de aglomeração a partir das fazendas de gado.

A este respeito entretanto, não se pode prescindir do debate entre historiadores econômicos acerca deste sentido, apontado por Pinheiro (2000), com base num extenso acervo de documentos e outros registros. Em tal debate, a percepção de Capistrano de Abreu é confrontada com a de Antônio Bezerra (1986) ao afirmar que a ocupação do território cearense deu-se com fluxo proveniente do litoral, tendo como caminho o leito do rio Jaguaribe a partir de sua foz, localizada hoje na cidade de Aracati, no litoral leste e próximo à divisa com o Rio Grande do Norte.

Independentemente da validade de ambas as versões e do sentido que a ocupação inicial seguirá, o importante a ressaltar é o prisma de análise explorado e o seu resultado em âmbito da articulação territorial e na formação e características da riqueza, apontando para a constante renovação dos aspectos de acumulação primitiva conforme será destacado a seguir.

O foco da análise quando centrado nos migrantes baianos e pernambucanos, faz com que se defenda as primeiras ocupações no território cearense no sentido do sertão para o litoral. Compõem essa corrente ideológica historiadores renomados como Capistrano de Abreu e seu seguidores, João Brígido, por exemplo. Quando a atenção se volta para o sentido da defesa do território, seja contra franceses, ou seus aliados indígenas, a explicação para o início da ocupação é dada no sentido litoral-sertão. Para dirimir o impasse, outros resguardam a segunda tese, tomando por recurso a temporalidade, isto é argumentam que até 1678 somente era habitado pontos litorâneos, além disso a primeira Vila criada teria sido a de Aquiraz, também situada no litoral, em 1699. Ao sul do estado, no Cariri o povoamento somente se tornara regular nas primeiras décadas do século XVIII. (PINHEIRO, 2000, p. 38).

Um elemento comum adicional à todas estas análises está no fato de as duas abordagens históricas convergirem quanto ao importante papel que a vila e depois cidade de Aracati assumiu

posteriormente ao se constituir em principal articuladora entre as outras províncias e a denominada “civilização do couro”¹², quando do predomínio das charqueadas. O surgimento de um sistema econômico sertanejo ao invés de litorâneo é o ponto maior desta convergência. Não se propõe aqui fazer defesa de uma ou de outra tese mas tão somente utilizá-las como fundamento para conceber que seja qual for o sentido que originou a ocupação, formou-se uma rede urbana interiorana, sertaneja.

É procedente que ao conceber a expansão da pecuária como sistema de dinâmica subsidiar à agricultura agroexportadora canavieira, a incorporação de novas extensões por esta atividade partiam das terras por ela ocupadas, na faixa litorânea da Zona da Mata¹³. Avançando pelo agreste e posteriormente pelo sertão nordestino, onde condições propícias à criação foram encontradas sem concorrer com a cana, as duas correntes – do sertão de dentro e do sertão de fora – corriam continente adentro com intuitos adicionais à instalação de grandes currais sem cerca. Como desígnio adicional estavam as bandeiras de aldeamento de índios e a busca incessante de metais, efetivando a posse e ocupação do território sem função econômica inicial.

A primeira corrente seguia as rotas que chegam ao interior do Ceará e desvia-se em direção ao estado do Piauí ao passo que a segunda acompanha o leito do rio Jaguaribe nas regiões lindeiras da divisa com os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte chegando ao litoral. Os rebanhos eram provenientes das províncias de ocupação mais antiga e imediatamente integradas à Zona da Mata e, portanto, à produção agroexportadora do açúcar como Paraíba, Rio Grande do Norte além dos próprios Pernambuco e Bahia.

Os povoados-fazenda implantados decorrentes desta ocupação fazem surgir as primeiras vilas em torno dos criatórios que posteriormente originarão as cidades. Segundo Jucá Filho (2009, p. 85), o processo de formação dos povoados cearenses a partir da pecuária não possui em si nenhuma espontaneidade, muito pelo contrário, surge como estratégia que facilite a produção, reprodução e circulação das atividades pela incorporação de terras para os rebanhos.

Vale intercalar estas considerações com a apreciação de Singer (1975) sobre o processo de urbanização no contexto histórico latino-americano, ao apontar os movimentos históricos, que vão da cidade da conquista à cidade industrial passando pela cidade comercial. O relativo atraso destes movimentos na realidade concreta cearense permitirá a compreensão integral de seus

¹² Denominação presente em grande parte da obra de Girão (1947).

¹³ Como lembra Leite (1994, p.49), havia certa inadequação da pecuária ao mesmo espaço das lavouras de cana-de-açúcar posto que além de deteriorar a plantação, concorria em ocupação de áreas para expansão do plantio.

esboços. A conquista/ocupação extensiva com base na geração de um excedente comercializável a partir da pecuária configurou as aglomerações iniciais sobre as quais se constituíram as cidades comerciais. No Ceará, é bem mais evidente que o predomínio da cidade comercial durante longas fases de sua história e sua organização política aliados aos elementos do passado colonial implicam na sua capacidade de organização do território. Somente a partir da segunda metade do século XX ocorrerá o avanço para a cidade industrial, etapa a ser explorada posteriormente.

Nesse contexto emerge o terceiro elemento característico desta ocupação que é o processo de conexão que vai se criando pela necessidade de escoamento para comercialização que se dava nas feiras dos polos da zona açucareira, principalmente Goiana, Olinda e Recife, no Pernambuco. Um aspecto interessante é revelado nestas conexões: embora a predominância do insulamento dos arquipélagos regionais que constituíram o Brasil tenha sido característica marcante até a etapa de integração do mercado nacional já sob os auspícios da industrialização, inter-regionalmente esse isolamento não prevalece. A própria constituição dos dois sub-sistemas do complexo nordestino com funcionalidades bem definida aponta para esta ideia.

A articulação feita embora precária, fixa uma malha de estradas e caminhos vicinais que integrou os núcleos e fazendas e suas hinterlândias nas distintas regiões do estado e este aos seus vizinhos (tal malha é apresentada na FIGURA I nos ANEXOS). O QUADRO I (também dos ANEXOS) esquematiza a ligação entre essas principais estradas e caminhos coloniais.

1.1.2. Bases de reprodução econômica e as conexões espaciais: surgimento das primeiras aglomerações urbanas.

No tocante ao funcionamento da atividade pecuária e sua sustentação no que concerne à formação de capital, as bases eram tancanhas e reproduziam o pequeno alcance nos seus componentes estruturais. Afluindo para a leitura furtadiana, Leite (1994, p. 51) lembra dentre esses componentes a reduzida quantidade de capital e equipamento além da baixa mão de obra envolvida e o pequeno número de animais para início dos rebanhos que cresciam rapidamente.

Com a predominância da caatinga no território cearense, encontrava-se aí espaço favorável à expansão. Neste tópico da ocupação territorial do Brasil se observa a relevante formulação de incorporação com base na caracterização de uma agricultura itinerante, com

formação de imenso reservatório de mão de obra¹⁴. Como é lembrando por Cano (2002, p. 118), apesar de deparar com processos particulares, o movimento de ocupação pelo deslocamento de sua fronteira compôs o quadro social vigente no Brasil com fortes marcas na contemporaneidade¹⁵.

Como sistema subsidiar, mas não menos importante em termos mais gerais de funcionalidade, surgiu o latifúndio pecuário impelido cada vez mais para o interior a cada surto expansivo da exportação açucareira.

O desgaste dos rebanhos ao se direcionarem para os mercados demandantes da Zona da Mata motivaram o abate que permitiu a especialização: além da carne que passa a ser beneficiada nas oficinas de charqueadas, o couro é tratado e começa a ampliar seu espaço no mercado interno e externo.

Embora o sertão se apresente como território principal da pecuária em decorrência de todos os aspectos físicos favoráveis já apontados, a especialização no abate e beneficiamento de carnes e couro se deu nas vilas localizadas em portos formados pela embocadura dos rios¹⁶. Como consequência, as “indústrias de carne” (GIRÃO, 1996, p. 71), como eram denominadas estas oficinas, foram responsáveis pela dinamização de vilas seguindo duas feições que se complementavam numa organicidade, caracterizando uma divisão territorial do trabalho associada decorrente da civilização do couro: uma sertaneja e outra litorânea.

No sertão, vilas cuja localização se deram em pontos de integração das conexões formadas pelos caminhos e estradas das boiadas, que tiveram sua origem nas fazendas e posteriormente se tornaram locais de feiras de gado, assumiram o papel de grandes coletoras dos extensos rebanhos das regiões adjacentes em fins do século XVII e primeira metade do século XVIII. Se destacaram as vilas de Icó, na porção territorial Centro-Sul, e Sobral, na Região Norte como principais coletoras. Por vilas como estas passavam os fluxos comerciais de ida (os rebanhos e já outros produtos como algodão, ceras) e de volta (charque, farinha, rapadura e

¹⁴ Conforme afirma Cano (2007a, p. 103) se pautando em Furtado (1960), “dotada de uma característica própria de ‘acumulação natural’, e de um alto poder de resistência à multissecular crise do setor exportador, a pecuária contribuiria em muito para a formação de um imenso ‘reservatório’ de mão-de-obra”.

¹⁵ Ao tratar desses processos particulares, o autor se refere aos aspectos diferenciados de cada atividade (a pecuária, o algodão, o açúcar) e suas consequentes base econômicas de reprodução (escravismo, parcerias, trabalho assalariado).

¹⁶ Além desta constatação apontada por Girão (1996, p. 72), uma outra que fundamenta o surgimento das oficinas de charque nas vilas litorâneas é de que nas longas distâncias até a área canavieira, os rebanhos próximos ao litoral eram prejudicados ainda mais.

sabão). O QUADRO 1 descreve os principais centros econômicos e suas respectivas funções econômicas durante esta longa etapa de consolidação da ocupação territorial do Ceará¹⁷.

No litoral, onde ocorria o beneficiamento dos rebanhos, a economia pecuária assumia exterioridades distintas. O abate, o tratamento do couro nos curtumes, o desenvolvimento das oficinas, a posterior comercialização interna e principalmente para outros mercados através de embarcações, possibilitou pela primeira vez uma relativa especialização produtiva na província, com desdobramentos sociais e territoriais. Além da atividade principal, ampliam-se outras de caráter derivado associadas à exploração do sal, as de embalagem utilizando caixotes de madeira, a comercialização, a expansão de feitorias, a fiscalização, dentre outras. Sobressaíram as vilas de Aracati, que ligava-se à vila de Icó através do vale do rio Jaguaribe, e as vilas de Camocim e Acaraú, conectadas à vila de Sobral por meio do vale do rio Acaraú.

A concentração observada nestes centros manifestava sinais de possível inversão da dinâmica de forças econômicas das relações entre campo e cidade na geração do excedente. Ainda que secularmente se assistiu neste espaço o domínio econômico e político do campo nesta relação, com a emergência de algumas vilas e cidades a partir de uma atividade que mobilizava o pouco excedente (a pecuária), a aglomeração urbana começava a imprimir seu comando nos processos de organização do espaço, conforme aponta Correa (2006, p. 30) se referindo ao papel dos centros na articulação de regiões, como cabeça de rede, nos ciclos de exploração comandado pelo urbano.

As condições geofísicas deste litoral pastoril permitiam o bom desempenho das oficinas, denominadas por alguns autores de indústria da carne¹⁸. Comumente são citados a matéria-prima abundante vinda do interior, as características climáticas (ventos e baixa umidade) necessárias à secagem da carne e dos couros, a disponibilidade de sal e os portos naturais formados pelos estuários dos dois rios.

¹⁷ Lima (2008) tratando destes fluxos refere-se a relevância da vila de Icó e de sua posição estratégica anterior ao desenvolvimento das charqueadas. Além da ligação com os estados de Pernambuco, Paraíba, Piauí e Bahia, tais fluxos eram responsáveis pelo abastecimento das demais aglomerações do estado. A vila Real de Icó foi a terceira a ser criada no estado (1736) depois de Aquiraz (1700) e Fortaleza (1726). Conforme é possível observar no levantamento feito por Azevedo (1956), a instalação de vilas no Ceará só tem início neste momento, embora, já existissem povoações a partir das fazendas de gado. Ainda segundo o autor, a província do Ceará foi uma das que mais se observou o processo de criação de vilas durante o século XVIII, sendo que tal fato ocorreu mais na sua segunda metade.

¹⁸ Dentre tais autores ver Girão (1996); Girão (1947); Leite (1994); Menezes (1970)

QUADRO 1 – CEARÁ: CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA URBANO COMO CENTROS ECONÔMICOS PRINCIPAIS (CIDADES E VILAS) NOS SÉCULOS XVIII E XIX¹.

SÉCULO XVIII		SÉCULO XIX	
Centro	Função econômica	Centro	Função econômica
Aracati	Centro porto; Centro comercial, industrial ² com funções administrativas e de serviços	Sobral	Centro comercial que polariza intensamente a produção da Região Norte, abastecendo-a em sua quase totalidade
Icó	Centro comercial com funções administrativas e de serviços	Fortaleza	Cidade porto. Centro comercial polarizador de Aquiraz e periferia e ainda parte de Baturité, exportando produção destas regiões e abastecendo a periferia. Importante abastecedor de Recife e São Luís.
Sobral	Centro comercial com funções administrativas e de serviços	Aracati	Cidade porto. Centro comercial que polariza o Jaguaribe e exporta produtos de Russas, Quixeramobim, Icó, Jaguaribe e uma parte de Baturité e Pereiro
Crato	Centro agrícola e comercial.	Icó	Centro comercial que inicia o desenvolvimento do seu próprio comércio e continua distribuindo para parte do Cariri as mercadorias vindas de Aracati.
Camocim	Centro porto. Funções comercial e industrial	Camocim ³	Cidade porto. Centro comercial que exporta a produção de Granja e importa mercadorias de Recife e São Luís
Acaraú	Centro porto. Funções comercial e industrial	Acaraú ⁴	Cidade porto. Centro comercial que exporta a produção de Sobral, Uruburetama e Meruoca e importa mercadorias de Recife e São Luís.
Quixeramobim	Comércio e serviços de base	Crato ⁵	Centro comercial abastecendo o Cariri.
Fortaleza	Centro administrativo		
Aquiraz	Centro administrativo		
Granja	Industrial		

Fonte: SUDEC (1975)

¹ Por ordem de importância.

² Não elevada ainda à categoria de vila embora fosse um importante porto com algumas habitações nas proximidades;

³ Também ainda não elevada à categoria de vila

⁴ Indústria se refere ao beneficiamento da carne como será tratado em seguida.

⁵ A cidade de Juazeiro do Norte só é criada em 1910, dividindo a função de centro comercial com Crato e se destacando como centro artesanal.

Assim, constituíram-se no território cearense, a partir do sistema econômico da pecuária (criação-coleta-abate-beneficiamento-comercio/embarque), dois vetores de ocupação, configuradores da formação do sistema urbano que mais tarde passa por alterações no momento do ciclo do algodão.

Na parte oriental, o vetor Aracati-Icó acompanhando os limites com as províncias do Rio Grande do Norte e Paraíba articulava uma vasta hinterlândia que abarcava além de áreas destas duas províncias, ainda o sul, centro-sul e porções centrais do Ceará. No outro lado, lindando as divisas com o Piauí, o vetor Camocim/Acaraú-Sobral fazia o mesmo movimento cuja área de abrangência ia desde partes da província vizinha, incluindo os sertões central e dos Inhamuns em território cearense.

Muito importante realçar, para os objetivos da presente tese, que além das transformações econômicas, sociais e políticas implicadas pelas charqueadas (GIRÃO, p. 76, 1996), ao longo destes dois eixos cresciam núcleos urbanos, que associados inicialmente à pecuária eram responsáveis também pelo abastecimento das demais vilas na comercialização de produtos de uma agricultura de subsistência que se consolida sertão adentro.

Na relação advinda destes eixos, constitui-se de forma orgânica uma espécie de aparelho econômico com amarras bem definidas entre o interior e o litoral. Antes, as vilas interioranas que arregimentavam os rebanhos ligavam-se diretamente à área de produção canavieira na Zona da Mata para onde se dirigiam as boiadas. Com o desenvolvimento das oficinas, as conexões interior-litoral, através daqueles dois eixos, ensaia os princípios e características da atual rede urbana: o redirecionamento dos rebanhos para o estuário dos principais rios mobilizou também a elevação da participação econômica e populacional dos centros litorâneos, geralmente portos, resultado da drenagem de excedente primitivo de vastas áreas (CORREA, 1994, p. 73-74).

Tal drenagem tem início naqueles centros articuladores – Icó no vale do Jaguaribe e Sobral no vale do Acaraú – e tem continuidade nas vilas litorâneas onde ocorriam as charqueadas e a comercialização da produção para outros mercados.

Nessas mediações, tem nitidez um primeiro avanço dos condicionantes metodológicos para compreensão da rede urbana cearense, a partir da proposição dada em Correa (1996, p. 46), que está na necessidade de apreensão da gênese da rede urbana identificando os aspectos da criação, apropriação e circulação do excedente no seu processo de formação histórica.

Apesar de ser dado o caráter de indústria - atribuição de alguns pesquisadores que se dedicaram à questão conforme afirmado acima -, cabem algumas considerações sobre essa atribuição bem como seus desdobramentos quanto aos aspectos sociais e territoriais. Em verdade se tratava de um beneficiamento com técnicas rudimentares, sem assalariamento e tão pouco especialização produtiva. Não havendo o indicativo de que esta atividade tenha promovido surtos de diversificação produtiva inerente à atividade industrial¹⁹²⁰, observou-se pela primeira vez neste espaço da colônia uma diferenciação nas suas atividades derivadas, dentre elas o comércio.

Tal quadro é revelado em algumas constatações. Dentre elas se destacou o impulso monetário, primeiro apontado na província. Nos registros dados estão ainda o gradativo crescimento que vilas como Aracati foram assumindo. Devido ao fato de se constituir em porto mais próximo dos mercados consumidores de carne salgada (Recife, Salvador e Rio de Janeiro), Aracati tornou-se centro econômico provincial neste período²¹. Pelos cursos daí provenientes, a economia cearense integrou-se ao sistema colonial. O comércio passa a expandir para atender às primeiras necessidades e o excedente gerado em todo o percurso era despendido quase totalmente para ostentar os luxos das elites ligadas às grandes propriedades.

A diversificação promovida com as oficinas teve implicações também na configuração dos agentes sociais. A concepção prévia da pecuária já permitia, ainda que com limitações, mudanças na estrutura social, proporcionadas pela fluidez advinda de suas peculiaridades. Dentre estas estava a possibilidade de a mão de obra envolvida no pastoreio iniciar a própria criação, ainda que predominasse o latifúndio enquanto regime de propriedade (FURTADO, 2007, p. 98).

¹⁹ E nem o poderia fazê-lo, dado contexto histórico, seus condicionantes estruturais e suas formas de inserção. Não obstante sua pujança na evolução da dinâmica econômica cearense, Furtado (2007, p. 97) destaca a pequena dimensão empreendedora da atividade criatória nordestina e sua especialização com as charqueadas. Entretanto, o autor faz um confronto da renda total gerada na pecuária com as exportações do açúcar, uma das atividades mais promissoras do mundo à época. Segundo ele, esta renda total sequer alcançava 5% do valor das exportações açucareiras.

²⁰ Sobre o questionamento ao caráter de indústria, como recurso didático reporta-se aqui à diferenciação feita por Cano (2007b) entre instalação de alguma indústria e as transformações provenientes de um processo de industrialização propriamente dito, que seria impossível, àquele momento, em qualquer espaço do Brasil.

²¹ Até a segunda metade do século XVIII, Aracati ainda não havia sido elevada à categoria de vila, mesmo apresentando população e movimento econômico superior à própria sede da província, na vila de Aquiraz.

Com o advento das oficinas, ingressam em cena outros agentes. Além dos proprietários das fábricas de carnes e de seus trabalhadores, crescia o número de grandes casas de comércio cujo abastecimento ligava-se à expansão da navegação de cabotagem. Em alguns casos, como destaca Girão (1996), o grande comerciante era também proprietário de oficina de charque permitindo a apropriação de excedente nas etapas do beneficiamento da carne e na comercialização dos artigos que chegavam à província por estes portos.

Além dos artigos de luxo para atender às elites do circuito (pratarias, móveis de luxo, vestuário, perfumes) provenientes geralmente da Europa por intermédio do porto de Recife, estavam também os bens de primeira necessidade (utensílios domésticos, tecidos, ferramentas) a ser encaminhados às vilas interioranas onde se dava a coleta dos rebanhos para o abate no litoral.

Embora não comparável com a atividade canavieira, a importância das oficinas de beneficiamento de carne é indiscutível. Girão (1947, p. 252) trata o período como um “ciclo” próprio com abrangência do Rio Grande do Norte ao Piauí²². O registro de relações de mercado não detectadas anteriormente associadas ao primeiro impulso monetário são elementos apontados neste argumento. Conclusivo também é o fato de que, apesar de não se tratar ainda da fase de articulação comercial dos diversos espaços brasileiros²³, foi com as charqueadas que a província cearense se inseriu no contexto das economias regionais, tendo o couro com um dos produtos de exportação da colônia.

Em virtude das oficinas se situarem nos dois eixos mobilizados pelo circuito das charqueadas (Icó-Aracati e Sobral-Acaraú/Camocim), o papel exercido pela capital da província era praticamente nulo, atuando apenas como centro administrativo. Até 1799 essa função era atribuída à vila de Aquiraz, se transferindo a partir de então para Fortaleza.

Entretanto, é ainda na segunda metade do século XVIII que a atividade conhece o seu declínio. Não somente a seca de 1777, que dizimou grande parte do rebanho mas contribuíram também a conseqüente transferência de proprietários de oficinas para outras regiões do país. Com o domínio das técnicas de beneficiar carne, e se situando em espaços com rebanhos em melhores condições, a concorrência acabou comprometendo o produto cearense. O Rio Grande do Sul, para onde migram os principais produtores de charque, passa a ocupar papel de principal centro produtor.

²² Fazendo referência aos grandes ciclos econômicos da formação histórica brasileira.

²³ Conforme preconiza as leituras sobre o processo de formação do mercado nacional historicizada nas etapas de isolamento relativo, articulação comercial e integração produtiva (CANO, 2007b; GUIMARÃES NETO, 1989).

A decadência secular da produção açucareira nordestina, que era o principal mercado consumidor de carne e couros do Ceará, é um fator de ordem maior que também é atribuído ao declínio. Ainda na evolução da formação econômica brasileira, a emergência do ciclo minerador avançando na integração regional pela articulação de fatores ociosos em diversos espaços colabora com a emergência da produção de charque gaúcho, fazendo com que mesmo a recomposição do rebanho cearense pós-1777 não reabilite o comércio de carne.

Fica mais uma vez enfatizado a complementaridade dos dois subsistemas que compunham o complexo nordestino ressaltado por Furtado (1989, 2007). Mesmo com a crise das charqueadas e manifestação de outras intempéries climáticas, os ativos deixados pela pecuária e seus elementos de formação estrutural com efeitos sociais e espaciais terão marca relevante no processo de desenvolvimento aí observado.

Posteriormente, o advento de outras atividades ocorreu sobre estes ativos reificando a dialética espacial do desenvolvimento capitalista de se dar considerando os elementos cumulativos da formação histórica, transformando-os de acordo com a concretude dos elementos de cada uma de suas etapas. O suposto da apropriação desigual e seletiva dos espaços por parte do capital em suas metamorfoses, que é fundamento desta tese, se manifesta em todas as suas etapas de formação.

1.2. A EMERGÊNCIA DA COTONICULTURA E AS IMPLICAÇÕES ESPACIAIS-URBANAS NO CEARÁ.

1.2.1. Características estruturais da produção e o sistema de articulação espacial.

Tal fenômeno inerente da acumulação é observado nas transformações advindas da fase seguinte, de gradativa expansão da economia algodoeira. Além da estagnação da produção de carne, fatores externos colocaram aos poucos a possibilidade de inserção externa do Nordeste sertanejo através da cotonicultura.

Como ciclo propriamente definido, inserido na lógica maior da formação econômica regional, a cotonicultura tem suas qualificações feitas em diversas abordagens. Ao tratar do caso cearense especificamente, Leite (1994, p. 52) indica que com o algodão finaliza-se a longa fase de exclusivismo da pecuária tendo seu plantio estimulado a partir da crise com a seca de 1777,

que afetou sensivelmente a produção de charque (GIRÃO, 1947, p. 206-207). Já Oliveira (1993, p. 46) considera que o território mediterrâneo do Nordeste denominado por ele de não-açucareiro, tem sua definição a partir da introdução do algodão.

Antes de apresentar os desdobramentos socioespaciais da cultura algodoeira principalmente no que concerne à rede urbana gerada e/ou articulada, é requisital apontar que os caminhos detalhados desta cultura estão inseridos no contexto das transformações internacionais vistas a partir do final do século XVIII. O desenvolvimento da indústria têxtil inglesa demandava a matéria-prima que deu papel estratégico às áreas produtoras.

Conforme exposto na TABELA 1, antes de findar o século, o Brasil figurava como um dos fornecedores internacionais. As possessões inglesas asiáticas que se constituíam no principal centro produtor são deslocadas pelas colônias americanas. Entretanto, o conflito da Guerra da Secessão nos EUA ao comprometer o abastecimento para a Inglaterra abre espaço à participação do algodão brasileiro durante este período.

TABELA 1– ORIGEM DO ALGODÃO IMPORTADO PELA INGLATERRA (%)

Períodos	EUA	Brasil	Índias¹	Oriente²
1786/90	0,16	7,87	70,75	20,44
1796/1800	24,08	11,43	35,23	18,47
1806/10	53,14	16,07	16,23	1,28
1846/50	81,13	3,76	0,12	2,04

Fonte: LEITE (1994, p. 33)

¹ Índias Ocidentais (Britânicas)

² Mediterrâneo

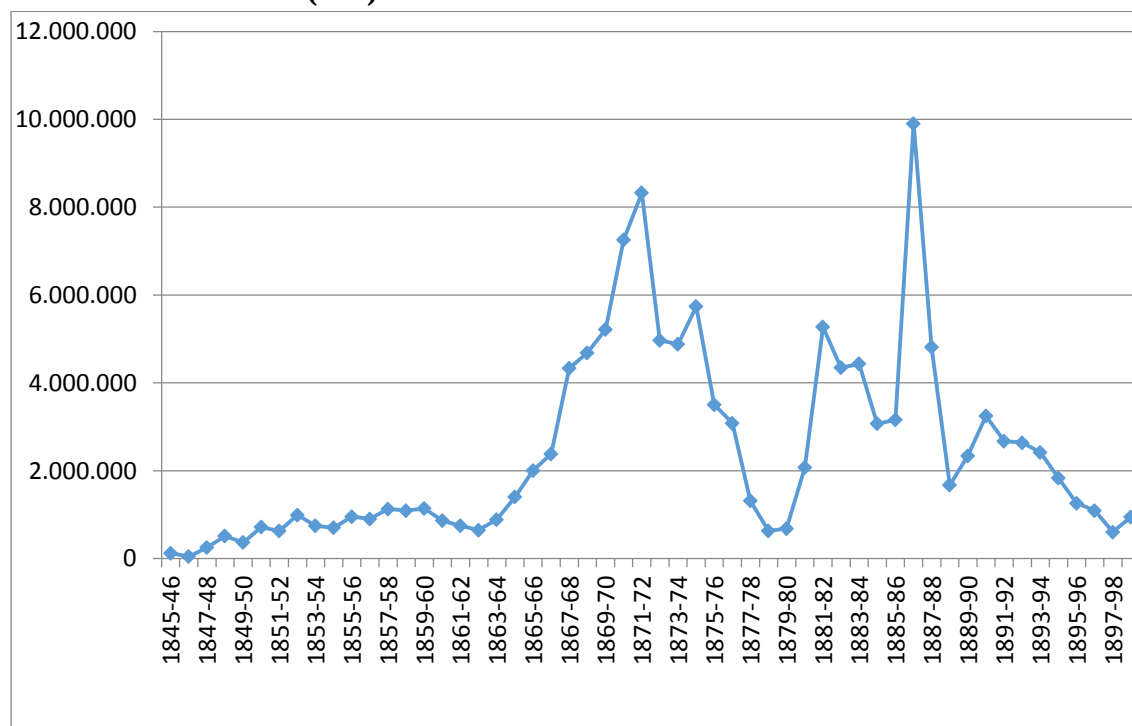
Os montantes produzidos pela Região Nordeste crescem e conquanto os principais produtores fossem o Maranhão e o Pernambuco²⁴, o Ceará acompanhou a mesma dinâmica em termos de efeitos da evolução do mercado externo no que refere à sua produção e exportação conforme levantamento feito por Girão (1947) apresentado no GRÁFICO 1. É exatamente nas fases de corte do fornecimento norte-americano que ocorrem os auges da exportação cearense.

Igualmente à pecuária e o seu decorrente desenvolvimento do “ciclo” das fábricas de carne, é relevante destacar as impressões estruturantes socioespaciais deixadas pela cotonicultura. Sobre a herança firmada pelo anterior regime de ocupação e aparelhamento social se assenta a

²⁴ Não é excessivo lembrar que até 1799 as exportações de algodão cearenses eram registradas no cômputo da capitania e Pernambuco.

produção algodoeira, aprofundando-se na característica de ter sua base pautada na produção de um excedente de origem primária, comercializável no exterior.

GRÁFICO 1- CEARÁ: EVOLUÇÃO DA QUANTIDADE EXPORTADA DE ALGODÃO 1945-1900 (KG)



Fonte: Elaborado a partir de Girão (1947, p. 218-219)

No capítulo de expansão da economia do algodão reside a maior reorientação nas rugosidades da formação econômica espacial cearense tendo em vista que no decorrer de expansão, auge e declínio, o comércio de exportação do algodão concebe os aspectos da conformação determinante da rede urbana do Ceará renovando a modalidade de apropriação espacial caracterizada pela forte desigualdade. Consentindo pela primeira vez a integração direta da economia cearense ao circuito da economia mundial através de um produto primário-exportador, um dos destaques superlativos será o gradativo crescimento da capital Fortaleza conforme será apresentado. Em síntese o movimento de integração é apreendido por Silva (1994, p. 81-91)

De início [onde] era só a pecuária, entra em cena o algodão. Daí o binômio Gado-Algodão, que criou as bases da organização do espaço. Tudo era 'gado', era 'carne-de-sol', era 'couro'. Até que o algodão sai do Ceará para o mundo por Fortaleza que foi se firmando como grande centro urbano, consolidando sua

função como capital do Estado, sede do poder e resultado da integração do Ceará à economia nacional que se deu durante o período da internacionalização da economia capitalista.

Inicialmente produzido consorciado com outras culturas para sustento (milho e feijão), em áreas de agricultura de maior produtividade como as proximidades de serras e vales úmidos (Maranguape, Baturité, Aratanha, Uruburetama, Meruoca, Pereiro), após o surto exportador o plantio do algodão foi espalhado por todo o território cearense já em fins do século XVIII (LEITE, 1994, p. 52).

O movimento de crescimento das plantações parte destas áreas alcançando os sertões antes dominados pela pecuária e agricultura de subsistência²⁵. A organicidade sócioespacial entre as duas atividades - cotonicultura e pecuária - nasce com a própria dispersão em propriedades antes dedicadas exclusivamente ao criatório formando o binômio gado-algodão requisital nas interpretações sobre o desenvolvimento dos espaços que compreendem o Ceará e a Região Nordeste como um todo.

Associando-se aos elementos da formação social precedente, caracterizada pelo latifúndio e consequente atraso social, esta atividade plantará suas relações de produção, não muito diferenciadas da primeira. O elevado custo do uso do trabalho escravo fez com que os produtores recorressem à mão de obra livre como antes. No entanto, isso não implicava em um mercado de trabalho pautado no assalariamento, mas na reprodução da relação mais particular e definidora dos categóricos da acumulação e da formação social de quase todo o Nordeste que foi o regime de parceria. Através deste regime, o grande proprietário fixava em suas terras os parceiros plantadores de algodão (SILVA, 1994, p. 86).

Ao tratar com brevidade de tal sistema, a intenção foi expor a constituição histórica que faz com que os sertões - não somente cearenses - se mantenham como reservatórios de força de trabalho ao longo do tempo. Em diversas fases do seu desenvolvimento, esse reservatório é ativado nos movimentos do modelo capitalista brasileiro tendo efeitos marcantes sobre a apropriação do espaço e nas redefinições da rede urbana inclusive na contemporaneidade.

Outra importância para os objetivos aqui propostos, justificando a maior atenção aos desdobramentos das estruturas econômicas da cotonicultura cearense, está na necessidade de estabelecer conexões entre a ocupação espacial e os mecanismos que limitaram o

²⁵ Não é inadequado lembrar que a plantação da fibra já existia anteriormente mas a sua expansão para atender aos intentos do mercado ocorre somente neste momento. (GIRÃO, 1947, p. 206)

aprofundamento das relações capitalistas de produção. Tanto que após o auge da produção, quando as exportações entram em declínio e as vendas para o mercado nacional também decrescem devido à concorrência de outras regiões produtoras, tais limitações atalham as possibilidades de modernização econômica. O posterior quadro de estagnação descrito por Clementino (1987), com impotentes estruturas econômicas e precárias relações capitalistas reifica os fatores espaciais de reserva – terra e trabalho – convocados em momentos futuros²⁶.

Com isto, é relevante lembrar que ao cultivar o algodão e outras culturas de subsistência numa parte da terra de propriedade de grandes fazendeiros, geralmente também produtores de algodão e pecuaristas, os parceiros pagavam uma renda. Na maioria dos casos compreendia a metade da quantidade colhida juntamente com alguns dias de trabalho em benfeitorias para o fazendeiro e parte da produção de subsistência, não destinada ao mercado.

Por se constituir em renda paga na forma de produção pelo uso da terra, esta relação investe-se em instrumento que marca o atraso/limites das relações capitalistas. Inexiste assalariamento e portanto o grau de monetização permanece reduzido limitando também a dinâmica do mercado interno. Embora fosse renda do trabalho, este pagamento entra no circuito como renda do produto já que o trabalhador é integralmente responsável pelo seu trabalho e por sua reprodução, imiscuindo-se com elementos da renda da terra.

O trabalhador devia ao proprietário da terra além da renda pelo seu uso, alguns adiantamentos de bens de primeira necessidade, inclusive de alimentos nas fases em que estes escasseavam (ANDRADE, 2011, cap. 5). Isto ocorria em momentos de expansão da demanda pelo algodão, pela necessidade de aumento de sua produção. As terras utilizadas para cultivo de outras culturas reduziam provocando o encarecimento destes produtos (de subsistência).

A comercialização do algodão até fins do século XVIII era realizada ainda de forma efêmera, pelas casas comerciais que traziam produtos para abastecer as vilas e fazendas e entravam pelos principais portos do período. As casas comerciais eram predominantemente de propriedade de estrangeiros com destaque para portugueses, franceses e ingleses que se implantaram na atividade inicialmente como mascates. Pouco participavam os comerciantes locais e a expansão das grandes casas de origem francesa começa neste período tendo destaque as

²⁶ Clementino (1987) trata do caso das relações de produção na economia algodoeira do Rio Grande do Norte. Salvo algumas particularidades físicas e territoriais pouco diferentes, é possível generalizá-las para todo o caso nordestino cotonicultor.

casas Bussoms e Boris. Esta última chega a ter domínio sobre grande parcela do comércio de artigos de luxo comercializados na província durante o século XIX²⁷.

Já afirmado anteriormente, até este momento predominava os produtos da pecuária (carne salgada e couros). Tais casas que atuavam no comércio da carne salgada ampliaram aos poucos seu papel na formação da estrutura social cearense e em alguns casos combinando-se também como proprietários de terra.

1.2.2. O algodão e sistema urbano: combinações para origem da primazia urbana de Fortaleza.

Quando a expansão faz do algodão a principal cultura, seu comércio estimula transformações importantes na economia. A implantação/transferência dessas casas para Fortaleza faz parte do fortalecimento da classe de comerciantes que, segundo Leite (1994, p. 111), ligavam a província ao mercado externo cujo domínio permitia grandes poderes econômicos dados pela acumulação mercantil. A apropriação do excedente gerado nos sertões sob baixas condições de custos, de acordo com a exposição da organização produtiva cotonicultora feita acima, era a base inicial do circuito de geração dessa acumulação.

Como consequência e também pelo fato de ser o trabalhador sertanejo (meeiro) o proprietário dos meios de produção e de subsistência, não haviam condições de efetivação da reprodução ampliada do capital²⁸. O processamento destas relações se manifesta diametralmente oposto no caso de outras atividades agroexportadoras, como foi o café no Sudeste²⁹.

A acumulação acontece em conjecturas meramente mercantis e o *modus operandi* reproduz seus mecanismos de forma constante que, apesar de relativos avanços em alguns momentos, obstruem possibilidades de progresso e transformação econômica definitiva.

Cano (2007b, p. 257) é incisivo ao apontar os atrasos provocados pela supremacia do capital mercantil acentuando os seus avançamentos até na atualidade:

²⁷ Para detalhes da constituição destas casas de comércio ver Lemenhe (1983), Takeya (1994; 1995).

²⁸ Leite (1994, p. 62) parte da análise de Marx (1982) ao esboçar tais limites das relações de produção da cultura algodoeira. Nesta construção, a exposição de *O Capital* indica que para haver reprodução ampliada é necessário que equipamentos e meios de subsistência sejam capital o que não ocorre neste caso, por serem ambos propriedade do trabalhador. Não há investimento em trabalho produtivo com base na extração de sobretrabalho que neste caso assume a forma de renda pelo uso da terra.

²⁹ Ver Cano (2007)

Nas regiões mais atrasadas, as débeis estruturas econômicas e as precárias relações capitalistas de produção impediram-lhes a competição mais favorável do processo de industrialização. Por outro lado, até a etapa histórica recente, não puderam oferecer maior 'espaço econômico' para que o capitalismo nacional ali penetrasse de forma mais decisiva, acelerando suas transformações e modernizando-as.

Destarte, o predomínio do capital mercantil restringindo as relações campo-cidade em um contexto de limitado desenvolvimento das forças produtivas foi a marca do circuito de articulação espacial cearense em que sua rede urbana será funcional³⁰. No âmbito da articulação espacial da produção, em todo o território antes ocupado extensivamente pelas fazendas de gado e organizado ao atendimento da economia saladeril do litoral passam a existir intersecções para consentir ao mercado têxtil o mais fácil acesso à matéria-prima.

As vilas antes intercessoras dos rebanhos se converteram em coletoras do algodão, em algumas delas já ocorrendo o primeiro beneficiamento para ser encaminhado à comercialização no mercado internacional.

A transformação territorial de maior ênfase decorrente deste período aconteceu pela emergência gradativa da capital da província em principal centro urbano. Conforme já citado, esta era a primeira atividade de relevância que integrou o Ceará à dinâmica do mercado internacional e dado a proeminência das exportações do algodão, um série de desdobramentos observaram-se no sentido de viabilizar a colocação da produção para o mundo.

Fortaleza havia sido criada como vila em 1726, e em decorrência da instabilidade político-administrativa, dividia o papel de sede da província com a vizinha vila de Aquiraz (criada em 1699) sendo esta sede da comarca e aquela residência das autoridades. Entretanto, não havia em ambas nenhuma projeção econômica que as caracterizasse como sede ficando a função de baluarte econômico maior até a expansão das exportações de algodão ainda com Aracati (ASSIS E SAMPAIO, 2012, p. 147). O desmembramento político do Ceará em relação à província de Pernambuco, em 1799, faz com Fortaleza passe a exercer o papel de capital e consequentemente se criam serviços associados à sua função administrativa. Já a partir deste período, tem-se alguns registros de preocupações com a expansão e o planejamento urbano como

³⁰ Esta sucessão parte da análise de Clementino (1987, p. 21) ao tratar dos entraves ocasionados pela histórica hegemonia do capital comercial na articulação entre a agricultura e a diversificação produtiva permitida pela indústria.

conjunto do processo que Assis e Sampaio (2012, p. 147) denominam de “provincialização tardia do Ceará”.

Com o *boom* algodoeiro surgiu lentamente um distinto quadro de dinamismo que se aprofunda com maior vigor nas primeiras décadas do século XIX. Devido à necessidade de escoamento pelo porto mais próximo dos espaços de produção, a localização de Fortaleza acaba sendo privilegiada. A instalação de atividades de infraestrutura econômico-administrativa como a alfândega faz parte do conjunto que dá nova configuração e a cidade assume gradualmente o papel de centro coletor da produção primária de todo o estado. O circuito de articulação econômica campo-cidade assume a feição campo-cidade interiorana-capital-mercado externo, catalisada pela hegemonia mercantil anteriormente mencionada.

Com base na sua inserção externa, a economia agrária algodoeira foi responsável pelo aparecimento da insipiente estrutura produtiva manufatureira do estado. Instauram-se atividades de beneficiamento da produção primária, surgem as casas bancárias inexistentes até então e o comércio se diversifica. A articulação interior-capital confirma a tônica do sistema urbano em estudo conformando o seu quadro social, o padrão de desenvolvimento e lançando bases para mediações da forma de evolução e inserção capitalista posterior.

Para efeitos de comparação com os demais produtos agroexportadores em outros espaços regionais, com capacidade de dinamizar espacialmente a estrutura produtiva não somente a partir das formas de geração do excedente econômico mas também da utilização deste excedente³¹, vale desdobrar-se sobre como se processava tal dinâmica na cotonicultura cearense. O crescimento demasiado de Fortaleza em detrimento dos demais núcleos urbanos é processado a partir deste contexto.

Não obstante haver alguma diversificação produtiva aí localizada, esta permanecerá por muito tempo restrita aos setores tradicionais de primeiro beneficiamento dos produtos de origem agropecuária do interior, predominantemente algodão e couros.

A estrutura produtiva e as decorrentes relações de produção cingidas apresentadas anteriormente apontavam para dois requisitos relevantes que condicionam a expansão do mercado e portanto a precária reprodução ampliada de capital: i) os baixos custos de reprodução da força de trabalho e ii) a baixa monetarização. Isto limitava aquela diversificação manufatureira

³¹ Isso se deu mais precisamente com o caso do café paulista (CANO, 2007b)

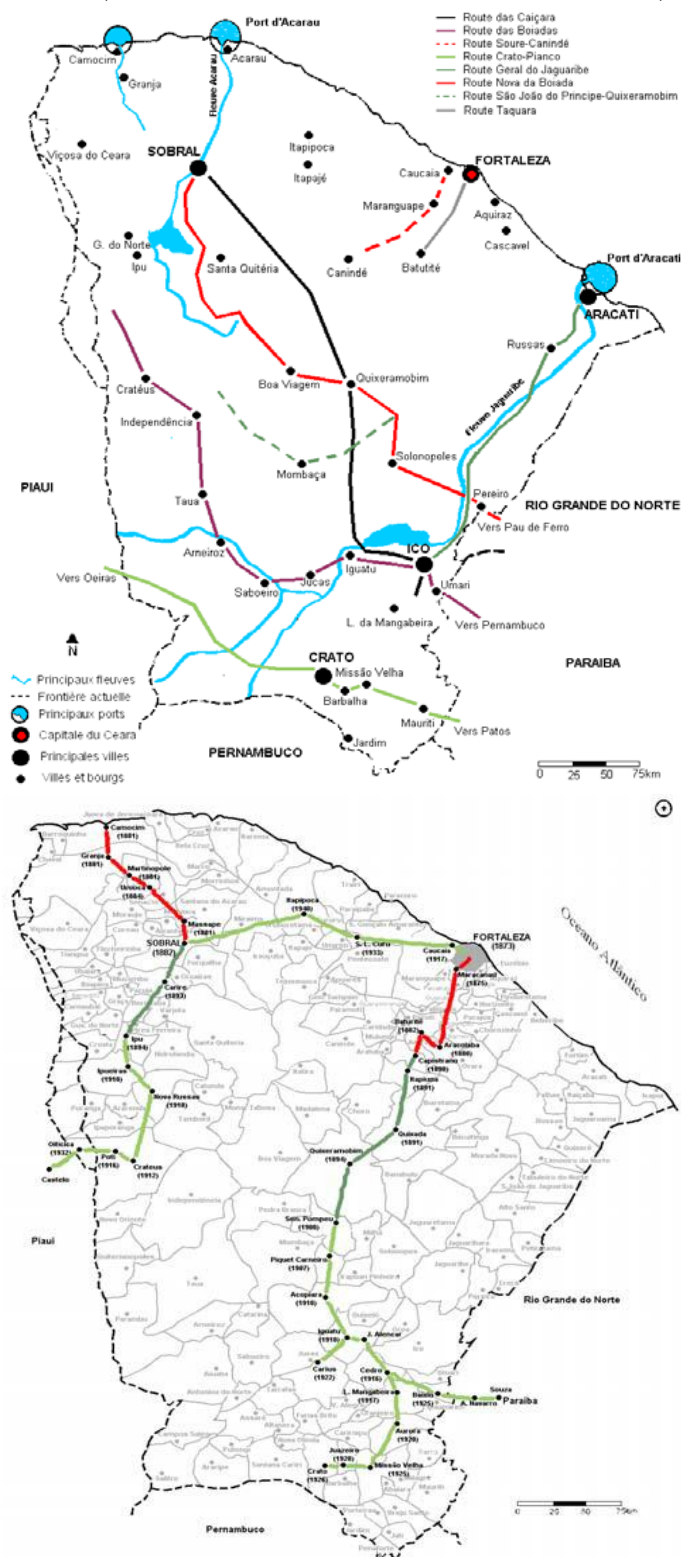
e se reproduzia o caráter mercantil das massas de capital formadas pelo circuito que tinha origem no algodão sertanejo mas o epicentro concentrador em Fortaleza.

Na articulação da hinterlândia sertaneja, o deslocamento vem com a substituição da antiga integração de propagação ao longo das margens dos principais rios nos centros coletores dos rebanhos, que se dava pelos dois eixos antes referidos (Icó-Aracati e Sobral-Acaraú). A ampliação dos algodões localizada em terras mais sertanejas obriga a transferência do eixo de articulação para estas áreas e a modernização das vias de ligação e escoamento da produção passaram a ser imperativas.

Tal mudança permitiu *pari passu* que Fortaleza tomasse a seu cargo o papel de principal centro urbano, permitindo a conotação dada por Dantas (2011, p. 24) de “Capital Sertaneja” em pleno litoral. A consolidação desta mudança ocorre com a construção da ferrovia ligando aos poucos a capital do estado aos principais centros produtores da fibra já na segunda metade do século XIX. A FIGURA 1 ilustra este processo.

Algumas digressões qualificando a relação entre a instalação da ferrovia, a estrutura produtiva infligida pela cotonicultura e os respectivos movimentos de apropriação espaciais são requisitais. A referência para estas qualificações são as diferenciações entre o caso cearense e o centro dinâmico do país onde o papel das ferrovias mobilizado também pela atividade agroexportadora dirimiou transformações relevantes no âmbito da integração espacial e geração de dinamismo econômico.

FIGURA 1 – CEARÁ: EIXOS DE ARTICULAÇÃO ESPACIAL PELA PECUÁRIA E PELO ALGODÃO (ESTRADAS ANTIGAS E FERROVIAS)



Fonte: RUFINO (2009, p. 5)

Na agricultura agroexportadora cafeeira do Sudeste, a ferrovia teve o relevante papel de solucionar o problema de maiores distâncias, custos e tempo de deslocamento CANO (2002, p. 64). Encarregava-se adicionalmente de expedientes como a incorporação de novas terras para o oeste, superando o estrangulamento da produtividade decrescente das primeiras terras plantadas no Vale do Paraíba. Além de sua implantação mais precoce, as ferrovias no interior paulista apresentavam elevada lucratividade sendo predominantemente de propriedade dos fazendeiros e comerciantes de café³², catalisando um processo contínuo na montagem de um sistema urbano e de integração modernizada.

Com isso, não está sendo defendida a ideia de que o sistema ferroviário paulista foi o responsável pelo processo de urbanização e de montagem de um sistema urbano que era o mais interiorizado e integrado da época. A expansão cafeeira protagonizou este avanço e é imprescindível destacar que a dilatação ferroviária em muito contribuiu por intermédio da dinamização em setores como a construção, montagem de oficinas e metalúrgicas, a mobilização de mão de obra, dentre outros.

No caso cearense, a implantação ferroviária se deu mais lenta e mobilizada pela necessidade de integrar os vastos campos algodoeiros ao porto de Fortaleza. É nesta longa etapa histórica que reside um dos importantes capítulos para o entendimento da atual estrutura urbana marcada pelo excessivo crescimento fortalezense.

O deslocamento do eixo de integração produtiva promovido pela necessidade de escoamento da produção algodoeira para o mercado externo antes descrito é consolidado pela implantação ferroviária.

Máquinas que inseridas no território encurtam o tempo de viagens, concentram locais de coleta e embarque, estabelecem relações estratégicas povoadoras e militares entre o litoral e o interior, redefinem, assim, os caminhos internos e os nós que foram construídos antes mesmo da existência e da compra dessas máquinas, caminhos passados que lembram um Brasil colonial, que se convencionou chamar de caminhos antigos (ASSIS e SAMPAIO, 2010, p. 78)

A primeira ferrovia instalada no Ceará ligava a capital Fortaleza ao Cariri (Sul do Estado) passando pelas áreas de maior produção da fibra. Esta ferrovia era denominada de Estrada de Ferro Baturité, por fazer a ligação inicial entre Fortaleza a esta localidade. Seu

³² Segundo Cano (2002, p. 64), em menos de 20 anos o oeste paulista estava integrado ao porto de Santos. A ferrovia alcançava Ribeirão Preto em um processo de avanço constante passando por Jundiá (1867), Campinas (1872), Mogi-Mirim (1875) e Rio Claro (1878).

funcionamento inicial foi em 1872, com a linha de 33km entre Fortaleza e Pacatuba e gradativamente ia avançando em direção ao seu destino final. Em 1927 começa o funcionamento até a cidade do Crato na divisa com o Pernambuco.

Pouco tempo depois outros troncos importantes são implantados. Na região norte do estado, em 1882, é inaugurada a linha conectando Sobral ao porto de Camocim e esta mesma ferrovia alcançaria em 1894 a localidade de Ipu indo mais adiante e em 1912 chegava até Crateús, na divisa com o Piauí (BRASIL, 1972, p. 119).

Ainda que as estradas de ferro tenham promovido algumas transformações, estas são consideradas de caráter incipiente devido ao contexto estrutural em que se inseriu

A implantação ferroviária e a urbanização, parecem ter sido, durante muito tempo, componentes que também não puderam propiciar ao complexo nordestino, efeitos tão dinâmicos como os que se verificara no complexo cafeeiro. Já na década de 1860, a expansão ferroviária no Nordeste se fez basicamente com investimentos de propriedade britânica. No início do século XX, a maior parte da rede já estava encapada pelo governo federal³³. Outra característica é que, na primeira década do século XX, a maioria dessas estradas, no Nordeste, tinham uma relação “despesa/receitas” em torno de 80% ou mais, ao contrário das ferrovias paulistas, cuja relação não era superior a 50%, o que nos permite estimar, para as primeiras, margens de lucro de 4 a 5 vezes menores do que as paulistas. (CANO, 2007a, p. 103)

Embora com restrições quando comparadas ao caso do Sudeste, as relações entre os componentes da organização espacial e os movimentos econômicos-sociais a partir da dinâmica produtiva cearense deste período são demonstradas com avidez no processo de introdução das ferrovias. A deficiência dos transportes, ainda movidos por tração animal, e as necessidades de inserção no mercado internacional colocou como carência imediata a modernização das ligações entre o porto e os espaços de produção (SOUSA E GONÇALVES, 2012, p. 12). Este imperativo impunha na centralidade do processo o papel assumido pelo capital mercantil: os empresários-

³³ No caso das ferrovias cearenses, ocorreu de forma diferente. A participação do capital estrangeiro se dera em menor proporção juntamente com de recursos angariados com muita mobilização entre fazendeiros e proprietários do próprio estado. Entretanto, o encampamento estatal ocorre logo devido aos poucos rendimentos proporcionados (ASSIS e SAMPAIO, 2010)

comerciantes eram os protagonistas nas mobilizações por recursos para implantação da Estrada de Ferro empenhando-se inclusive em vendas de ações em todo o estado³⁴.

Ao longo da primeira ferrovia (Estrada de Ferro Baturité) passaram a prosperar as aglomerações de Baturité, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu, Piquet Carneiro, Iguatu, Cedro, Lavras da Mangabeira e Aurora, além de outros pequenos vilarejos. Já nas margens da segunda (Sobral-Camocim) passam a ter destaque os povoados que originariam as cidades de Camocim, Sobral, Ipu, Crateús, Nova Russas (ASSIS e SAMPAIO, 2010, p. 13). Todas estas aglomerações, maioria já como cidades, agregavam suas respectivas hinterlândias em torno do fluxo de geração e coleta do excedente da exportação do algodão.

Oliveira (1993, p. 41) enfatiza a instrumentalização da estrada de ferro nesta fase de ligação direta da economia cearense ao capitalismo mundial inaugurada neste momento, que não se limita ao comércio de suas mercadorias diretamente com a indústria têxtil de Liverpool, se estendendo ao financiamento inicial como já apontado por Cano (2007a).

Outras abordagens também tratam da montagem de infraestruturas funcionais à atividade econômica nos estudos sobre o processo de formação das composições espaciais, sendo dado o destaque especial ao papel desempenhado pelas ferrovias. Santos (1982, p. 98) lembra a estrada de ferro como instrumento de expansão do sistema capitalista o que aqui se dá pela adesão do seu território ao capitalismo internacional na sua fase de *boom* proporcionado pela diversificação industrial europeia e sua demanda por matérias-primas³⁵. No caso das economias subdesenvolvidas, o autor destaca que essa conexão acontece dentro de um esquema que reforça as relações de dependência por não ocorrer as demais transformações estruturais que prepararam a Revolução Industrial nos países desenvolvidos.

Seus elementos de análise podem ser estendidos ao que ocorre no Ceará. A implantação do transporte ferroviário em seu território, ao obedecer a lógica para o mercado externo seguindo o plano traçado para tanto, implicou numa espacialização de caráter consistente. A diferenciação

³⁴ Assis e Sampaio (2010, p.79) descrevem os personagens envolvidos na construção. Além do Senador Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, com articulações políticas próximas ao Governo Imperial, estavam inúmeros fazendeiros comerciantes incumbidos de venda de ações em diversas localidades do interior do Ceará. Tais vendedores eram divulgados veementemente no jornal *O Cearense*, estando seus nomes associados às vilas, cidades e povoados em que exerciam influência política e econômica.

³⁵ Dentre os elementos condutores do industrialismo capitalista no primeiro momento da Revolução Industrial, Hobsbawm (2003, p. 37-38) destaca a intensa preponderância dos avanços permitidos pelas alterações no padrão infraestrutural com a ferrovia inicialmente e depois com a invenção da máquina a vapor. Ambos situados no campo dos transportes e das questões tecnológicas permitiram o salto no que ainda hoje se assiste em termos de redução dos hiatos geográfico-temporais, inerentes ao progresso da acumulação capitalista.

do papel exercido pelas ferrovias paulistas fica mais nítida ao considerar tal lógica: em São Paulo as ferrovias reestruturaram toda a rede urbana ao passo que no Nordeste, e no Ceará como componente deste contexto, as ferrovias ligaram áreas produtoras aos portos (CANO, 2007a).

Geiger (1963) chama atenção para a organização independente das ferrovias e seu impacto no sistema urbano pela ligação de cada ponto de recolhimento da produção a ser exportada a um porto. No Ceará, havia basicamente dois troncos de ferrovias: uma mais extensa conectando o porto de Fortaleza às cidades centrais recolhedoras de algodão e outra ligando o porto de Camocim à outra área produtora da região norte do estado e ao Piauí. As duas ferrovias possuíam ramificações curtas mas sua instalação produziu a reestruturação do espaço pelo deslocamento dos fluxos, conforme especificado. Daí não derivava nenhuma articulação com o resto do território nacional como foram concebidas as estradas da pecuária anterior.

A implementação do transporte ferroviário cearense tem ainda a especificidade de ser inserida nas alcinhas acerca da constituição/manutenção do quadro social. Sendo a sua construção uma atividade mobilizadora de grande massa de mão de obra, encontrava-se portanto ocupação para toda a população inativa e que de tempos em tempos tornava-se ônus para os proprietários de terra em decorrência da seca. Já nos primeiros anos de construção, Sousa e Gonçalves (2012, p. 15) apontam o emprego de 50 mil retirantes nas estradas de ferro de Baturité e Sobral no ano de 1878. Se constituía junto com a construção de estradas e barragens mais uma forma de manutenção da mão de obra neste espaço, nos campos de trabalho para desvalidos da seca.

O elemento centelha da modernização assumia neste território a função de reafirmar o grande reservatório de trabalhadores em que se constituiu os estados do Nordeste. Nas fases de declínio da produção algodoeira, como consequência do fenômeno climático, a expansão da ferrovia se transformava em “matéria de seca” com o envolvimento na sua construção de grande contingente dos afetados pelo fenômeno³⁶. A solução para os estrangulamentos dos transportes revogou assim possibilidades de soluções na convergência a três problemas:

³⁶ Esta denominação de “matéria de seca” é dada por Assis e Sampaio (2010, p. 82) recorrendo a Souza (2009) que coloca a conexão entre o quadro climático da seca e a ferrovia não apenas neste âmbito. O autor levanta também a relação lógica com o movimento de excessivo crescimento populacional de Fortaleza, cujo acesso é facilitado com a ferrovia, promovendo a grande transumância interior-capital e daí alimentando outros fluxos apontados inclusive por Furtado (2007) como o de cearenses para a economia da borracha na Amazônia.

a) [o] referente à acumulação de recursos, ao transporte interno dos produtos para a exportação e consumo, na ligação de Fortaleza a pontos do interior – esses representativos pelas estações – que centralizaria a capital cearense no que se refere ao território do Ceará e aos maiores contatos com outros lugares do Brasil e do mundo pelas embarcações; b) por ser a ferrovia a continuação de uma obra da seca que vai ser construída no conjunto do discurso que relaciona atraso material, problemas com a migração dos retirantes e a necessidade de construir uma ligação com o sertão que possa garantir a circulação de produtos para exportar e importados, pessoas e alimentação, cavalos e bois, rapadura e pólvora, café e algodão; c) diferentemente do Sul, a construção da estrada de ferro de Baturité não vai coincidir com o aumento da produção agrícola e a pressuposta acumulação de capital que teriam os homens de propriedade, comércio e letras nos chamados “períodos chuvosos”. (ASSIS e SAMPAIO, 2010, p. 84)

A acumulação de capital referida pelo autor reifica marcadamente o seu caráter mercantil e sua articulação maior está nos seus desdobramentos espaciais sendo instrumento da formação dendrítica, definida por Correa (1994, p. 72). No entanto, ainda que com as características semelhantes, conforme processamento aqui descrito o caráter dendrítico deste sistema urbano por uma constituição diferenciada quando se considera a formação clássica apontada por Roberto Lobato Correa com fundamento na proposição de Johnson (1970).

Mesmo com elementos nítidos de caracterização, a formação do sistema urbano dendrítico cearense é questionada por Dantas e Silva (2009), ao ponderar suas características face aos demais sistemas pois

embora tal lógica seja marcante no conjunto da colônia, quadro diferenciado de ocupação notado no Ceará nos induz a revê-la. A produção do açúcar ou a comercialização de especiarias destinadas à Europa, que culminaram na formação de redes de cidades dendríticas, restringem-se a domínios naturais específicos, alimentadores destas atividades e sob os quais a atenção da Coroa portuguesa se voltava. No semiárido nordestino associado estava um conjunto de imagens negativas, relacionado à semiaridez e à natureza belicosa dos índios, que retardaram as expedições de ocupação e criaram dificuldades para sua consolidação. O Ceará, contido na quase totalidade deste domínio (93% de seu território), representa, portanto, quadro diverso cujas implicações far-se-ão sentir na formação de seu sistema de cidades. Nele a demanda externa não é um fator preponderante na organização espacial pretérita; nele não se dispõe de uma cidade primaz litorânea. Sua economia era, até meados do século XVIII, regional, atrelada à demanda da zona da mata. Não dispunha de uma cidade principal, mas de um conjunto de cidades interioranas, articuladas e especializadas na produção e comercialização da carne-seca, ficando sua capital litorânea isolada na zona costeira, sem estabelecer vínculos com outros centros urbanos coloniais. (DANTAS E SILVA, 2009, p.3)

O aspecto de primazia se formaria portanto com a posterior ascensão do comércio de bens primários. Assim, a cidade primaz de Fortaleza, originada do circuito de valorização dos territórios com base numa mercadoria mundial daquele momento – o algodão – não tem essa formação na origem colonial como é espontâneo a tais casos. Aqui ela é determinada por sua inserção nos fluxos internacionais da primeira Revolução Industrial. Não obstante a diferenciação do momento em que se consolida a formação deste papel, permanece das qualificações de Correa (1994) a atuação de cidade estratégica àqueles fluxos, concentrando gradativamente a renda e as elites estaduais associadas à sua apropriação.

A manutenção predominante deste perfil associava-se também ao isolamento das regiões brasileiras que perdurou até o início da articulação comercial, evoluindo com a integração produtiva, a partir dos anos 1950. De acordo com Cidade *et al* (2008, p. 28), nas estruturas espaciais caracterizadas por uma articulação dendrítica, devido a este isolacionismo, os mercados eram pouco dinâmicos e a produção local se restringia à própria região gerando com isto uma vantagem sobre a concorrência vinda de outros espaços. Ainda que fosse mais competitiva, a integração sob o comando da indústria paulista, encontra dificuldades nas etapas iniciais em decorrência da precariedade de ligações que seriam vencidas com as transformações em decurso desde então.

A herança espacial de não existência da formação de uma rede de cidades, marcada pela complementariedade entre elas e estruturando a economia interiorana igualmente imbrica-se a este quadro. Fazendo a sobreposição entre todos estes elementos, o circuito gado-algodão atualizado pelas estradas de ferro conformam a organização que se verifica nas etapas subsequentes do aparelhamento espacial e urbano do Ceará nos seguintes aspectos.

Um primeiro elemento dos movimentos de transformações é a inversão da dinâmica de dominância econômica. Antes desempenhada pelo sertão sobre o litoral, atada ao comando econômico anterior da pecuária ocorre a reorientação do domínio da capital Fortaleza sobre o interior, caracterizado pelo predomínio da cultura agroexportadora. Dantas (2011, p. 23) considera como evolução de uma cidade que se desenvolve voltada na estratégia do comércio extra estadual, com base em componentes mobilizados no sertão, denominando-a de “cidade interiorana-litorânea” ou de “Capital do Sertão”.

A inversão espacial de comando traz consigo um segundo aspecto que é a ligação econômica de Fortaleza ao interior, retirando-a do isolacionismo administrativo e,

principalmente, avançando na incorporação do sul do estado à sua influência. Anteriormente esta área tinha maior ligação com o Pernambuco, em decorrência do sistema de ligação prévio, composto das estradas e caminhos já mencionados. Sua incorporação e seu avanço podem ser situados no processo de homogeneização espacial a partir das determinações do regime de produção predominante, apontado por Oliveira (1993, p. 25) tratando dos processos modernizadores atinentes ao desenvolvimento das relações capitalistas num momento posterior do desenvolvimento capitalista brasileiro.

De consignaões destes dois aspectos, pode-se enumerar um terceiro que trata da conformação definitiva dos limites físicos do estado. Sua definição é quase que exclusivamente dada através da hinterlândia alcançada pela ferrovia e áreas lindeiras, compreendida dentro dos acidentes geográficos compostos pela Serra do Apodi a leste, a Chapada do Araripe ao Sul e a Serra da Ibiapaba à oeste. No último espaço, houve a incorporação de áreas do sertão dos Inhamuns, antes de domínio piauiense e com a vila de Crateús se constituindo em importante centro articulador nesta área.

Rufino (2009, p. 4) acrescenta outros elementos de pertinência às dimensões deste processo. Junto à emergência da cultura do algodão e das transformações proporcionadas na sua junção à pecuária e à agricultura de subsistência, fatores de ordem institucional repercutem nas relações espaciais aqui descritas. A autora menciona a independência jurisdicional em relação ao Pernambuco, assim como a abertura dos portos ao comércio com nações amigas viabilizando a ligação direta de Fortaleza com a Europa pondo em cheque à antiga intermediação que beneficiava a cidade de Recife.

A capacidade de legislar sobre tarifas alfandegárias e a instalação de todo um aparato institucional para tanto, ajuda na consolidação da hegemonia da capital. Uma medida para torná-la centro de comercialização em detrimento dos outros portos (Camocim e Aracati principalmente) foi a redução de 50% das tarifas impostas aos embarques de mercadorias pelo seu porto com efeito sobretudo na captação da produção algodoeira da região Norte, antes embarcada por Camocim e Acaraú³⁷.

³⁷ Rufino (2008, p. 5) acrescenta a estas medidas a construção ferroviária, já mencionada e agora com uma linha ligando Sobral diretamente à Fortaleza, a melhoria/modernização portuária de Fortaleza e a expansão do sistema de iluminação pública a gás. A redução da tarifa enseja o raciocínio de que os incentivos de ordem fiscal beneficiando elementos de ordem econômico-territorial são prática antiga.

Com isto, a partir das funções comerciais e administrativas, a capital vai abrigando uma elite cuja evolução foi “produzindo a cidade” (COSTA, 2007. p. 57). São sujeitos neste processo as famílias de fazendeiros interioranos e grandes comerciantes que vão ampliando a ocupação espacial, incorporando novas áreas em direção à praia e realizando investimentos com fisionomia mais urbana. A expansão será a manifestação concreta da hegemonia política e econômica fortalezense no sistema urbano a partir deste período e durante todo o século XIX medidas de melhoria e planejamento urbano inspiradas em cidades hispano-americanas são executadas³⁸. É possível adjetivar como uma “fortalezização do território cearense” ao aprofundamento deste processo.

A conjunção de ligações proporcionada nestes acontecimentos não indica contudo que passa a se constituir elementos de um sistema urbano bem definido a partir de então. Pelo contrário, com base nesta conjuntura se plantam as condições concretas da primazia urbana desempenhada por Fortaleza intensificada em momento ulterior, juntamente com as demais características de rede dendrítica apontadas por Correa (1994, p. 23-24) que é o excessivo número de pequenos centros e a inexistência de centros intermediários com localização intersticial sobre o espaço. A funcionalidade deste sistema à drenagem de recursos em benefício da cidade primaz se intensifica com o tempo, dando origem à grande assimetria espacial existente neste estado.

A relação concreta entre as transformações inter urbanas que refletem o que é a rede de cidades cearenses e os ajustes intra urbanos de Fortaleza aos desdobramentos de acumulação (drenagem de recursos em sentidos exteriores) cimentam-se com as modificações aprofundadas principalmente após a década de 1970, conforme será explorado na última parte do trabalho. De antemão afirma-se que a dinâmica ratificadora destes movimentos não está restrita aos planos urbanísticos da capital, às atividades ligadas aos serviços urbanos que se diversificam ou tão somente às massas de refugiados proveniente do interior para escapar da intempérie da seca.

³⁸ Costa (2007) enumera uma série de implementações na capital cearense neste século a partir de planos e traçados de plantas do seu perímetro urbano objetivando coordenar a ocupação. Nestes planos perímetros restringindo determinadas áreas com base na segregação social já estão presentes e dentre tantos são citados pela autora os planos de Silva Paulet (1818) e a de Adolfo Herbster (1875). Outro momento de novas ações neste sentido segundo a autora será na primeira metade do século XX. Um referência que capta estas mudanças e sua relação com a acumulação primitiva tendo como motor as atividades mercantis e a apropriação do solo urbano de Fortaleza está no romance Aldeota, de 1963, de autoria do jornalista Jáder de Carvalho.

Ainda que estes aspectos exerçam influências devido às atividades derivadas aglomerativas que ocasionam, ocorre uma diversificação econômica mesmo que circunscrita a ramos produtivos tradicionais e ao aprofundamento da especialização das casas de comércio. Admitindo que a atividade industrial cearense neste momento estava localizada eminentemente em Fortaleza³⁹, a TABELA 2 descreve um pouco o seu perfil no início dos anos 1920, comparando-a com outros estados do Nordeste e com o estado de São Paulo, que já se apresentava como mais dinâmico àquele momento.

TABELA 2 – ESTADOS DO NORDESTE E SÃO PAULO: ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS POR GRUPOS 1919. (%) (BRASIL=100)

	MA	PI	CE	RN	PB	PE	AL	SE	BA	SP
Têxteis	4,21	0,41	10,40	9,50	13,96	7,84	7,93	4,54	1,16	20,40
Couros, e peles	0,24	0,00	0,24	0,00	0,94	2,36	3,30	0,24	2,83	20,28
Madeira	0,00	0,00	0,33	0,08	0,17	0,50	0,00	0,08	0,66	15,16
Metallurgia	0,39	2,95	0,98	0,00	0,00	2,36	0,59	0,39	1,18	27,90
Cerâmica	0,19	0,38	1,38	0,82	0,25	2,70	2,26	5,03	2,14	43,77
Produtos químicos	1,16	2,95	0,74	0,63	0,74	4,74	1,16	0,95	5,16	27,89
Alimentos	0,38	0,00	1,66	1,16	0,78	2,72	2,67	1,26	4,91	31,92
Vestuário	0,00	0,00	2,26	0,20	1,11	3,47	3,17	1,61	7,19	37,02
Mobiliário	1,09	0,00	0,55	0,00	0,36	3,47	2,19	0,18	1,46	37,77
Construção Civil	0,00	0,00	3,63	3,32	2,72	8,16	0,91	1,81	5,14	16,62
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,19	0,75	1,13	0,00	0,75	44,84
Elétrica	0,00	3,45	6,90	3,45	0,00	3,45	41,38	0,00	3,45	37,93
Artigos de luxo	0,00	0,00	2,13	0,00	0,00	6,38	0,00	0,00	0,00	23,40
TOTAL	0,67	0,41	2,20	1,48	1,88	3,31	2,71	1,78	3,68	31,08

Fonte: IBGE, Recenseamento Geral do Brasil – Indústria. (1920)

Apesar de não apresentar grande expressividade no panorama nacional, a indústria cearense já despontava dentro da região Nordeste e o ramo têxtil tinha grande participação no total nacional, dada pelas relações implantadas a partir da economia algodoeira. A legitimidade no sentido da evolução capitalista deste momento em diante, seja em fases de declínio ou em etapas de reestruturação produtiva espacial com respectivo desenvolvimento de atividades

³⁹ Não há registros de empreendimentos de médio e grande porte nas aglomerações interioranas. Estes, quando existiam, eram de primeiro beneficiamento da produção primária nos centros coletores como no caso do algodão – em Iguatu, Crateús, Sobral – para direcioná-los à capital como insumo da indústria tradicional ali existente. (AMORA, 2007, p. 372)

reafirma as características concentradoras colocando Fortaleza como mais importante espaço de acumulação cearense ligando-o ao cenário nacional e aos fluxos do capitalismo mundial.

Com isto é possível concluir que, não obstante o caráter agroexportador, o algodão trouxe ao Ceará as primeiras iniciativas de fato industrializantes sendo naturalmente no setor têxtil que se deu a primeira implantação fabril de Fortaleza, a Fábrica de Tecidos Progresso, na penúltima década do século XIX (AMORA, 1978, p. 15). A diversificação produtiva iniciada com o beneficiamento dos produtos primários também será uma possibilidade durante as fases de adversidades no mercado externo para estes produtos, não somente para o Ceará mas para todo o Nordeste já que,

operando com o trabalho livre e induzindo uma importante atividade industrial de beneficiamento, parece ter sido o algodão, guardadas as proporções relativas, uma atividade mais dinâmica em termos de urbanização, comércio e industrialização do que o açúcar. Acrescente-se a isso o fato de que a baixa nos preços do algodão, seu alto custo de transporte, o tipo de embalagem requerida (tela de enfardamento), teriam estimulado a instalação local das primeiras fábricas têxteis de algodão, que produziam sacos e tecidos grossos, já a partir de meados da década de 1850. (CANO, 2007a. p. 102)

A ampliação desta diversificação marca o início das fases da industrialização do cearense proposta por Amora (1994; 2007) em três momentos que em alguns aspectos acompanha as etapas de formação e integração do mercado nacional de que trata a literatura sobre o desenvolvimento capitalista brasileiro. Em síntese, estes momentos compreendem: i) a fase de implantação industrial insipiente pelo beneficiamento de produtos primários (meados do século XIX até os anos 1950); ii) a etapa de diversificação de modernização produtiva sob ação planejada governamental (entre os anos 1950 e meados dos anos 1980) e; iii) a fase de reestruturação produtiva sob renovação político-econômica nos novos moldes de regulação capitalista e inserção competitiva (meados dos anos 1980 em diante).

Os ordenamentos de cada uma destas etapas serão feitos não seguindo um nexo sequencial de exposição mas através de imersão mais detalhada possível nas circunstâncias de todo o contexto político, econômico, social, demográfico e também com suas conexões com a dinâmica de outros setores econômicos tanto do Ceará quanto do Nordeste. O processamento destas circunstâncias como parte do quadro do desenvolvimento capitalista brasileiro não será negligenciado. Assim, as duas primeiras fases serão exploradas nesta parte do trabalho enquanto que a última terá tratamento em uma parte específica em decorrência de sua coetaneidade e da

necessidade de aproximação de suas categorias analíticas, sendo sistematizada no decurso das transformações capitalistas contemporâneas. Está abordada no terceiro capítulo da tese.

1.2.3. Os limiares da modernização e aprofundamento do sistema urbano dendrítico.

Nesta visão, é considerada o momento inicial da industrialização estadual a fase primário-exportadora tendo como suporte o algodão, mas também reportando-se a outros produtos de origem primária (fumo, couro, cacau, ceras vegetais, dentre outros), adicionados à implantação de outras indústrias de caráter tradicional manufaturando tais produtos. Em alguns casos a fixação dos estabelecimentos ocorre também em centros coletores interioranos que desde muito exerciam o papel de coletoras de matéria-prima mas o processo ocorre predominantemente na capital. A sua duração tem início na segunda metade do século XIX, evolui posteriormente à instalação da Fábrica de Tecidos Progresso com a implantação de outros empreendimentos, e perdura até a década de 1950 apesar de passar por um demorado recrudescimento relativo à insipiência de seus elementos dinamizadores⁴⁰. A Fábrica Progresso, instalada em 1884 era de propriedade de políticos locais, fazendeiros inseridos nos ramos de comércio e manufatura, provenientes do circuito de produção do algodão⁴¹.

É importante considerar, entretanto, a inexistência de condições para que a atividade industrial assumisse, no caso do Ceará, as mesmas dimensões observadas em outros espaços nacionais tanto em termos de produtividade e diversificação quanto no que concerne ao desenvolvimento de uma rede urbana bem articulada a partir dos movimentos econômicos. Fazendo mais uma vez o confronto com o caso da região Centro-Sul, notadamente o estado de São Paulo, observa-se que as diferenças entre tais casos encontram-se no conjunto de elementos postos pela própria instauração do capitalismo brasileiro e como isso se dá nos seus espaços regionais ou, como apontou Cano (2007a, p. 100), das diferenças estruturais entre o complexo cafeeiro e o complexo nordestino.

⁴⁰ Mas, para Amora, 2007, p. 370, esta indústria tem predomínio de localização na capital, reforçando os condicionantes de sua primazia.

⁴¹ Sendo a primeira manufatura têxtil do Norte-Nordeste a utilizar maquinário de origem inglesa, seus proprietários eram o Senador Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (nascido em Santa Quitéria, quando ainda era distrito de Sobral) e seu genro Antônio Pinto de Nogueira Accioly (nascido em Icó). O primeiro era o capitaneador das mobilizações de recursos para implantação da Estrada de Ferro de Baturité. (AMORA, 1978, p. 15; ASSIS E SAMPAIO, 2010, p. 82).

Nas análises dessas diferenças em trabalhos da área de economia regional que tratam das disparidades econômicas, as diferenças são tratadas como fundamentais na sedimentação do que se percebe hoje na rede urbana do Ceará, como parte da realidade nordestina e brasileira. É importante apropriar-nos de dois fatos que demarcam esta diferença. O primeiro está na variação que tem as primeiras manufaturas instaladas no Ceará, que surgem não para o atendimento de um mercado que se dinamiza com a expansão da atividade exportadora, como foi o caso do café no Centro-Sul. Ela se implanta como requerimento específico voltado para a demanda derivada da própria atividade exportadora que, de acordo com Cano (2007a, p. 106) tem seus limites na estrutura de sua oferta sendo restrita à produção de tecidos grosseiros, de baixo preço e reduzida produtividade econômica.

O outro fato, e talvez mais importante, está nos destinos dados ao excedente da atividade exportadora aqui já mencionados, não se direcionando à diversificação/modernização produtiva. Com uma agricultura inerte, o excedente encaminhava-se para a reprodução das débeis estruturas de produção, além do fato de que as relações da cotonicultura com o capital estrangeiro acentuaram o quadro aviltante. Como ressalta Oliveira (1993, p. 48), para realização do valor da mercadoria, o capital internacional passa a estar presente pela instalação de empresas oligopólicas do setor têxtil se aproveitando da estrutura de reprodução do latifúndio-minifúndio na qual os grandes fazendeiros passam a exercer a função de intermediários comerciais.

Os grandes proprietários de terra, através do sistema de parceria (meação), recolhem a produção dos pequenos produtores transmitindo-a às grandes empresas instaladas na região. Entre as principais estavam as inglesas Clayton, Machine Cotton e Sanbra que detinham o controle de realização internacional da mercadoria algodão proveniente do Nordeste. O exercício da concentração/centralização ordinário ao estágio de capitalismo financeiro conforme analisara Hilferding (1985) ainda tinha o privilégio de aqui se apropriar das vantagens dadas aos detentores de moeda por parte de uma organização de relações de produção truncada como era a meação.

Relembrando que em tal organização ocorria o financiamento das entressafras por parte dos proprietários de terra, por contra própria ou com recursos daquelas empresas estrangeiras, o circuito de destino dos excedentes fica evidente, com fragilidade da força de trabalho e secular obstrução ao desenvolvimento pleno das forças de produção. Em certa maneira, manifesta-se novamente um tipo específico de acumulação em sua forma primitiva, como preconizara Marx [1876(2013)] e consolida-se um sistema que explica a vulnerabilidade das populações rurais com

sérias implicações na urbanização nordestina e cearense em particular. Um dos desdobramentos neste sentido é o intenso processo de migrações pela dissolução das atividades rurais, exponenciadas quando associadas às secas⁴².

Em decorrência, assiste-se na sequência a um longo interstício caracterizado por algumas contradições no plano do desenvolvimento das atividades produtivas cearense e a sua organização urbana. De um lado a estagnação econômica advinda do quadro apontado acima e de outro o crescimento da primazia urbana de Fortaleza como articuladora da pouca riqueza e da enorme pobreza vindas do sertão. A pobreza reafirmava a característica do sertão como espaço de reservatório de mão de obra já mencionado e a riqueza se reproduzia nas mediações do capital mercantil.

Prossegue assim o durador declínio dos setores capitaneados por produtos primários como o algodão, afetados pela crise externa de queda de preços que, juntamente com a expansão da indústria têxtil de São Paulo, foi responsável pela articulação comercial inter-regional deste setor. Entretanto, este próprio mercado para onde o algodão cearense e nordestino passa a se direcionar, também coloca limites de expansão tendo em vista o desenvolvimento da cotonicultura no interior paulista, sob os dínamos da diversificação agrícola em processo. Muito embora a característica do algodão nordestino – cearense e potiguar em particular – tivesse vantagens dadas pelo fato de ser uma espécie de fibra longa e portanto mais rentável, acirra-se a concorrência no mercado nacional e já após os anos 1920, a cotonicultura paulista passa a predominar por “operar em bases tecnicamente mais eficientes.” (CANO, 2007, p. 102)

O fenômeno climático com soluções paliativas continuou sendo um estrangulamento afetando a produtividade periodicamente e à medida que se avançou na articulação comercial do mercado nacional tais fatos obstruíam as condições de se acompanhar as transformações ocorridas em nível da economia nacional, comandada pela diversificação que evoluía no Centro-

⁴² Como afirma Guimarães Neto (1989, p. 72), “o lucro especulativo, a prática de deprimir o preço pago ao produtor e a constituição de estoques especulativos, o financiamento da entressafra através da compra antecipada da produção ao lavador, a ‘manutenção’ dos preços negociados com o produtor independente das variações para cima mas não independentemente das alterações para baixo, o fornecimento de insumos e outros bens a preços extorsivos, entre outros, constituem os procedimentos adotados pelo capital mercantil, do qual decorre não só a apropriação de parte relevante da mais-valia como o empobrecimento do produtor direto e a manutenção e recriação de relações de produção que se constituem obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas diretamente vinculadas à produção do algodão.”

Sul⁴³. Indiscutível introduzir entre estes fatores os aspectos da formação estrutural do aparelho econômico e social assinalada por impressões montadas nas formas de inserção discutidas desde o início do trabalho, evidenciando as limitações ao aprofundamento das relações capitalistas e a precariedade de sua composição, da concentração da terra e respectivamente dos poderes políticos e econômicos.

Por outro lado, apesar do contexto de redefinição e estagnação produtiva, é durante este interstício que se observou modernizações no aparelhamento urbano principalmente da capital, contribuindo para confirmar seu papel de cabeça na hierarquia urbana emergido ainda na segunda metade do século XIX. O crescimento da ocupação das áreas da cidade abraça a concepção dos planos higienistas e inspirado neste momento numa concepção francesa, objetivando conter a população de retirantes da seca que continuamente chegava proveniente do sertão.

O principal assentamento para estas populações ocorreu no vértice das ferrovias e estradas de chegada à capital. A TABELA 3 apresenta a evolução da taxa de crescimento da população nacional, regional, estadual e da capital Fortaleza. A tendência desta é de expansão vertiginosa com destaque para os decênios que compreendem os anos de seca. Excluindo as pequenas secas, até a década de 1940 verificaram-se quatro grandes manifestações do desastre climático - 1877, 1900, 1915, 1932 ⁴⁴-, período em que o crescimento médio da população da capital alcança 35%, segundo os dados censitários.

É pertinente lembrar que mesmo com uma das maiores secas que se tem registro em 1877, a taxa de crescimento populacional de Fortaleza foi negativa para o período que compreende este ano. Reflete o período de grande transumância humana de nordestinos para a Amazônia em decorrência do ciclo da borracha cujos detalhamentos está em Furtado (2007, cap. 23) onde estima que 260 mil imigrantes nordestinos tenha se dirigido à região seringueira entre 1872 e 1900.

⁴³ Já se fez referência aqui às etapas de formação do mercado nacional de acordo com proposição de Cano (2007) e Guimarães Neto (1989) saindo de uma quadro de insulamento até à integração produtiva passando pelo momento de articulação comercial

⁴⁴ Anos de maiores ciclos apontados por Pompeu Sobrinho (1963) e Sousa (2009).

TABELA 3 – BRASIL, NORDESTE, CEARÁ E FORTALEZA: TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE 1872-2010 (%).

Anos	Brasil	Nordeste	Ceará	Fortaleza
1872-1890	2,1	1,4	0,6	-0,2
1890-1900	2,0	1,2	0,5	1,7
1900-1920	2,9	2,6	2,2	2,5
1920-1940	1,5	1,3	2,3	4,3
1940-1950	2,3	2,2	2,6	4,1
1950-1960	3,2	2,2	2,2	6,7
1960-1970	2,9	2,5	3,0	5,1
1970-1980	2,5	2,1	1,8	4,5
1980-1991	1,8	1,7	1,5	2,8
1991-2000	1,6	1,3	1,7	2,1
2000-2010	0,9	0,8	1,0	0,8

Fonte: Macedo, Lima Júnior e Moraes (2012, p 79) a partir de IBGE (Censos, vários anos)

O quadro que prevaleceu até os anos 1950 foi de combinação destas débeis bases de reprodução do atraso interiorano fundado na manutenção da trilogia gado-algodão-agricultura de subsistência e impregnando a imagem de um espaço marcado pela obsolescência econômica, produtiva, social e política. Nas marcas principais está o apoderamento da ação governamental pelos grupos políticos decorrentes das oligarquias ligadas àquela trilogia. Seus mecanismos de domínio são tratados na literatura sobre as estruturas sociais da região e do estado⁴⁵.

Na investigação feita por Bonfim (2001, p. 107-108), a conjuntura emperrada não favorecia o desenvolvimento industrial. Em síntese o autor atribui o marasmo industrial a três ordens: i) baixa capitalização para inversões em atividades promissoras, devido ao pouco dinamismo da agricultura ainda pautada em produtos de exportação de preços declinantes, limitado mercado interno com boa parte da demanda sendo atendida por importações; ii) a ordem política, aferrada ao pressuposto do coronelismo arraigado e resistente às possíveis mudanças na estrutura de poder que viria com a industrialização, adicionada à desorganização econômica interiorana implicada pela violência de lutas entre coronéis e seus aliados e o banditismo do cangaço comprometia o desempenho das atividades comerciais e; iii) de caráter totalmente contestável, o autor aponta uma possível escassez de mão de obra associada à imigração para a

⁴⁵ Oliveira (1993) em sua Elegia para uma Re(li)gião é o clássico mais apontado na descrição crítica da equipagem desta conjuntura.

Amazônia durante o surto da borracha, bem como a instabilidade da população que chegava do interior vitimada pela seca.

No aparato institucional que foi montado, um dos instrumentos relevantes foi a máquina de poder constituído com o Departamento Nacional de Obras contra as Secas – DNOCS que desde 1909 tinha sua atuação. Embora convergindo para o atraso pela sua apropriação por parte das elites ligadas à economia algodoeira-pecuária, a implantação da sede deste departamento em Fortaleza é apresentada como um dos aparelhamentos administrativos que, junto com outros órgãos, contribuiu ao desenvolvimento da cidade⁴⁶. A presença de profissionais diversos, professores, técnicos vai se expandido, e evolui com montagem de outras instituições a partir das décadas de 1940 e 1950.

A partir da década de 1950 ocorreu uma reorientação da dinâmica produtiva marcando o início da segunda fase da industrialização cearense. Sobrevêm avanços também da dinâmica espacial e consequentemente do seu sistema urbano, conforme proposto por Amora (1994; 2007). A característica fundamental desta nova fase é a sintonia com a conjuntura de desenvolvimento do capitalismo brasileiro pela extensão do planejamento estatal ao Nordeste. Nos marcos do desenvolvimentismo, a implantação e posterior atuação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE em 1959 é seu capítulo maior.

A grande importância dos desdobramentos de articulação para implantação da Superintendência convergiu para a ação que partiu de um diagnóstico levantando as limitações do desenvolvimento dos estados do Nordeste. Dentre as recomendações de superação dos gargalos, seguindo o paradigma preconizado no pensamento cepalino de promoção governamental do desenvolvimento, estava o estímulo à dinamização produtiva por intermédio da industrialização, via incentivos e montagem de infraestrutura⁴⁷.

Apesar da possibilidade de uma infinita discussão acerca da inflexão promovida com ação da SUDENE, considerada como a pioneira implantação da atuação pública planejada

⁴⁶ Costa (2007), Lima (2008) são alguns autores que ao enumerar os órgãos públicos e a respectiva estrutura montada com sua implantação no Ceará, coloca dentre elas o DNOCS. Já a estrutura do DNOCS como ferramenta de manutenção do quadro aviltante é apresentado minuciosamente na conhecida análise de Francisco de Oliveira, referenciada na nota anterior, sobre a intervenção estatal que em nada alterou as estruturas sociais, pelo contrário, as solidificaram com o uso de verbas e construção de estradas e açudagens beneficiando grandes proprietários.

⁴⁷ O diagnóstico feito por Celso Furtado foi sistematizado no famoso Documento Técnico do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, de 1958, denominado “Uma política para o desenvolvimento do Nordeste” cujo clímax era a recomendação de criação de um órgão específico para gerenciar a questão. Maiores detalhes ver Furtado (1989).

objetivando a promoção do desenvolvimento capitalista nordestino, buscou-se aqui absorver suas implicações para o desenvolvimento produtivo cearense e suas determinações espaciais consubstanciadas no seu sistema urbano.

Inicialmente, não se pode entretanto prescindir de alguns aspectos inter-regionais e intra-regionais marcantes que direta ou indiretamente estão relacionados àquelas determinações espaciais necessárias de apreensão acima mencionadas.

No conjunto dos aspectos intra-regionais vale nota a definitiva integração produtiva organizada sob as deliberações coordenadas pelas Superintendências. Através do sistema de incentivos que se aperfeiçoou gradativamente a partir dos seus objetivos, implantou-se nos estados da região uma atividade industrial com predominância de empresas extra regionais. Caracterizou-se assim uma divisão do trabalho produtivo, com uma indústria articulada ao Centro-Sul em diversos setores produtivos destacando-se o setor metal-mecânico baiano.

Dentre os condicionantes inter-regionais - e reside nestes elementos apreensões acerca das questões levantadas neste trabalho -, observou-se que a integração produtiva e o dinamismo alcançado ocorreu de forma diferenciada dentre os estados e sub-regiões nordestinos. Mesmo percebendo a lógica capitalista como propriamente desigual, a implantação de projetos reiterou esta lógica. Ainda que com o objetivo de integração e redução das desigualdades do desenvolvimento, esta implantação se deu sob ótica concentradora desde as suas etapas iniciais. Os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará conforme observado na TABELA 4, foram privilegiados no balanço dos investimentos realizados.

A orientação do perfil destes projetos também se constitui em requisito fundante das disparidades espaciais intra-regionais e, no caso do Ceará, no pronunciamento das desigualdades intra-estaduais.

TABELA 4 – NORDESTE: PROJETO APROVADOS PELA SUDENE POR UNIDADE FEDERADA (1960-1984)¹

Estados	Número de Projetos	Investimento Total		Empregos Diretos
		Valor	%	
Maranhão	123	1.884.377	7,8	16.158
Piauí	122	894.894	3,7	13.454
Ceará	384	2.102.242	8,8	70.336
Rio Grande do Norte	134	1.344.668	5,6	34.146
Paraíba	291	1.169.435	4,9	36.494
Pernambuco	523	4.369.174	18,2	121.076
Alagoas	65	828.756	3,4	12.822
Sergipe	61	839.061	3,5	13.322
Bahia	447	8.910.817	37,3	104.538
TOTAL	2.335	23.965.302	100,0	460.431

Fonte: Sampaio Filho (1985, p. 68)

¹ Estão excluídos os projetos provados para o norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, áreas de atuação da SUDENE

Comandando o portfólio de investimentos atraídos, as economias baiana e pernambucana apresentavam condições mais aptas à integração, desde a etapa de constituição do aparelho produtivo ligado à agroexportação. Apesar de montado sobre as estruturas que emperravam o seu desenvolvimento, segundo já tratado, no momento de crise externa dos preços dos seus produtos primários, são naturalmente estes estados que primeiro se acoplaram ao processo de integração do mercado nacional, reorientando a comercialização de seus produtos aos mercados do Centro-Sul, em pleno vigor de uma industrialização tida como restringida⁴⁸.

No tocante ao Ceará, essa inserção no mercado nacional decorrente da crise do setor externo também foi observada embora em níveis mais marginais quando comparado a Bahia e Pernambuco, e numa etapa posterior. Segundo também tratado anteriormente, um dos fatores para tanto foi a integração deste sistema, ocorrida de maneira mais subordinada às economias regionais maiores, além da pouca diversificação derivada do aparelho econômico montado precedentemente. Ainda assim, a economia cearense se insere como um dos maiores

⁴⁸ A etapa de industrialização restringida ocorre durante o período de 1930-1955 e precede à industrialização pesada. Se constitui assim “porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, num golpe, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial... O crescimento é mais que proporcional no departamento de bens de produção” (MELLO, 2009, p. 90)

contemplados na evolução dos projetos assinalados pelo desenvolvimento promovido pela SUDENE.

A melhor dinâmica deste período chegará ao estado com relativo atraso em relação aos demais (Bahia e Pernambuco), sendo somente nos anos 1970 com a implantação do III Polo Industrial do Nordeste que seus efeitos serão mais observados. Os setores tradicionais foram os mais beneficiados e a localização predominantemente em Fortaleza e adjacências contribuiu para consolidar a estrutura urbana pré-existente, confirmando a primazia urbana da capital características principal deste sistema urbano, afinal

as origens do padrão que caracteriza a rede urbana cearense, marcado pela excessiva centralização de sua capital, (...) remonta ao assentamento das bases de suporte à circulação do excedente gerado pelo complexo pecuário-algodoeiro. Entretanto, é a partir do avanço da atividade industrial que o intenso crescimento de Fortaleza e, posteriormente, de sua Região Metropolitana, irá delinear os aspectos macrocefálicos que persistem até os dias de hoje (MACEDO, LIMA JÚNIOR E MORAIS, 2012, p. 74)

Não obstante retomar posteriormente a questão da metropolização cearense como parte daqueles ajustes nas conformações do seu complexo urbano às mudanças do capitalismo contemporâneo, cabe antecipar que de fato, aquiescendo ao que afirmam os autores acima, a institucionalização da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF em 1973, foi outra medida que evoluiu para a anteposição da capital do estado⁴⁹. Criada juntamente com as demais Regiões Metropolitanas de então, através da Lei Complementar 14/1973, os municípios que compreendiam inicialmente a RMF eram Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Pacatuba e Aquiraz.

Embora exercesse forte primazia sobre o sistema urbano estadual - cujas origens conforme já demonstrado remontam à etapa promissora de comercialização externa do algodão -, não se observava à época características definitivas de aberta metropolização, de acordo com exploração de diversos autores que tratam do fenômeno em realidades onde ele se apresenta com maior madureza, dentre eles Ascher (1998), Veltz (1994) e Méo (2008)⁵⁰. A apreciação de Geiger

⁴⁹ A Lei 14/73 instituía as RM's de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba, e Porto Alegre. No ano seguinte é criada a Região Metropolitana do Rio de Janeiro pela Lei Complementar 20/1974 (GOUVEIA, 2005).

⁵⁰ Aproximando das definições dadas por Ascher (1998), Rufino (2009) lembra a metropolização como um processo de complexificação da urbanização, diretamente associado aos modos de produção e de vida das populações. A legalização de RM's não necessariamente reflete estes processos e no caso das áreas metropolitanas brasileiras instituídas em 1972, embora justificáveis sob alguns casos como o de São Paulo e do Rio de Janeiro, observou-se

(1963) sobre a metropolização brasileira na marcha do processo de industrialização pós anos 1950 também não dava respaldo à sua extensão à capital cearense.

Independentemente dos méritos da questão, a ser retomada com maiores detalhes posteriormente, nas transformações derivadas das consignações da ação governamental via SUDENE no Ceará, algumas inferências acerca das questões socioespaciais e, conseqüentemente, de organização de sua rede urbana são importantes.

A começar pelos setores eleitos para os projetos beneficiados, revelando ambigüidade estrutural do desenvolvimento. O estímulo modernizante foi dado a partir daquelas atividades de caráter primário (algodão principalmente) e a elas relacionadas (beneficiamento e manufaturas têxteis e de confecções), que haviam cimentado um sistema econômico tacanho. A respectiva organização da sociedade e a decorrente disposição espacial de ambos, até este momento se apresentara como obstáculo ao desenvolvimento pleno das forças produtivas.

Segundo Bonfim (2001, p. 103), tais setores que condicionavam os limites se apresentavam agora como “possibilidades de superação do atraso relativo da economia estadual”. Na ausência de interesse dos grandes projetos de investimento provenientes de outras regiões, estes setores e a massa de capital de caráter predominantemente mercantil a eles associadas se colocavam com forte probabilidade de modernização através dos recursos públicos para promover a industrialização cearense. Neste sentido, o Ceará se distinguiu de grande parte das demais economias nordestinas quanto à política implementada pela SUDENE, pela predominância inicial de capitais oriundos do próprio estado.

Esta origem revela o caráter locacional das inversões estimuladas pelas regulamentações da Superintendência, ocorrendo predominantemente na capital, ou em municípios lindeiros⁵¹, como foi desde sua implantação inicial de tais empreendimentos.

O mercado interno limitado e a incerteza quanto à geração de benefícios advindos do desenvolvimento de encadeamentos produtivos somavam-se às deficiências infra estruturais para o pouco interesse despertado pelo grande capital de outras regiões. Foi o contexto que exigiu dos governos estaduais medidas estimuladas pelo momento histórico nacional de implantação de aparatos e órgãos convergindo para pensar o desenvolvimento brasileiro dos anos 1950 em diante.

muito mais uma medida “de consolidação de um eixo de geopolítica de integração e modernização do território nacional, com base na industrialização e em um sociedade predominantemente urbana”. (RUFINO, 2009, p 15)

⁵¹ Grande parte destes municípios lindeiros à capital foram posteriormente incorporados à RMF.

Um conjunto de mudanças alinhadas ao desenvolvimento já é observado mesmo antes da implantação da SUDENE. Sob iniciativas federais ou estaduais, as medidas levadas a cabo já na primeira metade da década de 1950 dão início a uma estrutura burocrático-administrativa para promover o planejamento e instrumentalizar saídas às questões associadas ao desenvolvimento econômico estadual. Dentre as medidas iniciais podem ser citadas: a criação do Banco do Nordeste do Brasil com sede em Fortaleza, em 1952 mas só instalado em 1954; a implantação do Conselho Estadual de Economia (Lei 2.461/1954); a criação da Universidade do Ceará (depois Universidade Federal do Ceará – UFC), também em 1954; o Banco do Estado do Ceará, em 1962 (Lei 6.082/1962)⁵².

Como sistematização, *pari passu* aos outros movimentos e intervenções de caráter federal, é posto em prática uma sequência de programas governamentais de caráter plurianual, convergindo e complementando as ações praticadas pela SUDENE no estado. Ao que interessa ao objeto de estudo do presente trabalho é importante a constatação de que no plano da organização espacial e do sistema urbano, o centro irradiador estava na capital do estado. Entretanto grande parte das intervenções apontavam para a descentralização abrangendo cidades e polos interioranos que, não obstante às diversidades, continuavam articulando suas respectivas hinterlândias.

Em linhas gerais, conforme apresentado no QUADRO 2, a sequência fértil de planos e programas executados entre o período que vai da primeira metade dos anos 1960 até meados da década de 1980 teve como denominador comum as preocupações com a infraestrutura, o estímulo à diversificação produtiva com prioridade na atividade industrial, na capacitação técnica, na dotação de instituições de planejamento e formação.

Partindo do pressuposto de que não há divórcio entre a política e a economia, os personagens políticos que protagonizaram estes movimentos inserem-se no contexto também da transformação conservadora ocorrido em âmbito nacional. Os líderes estaduais que conduziram as medidas de promoção do desenvolvimento durante este período reuniam características de certo modo contraditórias que se constituiu em base de aliança local ao quadro político

⁵² Lima (2008) narra detalhadamente a instalação destes órgãos, os contextos políticos e acordos firmados e os dinamos das tentativas de criar uma supra estrutura de planejamento e um corpo técnico estadual capaz de, em complemento às ações federais consubstanciadas pela SUDENE, avançar sobre as preocupações acerca de superação dos gargalos ao desenvolvimento cearense.

predominante tanto na vigência do nacional desenvolvimentismo de caráter populista quanto sob o regime militar.

Segundo Bonfim (2001, p. 113), as figuras de Virgílio Távora, Plácido Aderaldo Castelo, César Cals e Adauto Bezerra, numa espécie de extensão do desenvolvimentismo ao Ceará, promoviam uma “modernização de superfície” visto que fundavam-se nas velhas estruturas de poder tradicional cujos instrumentos de reprodução eram o voto de cabresto que reportavam aos currais eleitorais não somente no sertão semiárido mas também na capital do estado. Outra característica ainda levantada pelo autor é que através do exercício deste poder, objetivava-se o domínio sobre os grau de profundidade e os ritmos seguidos pelo processo de modernização que se pretendiam conduzir.

**QUADRO 2 – CEARÁ: PLANOS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO
1960-1991**

PLANO	PERÍODO	GOVERNO	OBJETIVOS	PRINCIPAIS MEDIDAS
Plano de Ação Governamental - PLAMEG	1963 a 1966	Virgílio Távora	Dotar o estado de infra estrutura econômica permitindo a participação no avanço industrial que ocorria em nível nacional	- criação empresas públicas de planejamento e fomento ao desenvolvimento industrial (Superintendência do Desenvolvimento do Ceará – SUDEC, Secretaria de Planejamento); - implantação o I Distrito Industrial de Fortaleza em Maracanaú; - construção de infra estrutura; - eletrificação com energia de Paulo Afonso.
Plano de Ação Integrada do Governo - PLAIG	1967 a 1971	Plácido Aderaldo Castelo	Diretrizes davam continuidade ao plano anterior	- consolidação do I Distrito Industrial; - formação de polos de desenvolvimento com pequenas indústrias; - criação da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário - CODAGRO
Plano de Governo do Estado do Ceará - PLAGEC	1971 a 1974	César Cals	Aceleração do processo de desenvolvimento econômico, aumentando a oferta de empregos urbanos, reduzindo a dependência da economia do mercado externo	- atração de investimentos de iniciativa privada local e externa; - estímulo aso setores primários objetivando encadeamentos produtivos; - continuação de melhoras em infraestrutura com destaque para construção/pavimentação de estradas
Plano de Desenvolvimento do	1974 a 1979	Adauto Bezerra	Promover a integração produtiva do Ceará ao sistema nacional	- programas de capacitação de cidades médio porte;

Ceará - PLANDECE			reduzindo as disparidades inter-regionais no estado e melhorando malhas urbanas ⁵³	- saneamento básico de Fortaleza; - interiorização do Banco do Estado do Ceará.
II Plano de Ação Governamental – II PLAMEG	1979 a 1983	Virgílio Távora	Consolidar a industrialização e integração produtiva do Ceará	- implantação, em consonância com a SUDENE, do III Polo Industrial do Nordeste, na Região Metropolitana de Fortaleza; - criação do Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI; - pavimentação de estradas cortando o estado; - projetos de irrigação em propriedades privadas
Plano Estadual de Desenvolvimento - PLANED	1983 a 1987	Luís de Gonzaga Mota	Continuidade dos objetivos anteriores, com foco na integração produtiva e oferta de serviços de infra estrutura	- promoção de atividades industriais articuladas;

Fonte: Construído com base em Lima (2005), Lima (2008) e Oliveira Júnior (1996)

⁵³ Este plano foi contemporâneo à megalomania de integração nacional dos grandes planos federais do período militar, tendo inspiração nas conjecturas proporcionadas pelo II PND do Governo Geisel.

Na questão espacial, as inquietações com as desigualdades intra estaduais, a busca de uma ação mais equilibrada na sua rede urbana, a articulação entre as diversas regiões e a integração de espaços com forte ligação a outros estados do Nordeste não foi adiada por muito tempo nestes planos, não obstante houvesse consolidação gradativa da concentração do crescimento na capital.

Seu ensaio inicial nas preocupações contidas no planejamento destas intervenções surge no início dos anos 1970

O PLAGEC (1971 a 1974) cita pela primeira vez a necessidade de um desenvolvimento mais equilibrado entre as várias regiões e a capital. Menciona ainda que a polarização exercida por outros Estados em algumas áreas do Ceará deve ser minimizada através de uma maior oferta de infraestrutura de transportes nas áreas de fronteiras que são deficitárias em rodovias, salientando que o Ceará pode se tornar um polo regional, na medida que possa oferecer vantagens na infraestrutura econômica (porto, ferrovia e rodovias), capacidade industrial e comercial (OLIVEIRA JÚNIOR, 1996 p. 77).

Como tratado anteriormente, um fato que contribuiu para consolidar os desníveis entre a capital e as demais regiões do estado foi a instalação do III Polo Industrial do Nordeste no Ceará, mais precisamente na RMF. A ação fez parte de um dos grandes conjuntos de transformações da política de promoção do desenvolvimento nordestino, a partir da instauração do regime autoritário, nos esforços dos grandes planos de desenvolvimento nacional. O avanço se dera com o II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND, pela impressão do ideário de “Brasil Grande Potência” permeando também o objetivo da integração nacional⁵⁴.

Nas alterações verificadas neste sentido estava a inclusão da Teoria dos Polos às políticas postas em prática pelos governos militares e, como decorrência, as atividades estimuladas pela SUDENE seguiram tal acepção que partia da interpretação feita por François Perroux acerca da experiência francesa pós década de 1950⁵⁵. Avançando na diversificação/modernização produtiva, a criação de polos de fato se constituía na evolução de

⁵⁴ Estas transformações da política regional pelos governos militares está bem tratada em trabalhos sobre a SUDENE, como tópico referente ao desmonte do planejamento regional observado já neste período. A desarmonia com diversas das proposições de seu idealizador era marcante e o comprometimento das fontes de financiamento e da autonomia política da instituição seu fato concreto. Para maiores detalhes ver Furtado (1989), Cano (2007b), Carvalho (2001), Lima Júnior (2008).

⁵⁵ As instituições e órgãos de estudos econômicos e de planejamento brasileiras neste período passaram por forte influência do planejamento francês, inclusive pela atuação de pesquisadores e estudiosos como o geógrafo Michel Rochefort.

ações já implementadas na região. Nestas, predominaram indústrias de base, que por si só possuem características concentradoras. Atende a esta ótica, ainda na primeira metade da década de 1970, o relativo êxito no caso de Camaçari e o avanço em outros polos como o Complexo Integrado de Base de Sergipe, o Polo Cloroquímico de Alagoas, o Parque Industrial Portuário de Suape.

Entretanto, o caso do III Polo Industrial apresentou algumas diferenciações em relação às outras experiências nordestinas que, conforme já atestado, não se limitavam apenas ao aspecto das implicações na configuração espacial mas também de sua organização setorial.

No primeiro aspecto, a implantação deste polo se constituía em sequência do estímulo às atividades industriais cearenses decorrente, entre outras ações, daquela série de planos de promoção do desenvolvimento do estado. O distrito industrial pré-existente e mais dinâmico em todo estado foi criado no ano de 1964, em local próximo ao III Polo, no município de Maranguape em área que corresponde ao Distrito de Maracanaú. O Polo recebeu com isto a denominação de Distrito Industrial de Maracanaú e uma de suas implicações em termos da constituição do sistema urbano estadual foi a emancipação do distrito em 1983, se transformando a partir de então no espaço de maior aglomeração de unidades industriais bem como de emprego industrial do Ceará. A macrocefalia urbana exercida por Fortaleza e toda a sua Região Metropolitana embora com origens concentradoras mais antigas, ganha reafirmação neste período.

É conveniente lembrar que a afluência de indústrias que existiam antes destas estruturas serem criadas era resultado involuntário da fase de industrialização precedente, já aqui tratada e sua localização espacial se dera nas áreas próximas ao centro de Fortaleza que seguiam os sentidos das estradas de ferro. Autores que tratam do processo de urbanização e da dinâmica econômica da capital do Ceará citam o eixo denominado de área industrial Rua Francisco Sá, onde se localizavam os principais estabelecimentos antes de se instituir uma política de localização industrial (RUFINO, 2012; BERNAL, 2004).

Quanto ao aspecto setorial, segundo também já prenunciado, a criação do distrito se direcionou para setores já existentes, sob a ótica de modernização tornando-os competitivos para o mercado nacional e internacional. Os setores têxtil, vestuário e de confecções, calçados, alimentos e bebidas ganham novas dimensões principalmente pela ampliação das escalas de produção. Ainda que sendo com o protagonismo do capital local, para Tavares (1989, p 17) era

uma forma adequada ao desenvolvimento do capital monopolista que estava sendo promovido nos estados da região.

Estes distintivos são pontos importantes que articulam de um lado a intervenção governamental planejada promovida em nível federal nos marcos do desenvolvimentismo e complementada pelos governos estaduais, e de outro a constituição dos principais grupos econômicos e políticos bem como à caracterização espacial de suas atuações.

Os detalhes do contexto e das implicações recentes derivadas desta articulação, será matéria de consolidação para objetar os elementos recentes dos ajustes espaciais manifestados no sistema urbano do Ceará às alterações na dinâmica capitalista atual. Em convergência com a criação e consolidação do Distrito Industrial de Maracanaú, outra medida avançou no lançamento de bases para a etapa posterior que foi a instituição do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI, nas determinações do II PLAMEG, durante o segundo governo de Virgílio Távora.

No próximo capítulo serão exploradas as paulatinas transformações econômicas gestadas no âmbito da reversão de paradigma de regulação no interregno temporal que tem início ainda nos anos 1970 e aprofundamentos nas duas décadas posteriores. Sem riscos de ruptura na sequência de construção adotada, o intuito é trazer para o cerne da discussão o macro contexto em que se insere a dinâmica das alterações da estrutura produtiva cearense e os reflexos na sua rede urbana mais recente. É sobre os determinantes deste macro contexto adicionados às heranças do processo de formação explorado até aqui que se acionam os ajustes espaciais sobre a hipótese colocada na elaboração do trabalho.

CAPÍTULO 2 – TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: IMPLICAÇÕES NAS ESCALAS URBANO-REGIONAIS

Conforme já acentuado, o estudo da rede urbana, e particularmente da rede cearense, demanda um conjunto de reflexões que permitam entender os principais aspectos e suas complexidades a partir de movimentos relevantes que acompanham as transformações da economia brasileira e seu impacto no ordenamento da estrutura urbana nacional e sua inserção em tempos de maior integração ao circuito mundial de acumulação.

Esta sequência parte do esforço de compreensão dialética de conceber as transformações econômicas assistidas no Ceará (e seus efeitos em termos da dinâmica do sistema urbano) como parte da totalidade do movimento de acumulação, na sua mais recente etapa fundada nos desdobramentos das macro mudanças do capitalismo global. Suas formas concretas são sentidas em primeira instância no conjunto de implicações da reestruturação produtiva e no aprofundamento das alterações dos processos de urbanização⁵⁶.

Neste contexto, as adequações em termos de corte analítico exigem esforço teórico e metodológico de mediações multiescalares, também apontadas por Brandão (2007, p.204), seja em decorrência das heterogeneidades do processo de formação das estruturas socioeconômicas em países subdesenvolvidos, seja em decorrência das exigências da inserção destes e de seus respectivos espaços na conjuntura de reorientações econômicas. Não se trata, segundo o autor, de uma característica de virtuosidade do processo de desenvolvimento, tendo em vista a capacidade de competitividade de determinados espaços, mas sim de lidar com os fundamentos da dialética da lógica de acumulação na atual etapa de internacionalização, tendo em vista que o capitalismo

nos últimos anos aperfeiçoou e apurou seus instrumentos de ação, aprendeu ainda mais a mobilizar as heterogeneidades e diversificadas “forças sociais, históricas e geográficas” dispersas, dando-lhes a sua coerência. Aprimorou a sua capacidade de ser multi e transescalar, isto é, utilizar as escalas nacional, regionais e locais em seu próprio benefício, isto é, o ganho rápido e sem constrangimentos “escalares”. (BRANDÃO, 2007, p. 205)

⁵⁶O termo macro mudanças é proposto para designar os condicionantes da conjuntura econômica, tecnológica e institucional em nível global a partir dos anos 1970 (NATAL, 2011, p. 70)

Tal capacidade de reorganização das bases de acumulação imprimindo os ajustes no modo de produção capitalista era prevista já nos escritos clássicos de Marx e o refinamento quanto aos níveis espaciais em várias escalas compõem a organização hierárquica das diversas estruturas instauradas pelas hierarquias urbanas (HARVEY, 2013, p. 535). A composição de forças sociais e de outras estruturas se sistematiza em cada uma destas escalas, passando por transformações ao se movimentar entre elas dos níveis mais locais aos mais globais da hierarquia⁵⁷. As cidades, como espaços concentrados dirigentes capitalistas, e o sistema composto por elas são, portanto, categorias desta abordagem.

O levantamento destas questões reside na necessidade de compreender os ajustes espaciais e urbanos impressos na rede cearense como desdobramento das totalidades dos processos capitalistas recentes. Suas características e conformações são reordenadas, como decorrência das envergaduras de inserção da economia brasileira à dinâmica destas transformações. Dois elementos sobrepostos norteiam as formulações necessárias, que serão detalhados na seção a seguir.

2.1. O MACRO CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS PÓS 1970 E AS MUDANÇAS NO PARADIGMA DE REGULAÇÃO.

O primeiro dos grandes elementos de análise que deve ser levado em conta no grupo de ações postas pelos desafios de investigação acima apontado se refere às formas de organização/articulação do paradigma de desenvolvimento capitalista emergente, resultado das determinações estruturais conjunturais pós-1970. O segundo é concernente às mudanças na gestão pública e privada implicada por tal reorientação, ou seja, às próprias formas de regulação introduzidas. Ambos determinaram intensos ajustes espaciais e influenciaram na forma como as regiões – em diferentes escalas – buscaram se inserir nas mudanças em curso.

⁵⁷ Harvey (2013) descreve como principais estruturas as esferas das finanças, da produção e do Estado, dentre outras tantas. Nesse movimento de reestruturações do capitalismo entre níveis locais, regionais, nacionais e globais, se complexificam e “questões que parecem fundamentais em uma escala desaparecem inteiramente de vista em outra; facções fundamentais em uma escala desaparecem inteiramente da vista em outra; facções que são participantes ativas em uma escala podem desaparecer num cenário ou até mudar para outro. Entre o particular e o universal há toda uma confusão de arranjos organizacionais desordenados que mediam a dinâmica do fluxo do capital dentro da economia de espaço do capitalismo e proporcionam múltiplos e diversos fóruns de luta de classes e a luta entre facções pode se desenvolver.” (HARVEY, 2013, p. 535)

No contexto do capitalismo contemporâneo, seus movimentos têm localização temporal no ambiente da crise fordista, nas conseqüentes transformações da acumulação capitalista agravada em meados dos anos 1970 e sua suplantação gradativa pelo modo desregulamentado neoliberal nos anos seguintes (FERNANDES e CANO, 2011, p. 287). Territorialmente, os ajustes exigidos na esfera econômica se plasam em apropriações espaciais renovadas e o papel de comando das cidades na organização das diversas formas de acumulação fica mais fulgente dando seu caráter real concreto em nível regional-urbano. O imperativo teórico colocado neste contexto é das apreensões sobre como as estruturas espaciais atendem as necessidades do desenvolvimento capitalista.

Embora estes processos (cuja característica acentuada em primeira análise é a maior integração global) estejam associados ao ápice alcançado pela financeirização contemporânea, eles se situam incontestavelmente em todas as formas da acumulação⁵⁸. O ponto de partida, portanto, está na esfera produtiva e no seu processo de reestruturação com maior vigor na conjuntura vivida pelo mundo na década de 1970.

As análises sobre esta etapa capitalista apresentam em comum o fato de consagrarem como marco inicial a inflexão observada com mais vigor na segunda metade dos anos 1960 e aprofundada nas décadas seguintes, cuja impressão maior é o desmoronamento da institucionalidade montada em Bretton Woods, surgida como suporte de operacionalidade à economia mundial do pós-guerra. Os efeitos fundamentais daquela conjuntura sobre todo o arcabouço analítico de problemáticas relacionadas às conexões espaciais em âmbito regional-urbano tem significância maior em aspectos que apontam para o binômio fluidez-flexibilização.

Na clarificação sobre esta grande transformação da ordem mundial nas últimas décadas do século XX, Fiori (2007) destaca um conjunto de condicionantes que dão suas características⁵⁹. É possível agrupá-las em aspectos como:

- 1) a crise da hegemonia norte-americana e a contra restada de estratégias de sua retomada em fins dos anos 1970 em que a explosão dos juros americanos foi o maior capítulo;

⁵⁸ Aguçada pelo desenvolvimento sem precedentes advindo da revolução técnico-científico encurtando distâncias e proporcionando rapidez de comunicação e fluxos de bens e pessoas.

⁵⁹ Observa-se todo o quadro aqui esboçado de maneira sintética em coletânea de textos publicados por este autor com contribuição de inúmeros outros pensadores sobre a “Geopolítica da Globalização” em diversos âmbitos (macroeconômico, regional, político, histórico, etc) entre os anos de 2000 a 2005. O agrupamento feito aqui parte de uma síntese geral deste conjunto de ideias abreviadas em Fiori (2007, p. 49-54).

- 2) juntou-se ainda a contra ofensiva político-ideológica propondo o fim da ação governamental nos marcos keynesianos e de bem-estar social;
- 3) as mudanças monetário-financeiras tidas como mais relevantes ao nível do processo de mundialização protagonizada pelas desregulamentações, e o fim da paridade cambial herdada de Bretton Woods. Suas consequências no centro foi a ampliação dos investimentos financeiros *off shore* e na periferia, associada aos efeitos da crise externa de financiamento, houve a imposição das políticas e acordos de ajuste neoliberal. A implicação maior foi a longa etapa de transferência de divisas para os países credores como grande válvula de fuga de capitais como demonstraram Carneiro (2002) e Carcanholo (2005);
- 4) o avanço tecnológico e científico destacando-se a microeletrônica e telecomunicações com efeitos na extensão, custo e velocidade de circulação de informações, bens e serviços o que facilitou a integração dos mercados, principalmente financeiros, em tempo real;
- 5) a reestruturação produtiva trazendo mudanças no mundo do trabalho, introduzindo não o fim do modo de produção taylorista mas instaurando um mix territorial combinando em algumas partes do mundo a organização flexível do toytismo ao passo que em outras a regra ainda é a da produção em série⁶⁰. O resultado é a exploração da mão de obra barata justaposta ao arrefecimento nos níveis de empregos e salários gerando precarização, subcontratação e terceirização e
- 6) a reorientação da estratégia de regulação na periferia capitalista saindo da esfera de políticas de promoção do desenvolvimento econômico passando à submissão às políticas de ajuste de corte neoliberais como condição para negociação de suas dívidas.

⁶⁰ Antunes (2000, p. 25) elucida esta verdadeira simbiose entre as formas de organização produtiva do trabalho tratando das complexidades da reestruturação produtiva global na modernidade e das respectivas metamorfoses do mundo do trabalho. Harvey (2003, p. 87) converge nesta leitura qualificando-a como “espoliação através da coerção consentida de forma sistêmica”.

Deste modo, emerge uma fase abalizada pela dominância financeira⁶¹ expressa, conforme Coutinho e Belluzzo (2009, p. 132), no crescimento da participação dos haveres financeiros na composição da riqueza, ou seja, de riqueza abstrata, mas sem descolamento com a órbita produtiva. A compreensão desta dominância requer considerar que a produção de riqueza abstrata não é extraordinária ao desenvolvimento capitalista mas sim um caráter próprio da lógica de acumulação tendo raízes históricas concretas culminando com a financeirização.

Este fenômeno é definido por Braga (2000, p. 270) como “*padrão sistêmico de riqueza*” e sendo assim, seus componentes se entrelaçam voltados para uma dinâmica estrutural que confirma a lógica financeira geral e a autonomização na valorização do capital⁶²

O aprofundamento reestruturante derivado dos condicionantes acima gera, portanto, determinações de ajustes territoriais denominados por Harvey (2006, p 121) de “*spatial fix*”. São imperativos com manifestada capacidade de reorientar as dinâmicas do capital e da força de trabalho, pressionadas pelos custos de desvalorização e crise de acumulação. O ajuste permite alargamento do capital para “fronteiras abertas”, redimensionando espaços, empreendendo expansão geográfica para acesso a reservas para a acumulação⁶³.

Para os propósitos da presente tese, cabe afirmar que as fronteiras balizadoras do desmonte acima apontado sofrem sob as envergaduras da reestruturação na base produtiva e na emergência de políticas macroeconômicas que favorecem a financeirização fornecendo padrões diametralmente opostos ao que se observou na fase “*Golden Age*”. Antes, a funcionalidade

⁶¹ Há o predomínio das finanças na busca pela valorização sem descartar, no entanto, outras formas de valorização como a produtiva. Carneiro et al (2011) se portando à boa literatura sobre dominância financeira (CHESNAIS, 1996; GUTTMANN, 2008; PALLEY, 2007) realça as marcas patrimonial e de valorização fictícia. Eles apontam para o controle da propriedade privada através do capital acionário como responsável pela difusão da lógica financeira de operação dos agentes econômicos.

⁶² A definição dada por Minsky (1986) é a de emergência de um quadro em que as finanças predominam ditando o ritmo da economia, das instituições e das demais dinâmicas.

⁶³ É importante esclarecer que a concepção de reservas espaciais para a acumulação, ou os “espaços de reserva”, não está associada à não extensão das relações capitalistas de produção a tais espaços e muito menos à manutenção de aspectos que caracterizavam os territórios de reservas em que se constituíam as antigas colônias existentes em alguns continentes até 1945. Trata-se de espaços que, com os ajustes promovidos pela dinâmica das mudanças capitalistas, apresentam fatores que os tornam atrativos aos circuitos de valorização globais, sendo um atributo ausente em etapas anteriores. Tanto o campo quanto a cidade possuem tais caracteres de reservas à acumulação capitalista. Segundo Santos (2006, p. 195) esta característica se manifesta acompanhando as diferenciações dadas pelos lugares quanto à rentabilidade dos investimentos realizados em fases promissoras e de expansão. Como é um atributo não duradouro, se mantém até outro lugar apresentar melhores vantagens numa nova rodada de acumulação. Fazendo a justaposição com o pensamento furtadiano, as características estruturais de constituição destes espaços, deram-lhe feições particulares, o subdesenvolvimento. As formas de inserção capitalistas aí são portanto distintas, sendo o subdesenvolvimento uma particularidade de desenvolvimento cujos elementos constituintes são mobilizados de forma submissa a cada renovação histórica do desenvolvimento capitalista (FURTADO, 1966, p. 3-4). Espaço, força de trabalho, recursos naturais são portanto requestados atendendo a esta dinâmica.

oferecida por tais instituições, associada a fatores como estabilidade no padrão tecnológico e também de sua renovação, crescente abertura dos fluxos do comércio internacional, movimento de transnacionais em busca de novos mercados instalando-se em países da periferia, permitiram que se assistisse durante esta fase a mais longa etapa de crescimento dos países capitalistas⁶⁴. A atuação estatal forjou os fundamentos mais sólidos desta conjuntura⁶⁵.

É importante lembrar que, fundando-se na concepção de que não há na evolução das economias experiência alguma de avanço sem a participação do Estado (CANO, 2010, p.6), a ação do Estado de Bem-Estar suplantando as arestas deixadas pela contradição da acumulação capitalista, no tocante aos efeitos do crescimento nos países desenvolvidos, teve seu rebatimento onde o desenvolvimento industrial ainda não havia se dado de forma plena que era a periferia não industrializada até os anos 1950. Assim a versão do *Welfare State* para os países atrasados se constituiu na promoção do desenvolvimento, o denominado *desenvolvimentismo* de origens cepalinas.

Esta aceção ganhou ímpeto na década de 1950 em diante, quando tais avanços se intensificam ajudados pela economia de reconstrução da Europa e do Japão, desenhando um ambiente internacional de euforia que esbarrou nos limites postos pelas próprias implicações da expansão manifestados já em fins da década de 1960. Os desdobramentos na periferia latino-americana foram dados pela formulação de diagnósticos com base nos trabalhos da CEPAL contestando a inserção de seus países através da especialização de suas vantagens comparativas em produtos de base primária⁶⁶.

A inflexão desta fase de dinamismo começou a ocorrer de forma mais aguda na primeira metade da década de 1970 se consolidando nos anos subsequentes por meio de movimentos que colocaram em cheque o seu principal instrumento que foi a ação estatal. A incisão de apeio ao

⁶⁴ O crescimento se dava pela necessidade de superar a defasagem tecnológica que além de existente antes da II Guerra, aumentara com a destruição de parques produtivos durante o conflito. Tal tarefa, pelo dinamismo da química, dos bens de consumo duráveis, equipamentos de transporte, siderurgia, metal-mecânica, ampliação da capacidade de geração de energia elétrica e modernização agrícola, impulsionaram ainda mais o setor de bens de capital. (TEIXEIRA, 1983, p. 106-07).

⁶⁵ A atuação se diferenciou a partir das requisições do contexto conjuntural em que ocorria, sendo possível generalizá-la pelo seu enquadramento em três possibilidades: as ações do Estado de Bem-Estar dos países de economia avançada, o Estado de promoção do desenvolvimento em países periféricos e, a ação planejada que caracterizou os Estados socialistas. Os dois primeiros casos tratam da conformação do Estado interventor keynesiano responsável pelo enquadramento do capitalismo durante quase três décadas (1945-1975) da fase de ouro capitalista e sua marca de confronto com o terceiro caso, a planificação socialista, polarizando o mundo na chamada Guerra Fria.

⁶⁶ A construção desta contestação fora feita por Prebisch e sempre retomada pelos demais pensadores da Escola Cepalina, dentre eles Celso Furtado.

Estado de Bem-Estar nas economias centrais e ao Estado desenvolvimentista na periferia foi desta forma de caráter lógico.

O aparelhamento com base no financiamento externo que constituiu a montagem do parque produtivo das economias latino-americanas comprometeu-se, apesar de continuar dando seus suspiros, relativos muito mais à petição de maturação dos investimentos feitos do que mesmo de sua aptidão de reprodução. No caso brasileiro, o ultimato ao desenvolvimentismo foi dado com o esgotamento das proposições do II PND não obstante ter completado a sua diversificação com grande capacidade produtiva, principalmente quando comparado aos demais países latino-americanos⁶⁷.

Os três decênios seguintes foram de ajustes e consolidação da nova situação descrita como “‘a grande transformação’ do fim do século XX”, cujos condicionantes foram recopilados acima. Com predominância emergencial da financeirização tanto no centro quanto na periferia, tal processo é tido como continuidade do avanço capitalista, agora na sua fase de acumulação financeira providenciada por uma série de outros elementos como o progresso das telecomunicações, as inovações nas finanças com crescente integração dos mercados financeiros, as desregulamentações e aberturas econômicas, dentre outras.

O aporte de recursos externos que financiou a transformação produtiva brasileira é a escusa que potencializou o endividamento com a crise de liquidez internacional puxada pela elevação dos preços internacionais associados não só aos estrangulamentos do petróleo mas principalmente à subida dos juros norte-americanos em 1979, com retaliações nos demais preços macroeconômicos (taxas de câmbio e demais taxas de juros) sendo a inflação crescente o seu efeito mais direto. No Brasil, os anos posteriores foram de gestão deste quadro pela aplicação de tentativas de controle inflacionário e das gradativas reformas de adesão aos pressupostos do neoliberalismo⁶⁸. Somente em 1994 foi alcançado o objetivo de estabilidade no controle dos preços, sustentado no avanço daquelas reformas e reiterando a desregulamentação econômica

⁶⁷ Os suspiros finais da concepção desenvolvimentista não é consenso para estudiosos da questão. A crise de endividamento manifestada na segunda metade dos anos 1970 é seu marco mas autores como Malta *et al* (2010) localizam na segunda metade da década de 1980 os últimos indícios do desenvolvimentismo como proposição predominante nas medidas econômicas. Os autores consideram o Plano Cruzado (1985) e a Constituição Federal de (1988) como termo destes últimos suspiros

⁶⁸ No caso brasileiro, os primeiros impulsos mais intensos da adoção dos pressupostos neoliberais é o governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), quando adota-se no Brasil as recomendações do Consenso de Washington, já implantadas na quase totalidade dos países latino-americanos. O seu aprofundamento ocorre no Governo de FHC.

pela preponderância das forças de mercado, solicitando novas formas de adaptação do território à nova rodada de acumulação da economia brasileira. (MACEDO, 2010, p. 34).

Conforme posto, a ação estatal é preterida nesta conjuntura sob a justificativa de sua incapacidade diante do endividamento, crise de financiamento e engessamento dos investimentos além de ineficiência ligada às práticas políticas de privatização de interesses públicos, presentes na formação política nacional. Aqui reside portanto um dos suportes do segundo elemento apontado no início desta seção, que está na reorientação da gestão pública e também privada como respostas ao conjunto de macro mudanças que se vem expondo.

Afeiçoando-se ao que preconiza a agenda proposta pelo paradigma neoliberal, a responsabilidade estatal estaria voltada para a garantia de serviços básicos que podiam se constituir também em ramos de ação da iniciativa privada, além da garantia da propriedade e seus direitos através dos marcos institucionais para o livre exercício das liberdades individuais (HARVEY, 2008, p. 75). Pode-se vislumbrar portanto um verdadeiro conjunto político-ideológico-econômico que se apresenta como saída para a crise garantindo a organicidade do modelo de acumulação centrado na financeirização internacionalizada. A busca por redução de custos promovendo uma verdadeira panaceia na órbita produtiva e o incessante movimento de capitais transnacionais daí decorrentes, se desdobrando no setor financeiro para o alcance de ganhos especulativos, se confirma como outro suporte da gestão pública e privada na nova roupagem capitalista.

As distinções do colapso pós anos 1970 evidenciam com maior clareza os atributos apontados por Harvey (2013, p. 544-545) de que a crise capitalista renova as condições da acumulação adicional no sentido de ampliação da esfera produtiva em todos os níveis e envolvendo o aumento da produtividade da mão de obra por equipamentos de trabalho cada vez mais sofisticados, reduzindo o custo desta mesma força de trabalho, redirecionando o excedente do capital para linhas/formas mais novas e lucrativas⁶⁹. A incorporação de novos territórios e o redimensionamento de outros é portanto relevante.

Os espaços, regiões ou territórios de todo o globo se constituem em ativos às reorientações conduzidas e neste sentido, as estruturas urbanas interligadas se contextualizam

⁶⁹ Em os *Grundrisse*, Marx [1858(2011)] explora esta tendência de longo prazo do capitalismo ao defender em várias passagens que a proporção de trabalho vivo na elaboração do produto total crescerá a taxas cada vez menores *vis à vis* à participação de trabalho morto. Esta relação seria um dos indicativos do declínio do modo de produção capitalista culminando, dentre outras, em crises de realização e limitando a capacidade da teoria do valor trabalho no que concerne às sistematizações que explicam a origem da acumulação.

como articuladoras da dinâmica deste capitalismo flexível e integrado. Naqueles espaços com possibilidades de atividades produtivas estratégicas ao modelo dominante, os sistemas urbanos são portanto convenientes sejam às atividades diretamente conectas ao urbano ou não.

Destarte, as relações simbióticas sistematizadas no termo tríduo “Financeirização Mundializada-Crise do Estado-Neoliberalismo” delineiam o quadro macro estrutural das transformações. A evolução que emerge altera portanto a lógica que consentiu o crescimento econômico com base nos investimentos produtivos dando condições para a sua modernização e propagação. Toda a diligência passa a ser refém dos interesses da financeirização mundializada que requer pouca regulamentação e grande alçada macroeconômica, provenientes da ação dos Estados cujas normatizações se restringem em grande parte a tal processo (CHESNAIS, 1996, p. 34). No nível produtivo, a busca constante é por condições competitivas cada vez mais intensas, achatando profundamente os custos com os fatores de produção.

Embora a coerência deste modelo aponte para a inexistência de uma proposta de promoção do desenvolvimento, em si engendra aspectos de um projeto de desenvolvimento de caráter liberal tendo em vista que preconiza estabilidade macroeconômica de preços permitindo formulação de expectativas por agentes disciplinados pela competitividade propiciada pela abertura econômica que também dá anuência à captação de recursos externos via juros elevados e liberdade cambial⁷⁰. Conforme Fernandes e Cano (2011, p. 291), a busca assídua de atenuar ou desfazer-se dos efeitos de desvalorizações que se aceiram em momentos das crises inerentes a tal conjuntura, provoca uma série de desdobramentos. Alinhando-se ao pensamento de Fiori (2007), os autores salientam dentre estes também a elevação das taxas de produtividade, a redução dos custos em geral com destaque novamente para aqueles associados ao fator trabalho, às estratégias de expansão dos mercados, e os recursos à aquisição/absorção de ativos públicos e ao aumento dos ganhos financeiros ao capital.

Uma nova divisão internacional do trabalho se acopla a este processo, fazendo-se sentir nas articulações das escalas espaciais e assim, mais do que nunca, observa-se também o deslocamento das problemáticas regionais e urbanas para o âmbito das questões de competitividade (VAINER, 2002, p. 76). Tais articulações foram instrumentalizadas como

⁷⁰ Esta é a caracterização dada por Belluzzo e Almeida (2002, p. 373) para as medidas de estabilização e reformas subseqüentes ao Plano Real tidas como conjunto de um projeto de desenvolvimento

acomodações dentro do esquema de regulação mais amplo, em que o papel dos Estados é careado ao poder e estratégia das grandes corporações transnacionais.

O dinamismo industrial que se constituiu no suporte de avanços para as economias fora do centro decisório do capitalismo mundial – principalmente aquelas localizadas na América Latina -, passa para esfera secundária sob o pressuposto de reordenamento com base em vantagens competitivas de inserção internacional. Em novas exterioridades, volta à arena os pressupostos que questionam de certa forma a crítica elaborada pela proposição cepalina original e que guiara as políticas de promoção do desenvolvimento econômico brasileiro durante o período de 1950-1970.

Apesar de ser uma discussão não presente de maneira central nas categorias analíticas deste trabalho, é importante ressaltar que no campo de ricas controvérsias decorrentes na nova divisão internacional do trabalho estão os debates acerca dos indícios de redução da importância da atividade industrial como motor dinâmico da economia. Trata-se, em outras palavras, do denominado o processo de desindustrialização que afetou não somente o Brasil mas também o conjunto de economias latino-americanas conforme pode aludir a TABELA 5.

TABELA 5 – BRASIL, REGIÕES DO MUNDO SELECIONADAS: PARTICIPAÇÃO NO VALOR AGREGADO INDUSTRIAL MUNDIAL (EM %)

	1990	2000	2010
Países Desenvolvidos	79,3	76,1	64,4
Países Subdesenvolvidos	20,7	23,9	35,6
Ásia	7,8	12,9	23,7
China	2,7	6,7	15,4
Índia	0,8	1,1	1,7
América Latina	6,1	5,9	5,7
Brasil	2,0	1,7	1,7
Mundo	100,0	100,0	100,0

Fonte: UNIDO IDR (2011)

A comparação com o processo análogo observado nas economias desenvolvidas apontam evidentemente para diferenciações estruturais dando maior suporte à tese de reordenamento na divisão internacional do trabalho promovida pela reestruturação produtiva intensificada nos anos 1990.

Os elevados níveis de renda per capita alcançados através da intensa industrialização desenvolvida no centro torna lícito mudanças posteriores em que as participações dos setores de

serviços no emprego e no produto se expandem em detrimento da indústria. Já na economia brasileira, conforme demonstra a atual conjuntura, o processo se dá com níveis de renda bem inferiores (LARA, 2011, p. 9-10). A promoção das mudanças estruturais levadas a cabo pela industrialização não aconteceram e, conforme descreve Cano (2012, p. 3) a redução da participação da atividade industrial na atividade econômica do Brasil ocorre de forma precoce e nociva, associada a uma política macroeconômica com reduzidos graus de liberdade para execução de políticas de desenvolvimento, dentre elas uma política industrial.

O fenômeno se manifesta nas suas duas formas clássicas, tanto pela redução da participação da indústria no Valor Adicionado a preços constantes, através do gap entre as taxas de crescimento da indústria e do PIB, quanto pela redução da participação do número de postos ocupados pelo emprego industrial no emprego total⁷¹. Isso é evidenciado pelo conjunto de GRÁFICOS I (em ANEXOS), sendo a indústria de transformação o ramo industrial mais afetado tanto no Valor Adicionado quanto do número de postos de trabalho ocupados. Lá observa-se redução de 22,7% para 16,6% no primeiro e de 15,5% para 12,7% no segundo.

Contudo, para o quadro das estruturas espaciais internas que interessam ao presente trabalho, é importante deter que a territorialidade do movimento da indústria face às imposições da reestruturação produtiva e os nexos que apontam para a desindustrialização precisam ser relativizados quando se consideram as heterogeneidades dos seus efeitos para os diferentes contextos espaciais brasileiros.

Numa fase de desconcentração espúria como a que prevalece desde início dos anos 1990 (CANO, 2008, p.157-158), os instrumentos artificiais e não coordenados em nível de uma ação de política bem definida promovem a transferência de empresas de diversos ramos industriais para espaços que oferecem vantagens como os incentivos fiscais. Desta forma, algumas regiões apresentam indicadores divergentes desta dinâmica (TABELA 6). Uma análise simplória pode concluir que em tais espaços vem ocorrendo uma marcha contrária, apontando para uma expansão da indústria em detrimento do decréscimo da participação da região mais dinâmica.

As regiões que mais se destacaram durante o período de 1996 a 2010 na ampliação de sua participação do Valor da Transformação Industrial estão o Centro-Oeste e o Norte, com Taxas de Crescimento Anual de 4,89% e 3,01% respectivamente. Quanto à Região Nordeste,

⁷¹ Para um aprofundamento sobre a discussão do fenômeno de desindustrialização e sua manifestação na economia brasileira sugere-se SAMPAIO (2013), CANO (2012), SQUEFF (2012), OREIRO e FEIJÓ (2010), DASGUPTA e SINGH (2006).

onde as práticas de atração de investimentos industriais mobilizadas pela guerra fiscal foi precoce, se destacaram estados cujas economias apresentam menor magnitude no contexto regional como Sergipe, Piauí e Rio Grande do Norte (com 4,16%, 3,35% e 2,37%% de crescimento a.a.), e a Bahia (3,15% a.a.), pertencente ao conjunto de três maiores economias nordestinas.

TABELA 6 – GRANDES REGIÕES E ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE: PARTICIPAÇÃO NO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL* 1996-2010 (%)

	1996	2.000	2005	2010
Norte	4,51	4,65	5,85	7,04
Nordeste	7,53	8,85	9,31	9,31
Maranhão	0,32	0,35	0,43	0,34
Piauí	0,12	0,08	0,14	0,19
Ceará	1,14	1,31	1,06	1,27
R.G. do Norte	0,45	0,61	0,58	0,64
Paraíba	0,36	0,35	0,36	0,39
Pernambuco	1,59	1,15	1,07	1,46
Alagoas	0,67	0,53	0,42	0,35
Sergipe	0,23	0,40	0,52	0,43
Bahia	2,66	4,06	4,72	4,23
Sudeste	68,39	65,80	63,55	60,98
Sul	17,36	18,50	17,73	18,17
Centro-Oeste	2,20	2,20	3,56	4,50

Fonte: IBGE, PIA-Empresa 1996/2010

* Empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas.

Ao perpassar estes movimentos do capitalismo recente e buscar apreender a sua extensão à esfera das temáticas relacionadas ao espaço, numa perspectiva que articula os quadros regional e urbano, alguns exercícios teóricos são necessários. O primeiro diz respeito às alterações das esferas regionais em que os sistemas/redes urbanas assumem categoria articuladora primordial face ao seu papel nas conexões maiores do desenvolvimento capitalista. Decorre daí um segundo exercício, que são os padrões advindos dos grandes ajustes que dialeticamente contrapõe as diversas escalas às lógicas de acumulação renovadas a cada novo ciclo capitalista. A seção seguinte busca incorporar os pressupostos provenientes destes exercícios.

2.2. PROCESSOS URBANO-REGIONAIS E DINÂMICAS DE AJUSTES.

As determinações do referido esvaziamento do Estado na capacidade de conduzir os processos político-econômicos do desenvolvimento diante do “conjunturalismo” macroeconômico de predomínio das finanças é um dos acicates para a perda de referência da escala nacional. Adicionalmente, o que sobra na arena desta escala é desafiado por aquele poder das corporações transnacionais e em contrapartida, o local é determinado pelo ideário predominante como escala mais interessante a este arcabouço (BRANDÃO, 2007, p. 17; FERNANDES e CANO, 2011, p. 288).

O ambiente de inserção das questões relacionadas ao espaço reflete todos os desdobramentos desta conjuntura de forma difusa embora incontestável, através de diversos fenômenos sendo os processos concernentes à urbanização os de espelhagem imediata.

Brandão (2007, p. 69) aprecia estes movimentos construindo uma proposição de análise da dimensão espacial do desenvolvimento capitalista contemporâneo, partindo da suposição de que a sua dinâmica ocorre pela articulação de diversas escalas e processos. Ainda que a etapa atual seja de primazia da acumulação financeira, conforme apontado anteriormente, o autor considera a divisão social do trabalho como categoria fundante, face à imprescindibilidade de se pensar a desigualdade social e espacial do modo de produção capitalista como intrínseca⁷².

Captando a expressão sintética das espacialidades do capitalismo e seus movimentos, a sistematização de Brandão (2007) trabalha com a articulação processual entre homogeneização, integração, polarização e hegemonia. Tendo em vista que o avanço das etapas do desenvolvimento capitalista

é intrinsecamente marcado por rupturas, conflitos, desequilíbrios e assimetrias, e apresenta uma peculiar espacialidade de sua riqueza, sob a forma de mercadorias, que requer instrumentos analíticos e conceituais bastante precisos para seu estudo. Posso dizer que todas as correntes do pensamento social que procuraram abordar o desenvolvimento desigual dos espaços regionais apresentaram alguma proposição teórica acerca destas quatro dimensões, processos e forças (BRANDÃO, 2007, p 70)

⁷² Acompanha-se neste sentido a interpretação de Smith (1988) de desenvolvimento capitalista desigual e combinado, especificidade capitalista, fruto de suas inerentes contradições e de sua tendência simultânea à diferenciação e à “igualização dos níveis e condições da produção.

A construção elaborada pelo autor se funda em consistente levantamento em torno do vasto conjunto de obras e contribuições do pensamento associadas às questões espaciais e urbanas nacional e internacional, atendendo também a variados tipos de abordagens e problemáticas exploradas neste sentido⁷³.

Independente dos seus processos de formação e das particularidades históricas, das formas de sua inserção no capitalismo internacional, de suas características físicas e localizações geográficas, os sistemas e redes urbanas instrumentalizam tais dimensões, mecanismos de reprodução e forças. Conforme é possível observar e será consolidado nos capítulos seguintes, enquanto incorporação gradativa pelas transformações em decorrência da lógica de acumulação fundada nestes argumentos, o sistema urbano em estudo na presente tese se apresenta com grande concretude nesta sucessão.

Assim, sintetizando o tratamento das categorias apontadas acima, é possível considerar portanto i) a homogeneização espacial como movimento que permite condições de valorização do capital em todos os lugares; ii) a integração enquanto enfrentamentos resultantes de sua operação na sequência das relações espaciais; iii) a polarização como seguimento sistematizado de organização em hierarquias verticalizadas e iv) a hegemonia - em sintonia com a contribuição dada pelos clássicos no desenvolvimento das Ciências Sociais⁷⁴ - como conformação do bloco de poder que forja os processos espaciais.

A validade das quatro dimensões é coesa ao estudo dos sistemas urbanos e das questões espaciais justificando que a apreensão das novas modalidades e respectivas apropriações espaciais que acompanham as mutações do sistema capitalista nas últimas décadas tornem-se mais densas no tocante aos interesses e comandos dos processos. A partir das forças de homogeneização, integração, polarização e hegemonias percebe-se que são nos núcleos urbanos e

⁷³ É possível estabelecer uma aproximação das configurações de respostas espaciais às rupturas, conflitos desequilíbrios e assimetrias com as categorias elaboradas na proposição metodológica de Santos (1985, p. 50) de processo, estrutura, função e forma nas espacialidades capitalistas. Exercícios metodológicos envolvendo dinâmicas espaciais a partir de dimensões mais gerais como as econômicas, políticas, culturais, sociais e ambientais são também propostas por Haesbaert (2010, p. 137-38) através de processos como funcionalização, controle ou dominação territorial, identificação espaço-territorial, contenção e exclusão territoriais.

⁷⁴ Pensa-se aqui o conceito de hegemonia em sintonia à matriz gramsciniana ao tratar da constituição histórica da sociedade capitalista moderna. Maiores aprofundamentos ver Gramsci (1978) ou ainda Gruppi (1978). Esta última obra é utilizada na sistematização de Brandão (2007) ao tratar da expressão espacial de tal conceito.

nas conexões estabelecidas entre eles que os fenômenos de apropriação, interesses e comandos se corporificam⁷⁵.

Não obstante os temas sobre o urbano estarem relacionados aos conceitos de espaço, lugar, território e região, seu desenvolvimento não será aqui realizado e para o tratamento das particularidades, pertinência e construção teórica que envolve suas respectivas elaborações recomenda-se a vasta literatura disponível⁷⁶. Contudo, é pertinente afirmar que da apropriação destes conceitos, ajustada ideologicamente à regulação neoliberal imperante com base o princípio da fluidez/flexibilidade, o suposto da focalização surge como categoria oportunizando rupturas e segregações que desconsideram a transescalaridade. As agendas tratando de problemáticas do desenvolvimento capitalista periférico e suas espacialidades, ao se ancorar a estes quadros de abordagem culminam com predomínio exacerbado dos localismos.

A evocação do local face à dinâmica global se tornou âncora das interpretações e diagnósticos diante deste contexto, consonante ao que aponta ampla literatura nacional e internacional, sobressaindo visões mais de cunho propositivo⁷⁷. No quadro dos estudos sobre os sistemas urbanos, a evolução se deu de forma análoga no bojo de determinações que apontam para existência de uma sociedade capitalista constituída numa rede de cidades em escala global. Sua hierarquização dispõe-se como favorável a pensar na inserção dos lugares na dinâmica e processos econômicos mundiais, veiculado pela lógica que cada centro e os espaços a ele articulados assumem em tal hierarquia.

De forma mais geral, nos últimos anos sobressaíram pensamentos como a defesa de Castells e Borja (1996, p. 153) de que a velocidade de informação e de fluxos impõe necessariamente adaptações econômicas objetivando inserção em redes mundiais, dando fundamento à noção de cidades competitivas articulando regiões também promissoras. Usando exemplos como alguns casos asiáticos, os autores apontam para a definição de sucessos ou

⁷⁵ Mais uma vez cabe lembrar que a elaboração aqui apresentada encontra respaldo em outras formulações similares, embora com enfoques distintos, de grande validade para compreender a espacialidade dos processos econômicos. Uma delas é a perspectiva apontada na nota número 73 sobre os elementos de estrutura, processos, função e forma. Para boa definição dentro do contexto aqui explorado ver Santos (1985, p. 56).

⁷⁶ O não tratamento destes conceitos não indica negligência com o campo investigativo geográfico e de áreas próximas. Indica-se como referência a obra de Santos (2012; 1982; 1985) e a de Haesbaert (2010).

⁷⁷ Utilizou-se aqui a adjetivação de “propositivo” para referir-se às correntes e abordagens filiadas à defesa dos pensamentos e ações promotoras dos localismos. É encontrado em Brandão (2007, p. 40-42) um *tableau* com levantamento minucioso destas abordagens da literatura internacional. Para as questões relacionadas ao planejamento direcionado especificamente aos espaços urbanos, Arantes, Vainer e Maricato (2011) também fazem uma apreciação crítica destas abordagens propositivas.

fracassos nesta inserção, como resultado da estratégia adotada cujos sujeitos principais são os setores empresariais inovadores de pequeno porte, articulados às grandes empresas que por sua vez fazem parte dos circuitos internacionais.

É coeso lembrar que as referências à inserção mundial das cidades e ao seu papel na vinculação de territórios maiores espacializando a riqueza de forma sistêmica está presente em outras investidas sobre o desenvolvimento capitalista. Arrighi (1996), alinhando-se a uma visão geográfico-histórica, faz uma análise dos efeitos territoriais das mudanças capitalistas desde a emergência das grandes correntes do capitalismo comercial até a contemporaneidade. Para ele, cada grande ciclo de acumulação foi marcado pela hegemonia de uma cidade-centro ou mesmo rede de cidades-centros, concentrador de riqueza e poder⁷⁸. Fazendo o vínculo com a discussão realizada sobre as mudanças na economia mundial pós 1970, pertinentemente o ciclo de hegemonia americano dá a tônica da economia mundial sob os supostos de uma integração global desenfreada em que é possível creditar o ordenamento dado pela hierarquia de centro urbanos em rede.

Numa análise mais atual, é apontado no topo deste ordenamento as denominadas cidades globais, que para Sassen (1991, p. 16), se constituem a partir dos processos econômicos acicados pela integração intensificada com a globalização. A incidência dos centros considerados como “*global cities*” deu-se pela dispersão das atividades econômicas e pela concentração com base nos controles da economia e sobre a propriedade, capitaneados pelos setores de serviços modernos/especializados e pelas finanças.

Nestes níveis e como um topo da rede urbana mundial, Sassen (1991) considera Nova York, Londres e Tóquio como cidades globais hegemônicas. Um série de trabalhos sobre outras possíveis cidades globais surgem, inclusive de algumas com especificidades da periferia como o caso de São Paulo, Cidade do México e Buenos Aires na América Latina. Esta mesma autora se refere às cidades globais em diferentes ordens e magnitude incluindo metrópoles dos países em desenvolvimento da Ásia e da América Latina citando além destes grandes centros (São Paulo, Cidade do México e Buenos Aires) Bangkok e Taipé (SASSEN, 1995, p. 66).

⁷⁸ Os ciclos sistêmicos caracterizados por Arrighi (1996) são quatro, que ele os denomina de acordo com os territórios ou cidades de comando, sendo por ordem cronológica: os ciclos sistêmicos de acumulação genovês (sob o comando do enclave capitalista do norte da Itália formado pelo eixo Gênova-Veneza), o holandês (comandado por Antuérpia e redes da liga hanseática), o britânico (liderado pela *city* londrina) e o norte-americano (tendo Nova York como capital mundial). É visível o paralelo estabelecido com a abordagem de Braudel (1987).

Entretanto, algumas ressalvas à classificação destas metrópoles periféricas como cidades globais são realizadas considerando que suas atividades mais globalizadas abrangem pouca parcela do emprego urbano, não obstante o grande desenvolvimento dos setores de telecomunicação e informatização, estratégicos na conexão com os circuitos globais (SAMPAIO E PEREIRA, 1997, p. 1.037-38). De outra ordem, a própria literatura que trata do conceito de cidade global propõe

Um consenso prático sobre a existência de três ou quatro cidades que, do centro do sistema capitalista, contam com uma enorme densidade de bancos e outras instituições financeiras, bem como um incontável número de corporações transnacionais. Estas seriam o que Hall (1996) chama de “cidades globais consensuais”, metrópoles como Nova Iorque, Tóquio e Londres. Abaixo destas haveria um grupo de vinte centros sub-globais ou regionais; neste grupo estariam todas aquelas cidades de influência continental ou regional, bem como as capitais dos países de economia avançada. Estas seriam as chamadas “cidades mundiais” cujo nível de influência global seria secundário⁷⁹. (MEDEIROS, 1997, p. 798)

Embora sejam movimentos observados na própria história do desenvolvimento capitalista, a autora chama atenção para a rapidez destes processos na contemporaneidade, acompanhando a macroeconomia da geopolítica do capitalismo financeirizado e os requerimentos da reestruturação produtiva pós-fordista^{80 81}.

Numa investigação mais pautada nos implantes da divisão do trabalho sobre as diversas regiões do mundo através das composições espaciais do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, a investigação de Schölz (2002; 2000) revela um modelo de fragmentação de lugares mundiais com três grandes agrupamentos: os lugares globais, os lugares globalizados e o “resto” excluído. O sistema urbano mundial mobilizando excedentes de todas as regiões se enquadram portanto nestes padrões e um aspecto de renovação nesta leitura é de que numa

⁷⁹ Isto não obstante de cidades como Buenos Aires, São Paulo e Cidade do México oferecerem toda a gama de serviços avançados e possuir um parque financeiro dentro da órbita dos fluxos globais apresentando também grande número de instituições e corporações transnacionais.

⁸⁰ Pós-fordista na perspectiva levantada Leborgne e Lipietz (1990), com os ajustes de flexibilidade defensiva e ofensiva promovendo impactos espaciais mobilizados pelos sistemas urbanos, forçando o atendimento dos critérios de competição global e introdução de novas tecnologias em todos os setores.

⁸¹ Aproximando-se do debate sobre o caráter de cidade global dado a São Paulo, fundando-se numa análise sobre as conexões da apropriação espacial urbana e os fundamentos financeiros dos empreendimentos subvencionados com recursos públicos, Fix (2007, p. 13) considera este um processo de produção de uma face globalizada desta metrópole latino-americana. Tal face não representa os caracteres da totalidade de uma cidade propriamente global.

hierarquia com base nos três arranjos a fragmentação converge também para a necessidade de exploração multiescalar.

Os lugares globais são deste modo onde se localizam as centrais de comando do capitalismo nos diversos circuitos (produtivos e financeiros) e todos os instrumentos que lhes dão suporte concreto como os centros de produção de tecnologia, inovação e pesquisa em todos os ramos. Os lugares globalizados por sua vez são onde se efetuam os serviços e se aplicam em primeira instância aquelas tecnologias, onde se situam as indústrias deslocalizadas, onde ocorre a produção a baixos custos pela disponibilidade de fatores como trabalho e recursos naturais. Muitas vezes são utilizados aí a informalidade e outros instrumentos de precarização. Já os lugares tidos como o “resto” no sentido de exclusão são aqueles localizados predominantemente no hemisfério Sul, possuindo maior fragmentação tendo em vista a inserção fortuita de determinados espaços nos mecanismos globais dando-lhes caráter também globalizados. (SHÖLZ, 2000, p. 10).

A análise acima contribui para a investigação aqui empreendida ao estabelecer, sob nova abordagem, nexos entre a conjuntura imposta pelas transformações capitalistas centralizando as determinações da divisão internacional do trabalho. Revela uma complexa espacialidade da acumulação capitalista que é fragmentada nas articulações inter escalares e também nas consignações localizadas no urbano-regional (COY e TOPFER, 2014, p. 104). Relevante ressaltar que por fragmentação não se defende o conceito de rompimentos que obliteram a integração e sim a concepção de heterogeneidades estruturais alarmantes com descontinuidades socioespaciais.

Em tal sentido, na análise dos processos econômicos globais que constituem os sistemas urbanos, os incrementos mais importantes são fornecidos pelas suas respectivas funções assumidas na divisão internacional do trabalho. O papel desempenhado pelas cidades determinam as regras da organização da rede a elas associadas e também como estas se relacionam com os sistemas mais amplos. Aquiescendo a esta órbita, Brenner (2010, p. 539) afirma que os centros urbanos são reconhecidamente os agentes que territorializam o capital a partir das atividades econômicas sejam elas localizadas no urbano ou não.

Portanto, Brenner (2010) não adota separações entre o urbano do regional, e considera que, por intermédio do sistema de cidades circunscritos a determinado espaço institucionalizado, são fundadas pelo poder governamental as estruturas estáveis para movimentos de força de

trabalho, mercadorias e capital em diversas escalas. O diálogo com Lefebvre (1978), sobre a defesa do Estado nacional como ente que formaliza as fronteiras e dá estabilidade a tais estruturas também em níveis subnacionais é marcante, inclusive contra argumentos para as abordagens que defendem os localismos como forma de inserção global⁸².

Os processos de desterritorialização/reterritorialização das atividades de produção decorrentes da reestruturação produtiva das últimas décadas são o outro lado da moeda das performances urbanas globais, numa situação marcada pelo predomínio da dualidade dos globalismos/localismos, da flexibilização e desregulamentação e do encurtamento das distâncias e tempos promovidos pelos avanços tecnológicos e de telecomunicação (BRENNER, 1999, p. 42).

O emprego destas abordagens e explorações convergem no fornecimento de instrumental analítico aplicável ao corte espacial e aos problema proposto pela tese aqui sustentada. Os ajustes da rede urbana cearense como implicação dos movimentos de reorientações das espacialidades do capitalismo acompanham a tendência da dinâmica do sistema urbano brasileiro em face de sua atual etapa. A próxima seção explora estas questões em nível nacional com as transmutações colocadas pelo desenvolvimento recente.

2.2.1. Notas sobre os deslocamentos urbanos brasileiros pós 1970.

Na evolução das intensas transformações verificadas na economia brasileira no período pós-1930, acompanhando as tendências mundiais mediadas pelas particularidades tardias do seu desenvolvimento capitalista, os aspectos espaciais principalmente após 1950 seguiram, segundo Macedo (2010, p. 44), dois padrões de organização: concentração econômica e nítida hierarquia territorial.

Mesmo seguindo as características intrínsecas ao desenvolvimento capitalista, estes dois aspectos assumem aqui algumas desarmonias associadas ao seu processo de formação. Ao passo que a estrutura pré-existente se apresenta como concreta à concentração econômica espacial e ao padrão de hierarquia territorial montado no Brasil, a sua consolidação reafirma estas

⁸² A garantia da estabilidade nas estruturas espaciais dada pelo Estado nacional não está somente na institucionalização de limites, regionalizações e determinações de níveis sub nacionais. Esta importante função é exercida por ser dotado de capacidade de disponibilizar e regulamentar infraestrutura produtora de espaço, que se fixa, transforma através de suas redes, circuitos e instalações como transporte (rodovias, canais, ferrovias, rotas aéreas), e os circuitos comerciais, produtivos e bancários. (LEFEBVRE, 1978, p. 259).

características. Entretanto avança em algumas transformações pela lógica de integração/consolidação do mercado nacional com novas orientações espaciais expandindo-se para todas as regiões⁸³.

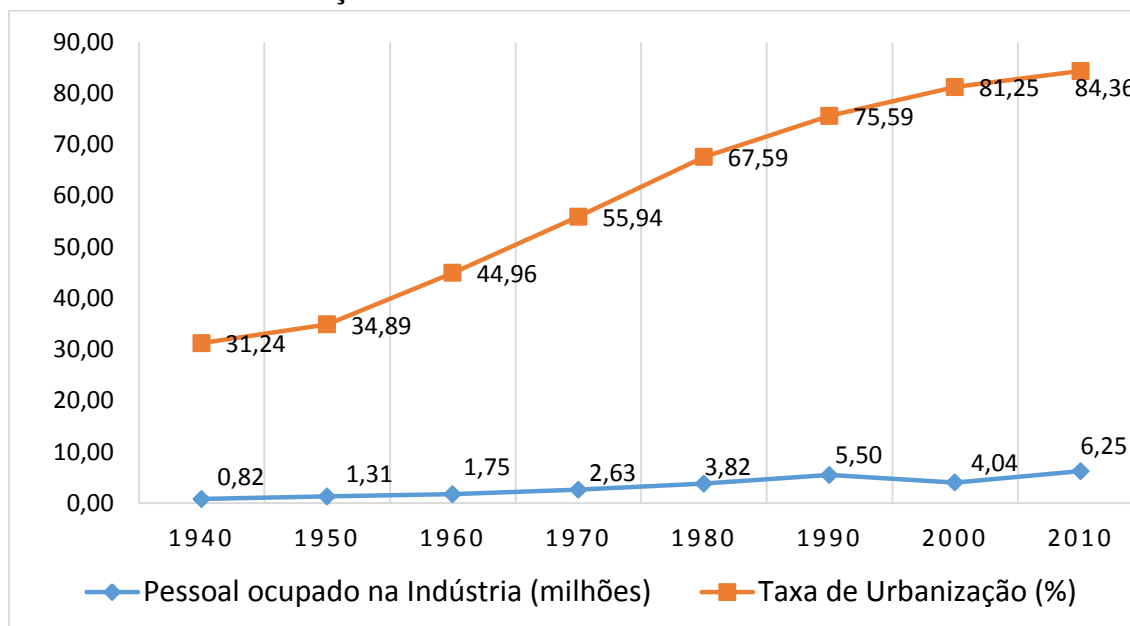
Ao relembrar a periodização do desenvolvimento capitalista brasileiro que é adotada na presente investigação, a intensificação de consolidação do mercado nacional como dínamo caminha *pari passu* com os progressos na integração espacial produtiva pautada no aprofundamento da industrialização. Recapitulando os elementos maiores de sua evolução com o intuito de apreender as impressões inveteradas referentes às espacialidades urbano-regionais, como ponto de partida desponta o papel que a industrialização assumiu a partir de 1930.

Ainda que os condicionantes justifiquem coerentemente a localização espacial com o protagonismo paulista e, em segunda instância, dos estados adjacentes (CANO, 2007a)⁸⁴, o padrão concentrado do dinamismo econômico brasileiro montado a partir de então reafirma os caracteres da formação espacial. Entretanto, o que se pretende acentuar não é necessariamente a sua concentração mas sim a relação entre a urbanização brasileira e a formação do mercado nacional a partir dos avanços na industrialização. O GRÁFICO 2 apresenta as trajetórias análogas de ascendência entre a taxa de urbanização e o número de ocupados na atividade industrial que têm relação mais direta entre as décadas de 1950 e 1990. Entretanto, a conexão é válida ao se empreender análises fundadas em qualquer variável comportamental destes dois parâmetros. Faria (2008 [1982], p. 191-192) faz esta relação entre a intensa urbanização brasileira ocorrida a partir dos anos 1940 e o processo de industrialização evidenciada na decorrente dinâmica de emprego por ele promovida.

⁸³ Tanto para a fase de industrialização restringida (1930-1955) quanto para a industrialização pesadas (1955-1980), definidas pela tese do capitalismo tardio. (MELLO, 2009)

⁸⁴ Tais condicionantes já foram discutidos mas é de pertinência relembrar a relevância do trabalho assalariado e a consequente formação de um mercado de consumo relacionado à reprodução da força de trabalho de caráter eminentemente capitalista. Como é bem observado pela literatura do assunto, tal processamento não ocorre de forma homogênea no espaço nacional. Ver Cano (2007a), Oliveira (1993), Furtado (2007), dentre outros.

GRÁFICO 2 – BRASIL: PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA E TAXA DE URBANIZAÇÃO 1940-1985¹.



Fonte: Elaboração com base, nos Censos Industriais (1939, 1949, 1959, 1970, 1988, 1985), PIA's (2000 e 2010 e Censos Demográficos (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 200 e 2010), realizados pelo IBGE.

¹ Até 1985, em Pessoal Ocupado utilizou-se dados dos Censos Industriais. Já em 2000 e 2010 se referem à PIA. Em decorrência da não realização das respectivas pesquisas, o ano de 1990 merece a informação de que as estatísticas de Pessoal Ocupado na Indústria são referentes a 1985 e os da Taxa de Urbanização tratam-se do Censo Demográfico de 1991.

O protagonismo da indústria na condução dos avanços da urbanização e sua propagação territorial confirmaram a hipótese de relevância deste setor na transformação das estruturas, por ser maior gerador de empregos em todos os níveis, assumindo com isto os fortes impulsos de demanda, traduzindo as sincronias/diacronias dos níveis tecnológicos de produção. O caso brasileiro reproduzia esta relação: a elevação da produtividade ditada pelos ritmos de produção industrial que se intensificaram ocasionou alterações no padrão das estruturas dentre as quais, a urbanização se constitui em uma delas. Nesta relação entre a industrialização e o sistema urbano brasileiro, os impulsos dados pela indústria

Aumenta[m] a circulação da economia, e esta é realizada através de um sistema de infraestrutura que integra os diversos lugares a um mesmo circuito mercantil. Observa-se um reordenamento territorial que se manifesta de duas formas interligadas: do ponto de vista intraurbano, há um crescimento expressivo das cidades que são centros industriais, ainda que estas possam caminhar para uma economia de serviços; do ponto de

vista interurbano, as cidades passam a se conectar por meio de fluxos contínuos de bens, serviços, dinheiro e pessoas (MACEDO, 2010, p. 19).

Além de uma extensa incorporação ou processo de ocupação capitalista moderno da grande hinterlândia central brasileira, ganha maior nitidez a divisão espacial do trabalho com a integração promovida pela industrialização. Regionalmente, este processo terá localização concentrada e de desequilíbrios até os anos 1970 quando, conforme aponta Cano (2008) com base nas evidências dos dados, com destaque para os Censos Industriais, passa a haver uma desconcentração produtiva regional no Brasil. Já foi tratado anteriormente, tal desconcentração é caracterizado como um processo virtuoso até 1980, e a partir de então como fenômeno de caráter espúrio.

Não se pode prescindir do fato de que estes movimentos deram-se seguidos pela orientação dada por órgãos e ações governamentais “criados especialmente para estimular o crescimento e a diversificação do sistema produtivo nacional.” (IANNI, 1989, p. 20). O protagonismo do papel do Estado, enquadrado no padrão desenvolvimentista, foi determinante. O desempenho desta função requisital para as alterações em processo não se restringiram aos marcos institucionais sendo também imprescindíveis os investimentos em infraestrutura geral (estradas, ferrovias, portos, aeroportos, disponibilidade de energia elétrica, dentre outros), construindo os elementos fixos que permitem ações de modificações territoriais e de ações, denominadas de fluxos (SANTOS, 2006, p. 38).

Os nexos entre os processos descritos de integração do mercado nacional capitaneado por urbanização e industrialização, aprofundado da década de 1950 em diante, se sobrepõem às características do modelo de desenvolvimento capitalista tardio brasileiro partindo do padrão já mencionado de concentração econômica e intensa hierarquização territorial. Considera-se adicionalmente que a evolução em marcha se deu em pleno vapor das condições de capitalismo monopolista imprimindo na organização urbana expressões das desarmonias exigidas pela curta temporalidade processual face à formação estrutural e aos requerimentos das transformações produtivas em marcha. Como resposta, arranjos estruturais urbanos se constituíram compondo um mapa intrincado e,

os diversos padrões espaciais são reveladores, ora de uma superposição, ora de uma justaposição de processos criativos de núcleos urbanos verificados em momentos distintos e com propósitos também diversos, configurando no presente uma rede extremamente complexa. (CORRÊA, 2011, p. 98)

Numa análise mais geral, o processo de integração do mercado nacional sob as determinações dos vetores de modernização produtiva, Santos (2008, p. 77) observa que as transformações urbanas brasileiras, entre os anos 1950 e 1980 seguem estágios de predomínio de uma urbanização aglomerada, seguida de uma urbanização concentrada para então chegar-se ao estágio da metropolização. A diferença entre estes estágios está na gradativa importância que o fato aglomerativo assumiu crescendo toda a população urbana no primeiro estágio, ao passo que nas demais a intensidade do crescimento situa-se nas faixas de municípios com maior número de habitantes, até ganhar destaque o fato metropolitano.

Nesse contexto de transformações da dinâmica urbana, a TABELA 7 traz a evolução da população brasileira distribuída por tamanho de municípios demonstrando o gradativo deslocamento entre dois padrões: i) até o decênio 1960-70 marcado pelo crescimento da população residente em pequenos municípios (até 20 mil habitantes) e naqueles de maior população (acima de 100 mil habitantes); ii) e a partir dos anos 1970, quando têm mais importância o crescimento da população vivendo em grandes centros.

O primeiro padrão acima destacado explica-se inicialmente pelo avanço na criação de municípios durante este período, que foi mais intensa entre 1950-60 (Ver TABELA I em ANEXOS). Já o crescimento de população vivendo em municípios de maior porte reflete os efeitos da integração do mercado nacional promovida pela diversificação econômico-produtiva vivenciada a partir da segunda metade dos anos 1950, em que alguns centros polos são beneficiados. Além de algumas capitais das Regiões Sul, Sudeste e Nordeste, neste momento começa a incorporação urbana mais interiorizada que tem capítulo importante na construção de duas grandes cidades no Centro-Oeste, Goiânia e Brasília, para exercerem funções de centro administrativo (MACEDO, 2011, p. 45). A malha rodoviária que cresceu consideravelmente neste período também favoreceu a integração territorial nacional. Imensas rotas foram pavimentadas ligando a nova capital às capitais estaduais e também os demais complexos regionais. Grandes cidades em outras regiões do país assumem função de entrepostos de

distribuição comercial e se dinamizam a partir da função de entroncamentos de grandes eixos rodoviários⁸⁵.

TABELA 7 – BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR TAMANHO DE MUNICÍPIOS (%) 1940-2010

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2010
até 20 mil	25,5	23,1	25,9	28,6	21,6	20,1	20,1	20,3	17,9
20 a 50 mil	43,6	40,1	33,2	26,1	21,8	19,1	18,0	16,9	16,3
50 a 100 mil	15,4	16,4	13,9	11,0	13,2	13,2	12,6	12,3	11,6
100 a 500 mil	7,4	9,8	12,1	15,6	19,8	22,4	24,1	24,5	27,0
mais de 500 mil	8,1	10,6	14,9	18,7	23,6	25,2	25,2	26,0	27,2
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1940 a 2010)

O segundo padrão, cujo desempenho de aumento de habitantes vivendo nos dois estratos de maior população (100 a 500 mil e acima de 500 mil) é evidente, associa-se à veemente urbanização do período, quando o país passa a ter mais da metade da sua população residindo em áreas urbanas. É possível enfatizar um ciclo de dois movimentos tratados das características da urbanização do Brasil nesse padrão, datado de um período mais recente: inicialmente o auge e deslocamento da fase de intensa metropolização dos anos 1970-90, ganhando incremento a partir daí a magnitude de pessoas residindo em municípios entre 100 e 500 mil habitantes, consideradas como cidades médias. Entre 1970 e 2010 este crescimento vai de 15,6% para 27% da população conforme demonstra a TABELA 7.

O movimento de ganho expressivo do papel metropolitano, é manifestado a começar pela expansão agigantada de São Paulo e Rio de Janeiro e incorporou na sua dinâmica uma gama de grandes cidades espalhadas por várias partes do país. Sua institucionalização em 1973 representou diversos signos da concentração principalmente econômica, industrial e política, não somente por se dar em pleno contexto autoritário mas também num momento histórico de acentuadas desigualdades espaciais e de concentração econômica.

⁸⁵ A expansão da rede rodoviária entre o período de 1960-70 foi de 178,3% e de 64,4% entre 1970-80. A rede estadual cresce respectivamente 506,5% e 70,3% nos mesmos períodos. No primeiro destes dois períodos, quando o crescimento foi maior e os investimentos na expansão rodoviária crescem em decorrência dos eixos de ligação à nova capital, a malha pavimentada federal vai de 8.675km para 24.146km e a estadual de 4.028 para 24.431km (FERREIRA e MALLIAGROS, 1999, p. 23)

Por outro lado, expressa também os reflexos da desconcentração em marcha, demonstrando instrumentos para desconcentração que adquiri feições concentradas. Ao mobilizar a criação de outros espaços metropolitanos nas cinco regiões, os espaços metropolitanos concentradores até então – formados por São Paulo e Rio de Janeiro –, são os que mais caem em participação populacional.

É conotado na metropolização um arranjo de política e não necessariamente uma concretização a partir do fato metropolitano⁸⁶. Das Regiões Metropolitanas criadas em 1973 pelas Leis Complementares 14/73 e 20/74, salvo Rio de Janeiro e São Paulo, nem todas as outras vivenciavam este fato metropolitano pleno, entendido pela presença de elementos como

a) são formadas por mais de um município, com o município núcleo – que lhe dá nome – representando área bem maior que as demais; b) são objeto de programas especiais, levados adiante por organismos regionais especialmente criados, com a utilização de normas e recursos em boa parte federais. (SANTOS, 2008, p. 84)

É determinante que com a consolidação do processo de metropolização observado, moldam-se efetivamente os componentes hierárquicos superiores da rede urbana nacional⁸⁷. Já nos anos 1980 este crescimento passa a ser decrescente e toma novos caminhos, cuja marca se observa em taxas maiores para metrópoles localizadas em áreas que usufruíram do processo de desconcentração produtiva regional apontado por Cano (2008). A TABELA 8 compara o crescimento populacional tendo como parâmetro as primeiras RM's criadas no Brasil, o crescimento urbano e o crescimento populacional brasileiro, evidenciando esta evolução. Embora com tendências também decrescentes, desde 1980-91 as taxas de crescimento de Salvador,

⁸⁶ O arranjo de política aqui mencionado refere-se em primeiro plano às intencionalidades de política econômica de desconcentração com a criação das nove Regiões Metropolitanas e não se estas Regiões eram ou não de fato metropolitanas. Atualmente esse aspecto adquire caracteres mais nítidos considerando que a institucionalização de Regiões Metropolitanas após a Constituição de 1988 ficou a cargo dos governos estaduais. Assim, outras questões que não a metropolização em si passaram a presidir a institucionalização das RM's. Acordos político-partidários, decisões de políticas estaduais de espacialização econômica, regionalizações e até definição de áreas territoriais estratégicas para interiorização de investimentos via guerra fiscal exercem influências. Somam-se ainda outros esvaziamentos institucionais, políticos e financeiros metropolitanos como a tanto a diversidade de formatos metropolitanos e a descentralização política e a autonomia municipal ainda da CF-1988, a rejeição às formas de planejamento territorial centralizadas, a transferência de responsabilidade de gestão metropolitana às UF's sem correspondentes instrumentos para (IPEA, 2010, p. 677)

⁸⁷ Uma análise a partir dos REGIC's pode evidenciar isso, confirmando-se posteriormente o papel funcional das metrópoles nacionais e regionais que se despontam neste momento. Dentre sugestões de investigações que se propõem a isto, tendo como objetivo estudos mais localizados dentro do REGIC, cita-se MOTTA AJARA (2001) e MORAIS e MACEDO (2012).

Fortaleza, Curitiba e Belém são mais altas que as de metrópoles de maior porte como São Paulo, Rio de Janeiro e Recife.

TABELA 8 - BRASIL: TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL TOTAL, URBANA E DAS REGIÕES METROPOLITANAS¹ (%) 1970-2010

	1970-1980	1980-1991	1991-2000	2000-2010
Total Metropolitano	3,8	2,0	2,0	1,0
São Paulo	4,5	1,9	1,7	0,9
Rio de Janeiro	2,5	1,3	1,5	0,4
Recife	2,7	1,2	2,3	0,5
Belo Horizonte	4,7	2,4	2,5	1,3
Porto Alegre	3,8	2,2	1,7	1,2
Salvador	4,4	3,0	2,4	1,3
Fortaleza	4,3	2,7	2,7	2,1
Curitiba	5,8	3,0	3,5	1,6
Belém	4,3	3,4	3,4	1,5
Brasil Urbano	4,4	3,0	2,4	1,6
Brasil Total	2,5	1,9	1,6	1,2

Fonte: Compilado de BAENINGER e PERES (2011, p. 640)

¹ das Antigas RM's.

Entretanto, não se pode desprezar os debates gerados por este “arrefecimento metropolitano”. Quando se considera nos marcos metropolitanos outras regiões que foram agregadas posteriormente⁸⁸ bem como as diferenciações entre todas elas, o quadro é melhor qualificado. Ribeiro e Ribeiro (2010, p. 345) chamam a atenção para divergências e convergências espaço-temporais na estrutura produtiva das RM's, afirmando que os processos econômicos entre elas são díspares: enquanto São Paulo e Rio de Janeiro vivem enfaticamente os movimentos de uma desconcentração, o conjunto formado por Manaus, Campinas e Brasília se apresenta de forma inversa, com crescimentos populacionais e econômicos.

A realidade de relativa perda da participação metropolitana no crescimento urbano nacional a partir de então intensifica uma outra característica dos movimentos acima referidos que é a expansão dos centros na faixa de 100 a 500 mil habitantes, com base em outros perfis de estágios de crescimento que são observados com a crise que se agudiza nos anos 1980-1990, e os seus posteriores ajustes. As feições mais gerais contidas nestes ajustes já foram tratadas nas

⁸⁸ Como a Região Metropolitana de Campinas, Florianópolis, Goiânia, Manaus, Vitória e a RIDE de Brasília.

primeiras partes deste capítulo e as reorientações e modificações na lógica capitalista lá apontadas, renovaram as dinâmicas da divisão internacional do trabalho adicionadas aos desdobramentos da inserção brasileira.

Nas conexões territoriais sistematizadas, os centros intermediários paulatinamente ganham espaço podendo ser tidos como entes de articulação funcional que corporifica diversas escalas analíticas, adequadamente classificados como cidades médias. Embora o crescimento populacional destes centros (evidenciado na TABELA 7) apontem a sua relevância, não indica necessariamente a sua funcionalidade média. Para além da definição em limites populacionais ou de produção de riqueza, o significado conceitual é mais amplo e absorve a heterogeneidade estrutural brasileira sendo referente

às cidades que desempenham papéis de intermediação entre cidades maiores e menores no âmbito de diferentes redes urbanas e que, portanto, diferem das denominadas “cidades de porte médio” cujo reconhecimento advém de seus tamanhos demográficos. (SPÓSITO, 2007, p. 9)

Este capítulo é de suma importância também na composição daqueles componentes hierárquicos acima acentuados. Ao lado das metrópoles, o conjunto formado por estes centros será fundamental no adensamento da ossatura da rede urbana como peças também relevantes, de caráter articulador nas intermediações entre a grande escala e as mais localizadas formadas pelo ainda extenso complexo de pequenas cidades. Este complexo de pequenas cidades, não obstante ter reduzido fortemente sua participação nos estratos de cidades por tamanho de população, ainda é o terceiro a deter habitantes, como é possível conferir na TABELA 7.

O padrão fornecido pelo crescimento dos centros intermediários não se constitui portanto numa contraposição ao processo de metropolização. Se trata de um movimento de reestruturação das relações entre as cidades, também destacado por Spósito (2012, p. 126-127) como implicação imediata das transformações territoriais promovidas pelas mudanças na dinâmica econômica em curso, reestruturando as relações entre os centros urbanos.

A resultante complexificação da rede de cidades como variante da complexificação dos processos econômicos deu espaço a um diversificado perfil de cidades com funções importantes desde as metropolitanas até àqueles centros com relação direta com o campo, pela necessidade de responder às novas condições de realização da economia contemporânea. (SOUZA, 2006, p. 35)

Uma nutrida lista compõe os fenômenos associados a tal evolução caracterizando reordenamentos na divisão espacial do trabalho: i) a continuidade, em moldes mais tecnificados, do avanço da fronteira agrícola e da modernização da agricultura em geral atendendo à lógica do mercado internacional; ii) a nítida separação entre os processos produtivos e os de comando catalisando, juntamente com a guerra fiscal, transferências de unidades produtivas para espaços com mão de obra de remunerações ínfimas e disponibilidades de incentivos com subvenção pública; iii) a diversificação do setor terciário, cada vez mais especializado espacialmente, com concentração de serviços mais sofisticados e difusão daqueles mais simples; iv) a integração mundial e o predomínio do princípio fluxo-fluidez nas relações do mercado global.

Ficam portanto cada vez mais notórios os movimentos de ajustes e conformações espaciais conectando territorialmente as várias regiões brasileiras aos desdobramentos de modificações globais. A categorização de centros urbanos e dos espaços por eles articulados expressam os elementos maiores de organização urbano-regional refletindo o estágio de mudanças estruturais ocorridas em cada reordenamento das lógicas de acumulação capitalista. O próximo capítulo lança fundamentos da reprodução destes processos na rede urbana cearense, conduzida pela dinâmica de sua estrutura produtiva.

CAPÍTULO 3

ESPACIALIDADES DA ESTRUTURA PRODUTIVA CEARENSE NO PERÍODO DE 1980-2010.

O esforço de investigação sobre a temática da rede urbana cearense e suas transformações recentes tem como ponto de partida as particularidades com que este sistema reflete o conjunto mais amplo de fenômenos como a intensa urbanização pós década de 1950, as mudanças econômicas e tecnológicas originando fortes reestruturações, o aprofundamento das desigualdades espaciais e urbanas promovidas pelas novas rodadas da divisão internacional do trabalho e a concentração econômica espacial. A cidade, como já afirmado, enquanto centro regional de densidade populacional e econômica, é ambiente concreto de manifestação destes fenômenos que se tornam mais nítidos pós anos 1970.

É corriqueiro, nos estudos realizados sobre a extensão das transformações acima aludidas ao sistema urbano cearense, partir dos marcos que articulam as mudanças políticas no estado e seus desdobramentos espaciais, relacionando-os ao macro contexto implicado pelas alterações econômicas globais.

Embora não esteja nos objetivos desta tese analisar os acontecimentos da política cearense nem a constituição de seus grupos protagonizantes, é fulgente os seus efeitos sobre a economia e consequentemente sobre elementos regionais e urbanos sendo relevante destacar neste sentido a inflexão que ocorre no campo da gestão político-econômica em meados dos anos 1980.

Em um quadro sintético, se trata de uma evolução de “ruptura” que plasmou a busca de introdução do Ceará nas correntes da economia internacional, reproduzindo o discurso hegemônico de inserção competitiva global. Os pressupostos de modernização em todos os níveis forjaram os movimentos marcados pela impressão de um “novo” modelo de governar cujos efeitos sobre o espaço e o sistema urbano são uma das instâncias maiores das medidas e intervenções públicas⁸⁹.

⁸⁹ As adjetivações destacadas em aspas são realces a termos que sinalizam para a renovação nos instrumentos de promoção do desenvolvimento. Não obstante o caráter inovador, deseja-se com o realce dado, chamar a atenção para

Apesar do reconhecimento de verdadeira alteração na condução governamental pública, pode-se identificar também que as mudanças na política cearense se constituem em reorientações promovidas em duas ordens, uma externa e outra interna, se articulando aos elementos já expostos de macro transformações econômicas e alteração nos paradigmas de intervenção. No plano externo da economia do Ceará, por um lado acoplava-se às variações no próprio domínio do modelo de regulamentação capitalista global em pauta desde início dos anos 1970, sendo uma das primeiras unidades da federação a dar adesão. Em outra ordem, influenciavam fortemente as acomodações à nova conjuntura política nacional pós período autoritário, combinando redemocratização, marcos institucionais compatíveis e preocupações econômicas conjunturais priorizando incessantemente o alcance à estabilidade macroeconômica⁹⁰.

Já no plano interno, sobressaíam-se elementos conciliando a história recente do estado às especificidades formadas da cultura político-econômica daí decorrente. A anterior etapa de promoção do desenvolvimento buscando compensar o atraso relativo e as disparidades de sua estrutura produtiva e social, esquadrihada em carona na dinâmica da economia brasileira, plantou as condições internas seja por medidas associadas à ação da SUDENE, seja por medidas executadas pelos sucessivos governos estaduais nos planos promovendo a economia com melhorias institucionais e também na infraestrutura (conforme apresentado no QUADRO 1).

Embora a fase de crescimento promovida pela SUDENE tenha impresso interessantes taxas de crescimento à economia do Ceará no contexto de crescimento nacional e de toda a Região Nordeste, conforme demonstrado na TABELA 9, junto à busca de alcançar crescimento econômico, preconizava-se a partir de meados dos anos 1980 promover alterações produtivas modernizantes, voltadas prioritariamente para a inserção externa cearense.

Estas taxas de crescimento, no setor industrial haviam sido maiores que as nacional e regional e estavam ligadas exclusivamente à fase de implantação dos grandes projetos do III Polo Industrial do Nordeste, na segunda metade da década de 1970. A crise que afligiu a economia brasileira desde então reduziu o crescimento

o aspecto conservador destas transformações visto se filiarem a práticas de gestão neoliberal conforme será explorado ao longo deste capítulo.

⁹⁰ Cano (2008), na primeira parte da obra faz boa exposição sobre esta fase denominada de “conjunturalismo”. Carneiro (2002) a aprofunda, analisando seus componentes estruturais.

TABELA 9 – BRASIL, NORDESTE E CEARÁ: TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB SETORIAL (%) 1960-2009 PERÍODOS SELECIONADOS¹

	Agricultura			Industria			Serviços		
	BR	NE	CE	BR	NE	CE	BR	NE	CE
1950-60	4,59	5,53	3,08	6,27	5,23	7,61	6,18	6,27	6,56
1960-70	-0,49	-1,08	-3,31	11,53	10,02	12,36	8,88	7,68	6,84
1970-75	9,76	8,63	10,65	14,31	15,75	14,05	9,68	8,42	6,63
1975-80	6,40	6,05	6,77	12,94	18,09	21,17	7,46	9,40	12,12
1980-85	4,24	5,16	5,40	3,53	8,70	8,61	0,75	1,65	3,64
1985-90	-4,99	-6,45	-3,83	-0,01	-2,55	0,61	4,73	4,78	2,11
1990-95	1,17	1,53	-2,14	-1,67	-0,79	2,88	0,70	0,40	3,08
1995-00	-0,50	-3,54	-7,64	3,73	4,80	3,32	1,33	2,41	1,30
2000-05	-2,84	-0,07	3,44	-3,74	-3,29	-6,21	7,13	6,89	8,74
2005-09	3,46	2,41	1,02	1,59	2,56	6,86	4,81	5,96	5,04

Fonte: Elaboração a partir de IBGE (2010); IPEADATA (2013).

¹ Cálculo com base na seguinte disponibilidade de dados com respectivos órgãos fontes: para os anos de 1950 e 1960, Produto Interno Líquido a custo de fatores; para os anos de 1970 a 1980, PIB a custo de fatores; para os anos de 1985 a 2001, antigo Sistema de Contas Regionais que passa a utilizar o conceito de preços básicos; para os anos de 2005 e 2002, Sistemas de Contas Regionais Referência 2002.

Especificamente, o agenciamento à atividade industrial proveniente destes dois grupos de medidas e ações que de certa maneira se complementavam - SUDENE e governos estaduais do período 1950-1980 -, induziram a formação de uma conduta empresarial considerada como moderna permitindo projeção que se desdobrou para o âmbito da política. O movimento se constituiu na reciclagem de grupos econômicos estaduais ligados a setores tradicionais que se modernizaram mediante ao conjunto de medidas acima referidos e por sua estratégia de contestação aos grupos hegemônicos até aquele momento⁹¹.

Gradativamente se definiu, ainda com base em estratégias de inserção competitiva preconizada a partir 1986, a construção de novas modalidades de acumulação e respectivas apropriações espaciais que foram funcionalizadas pelo sistema urbano pautadas pelo tripé agronegócio-indústria-turismo, adaptando as condições socioeconômicas e espaciais do Ceará às macro mudanças – econômicas e institucionais - que se verificam no capitalismo desde a década

⁹¹ Isto ocorreu com a administração denominada de “Governo das Mudanças”. Recomenda-se para o aprofundamento destas passagens na história recente do Ceará duas coletâneas que fazem excelente análise, com riqueza de detalhes, do caminho percorrido pelos novos atores políticos desde sua organização no Centro Industrial do Ceará - CIC até a sua ascensão ao executivo estadual. As denominações de “jovens empresários do CIC”, “Era Jereissati”, “Governo das Mudanças” são fontes de trabalho do conjunto de autores nestas coletâneas que também apreciam os desdobramentos sociais e econômicos do movimento. Trata-se de Parente e Arruda (2002) e Cavalcanti (2008). Outro estudo que explora os efeitos territoriais dos governos mudancistas considerando o processo de industrialização estadual é o de Pereira Júnior (2011).

de 1970, conforme visto no capítulo anterior. Em síntese, as ações privilegiando o tripé foram sistematizadas em quatro vetores gerais:

A política de gestão dos recursos hídricos, que além de se preocupar com a estocagem de um maior volume de água, traz em seu cardápio a preocupação da distribuição e da gestão dos recursos hídricos;

A política da agricultura irrigada, baseada na divisão do Estado em polos agrícolas irrigados, cuja produção privilegia produtos com maior valor agregado e alto valor comercial;

A nova política industrial, que introduz uma racionalidade industrial e espacial à concessão de incentivos financeiros, além de incluir um vetor dedicado ao apoio e à indução ao desenvolvimento industrial. Este vetor engloba quatro segmentos: sistema estadual de inovação; empresas de base tecnológica; micro e pequenas empresas e cadeias produtivas construídas;

A política e reorganização espacial, cuja preocupação central é a criação de uma rede de cidades médias no interior do Estado (AMARAL FILHO, 2003, p. 377)

A preocupação com a inserção competitiva e todo o arcabouço do modelo de gestão da política econômica reproduziu a emergência do paradigma neoliberal com afinco neste estado e suas ações são fundantes no padrão de ajustes e conformações espaciais, transformando a sua rede urbana. Sua investigação coloca portanto as envergaduras territoriais do processo de mudança nos sistema urbano condicionadas pela reestruturação produtiva, entendendo como e quando ocorre a transformação. Em certa medida, o neoliberalismo no país - que avança a partir do Governo Collor e que ganha impulso na era FHC - foi precocemente internalizado nos governos mudancistas e se sustentaram através do discurso e da prática assentado em dois vetores: 1) gestão pública eficiente, enxuta e com participação mínima do Estado; 2) atração de investimentos, o que efetivamente significou adaptação do Ceará à nova rodada de acumulação que emergia com as transformações do capitalismo, mencionada anteriormente.

A seguir serão analisadas como a atividade econômica refletiu tais processos, acomodando os elementos postos pela hipótese levantada na tese acerca dos ajustes e conformações no complexo urbano fundadas nas respectivas transformações produtivas. O agrupamento nos três setores maiores da economia conjectura em primeira instância a afluência das medidas implementadas no tripé de modernização (agronegócio-indústria-turismo).

3.1. AGRICULTURA.

A reestruturação econômica e as transformações produtivas exigidas em nome de uma série de evoluções que objetivaram legitimar o ideário conjuntural em pauta na atual fase da acumulação capitalista, de predominância espacial urbana, reserva papel de grande mudança nos segmentos de caráter primário, com destaque para as atividades agrícolas.

A modificação maior impressa pelos movimentos modernizantes buscou a superação da situação que formou e caracterizou durante muito tempo a agricultura e o complexo rural do Ceará como um todo, cuja tônica era determinada pela pecuária extensiva e pela agricultura de subsistência, aliadas a uma ou outra atividade que temporariamente se expandia para atender demandas exógenas mas que, com o passar da euforia dos mercados, estagnava sem deixar grandes frutos. O algodão, conforme atestou-se aqui, foi o mais importante destes bens embora houvesse registro também para outros produtos de caráter extrativista, como as ceras e óleos de carnaúba.

Com as transformações econômicas globais em curso nos últimos trinta anos, a busca de competitividade com base nas possibilidades dadas pela inserção em “ramos intensivos em recursos naturais e em escala” (MACEDO, 2010, p. 73) foi a força que mobilizou os principais deslocamentos dos setores da agropecuária em nível nacional. A expansão das exportações neste campo, com destaque para *commodities* agrícolas e ativadas pelas reorientações do comércio mundial centrado no “Efeito China” teve implicações profundas para o agro brasileiro conforme atestam Cano (2011, 2008) e Macedo (2010). O deslocamento mais intenso da fronteira agrícola com expansão de áreas dedicadas à soja, cana de açúcar, milho, algodão e pecuária moderna é produto imediato tendo localização mais nas Regiões Centro-Oeste e Norte e áreas do Nordeste mais integradas a estes espaços (Sul dos Estados do Maranhão e Piauí e Oeste da Bahia).

No caso da agricultura das demais áreas, observa-se profundos redimensionamentos e adequações seguindo também o padrão de ajustes espaciais - os movimentos “*spatial fix*” – a que já se fez referência. No Ceará em particular, tais processos exercerão claros impactos em decorrência de alguns aspectos dentre os quais destacam-se:

- i) as características físicas de clima e natureza que, apesar dos avanços no intuito de amenizar as dificuldades, ainda são apontadas como umas das causas para o atraso.

Apresentando 93% do seu território localizado no semiárido, o estado possui uma atividade agrícola que em linhas gerais continua mostrando vulnerabilidades;

- ii) os legados da formação econômica, segundo apontado no primeiro capítulo desta tese, que resultaram em estrangulamentos como a manutenção da concentração fundiária e hídrica⁹², a submissão dos trabalhadores rurais e de pequenos proprietários, a descapitalização e a uma agricultura pouco competitiva, de baixa diversificação e limitado nível tecnológico. As políticas e ações públicas de desobstrução dos problemas decorrentes, em muitos casos acabaram por intensificá-los e;
- iii) estas vulnerabilidades se acentuam quando se considera o peso das atividades agrícolas na ocupação da População Empregada Total, ainda elevado, mesmo que com tendências à redução. Conforme exposto na TABELA 10, elaborada a partir dos dados dos dois últimos Censos Demográficos, o percentual nesta população de pessoas ocupadas nestes ramos em todo o estado era de 26,6% em 2000, caindo para 20,5% em 2010⁹³. Não obstante a variação estadual negativa de 2,6% a.a. no período entre os dois censos, para alguns espaços a participação no total da PEA se mantinha elevada, como no caso das Mesorregiões dos Sertões Cearenses, Centro-Sul, Norte e Noroeste. Em 2000 esta proporção era de 54,7%, 46%, 44% e 40,2% respectivamente, embora predomine população urbana nestes espaços. Em síntese, pode-se afirmar que uma boa parcela da população, principalmente situada no interior do Estado⁹⁴, está ligada ao emprego de atividades agrícolas.

⁹² Segundo Elias (2003, p. 64), junto com a concentração de terras, a concentração de água se constitui em grande empecilho que limita o desenvolvimento das relações sociais de produção agrárias neste estado.

⁹³ Para se ter uma ideia comparativa com outros padrões, estes números para Brasil, Nordeste e Sudeste variaram respectivamente no mesmo período: de 17,7% para 14,2%, de 30,3% para 24,2% e de 9,1% para 7,4%. Portanto, as atividades agropecuárias do Ceará seguem perfil semelhante ao caso da Região Nordeste como um todo no referente à ocupação na População Empregada Total e, como era de se esperar, caso diametralmente oposto ao Sudeste.

⁹⁴ A maioria da população principalmente interiorana ainda depende fortemente do emprego agrícola (Bar-El, 2006, p. 45).

TABELA 10 – CEARÁ E MESORREGIÕES CEARENSES: EMPREGO DA POPULAÇÃO EMPREGADA TOTAL E NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS (2000-2010).

	2000				
	PE TOTAL (A)	%	PE AGRÍC. (B)	%	% B/A
Noroeste Cearense	411.695	15,9	180.677	26,2	43,9
Norte Cearense	276.920	10,7	111.177	16,1	40,1
Metropolitana de Fortaleza	1.043.854	40,3	29.426	4,3	2,8
Sertões Cearenses	290.684	11,2	158.992	23,1	54,7
Jaguaribe	171.557	6,6	65.833	9,6	38,4
Centro Sul Cearense	127.694	4,9	58.692	8,5	46,0
Sul Cearense	266.700	10,3	84.200	12,2	31,6
CEARÁ	2.589.104	100,0	688.997	100,0	26,6
	2010				
Noroeste Cearense	489.830	14,6	184.079	26,7	37,6
Norte Cearense	356.082	10,6	126.651	18,4	35,6
Metropolitana de Fortaleza	1.529.312	45,5	39.489	5,7	2,6
Sertões Cearenses	307.338	9,1	133.209	19,3	43,3
Jaguaribe	204.906	6,1	70.217	10,2	34,3
Centro Sul Cearense	135.838	4,0	47.647	6,9	35,1
Sul Cearense	338.428	10,1	88.621	12,8	26,2
CEARÁ	3.361.734	100,0	689.913	100,0	20,5

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (2000; 2010)

Os determinantes derivados do conjunto acima colocado reafirmam o padrão com que a reestruturação produtiva afeta econômica e territorialmente a organização urbana do estado por meio das atividades rurais. Sua articulação não está limitada às associações entre o urbano e o rural e tão pouco aos seus efeitos sobre o padrão de desenvolvimento econômico, conforme procura-se demonstrar. De acordo com o que será verificado, a modernização pretendida privilegiou segmentos requeridos pela inserção externa, em conformidade ao modelo seguido pelo Brasil como um todo.

3.1.1. Os resultados da modernização agrícola cearense.

Assim, as medidas de políticas levadas adiante a partir da segunda metade dos anos 1980 no Ceará tinham como intuito promover a modernização competitiva de sua agricultura. A baixa

participação cearense nos indicadores de produção agrícola nacionais (TABELA II nos ANEXOS), além de indicar as fragilidades de sua agropecuária dadas as condições estruturais herdadas que limitaram seu desenvolvimento ao longo do tempo, forjaram o argumento das necessidades de mudanças nas políticas de sua promoção, em sintonia com as transformações produtivas mais amplas.

Ao eleger possíveis potencialidades, seguiu-se os padrões similares desenvolvidos em outros espaços semiáridos bem como a experiência de capitalização via promoção do agronegócio, privilegiando os vales úmidos e culturas com direcionamento ao mercado internacional. A partir de experiências como a dos Polos Irrigados de Petrolina-Juazeiro, no Vale do São Francisco, difundiu-se por todo o Nordeste a noção de que o desenvolvimento do agronegócio a partir da irrigação se constituía em uma das saídas para o declínio da agricultura dos estados da região substituindo/deslocando as culturas tradicionais, relegadas à baixa produtividade. As condições de clima, luminosidade, temperatura constantes durante todo o ano favoreceram ramos principalmente da fruticultura como Melão, Manga, Banana.

No âmbito da pecuária, atividade mais tradicional e com fortes heranças nas articulações entre economia e território cearense, também houve ações governamentais de reestruturação, promovendo algumas transformações relacionadas ao tipo de rebanho, como o estímulo à expansão criatória de ovinos e caprinos, e reorganização da criação bovina, objetivando ampliação da oferta de leite e produtos derivados. Neste campo, as ações foram sistematizadas através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA e os principais recursos aplicados foram provenientes do Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF⁹⁵, dando perfil de medidas com direcionamento específico aos pequenos produtores.

No Ceará, grande parte das ações foram sistematizadas através de unidades territoriais de planejamento e gestão, com a constituição dos denominados “agropolos”. As principais regiões focalizadas foram: o Médio Vale do Rio Jaguaribe (na Mesorregião Jaguaribe), o Vale do Rio Acaraú (na Mesorregião Noroeste Cearense), as áreas úmidas das Serras da Ibiapaba (também na Mesorregião Noroeste), Serra de Baturité (na Mesorregião Norte), Chapada do

⁹⁵ O recurso utilizado pela SDA, em conjunto com outros órgãos como o BNB, o Ministério da Integração, a EMBRAPA e o SEBRAE, foi a identificação e o estímulo aos denominados Arranjos Produtivos Locais – APL's. Esse tipo de intervenção virou verdadeira febre na concepção de algumas medidas governamentais destinadas principalmente ao semiárido nordestino. Seu caráter de ação localizada, sem considerar condições de inserção mais ampla e, portanto, sem efeitos territoriais mais profundos e desdobramentos urbanos como ocorrera com a fruticultura irrigada.

Araripe (na Mesorregião Sul) e a atenção maior esteve mesmo para a inserção internacional pela oferta de frutas.

Elias (2003, p. 62-63) destaca que juntamente com uma série de programas e projetos de cunho tecnológico nas áreas de eletrificação, transportes, suporte técnico a produtores, foi implementada também uma robusta política de recursos hídricos direcionada essencialmente às atividades produtivas irrigadas. Um aparato institucional foi gradativamente montado pelo Governo Estadual ao longo destas duas décadas como a criação da Secretaria de Agricultura Irrigada – SEAGRI, em 1999, que passou a trabalhar em conjunto com a Secretaria Recursos Hídricos – SDR no tratamento das políticas de irrigação agrícola⁹⁶. Com isto, foram ampliadas as áreas de perímetros irrigados em todo o Estado e posteriormente, outros órgãos governamentais se juntaram na gestão destas políticas e no gerenciamento mais geral dos agropolos⁹⁷.

As ações mais importantes de promoção da modernização da atividade agrícola para o mercado implantadas a partir deste período foram sistematizadas sob Programa Cearense de Agricultura Irrigada – PROCEAGRI, criado pela SEAGRI em 1999. De acordo com Falcão (2006, p. 62), a proposição fundamental com o programa foi centralizar o conjunto de políticas setoriais mas com instrumentos descentralizados por intermédio do Programa de Desenvolvimento de Agropolos. O foco foi a produção para o mercado externo com aportes na irrigação, gestão produtiva-comercial-tecnológica. A partir de 2003, o Programa de Desenvolvimento de Agropolos sofre redefinições adotando caráter mais agressivo no que concerne aos estímulo ao agronegócio e sua inserção internacional em bases mais competitivas, passando a chamar-se Programa de Desenvolvimento do Agronegócio da Agricultura Irrigada. Aprofunda-se o apoio à “redução de entraves tecnológicos, de mercado e de assistência creditícia,

⁹⁶ Algumas crítica são feitas pela autora no sentido do distanciamento das soluções hídricas da estratégia de resolver os problemas das populações carentes destes recursos. Em 1999, a criação da SEAGRI foi um signo desta postura tendo em vista que promoveu indiretamente o deslocamento da antiga Secretaria de Desenvolvimento Rural – SDR, posteriormente Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA, para o âmbito dos órgãos de políticas compensatórias.

⁹⁷ Dentre tais órgãos, além dos já citados estão o Instituto Agropolos, a Agencia de Desenvolvimento do Ceará - ADECE, a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará – ADAGRI, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará – EMATERCE, o Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE. Em consulta a informações institucionais disponíveis nos sites oficiais destes órgãos, disponíveis na página oficial do Governo do Estado do Ceará (www.ceara.gov.br), é possível observar sobreposição de esforços nos aparatos e instrumentos de ação destes órgãos. Embora voltados para a dinamização do espaço rural promovendo inclusão dos trabalhadores e pequenos produtores rurais, sobressaem-se medidas privilegiando os setores e espaços mais competitivos.

e o acesso à infraestrutura básica e logística adequada, o apoio aos arranjos produtivos e a integração com o segmento agroindustrial” (FALCÃO, 2006, p. 64)

Entretanto, é importante destacar que a implantação dos perímetros irrigados no Ceará não é recente, datando da década de 1970, ainda sob as ações provenientes da SUDENE. Naquela fase, a busca de solução hídrica para culturas tradicionais em áreas mais deficientes mobilizava a implantação e assim, o primeiro perímetro irrigado foi criado no município de Tauá, situado na Mesorregião dos Sertões Cearenses⁹⁸. Na atual etapa, a renovação ocorre na orientação dada, que segue determinações ditadas pela reestruturação produtiva. Além de promover a expansão do capitalismo no campo confinando antigas formas de organização e relações produtivas, objetiva atividades mais inseridas na dinâmica do contexto da economia mundial.

O antigos perímetros como o de Tauá perdem aquele papel que tinham de se constituírem em ferramentas de busca por melhorias nas condições de vida da população rural do estado sendo praticamente abandonados na nova política. Isso mobiliza a expansão de áreas irrigadas em outros espaços e segundo Pontes e Aragão (2013, p. 4), considerando dados do DNOCS, atualmente existem 30 perímetros irrigados no Ceará, sob gestão federal ou estadual, espalhados em quase todo o seu território estadual⁹⁹. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, a área total irrigada do estado era de 117.381 ha. distribuídos da seguinte forma em suas respectivas Mesorregiões: Noroeste (24,4%), Norte (17,4%), Metropolitana de Fortaleza (5,1%), Sertões (9,4%), Jaguaribe (24,7%), Centro Sul (11%) e Sul Cearense (8%).

Assim, já a partir dos anos 1990 são observadas algumas mudanças nas atividades agrícolas enquadradas nos benefícios provenientes destes instrumentos. Os impactos associados à modernização do campo via agronegócio provocaram nítidas transformações e as bases econômicas mais tradicionais da agricultura foram sendo deslocadas a um segundo plano. Para melhor qualificar estas mudanças, será utilizado o conjunto de informações fornecidos pelas TABELAS 9 e 10 (com as variações nas principais produções agrícolas, áreas plantadas, efetivo

⁹⁸ O município de Tauá hoje com 56.716 habitantes, está localizado mais precisamente na Microrregião do Sertão dos Inhamuns, na divisa com o Piauí, considerada a região mais árida do estado. (IPECE, 2013).

⁹⁹ Dentre outras incumbências, para gerir os perímetros criados pelo governo estadual foi criada Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S.A – ADECE, como agência do Governo do Estado do Ceará, vinculada ao Conselho de Desenvolvimento Econômico – CODENO, que é um órgão com status de Secretaria de Estado. De acordo com a ADECE, em 2011 nos sete perímetros sob sua gestão, havia a área total irrigada era de 45 mil hectares, correspondendo a 23% das áreas irrigáveis no Estado. (ADECE, 2011).

de animais e produtos de origem animal entre 1990 e 2010) e pelas TABELAS 12 e 13 (que traz as respectivas participações no total do estado nos anos de 1990, 2000 e 2010).

TABELA 11 – CEARÁ E MESORREGIÕES CEARENSES: VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA DAS PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS (TON.) E ÁREAS PLANTADAS, 1990-2000 E 2000-2010 (% a.a.).

	NOROESTE		NORTE		METROPOLITANA		SERTÕES		JAGUARIBE		CENTRO-SUL		SUL		CEARÁ	
	2000/1990	2010/2000	2000/1990	2010/2000	2000/1990	2010/2000	2000/1990	2010/2000	2000/1990	2010/2000	2000/1990	2010/2000	2000/1990	2010/2000	2000/1990	2010/2000
Algodão arbóreo ¹	-25,6	-30,0	-17,9	-49,1	-12,8	-	-27,7	-30,5	-	-	-35,1	-	-	-	-24,5	-35,9
Algodão herbáceo ¹	-6,2	-33,3	-7,3	-41,6	-12,8	-	-6,7	-32,8	-0,6	-32,5	-4,3	-23,0	-7,1	-32,3	-5,4	-31,5
Banana ²	-0,2	2,4	2,9	-0,2	-5,2	-0,2	-7,9	-0,4	4,7	7,1	0,6	-0,2	5,4	4,2	1,4	0,8
Castanha de caju	7,0	0,8	4,2	1,3	-3,3	2,0	6,4	0,7	-2,8	2,7	3,2	-0,5	9,8	6,3	2,7	1,5
Mamão	32,9	8,8	20,4	7,3	6,1	1,1	4,8	19,7	21,2	7,4	-	-	3,6	22,2	16,7	7,4
Manga	6,2	0,7	6,8	1,3	6,3	0,4	10,5	-1,1	14,7	13,3	13,8	-0,2	6,2	3,2	7,0	1,9
Arroz ³	1,5	-1,5	-4,8	-4,7	-10,4	-15,7	-4,9	-8,3	-1,6	-0,6	-3,0	-10,9	-0,7	-12,3	-2,3	-7,3
Feijão	1,1	0,7	-1,5	-0,2	-1,4	-0,9	-1,1	-3,0	-4,0	-8,3	-3,1	-2,0	-1,3	-3,9	-1,3	-2,0
Mandioca	-0,6	1,2	-4,1	2,9	-9,8	8,8	-9,7	-0,8	-14,0	12,9	-17,5	-10,3	-5,2	1,1	-4,1	2,7
Milho	1,5	1,3	-1,2	0,0	0,9	-1,5	0,3	-1,9	-3,8	-10,2	-2,4	1,3	0,4	-1,3	-0,3	-1,1
Melão	-10,4	-	7,2	-	-	-5,8	-	16,8	11,5	-	-	-	-	-	15,1	9,9
Melancia	17,7	39,1	36,7	-	-	-	-7,2	-	-1,3	52,3					6,3	44,1
Lavouras permanentes ⁴	1,83	1,16	0,63	0,76	-4,01	1,43	-18,80	-2,35	-3,64	2,87	-23,63	-1,72	-9,43	5,41	-2,1	1,2
Lavouras temporárias ⁴	0,36	1,09	-2,37	0,52	-4,80	0,49	-1,54	-3,12	-3,61	-7,16	-3,00	-2,30	-0,89	-2,70	-1,6	-1,6

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal – PAM (anos 1990-2010)

¹ em caroço; ² em cachos; ³ em casca; ⁴ Área plantada (ha).

TABELA 12 – CEARÁ E MESORREGIÕES CEARENSES: VARIAÇÃO DE EFETIVO DE ANIMAIS (QTDE) E DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, 1990-2000 E 2000-2010 (% a.a.).

	NOROESTE		NORTE		METROPOLITANA		SERTÕES		JAGUARIBE		CENTRO-SUL		SUL		CEARÁ	
	2000/1990	2010/2000	2000/1990	2010/2000	2000/1990	2010/2000	2000/1990	2010/2000	2000/1990	2010/2000	2000/1990	2010/2000	2000/1990	2010/2000	2000/1990	2010/2000
Bovinos	-2,4	1,0	-2,1	0,7	-4,7	0,9	-1,4	1,0	-2,8	2,4	1,2	2,4	-1,0	2,1	-1,7	1,4
Suínos	-1,2	2,2	-3,4	2,3	-11,6	2,5	-1,7	-0,5	-7,8	2,6	0,1	-0,4	-3,7	1,7	-2,9	1,3
Caprinos	-3,2	3,3	-3,9	3,3	-11,3	0,8	-1,0	1,7	-4,3	3,5	-2,7	2,8	-2,7	2,8	-3,4	2,6
Ovinos	-2,4	3,0	1,1	3,6	-7,3	4,6	3,8	2,4	-0,5	2,7	0,4	0,9	-11,0	2,9	0,9	2,7
Aves	-2,3	2,8	5,5	3,5	-6,5	0,5	6,6	1,8	-2,6	0,3	3,4	0,2	2,5	4,0	-1,0	2,0
Leite ¹	3,1	3,7	3,5	2,8	-5,0	3,5	0,9	1,0	-0,7	5,8	4,3	2,2	4,0	2,3	1,2	3,0
Ovos ²	1,5	3,5	-2,7	10,9	-4,7	1,5	3,8	0,6	-3,1	2,1	5,2	-0,7	0,5	1,5	-2,9	3,6
Mel ³	-0,9	31,8	-5,7	10,2	-13,1	8,8	21,6	23,8	6,8	14,1	31,6	5,5	21,3	16,4	4,4	15,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal – PPM (anos 1990-2010)

¹ Mil litros; ² Mil dúzias; ³ Quilogramas.

TABELA 13 – CEARÁ: PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS EXPORTADOS (2000-2010).¹

	US\$ mil (FOB)	% das Export. Estaduais	Qtde. (ton)	US\$ mil (FOB)	% das Export. Estaduais	Qtde. (ton)	US\$ mil (FOB)	% das Export. Estaduais	Qtde. (ton)
	2000			2005			2010		
Abacaxi	-	-	-	4.289	0,46	12.158	-	-	-
Bananas	-	-	-	88	0,01	44	11.199	0,88	25.382
Castanha de caju	137.479	27,77	28.294	136.506	14,67	30.500	182.015	14,34	33.414
Goiabas, mangas e mangostes, frescos ou secos	319	0,06	810	1.393	0,15	2.240	1.869	0,15	3.391
Mamões (papaías)	-	-	-	460	0,05	642,8	935,3	0,07	1.175
Melancias	-	-	-	2.548	0,27	8.133	0,1	0,54	12.866
Melões	2.891	0,58	7.206	34.476	3,71	67.096	74.259	5,85	103.416
Outras frut. cong. n/cozidas	0,0		0,0	1.192	0,13	494	3.747	0,3	778
Outras frut. de casca rija, sementes, p/conserva	2.333	0,47	567	4.600	0,49	1.328,3	3.849	0,3	975

Fonte: SECEX, MDIC (2012)

¹ Entre os 100 produtos de maiores exportações nos respectivos anos.

Dentre estas bases econômicas que sofreram tal deslocamento, o algodão, que se constituiu em atividade responsável por firmar a configuração espacial e praticamente de toda a rede urbana ao ditar os dinamos da economia estadual, dava seus últimos suspiros. Enquanto cultura mais importante, a cotonicultura intensifica ainda mais seu declínio mesmo com alguns programas de revitalização. As percas causadas pelas pragas nos anos 1980 adicionadas à emergência de novas áreas produtoras, com bases mais competitivas e elevada produtividade mesmo na Região Nordeste, como o caso do oeste baiano, aprofundaram a decadência¹⁰⁰.

Entretanto, este processo não corria somente nesta atividade. Conforme é vislumbrado na TABELA 11, entre as principais culturas agrícolas do Ceará, as que tiveram variações

¹⁰⁰ A praga do bicudo foi central para a decadência da cotonicultura no estado principalmente pelos seus altos custos que comprometeram a quase totalidade das plantações nos anos 1980. (CAVALCANTE *et al*, 2007, p. 14).

negativas nas quantidades produzidas durante os períodos de 1990 a 2000 e de 2000 a 2010, se constituíram exatamente naquelas mais tradicionais e de pouca competitividade. Em ordem decrescente foram elas: algodão arbóreo, com respectivas taxas de variação -24,5% e -35,9% nos dois períodos; algodão herbáceo, variações de -5,4% e -31,5%; mandioca, taxa de -4,1% para posteriormente ter variação positiva; arroz, com taxas de -2,3% e -7,3%; feijão variando -1,3% e -2 e milho cuja variação na sua produção física foi de -0,3 e -1,1%. Os dados possivelmente indicam uma gradativa renúncia da produção de alimentos simples componentes da dieta comum do nordestino como arroz, feijão, mandioca e milho. Isso pode ser confirmado ao se observar a taxa de variação anual de áreas plantadas das lavouras permanentes e temporárias. Estas últimas, que compreendem o grupo aqui referido, apresentam queda durante os dois períodos de -1,6% a.a. ao passo que as lavouras permanentes caem entre 1990-2000 (-2,1%a.a.) para apresentar um leve crescimento posteriormente (1,2%a.a.).

O mesmo se reproduz na pecuária e na produção de origem animal (TABELA 12), cujas variações foram positivas entre 1990-2000 somente no efetivo de ovinos (0,9%a.a) e nas produções de leite (1,2%a.a) e mel (4,4%a.a.) ao passo que no período seguinte (2000-2010) embora as variações fossem positivas, estiveram em níveis muito baixos para a maioria dos rebanhos e o efetivo de ovelhas teve maior crescimento estadual (2,7%a.a.). Para os produtos de origem animal, o mel se destacou com uma variação de 15,5%a.a. estimulado pelas políticas de incentivos a pequenos produtores do PRONAF.

Contudo, esses números não indicam o declínio da agricultura cearense. Conforme abordado acima, a busca de modernização contida nas ações da gestão política mudancista imprimiram renovações na sua dinâmica, dando conotação de “nova agricultura” ao conjunto formado pelos ramos priorizados. O amplo pacote de programas objetivando estímulo a culturas de maior inserção, atendendo às demandas da economia global e aproveitando os recursos existentes, permitiram o desenvolvimento de setores do denominado agronegócio fazendo com que principalmente a produção de fruticultura tivesse variação positiva.

No caso do estado como um todo, no primeiro período de análise ainda na TABELA 11 (1990 a 2000), entre os produtos mais importantes, tiveram variações positivas por ordem: mamão (16,7%), melão (15,1%), manga (7%), melancia (6,3%) castanha de caju (2,7%) e banana (1,4%). O caso da castanha de caju apresenta a particularidade de ser uma produção inicialmente explorada em caráter extrativista mas que, com a expansão de sua demanda, passa a ser uma das

culturas permanentes mais importantes e o principal produto na pauta de exportação estadual desde o ano de 2000, sendo ampliado o seu plantio (TABELA 13). No entanto, esse crescimento precisa ser relativizado, tendo em vista que é o primeiro grande período de colheita após a consolidação daqueles perímetros de produção de fruticultura irrigada e também da política de promoção destes produtos para exportação, tendo aí um efeito estatístico que pode causar má interpretação. Anteriormente, a exploração da castanha de caju seguindo tal padrão era muito pequena e a produção era direcionada em maioria aos mercados locais. Com o direcionamento do produto a outros mercados, principalmente externos, ocorreu conseqüentemente grande variação da produção sobre a base inicial.

Já no período subsequente, entre 2000 e 2010, as taxas de variação da produção anual de castanha tiveram crescimento menor. Isso deve-se, além do efeito estatístico acima mencionado, ao fato ser uma cultura permanente havendo portanto pouco incremento da produção em todas as mesorregiões produtoras. Alguns acontecimentos como o arrefecimento das demandas externas causada pela redução do comércio internacional durante a segunda metade da década de 2000 contribuíram para a menor variação.

Apesar disso, as mesmas culturas continuaram apresentando variação de produção física positiva. Por ordem decrescente se destacaram: melancia (44,1%a.a.), melão (9,9%a.a.), mamão (7,4%a.a.), manga (1,9%a.a.), castanha de caju (1,5%a.a.) e banana (0,8%a.a.).

Neste segundo período, o dado diferente está na variação positiva na quantidade produzida de mandioca (2,7%a.a.), que fora negativa no período anterior. Este fato está possivelmente associado a fatores locais, como tentativas de ampliar oferta para o auto atendimento do consumo de alimentos simples e tradicionais da agricultura familiar, cuja oferta foi estimulada por programas com atuação no interior, com destaque para o PRONAF. Não indica portanto um enquadramento da atividade nos termos do movimento que acontece com as demais produções que cresceram¹⁰¹

O caráter dos produtos com variações positivas, reafirmando o que preconiza a busca de inserção competitiva global por intermédio da fruticultura irrigada, reitera as formas que forjam o argumento de construção de novas modalidades e suas respectivas apropriações espaciais que, de

¹⁰¹ Segundo Vilpoux (2008, p. 28), o Brasil é o segundo produtor mundial de mandioca, como insumo da indústria de alimentos (um dos principais componentes da produção de Amido) e apesar da queda da quantidade nacional produzida nos anos 1990, a produção volta a crescer na década seguinte chegando em 2005 a 25 milhões de toneladas. Entretanto, conforme demonstra o autor, o Ceará não se configura entre os principais produtores.

forma territorialmente segregada, é funcionalizada pela rede urbana estadual. Na análise dos cem produtos mais importantes exportados pelo Ceará no período de 2000 a 2010, os bens de origem agrícola que se destacam são exatamente os da fruticultura. Os mesmos são apresentados na TABELA 13.

No efetivo de rebanhos, os programas de apoio à agricultura familiar estimulando a ovinocaprinocultura e a reestruturação do rebanho bovino para a produção leiteira tiveram seus resultados sentidos a partir de 2000. Entre este ano e 2010 os rebanhos ovinos e caprinos foram os que mais cresceram no estado e em todas as mesorregiões, a respectivas taxas de 2,7%a.a. e 2,6%a.a. A taxa de variação da produção de leite mais que dobrou, passando a 3%a.a e a produção de ovos que tivera crescimento negativo no período precedente cresce 3,6%a.a.

Estes desempenhos convergem com visões que apontam para o estímulo à ovinocaprinocultura como importante estratégia socioeconômica para a pecuária do semiárido do Ceará tendo em vista a tolerância destes rebanhos às condições climáticas de elevadas temperaturas, a adaptação dos hábitos alimentares à vegetação da caatinga, os baixos investimentos requeridos nos custos de instalação e início de um rebanho (CAMPOS e CAMPOS, 2013, p. 127). Entretanto, quando confrontados com a política de reestruturação agrícola do estado em seus termos mais macro, encontra-se aquém, sendo conduzida mais com caráter compensatório em termos espaciais e sociais envolvendo pequenos produtores locais de regiões onde o acesso à terra e recursos hídricos ainda encontra obstruções como é o caso dos Sertões Cearenses.

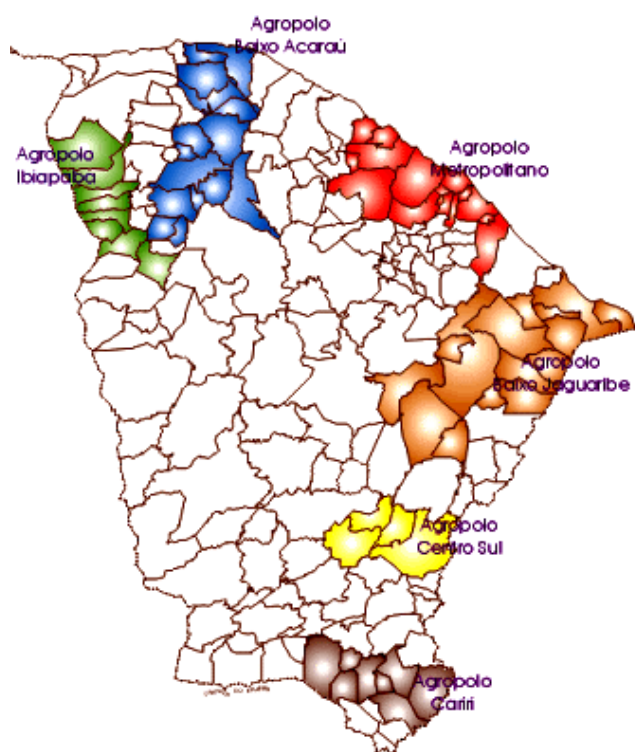
A reprodução desigual na inserção territorial aos dinamos da reestruturação impõe portanto um quadro produtivo segregado no campo, e o argumento das formas de apropriação espacial é melhor qualificado com base nas evidências de dois elementos: a) nas determinações espaciais – as regionalidades e respectivos sistemas urbanos específicos - em que se assentam as produções acima destacadas e b) nos destinos a que são direcionadas as produções dos setores priorizados, segundo já referido, prioritariamente ao mercado internacional. No primeiro elemento podem-se apontar as combinações do conjunto dado pela relação entre reestruturação produtiva e rede urbana cearense no âmbito das transformações agrícolas. A partir do segundo elemento, vislumbra-se nitidamente a eleição da lógica de inserção da economia cearense, como desdobramento da inserção brasileira, às dinâmicas do sistema capitalista mundial contemporâneo, através da produção de bens intensivos em recursos naturais. Ironicamente, no

caso em pauta, os bens definidos como estratégicos – a fruticultura –, empregam os recursos mais escassos e de utilização menos racionalizada nesta região que são os recursos hídricos.

Já foi registrado que alguns espaços considerados como potenciais/competitivos foram priorizados na implantação de polos para produção de frutas e posteriormente para plantação de outras culturas também direcionadas ao mercado internacional¹⁰². A seguir serão destacados alguns aspectos dessas espacialidades apontando seus efeitos sobre os desdobramentos no sistema urbano.

Embora os programas de estímulo ao agronegócio tenham sido difundidos em todo o território cearense com ações em outros ramos, os espaços eleitos se destacaram na consolidação destas atividades e de fato a fruticultura irrigada se manteve como setor mais relevante nesta “nova agricultura” do Ceará. A localização dos polos mais importantes de acordo com este padrão é visualizada no mapa da FIGURA 2.

FIGURA 2 – CEARÁ: LOCALIZAÇÃO DOS POLOS DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA (AGROPOLOS).



Fonte: PROCEAGRI (2000)

¹⁰² Como o caso de flores e plantas ornamentais que após 2005 tem seu plantio incentivado.

É possível perceber em primeiro plano o direcionamento segregador característico nesta modernização, que segundo Elias (2007) reproduz, por este e outros motivos, o caráter conservador observado em outros processo de modernização agrícola brasileiros, essencialmente os da década de 1970. A começar pela localização das principais experiências dos agropolos que de longe beneficia os espaços onde os problemas estruturais da agricultura e das demais atividades são mais aviltantes. Promove-se de fato uma reestruturação desintegradora e fragmentada do espaço agrário cearense, ainda que sob os auspícios de inclusão nos mercados de um setor que perdeu gradativamente seu espaço.

Como é observado na FIGURA 2, inexistente registro de agropolos com alguma relevância localizados nas regiões em que os problemas do atraso e do subdesenvolvimento são severos, compreendidas pela grande Mesorregião dos Sertões Cearenses, que corresponde à grande área em branco. Aí se localizam os Sertões de Crateús e Inhamuns, mais afetadas pelos seculares estrangulamentos no setor. Conforme será visto posteriormente, quando for discutido os efeitos da reestruturação produtiva a partir da atividade industrial, dado o esvaziamento rural e suas possibilidades de sustentabilidade, os principais centros urbanos destas áreas (Crateús, Tauá, Santa Quitéria e Quixeramobim) serão convertidos em plataformas de recepção de indústria de produtos de escala (calçados e têxtil principalmente), mobilizadas pela excessiva oferta de mão de obra barata e pelos incentivos fiscais.

Neste sentido, os agropolos mais dinâmicos, que estão destacados na referida Figura, têm uma localização difusa devido ao fato de adotar regionalizações de identidades rurais determinadas pela política de desenvolvimento agrário seguida pela SEAGRI. Por sua vez, elas não seguem *ipsis litteris* os cortes geográficos meso ou microrregionais do IBGE, que são os adotados no presente trabalho. Portanto, para estabelecer algumas relações com as dinâmicas econômicas e urbanas mesorregionais é interessante algumas notas qualificando suas respectivas localizações.

Assim sendo, na Mesorregião Noroeste Cearense com destaque para os municípios de Tianguá, São Benedito, Sobral e Acaraú, localizam-se os Agropolos da Ibiapaba e do Acaraú. O primeiro fazendo usufruto da umidade proporcionada pelos recursos naturais da Serra da Ibiapaba ao passo que o segundo se estende pelo baixo vale do Rio Acaraú, fazem com que a agricultura desta Mesorregião tenha boa participação na agricultura estadual, com gradativa ampliação da

participação nas principais culturas sejam elas componentes dos ramos da “nova agricultura”, sejam bens mais tradicionais – arroz, feijão, milho – que também se beneficiam dos programas de irrigação;

O Agropolo Metropolitano é composto por municípios cuja localização se distribui entre a própria Mesorregião Metropolitana e a Mesorregião Norte Cearense, que é sua limítrofe. Dispõe de algumas vantagens climáticas de umidade e de solo como as áreas serranas, principalmente da Serra de Maranguape e Aratama, nas adjacências de Fortaleza, e os espaços do Maciço de Baturité, também marcado pela umidade e presença de terras férteis. Possui como principal leito hidrográfico o Rio Curu.

Já o Agropolo do Baixo Jaguaribe está inteiramente situado na Mesorregião Jaguaribe e se apresenta como uma das áreas rurais mais dinâmicas do Ceará. A localização ao longo do leito do rio de mesmo nome disponibiliza a maior oferta de recursos hídricos destinados à irrigação que foi intensificada com a construção do Açude Castanhão¹⁰³, maior reservatório de águas do estado. Nesta Mesorregião destacam-se os municípios de Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova que foram os mais beneficiados pela implantação de perímetros e polos de irrigação da fruticultura. Sua área irrigada era a maior dentre as mesorregiões, com 29 mil ha. (IBGE, 2006).

O conjunto formado por estes três agropolos e as áreas lindeiras, com suas respectivas evoluções após os anos 1990, imprimem concretamente o que se constituiu de fato na implantação de uma verdadeira reestruturação produtiva na agricultura do semiárido. Além de fazer uso dos vales úmidos e das melhores terras disponíveis, da infraestrutura criada para tanto, observa-se uma geografia favorável à exploração seguindo os pressupostos mais gerais das conformações para inserção competitiva externa.

¹⁰³ Com capacidade de armazenamento de 6,7 bilhões de metros cúbicos de água, o reservatório do Castanhão teve sua construção iniciada já durante o segundo mandato de Tasso Jereissati e foi concluído somente em 2002, passando a ser considerado o “coração do sistema hídrico do Ceará” (BOTÃO, 2004, p. 85). Os objetivos de sua construção estavam em atender o abastecimento de água da RMF através de um vasto sistema de canais e adutoras bem como dispor de recursos para expansão da agricultura irrigada no baixo vale do Jaguaribe sendo assim um dos enormes fixos que instrumentaliza a modernização agrícola. Segundo Botão (2004, p. 88), o custo total da obra foi de R\$ 569,2 milhões (sendo 65% recursos do DNOCS e os demais 35% financiados pelo Governo do Estado). A construção deste açude foi acompanhada de uma série de discussões ferrenhas nos espaços de debate público tendo em vista o montante de recursos mobilizados, a falta de assistência/acompanhamento de indenização à população atingida bem como ao seu direcionamento, os objetivos da construção sem falar na construção da nova sede do município de Jaguaribara (com cerca de 3 mil hab. na época), totalmente alagada pelas águas da represa. Antes do Castanhão, a maior represa de água em território cearense era o Açude Orós, com um terço da capacidade do outro, construído durante o Governo JK sob execução do DNOCS (MONTE, 2008, p. 95).

A proximidade dos canais de escoamento revelando áreas dinâmicas mas não muito distantes da disposição de portos e aeroportos fazem com que a transformação econômico-territorial seja mais nítida nos espaços periféricos mais próximos à RMF, onde se dispõe daqueles canais de logística. Este processo também ocorre com outras atividades econômicas que se reestruturam mas no caso da agricultura é mais marcante, tendo em vista a característica perecível dos produtos *in natura* exportados.

Os outros dois polos de desenvolvimento agrícola – Agropolo Centro Sul e Agropolo Cariri – estão mais interiorizados. O primeiro, localizado na Mesorregião Centro Sul, no médio vale do Jaguaribe, também dispõe de alguns reservatórios de água de grande extensão como o açude Orós, além de planícies rasas adequadas ao cultivo de arroz. Já o Agropolo Cariri se constitui na tentativa de dinamização da agricultura da Mesorregião Sul Cearense onde os setores agrícolas tiveram historicamente papel importante beneficiados por outra área de recursos naturais diferenciados em pleno semiárido, pela presença da Chapada do Araripe e do leito do rio Salgado, afluente mais importante do rio Jaguaribe.

Destarte, inicialmente pela condução destes agropolos, as territorialidades econômicas do agro cearense passaram a ter desempenhos distintos, com transformações nas suas produções agropecuárias mais importantes, vislumbradas através das variações nas quantidades produzidas dos seus principais bens e efetivos de animais, já expostas antes nas TABELA 11 e 12.

Como resultado destas transformações, de acordo com a TABELA 14, que traz a participação percentual das Mesorregiões na quantidade estadual produzida dos principais bens agrícolas nos anos de 1990, 2000 e 2010, no último ano, a Mesorregião Noroeste Cearense detinha maior participação estadual em mamão (49,6%) e a segunda maior produção de melancia (35,3%), castanha de caju (31,1%), manga (28,1%) e banana (13,5%), ramos mais importantes da fruticultura para exportação. Na produção de mamão, a alteração ocorreu entre os anos 1990 e 2000 quando esta proporção se eleva de 11,9% para 43,7%, ocorrendo o mesmo com a castanha de caju quando após 1990 supera a Mesorregião Jaguaribe: em 1990 detinha 22,5% e 33,3% em 2000. O inverso aconteceu com a manga, na qual perdeu participação no mesmo período saindo da posição de maior produtor em 1990, quando detinha 34% do total produzido no estado.

Na produção de bens mais tradicionais, que tiveram leve modernização também a partir dos programas governamentais de irrigação, em 2010 a região tinha a maior produção de feijão (29,3%) e mandioca (39,8%), cuja proporção em relação ao Ceará vem aumentando desde os

anos 1990, e segunda maior colheita em algodão arbóreo (40,3%) e milho (23%). Embora estas culturas tenham tido variação de produção negativa entre os anos de 2000 e 2010 (de acordo com o que foi evidenciado anteriormente pela TABELA 11), tal quadro fazia com que esta porção do território cearense detivesse a maior área plantada em lavouras temporárias do Ceará, perfazendo um total de 339.259 ha.

A pecuária do estado como um todo não exhibe grande peso no panorama nacional tendo em vista questões de produtividade, nível técnico, competitividade, encadeamentos produtivos e capitalização de outras unidades da federação. Sua irrisória participação em efetivos bovinos e suínos (TABELA III em ANEXOS), fazem que estes ramos sejam importantes mais pra dinâmica da economia interna. Ocorre o inverso com os rebanhos de ovinos e caprinos, cuja participação nacional se eleva assim como a de todos os estados nordestinos dadas as particularidades deste tipo de criação serem adequadas à região.

Considerando isto, os rebanhos do Noroeste Cearense vem obtendo bom desempenho. Quando se considera a especialização pecuária na formação econômica de alguns dos seus municípios ao longo do Vale do rio Acaraú, tal fato não se revela como novidade. Com isto, desde 1990, seus efetivos de animais se destacam sendo o segundo maior criatório do estado em bovinos (com 19,5%, 18,3% e 17,4% em 1990, 2000 e 2010), caprinos (25,5%, 26% e 27,7% nos mesmos anos) e ovinos (24,8%, 17,8% e 18,3%). A pequena queda observada em bovino ocorreu mais pela ampliação de efetivo de outras áreas com menores participações como o Sul e o Centro-Sul. No caso de ovinos houve aumento, ainda que pequeno de outras regiões, estimulado pelos programas de apoio a pequenos produtores. Em suínos, apresenta o maior número de animais do estado: 27,9% em 1990, 33,1% em 2000 e 36% em 2010. No entanto, segundo já assinalado, neste criatório é ínfima a participação cearense na produção nacional (TABELA III nos ANEXOS) sendo mais para auto abastecimento.

TABELA 14 – CEARÁ E MESORREGIÕES CEARENSES: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA PRODUÇÃO FÍSICA DAS PRINCIPAIS CULTURAS AGRÍCOLAS (TON.) E ÁREAS PLANTADAS, 1990 A 2010 (CEARÁ=100).

	NOROESTE			NORTE			METROPOLITAN A			SERTÕES			JAGUARIBE			CENTRO-SUL			SUL		
	1990	2000	2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010
Algodão arbóreo ¹	19,1	16,5	40,3	24,9	57,3	5,7	2,3	-	-	36,6	23,8	54	0,8	-	-	11,1	2,5	-	5,2	-	-
Algodão herbáceo ¹	8,7	8,0	6,1	7,0	5,7	1,1	2,8	1,2	-	49,7	43,3	35,7	15,8	26,1	22,3	8,2	9,0	29	7,8	6,5	5,8
Banana ²	13,5	11,4	13,5	59,8	69,0	62,7	13,9	7,0	6,4	4,4	1,7	1,5	3,1	4,3	7,8	2,3	2,1	1,9	3,0	4,5	6,2
Castanha de caju	22,1	33,3	31,1	35,2	40,9	40,3	8,3	4,6	4,8	1,2	1,7	1,6	32,8	19,0	21,3	0,1	0,1	0	0,3	0,5	0,9
Mamão	11,9	43,7	49,6	13,5	18,4	18,2	59,1	22,8	12,4	4,0	1,4	4	8,7	12,8	12,7		0,1		2,8	0,8	3,1
Manga	34,0	31,6	28,1	30,9	30,5	28,9	12,6	11,7	10,2	4,9	6,7	5	1,8	3,6	10,5	1,2	2,3	1,9	14,6	13,6	15,4
Arroz ³	7,8	11,4	20,7	11,6	9,0	11,8	3,5	1,5	0,6	8,1	6,3	5,6	10,9	11,3	23,5	34,6	32,4	21,8	23,4	27,7	15,9
Feijão	17,6	22,2	29,3	16,1	15,7	18,9	1,5	1,5	1,7	30,4	30,9	27,9	14,4	10,9	5,6	7,1	5,9	5,9	12,9	12,9	10,7
Mandioca	32,0	45,8	39,8	32,1	32,1	33	7,2	3,9	6,9	5,0	2,7	1,9	8,8	3,0	7,7	1,0	0,2	0,1	14,0	12,4	10,6
Milho	15,2	18,2	23	15,8	14,3	16	1,1	1,3	1,2	32,1	34,0	31,1	10,6	7,4	2,8	7,7	6,2	7,8	17,5	18,6	18,1
Melão	0,6	-	-	25,1	12,4	-		0,9	0,2	-	0,1	-	74,3	86,5	99,8	-	-	-	-	-	-
Melancia	18	50,2	35,3	1,0	12,3	-	-	-	0,1	2,7	0,7	-	77,0	36,8	64,2	0,3	-	0,4	1,0	-	
Lavouras permanentes ⁴	20,9	31,1	30,8	33,7	44,6	42,4	6,3	5,2	5,3	14,5	2,2	1,6	17,9	15,4	18	4,3	0,4	0,3	2,4	1,1	1,6
Lavouras temporárias ⁴	16,9	20,7	27,2	16,9	15,5	19,3	2,3	1,7	2	29,3	29,6	25,4	12,0	9,8	5,5	7,8	6,8	6,3	14,8	15,9	14,3

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal – PAM (anos 1990-2010)

¹ em caroço; ² em cachos; ³ em casca; ⁴ Área plantada (ha).

TABELA 15 – CEARÁ E MESORREGIÕES CEARENSES: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO EFETIVO DE ANIMAIS (QTDE) E NA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, 1990 A 2010 (CEARÁ=100).

	NOROESTE			NORTE			METROPOLITANA			SERTÕES			JAGUARIBE			CENTRO-SUL			SUL		
	1990	2000	2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010
Bovinos	19,6	18,3	17,4	11,9	11,4	10,6	4,3	3,2	3,0	30,1	31,3	29,9	15,3	13,7	15,0	7,7	10,4	11,4	11,0	11,8	19,6
Suínos	27,9	33,1	36,0	13,7	13,0	14,3	7,8	3,0	3,4	24,6	27,7	23,2	10,3	6,1	7,0	5,8	7,8	6,6	10,0	9,2	27,9
Caprinos	25,5	26,0	27,7	10,3	9,8	10,4	2,9	1,2	1,0	31,1	39,8	36,2	16,9	15,3	16,8	3,0	3,2	3,3	10,3	4,6	25,5
Ovinos	24,8	17,8	18,3	8,6	8,8	9,6	2,8	1,2	1,4	35,6	47,2	45,9	19,9	17,4	17,4	4,3	4,1	3,4	3,9	3,6	24,8
Aves	13,6	12,0	12,9	11,5	21,8	25,2	52,5	29,6	25,5	10,0	21,1	20,7	4,0	3,4	2,9	3,2	4,9	4,1	5,2	7,3	13,6
Leite ¹	12,2	14,6	15,6	8,3	10,3	10,2	9,5	5,0	5,3	33,1	32,1	26,5	22,0	18,1	23,8	7,2	9,7	9,0	7,8	10,2	12,2
Ovos ²	8,2	12,8	12,7	14,3	14,7	29,0	66,9	55,5	45,3	4,3	8,4	6,3	2,3	2,3	2,0	1,1	2,5	1,6	2,8	3,9	8,2
Mel ³	2,1	1,3	4,7	34,4	12,5	7,8	25,6	4,1	2,3	2,0	9,1	18,4	28,5	35,8	31,7	0,7	7,5	3,1	6,6	29,7	2,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal – PPM (anos 1990-2010)

¹ Mil litros; ² Mil dúzias; ³ Quilogramas.

A Mesorregião Norte também seguiu o mesmo processo, apresentando portanto grande participação naqueles produtos da fruticultura, já qualificados como direcionados ao mercado externo. Suas produções de banana (62,7%), castanha de caju (40,3%) e manga (28,9%) eram as maiores e a de mamão (18,2%) era a segunda de maior destaque no Ceará. Tais culturas mantiveram este desempenho tanto em 1990 quanto em 2000 sendo conveniente ressaltar o crescimento deste número no caso da castanha que era de 35,2% em 1990.

Considerando que este é o primeiro produto na lista de bens exportados pelo Ceará desde 2000, nesta mesorregião estava o seu maior produtor estadual, que é o município de Cascavel. Em 2010 alcançou a produção de 2.792 toneladas do produto (7,1% da produção estadual). Destacaram-se na mesma produção ainda em 2010 outros municípios localizados no Norte Cearense, como Ocara (5,3%), Chorozinho (4%), Itapipoca (3,2%), Trairi (3,3%) e Barreira (2,6%).

Na pecuária não houve grandes destaques além da boa participação no efetivo de aves e na produção de ovos (25,2% e 29%). A mesorregião foi a segunda maior produtora desde 2000 em aves (quando teve 21,8% do total cearense) e desde 1990 em ovos (alcançando 14,3% em 1990 e 14,7% em 2000). Esses números estão possivelmente associados ao desempenho da vizinha Mesorregião Metropolitana de Fortaleza que detém forte especialização nestas duas produções desde os anos 1980, conforme aponta Ferreira *et al* (2006, p. 99).

Como é de se esperar, a Mesorregião Metropolitana de Fortaleza tem pouco papel na evolução das atividades agropecuárias, devido às características atinentes às questões produtivas de todo espaço considerado metropolitano, onde as atividades rurais usualmente têm pouco participação. Entretanto, alguns de seus municípios como Maranguape e Pacatuba possuem produções que se avultam como mamão e manga. No primeiro, a Mesorregião já ocupou primeiro lugar entre as demais (com 59% da produção em 1990, caindo pra 22% e 18% sua participação em 2000 e 2010), apesar da produção estadual ainda não ter nenhum destaque naquele momento sendo de apenas 6,4 mil toneladas. À medida que o Ceará aumenta sua quantidade produzida neste item, chegando em 2010 à marca de 102,8 mil toneladas, ocorre o crescimento da produção no Noroeste e no Norte, que são mesorregiões imediatamente próximas à Metropolitana mantendo como isto condições de transporte confinante pelos seus nodais, dado a necessidade do caráter perecível do bem.

A maior produção em bens agropecuários da Metropolitana de Fortaleza está em produtos de origem animal, sendo a grande produtora estadual de aves e ovos detendo 25,5% na primeira e 45,3% da segunda em 2010. Vem mantendo esta posição desde os anos 1980 segundo Ferreira *et al* (2006), mas gradativamente obtém queda, ainda que se mantenha como maior produtor (1990 participava com 52,5% de aves 66,9% em ovos; em 2000 esta proporção decresce para 29,6% e 55,5%). Tal produção elevada pode possivelmente estar relacionada às necessidades imediatas de alimentação da maior população urbana do estado e seu declínio de participação na mesorregião é compensado por aumentos progressivos nas demais, que também crescem em urbanização. Tendo ocupação territorial que favoreça o atendimento mais rápido ao mercado consumidor urbano, as atividades de granja se desenvolvem em áreas periurbanas dos municípios vizinhos ao núcleo da metrópole como Caucaia e Pacajus.

A renovação da agricultura cearense por meio dos citados estímulos ao agronegócio com ênfase na fruticultura irrigada ganha o seu maior destaque na Mesorregião Jaguaribe, onde despontou o mais importante polo de produção de frutas para exportação do estado. Algumas particularidades são reservadas a esta mesorregião como os já mencionados recursos hídricos expandidos com a conclusão das obras do Açude Castanhão, cuja disponibilidade além de atender ao abastecimento de água da RMF, através das adutoras e canais também se direciona à infraestrutura do sistema de irrigação de todo o médio Vale do rio Jaguaribe.

Outra característica é a sua proximidade geográfica com as áreas dinâmicas também na fruticultura do estado do Rio Grande do Norte, constituída pelos Polo Açu-Mossoró, permitindo desdobramentos no que se refere às economias de escala referentes à presença de empresas de tecnologia e comercialização (GOMES, 2010, p 72).

Seus principais produtos da fruticultura são o melão, em que toda a mesorregião deteve a quase totalidade da produção estadual no ano de 2010 (99,8%) mantendo a evolução de anos anteriores (86,5% em 2000 e 74,3% em 1990), e a melancia com uma participação de 64,2% no mesmo ano. No caso do melão, o Ceará assume a posição de segundo maior produtor nacional já em 1991, ultrapassando o Pernambuco. Desde então, é superado apenas pelo Rio Grande do Norte, cuja produção está eminentemente localizada no perímetro Açu-Mossoró. Os maiores produtores no Ceará são os municípios de Icapuí, Aracati, Russas e Quixeré que juntos em 2010 produziram 148,6 mil toneladas do fruto.

Os dois estados (RN e CE) produziram 53,8% e 25,4% da produção nacional em 2000 e 50,6 e 32% em 2010, sinalizando para o constante crescimento da produção cearense (IBGE-PAM, 2010). Ainda na fruticultura, o Jaguaribe apresentou em 2010 boa participação na produção de castanha de caju, mamão e manga, cujas proporções em relação ao Ceará foram respectivamente de 21,3%, 12,7% e 10,5% evidenciando uma substituição de culturas entre estas produções, tendo em vista que em 1990, estes números eram de 32,8%, 8,7% e 1,8%. A redução da quantidade produzida de castanha de caju pode estar associada ao fato de ela passar a ser produzida mais nos municípios litorâneos da mesorregião como Aracati, Fortim e Palhano ao passo que nas áreas dos perímetros, a atenção se direciona às outras culturas.

O desenvolvimento da fruticultura a partir dessa denominada modernização agrícola dos governos estaduais pós anos 1980, encontra nesta mesorregião suas caracterizações mais nítidas no tocante às suas interconexões com os ditames do processo de reestruturação produtiva mais amplo por ser aquela em que mais se direcionaram os esforços de políticas e, portanto, o território que mais transformações sofreu em repostas a tais medidas. As relações entre agricultura e rede urbana tem aqui delineamentos marcantes com funcionalidade de incorporação destas áreas ao consumo globalizado, segundo retrata Elias (2007, p. 439).

Considerados como os mais consolidados, os perímetros Irrigados do Jaguaribe-Apodi e o de Tabuleiro-Russas¹⁰⁴ conduzem os movimentos da economia regional fazendo com que se instalem aí outras atividades econômicas também do setor industrial, estimuladas pela própria concepção das medidas adotadas, qual seja, o estímulo ao desenvolvimento de encadeamentos produtivos (GOMES, 2009, p. 302). Na seção sobre a reestruturação produtiva, indústria e as questões urbanas estaduais, estes movimentos serão melhor especificados.

As conexões dadas pelos desdobramentos na evolução do mercado de trabalho também evidenciam contradições. Por um lado, a modernização permitiu a liberação de trabalhadores que passaram a residir em áreas urbanas não mais extra regionais mas nas próprias cidades polos como Limoeiro do Norte e Russas, que passaram a ter maior crescimento urbano mais elevado que a média cearense.

O perfil das atividades seguiram os padrões determinados pela reestruturação competitiva, reduzindo gradativamente a demanda de mão de obra nos processos produtivos diretos. No entanto, esta demanda ainda atende as sazonalidades dos mercados e não mais da

¹⁰⁴ DIÁRIO DO NORDESTE, 07/JAN/2009.

natureza, fazendo com que parte destes trabalhadores sejam absorvidos pela agroindústria. Foi um dos setores que acompanharam o crescimento da agricultura irrigada, realizando o beneficiamento inicial de alguns produtos. Os efeitos sobre o mercado de trabalho são em maior instância de caráter urbano, se expandindo postos em áreas mais aplicadas, que exigem maior especialização como os profissionais técnicos agrícolas, agrônomos, veterinários, de administração rural, dentre outros. O comércio também se expande atendendo oferta de produtos nestas áreas, como será visto posteriormente.

Na pecuária, o destaque estadual é mais em ramos de produtos de origem animal, como a produção leiteira, que alcança 23,8% em 2010 com a segunda maior produção associada aos estímulos dados pelo PRONAF também através de programas de apoio a pequenos produtores¹⁰⁵. Esta produção havia tido também segunda posição em 1990 (22%) e em 2000, quando sofre queda (18%), o que mobiliza a atenção para as medidas implementadas. Seu efetivo no gado bovino, praticamente direcionado à produção leiteira participou com 15,3%, 13,7% e 15%, no montante do estado, nos anos de 1990, 2000 e 2010.

O mel se sobressaiu como outro produto de boa participação, seguindo este mesmo perfil de resultado de programas de apoio à agricultura familiar. A Mesorregião Jaguaribe detinha maior participação na produção cearense em 2000 (35,8%) perdendo uma posição em 2010 quando teve o percentual de 31,7%. A produção destes produtos agrícolas com menor valor agregado, a exemplo do mel, contribuem nas evidências acerca da seletividade social e espacial da modernização que modificou o território econômico: ao passo que os grandes projetos beneficiam os produtos de maior inserção externa, os pequenos produtores, geralmente de cultura tradicionais (e de pouca importância para os interesses da agricultura moderna) são compensados com rebarbas de ações que foram transferidas para o âmbito das políticas de caráter social e compensatório.

A participação das demais mesorregiões nas atividades da agricultura ocorre com números mais tímidos, se verificando quadro um pouco diferente com a pecuária. A começar pelos Sertões Cearenses, onde as atividades agrícolas principais continuam voltadas para a produção de bens da alimentação simples e considerados já tradicionais na agricultura do Ceará,

¹⁰⁵ De acordo com Amaral Filho *et al* (2010, p.99) um dos núcleos identificados como arranjo produtivo local pela Secretaria Estadual de Desenvolvimento Local e Regional – SDLR foi o da Bacia Leiteira do Baixo Jaguaribe com destaque para o município de Morada Nova, para onde se direcionaram a partir de 2002 alguns programas pontuais, conduzidos por esta secretaria em parceria com o BNB, Ministério da Integração, EMBRAPA e financiamento do Banco Mundial através de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP.

embora também dentro dos esquemas propostos pelos processos de modernização. A produção de algodão continuou tendo boa participação, e além de ser a maior produção do estado, gradativamente os Sertões foram reconcentrando as colheitas de algodão arbóreo e herbáceo do estado. Em 1990 sua participação estadual era de 36,6% e 49,7% passando a 23,8% e 43,3% em 2000 para posterior retomada com participações maiores porém invertidas em 2010 (54% e 35,5).

Manteve ainda elevada participação nos anos apresentados na TABELA 14 em milho (32,1%, 34% e 31,1% em 1990, 2000 e 2010) e feijão, em que detinha maior produção nos anos 1990 e 2000 (30,4% e 30,9%) perdendo esta posição em 2010 para o Norte Cearense e figurando em segundo lugar (27,9%). Outras regiões também ganharam participação na produção de feijão.

Com isso, verificava-se aqui também grande proporção de áreas plantadas em lavouras temporárias, maior em 1990 e 2000 (29,3% e 29,6%) sendo deslocada para segunda posição em 2010 (25,4%). Isto faz da agricultura dos Sertões a mais vulnerável de todo o território cearense considerando que predomina nela a agricultura familiar além do baixo benefício dado às suas culturas por parte dos programas de irrigação quando comparadas com outros produtos, prioritariamente os da fruticultura. Segundo demonstrado, ao apresentar a localização espacial dos principais Agropolos de Desenvolvimento Rural, a área que compreende a quase totalidade dos Sertões Cearenses não esteve na prioridade fazendo com que a afirmativa de Elias (2007, p. 455) acerca da “seletividade de distribuição das políticas públicas e dos sistemas de engenharia” pelo espaço agrário do Ceará, se manifeste neste aspecto.

Dadas as suas condições climáticas e o conjunto de medidas com direcionamentos específicos relacionados à pecuária do semiárido, os Sertões se apresentam com características mais adequadas ao tipo de rebanho incentivado pelas ações e programas públicos. Por suposto, os efeitos culminam com boas participações nos efetivos estaduais. Sua posição de maior efetivo pecuário cearense se mantém ao longo dos anos analisados em bovinos (sempre em torno dos 30% dos rebanhos estaduais), em caprinos e ovinos cujas participações são de longe as maiores, e na produção leiteira com 33,1% em 1990, 32,1% em 2000 e declinando para 26,5% em 2010, que fora compensado pelos ganhos de outras regiões com menores participações mas que também tiveram benefícios dos mesmo programas governamentais de apoio à pequena produção¹⁰⁶.

¹⁰⁶ Como é o caso do Sul e Centro Sul, já mencionados quando da análise destes números nas pequenas percas registradas pela participação nos efetivos bovinos da Mesorregião Noroeste.

Isso se confirma na análise sobre a mesma realidade na Mesorregião Centro Sul, cujas culturas mais importantes são também de caráter mais tradicional: arroz e algodão herbáceo. No primeiro produto, em 2010 era a segunda maior mesorregião produtora do estado (com 29%) ao passo que sua produção de arroz correspondia a 21,8% do montante estadual. O município de Iguatu, polo mais importante da região e um dos municípios que se destacam como Centro Sub-Regional A na rede urbana do estado¹⁰⁷, é um dos tradicionais produtores cearenses de arroz contribuindo para que o Centro Sul em 1990 e em 2000 detivesse as maiores produções com percentuais de 34,6% e 32,4% na produção estadual.

O outro produto tradicional desta região, o algodão herbáceo, tem o seu plantio motivado por programas que buscam resgatar a cotonicultura¹⁰⁸. Com a produção praticamente estagnada entre meados das décadas de 1980 e 1990, a região que antes da assolação das pragas era importante produtora (anos 1970), se recoloca como destaque estadual com uma conversão na atividade: anteriormente a participação na quantidade estadual do algodão arbóreo era maior (11,1% contra 8,2% do herbáceo em 1990)¹⁰⁹.

Em 2000, a colheita do algodão arbóreo cai para 2,5% nesta região ampliando a do herbáceo para 9% e depois para 29% em 2010 praticamente zerando sua produção arbórea. A mudança ocorre por ser o tipo herbáceo considerado mais resistente às pragas. Apesar disso, de acordo com Campos (1997, p. 78), as bases econômicas de sua produção, no estado do Ceará como um todo e nas regiões mais voltadas para a atividade, são baixas tendo em vista que as técnicas exigidas são rudimentares. No caso em destaque, foi herdado muitos problemas estruturais ainda da organização sob a variedade arbórea. O baixo nível técnico e as formas tradicionais de cultivo impõe resistências às inovações e com isto a cotonicultura cearense como um todo permanece com baixos rendimentos em relação a de outras regiões do país como o Sudeste e mais recentemente o Centro-Oeste.

A retomada ocorre no entanto em níveis de produção bem mais baixos quando comparado ao passado. Segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará –

¹⁰⁷ Esta classificação, de acordo com o REGIC 2008, será melhor explorada no Capítulo 4.

¹⁰⁸ Dentre estes programas está o Projeto Algodão da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, que objetiva revitalizar a cotonicultura em antigas áreas de plantio, sob bases técnicas mais eficientes. O projeto prioriza princípios de organização produtiva em cooperativa e é executado em parceria com uma série de outras instituições (Banco do Nordeste – BNB, Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP), Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado do Ceará – SDA). (EMBRAPA, 2011)

¹⁰⁹ É pertinente a observação de que esta recolocação da Mesorregião como importante produtora estadual ocorre em níveis de produção bem inferiores aos predominantes na década de 1970.

SDA, em 1980 a quantidade colhida de algodão no Ceará foi de 141.780 toneladas ao passo que em 2010 foi de apenas 2.315 toneladas (OCB/CE, 2011, p. 4). Apesar do forte declínio que comprometeu completamente as atividades relacionadas, é importante destacar como sua maior herança a contribuição para a formação do sistema econômico e da rede urbana. As tentativas de resgate cotonicultor buscam se inserir em novos padrões econômicos incentivados.

É relevante sinalizar para os limites que a lógica de renovação da acumulação capitalista a partir da modernização agrícola encontra no Centro Sul. Conforme percebe-se através das variações em quantidades produzidas, considerando as nove culturas observadas (excluindo-se mamão e melão, que não houve produção de destaque no seu território), houve decréscimo em seis delas entre 1990-2000 (algodão arbóreo e herbáceo, arroz, feijão, mandioca e milho) e em mais sete entre 2000-2010 (algodão herbáceo, banana, castanha de caju, manga, arroz, feijão e mandioca). As maiores variações negativas no primeiro período foram o algodão arbóreo (-35,1%a.a.), como derrocada final dos problemas que desestruturam a atividade a partir dos anos 1980, e a mandioca (-17,5%a.a.); já no segundo período as quantidades produzidas dos dois mais importantes produtos agrícolas – arroz e algodão herbáceo - sofrem maiores declínios (-10,9%a.a. e -23%a.a.) em variações produzidas, ainda que sejam as culturas da Mesorregião que mais participam no montante estadual.

Por sua vez, no Sul Cearense, que tem o seu território beneficiado por recursos naturais em umidade e solo decorrentes da presença da Chapada do Araripe, possui participação bem distribuída nas culturas analisadas. Na fruticultura, seus maiores destaques são a manga e a banana com os seguintes desempenhos nas produções estaduais nos anos de 1990, 2000 e 2010: 14,5%, 13,6% e 16% para a manga, 3%, 4,2% e 6,2% para a banana. Os maiores espaços produtores estão situados na porção leste onde localizam-se os municípios de Mauriti e Brejo Santo, principais beneficiados na região pelos perímetros irrigados. Como implicação do melhor desempenho agrícola da região, estes municípios tem se destacado como centros populacionais que cresceram entre os dois últimos censos.

Nas demais culturas de bens alimentares mais simples - como arroz, mandioca, feijão e milho -, o desempenho da mesorregião vem apresentando declínio nos últimos anos. Houve aqui a maior queda do interior do estado em área plantada de arroz entre 2000 e 2010, envolvendo -12,3%a.a. (TABELA 11). Sua participação na quantidade produzida pelo Ceará varia de 23% para 16% entre 1990 e 2010.

Não obstante ter participação, ainda que pequena, na maioria da produção dos seus produtos, o quadro de empobrecimento da agricultura tradicional sul cearense é observado também pelas taxas de participação geral na área plantada de lavouras permanentes e temporárias, sendo das mais ínfimas em 2010, de 1,6% e 14,3% respectivamente. Estas participações foram sempre medíocres em lavouras permanentes (1,1% em 2000 e 2,4% em 1990) mas sofreram pequena queda nas temporárias (14,8% e 15,9% durante os referidos anos).

Tais evidências se contrapõem à histórica imagem usufruída de dinâmica territorial diferenciada em relação aos espaços circunvizinhos, que tendo como ponto de partida a sua agricultura, se desdobrava para outros ramos da atividade econômica. Assim, as famosas feiras do Cariri, como é conhecida a Mesorregião Sul Cearense, deixam de ter nos produtos da terra a sua principal comercialização e se integram a outros espaços produtores, comercializando bens vindos de fora, inclusive bens que não são oriundos do agro.

A dinâmica das atividades rurais sul cearenses é completada pelo desempenho dos setores da pecuária e da evolução dos produtos de origem animal que segue o mesmo perfil das demais atividades rurais: embora tenha alguma participação na maioria das produções, não se destaca entre os grandes produtores do estado. Isto só não é válido para a produção de mel, ramo em que detém primeira posição sendo responsável por 32,1% do estado e também onde teve seu maior crescimento de produção (de 28,1 mil kg em 1990 para 886,4 mil em 2010) e participação percentual (de 6,6% em 1990 para 32,1% em 2010). Teve ainda crescimento gradativo na participação do efetivo de bovinos (de 11%, 11,8%, 12,6% em 1990, 2000, 2010), aves (5,2%, 7,3% e 8,8%) e ovos (2,8%, 3,9% e 3,2%)¹¹⁰.

No balanço geral, com números mais baixos que os verificados na economia agrícola de outros espaços, a Mesorregião Sul Cearense forma, juntamente com os Sertões e o Centro Sul, as áreas com agricultura menos dinâmica em 2010, se comparada às analisadas anteriormente. As espacializações apresentadas na FIGURA 3 refletem isto, ao identificar sob dois cortes espaciais a dinâmica segundo participação nos PIB's Agropecuários entre 2000 e 2010¹¹¹.

¹¹⁰ De acordo com dados do IBGE (2012), em 2010 o Ceará era o sexto maior produtor nacional de mel, atrás de Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Piauí e Minas Gerais.

¹¹¹ É importante uma nota esclarecendo que os cortes entre os grupos (classes) são feitos pelo Software utilizado e não são equivalentes entre os dois períodos, embora se mantenha o pressuposto de ordenação por classificação decrescente. Com isto, está sendo elucidado que os níveis de participação nos PIB's Agropecuários em 2000 eram evidentemente inferiores aos de 2010. Mesmo o agrupamento se dando em números iguais de classes (no caso 6), os cortes inter grupais são diferentes, conforme aponta a legenda em cada mapa. Para se ter um exemplo, o limite inferior do grupo de mais elevada participação percentual de PIB Agrícola do Ceará em 2010 foi de 1,59% enquanto

No conjunto formado pelos dois quadrantes superiores a espacialização é feita por município e nos dois inferiores por Mesorregião. As áreas destacadas em tons mais escuros apresentam mais elevadas proporções estaduais do PIB Agropecuário.

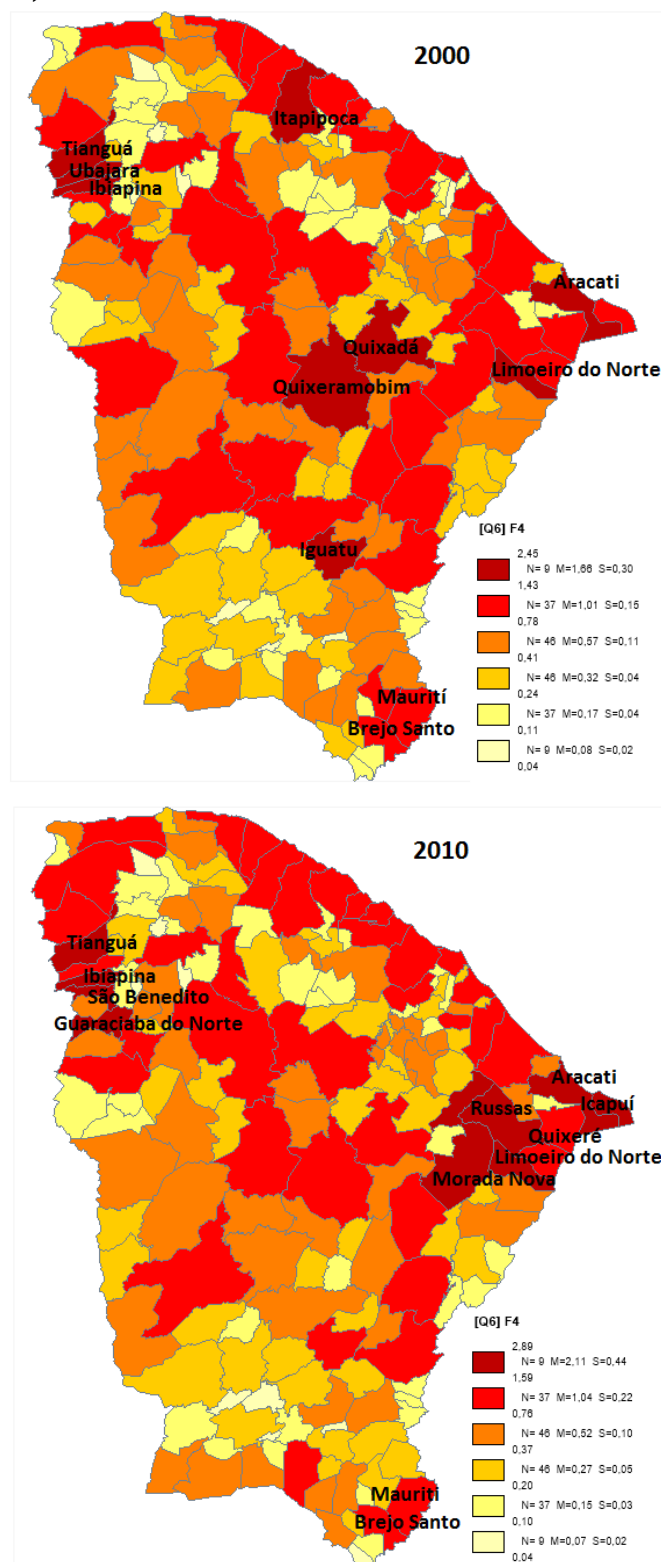
É portanto nítido o desempenho espacial segregador resultante de toda a evolução descrita. Embora busque colocar o Ceará na onda da modernização capitalista promovida pela reestruturação agrícola, o faz dentro dos esquemas de apropriação do que interessa à acumulação, se realizando de forma desigual e reproduzindo localmente os efeitos das mudanças no capitalismo tratadas no Capítulo anterior. Na FIGURA 3, os espaços de maiores participações no PIB's agropecuários em 2000 refletiam uma transição entre os determinantes dados pela etapa antes da adoção das transformações nas políticas modernizadoras e o momento posterior, onde as mudanças já são sentidas de fato, na apropriação territorial diferenciada.

Embora se destaquem alguns municípios com efeitos já a partir dos resultados da “nova agricultura” cearense (Tianguá, Ubajara, Ibiapina, Itapipoca, Aracati, e Mauriti), ainda se sobressaem aqueles com ênfase em atividades organizadas ainda sob bases tradicionais, tanto agrícolas quanto pecuárias, mas que passam a ser objeto de tênues alterações também promovidas pelo vetor mundancista (Quixadá, Quixeramobim, Iguatu). Em termos mesorregionais a Mesorregião Noroeste se mostra como a que teve maior participação, chegando a 25,7% do PIB Agropecuário do Ceará e isso também ocorre em 2010 quando sua participação se eleva para 29,3%. Conforme observou-se nos dados¹¹², esta participação resulta de melhorias em atividades de ramos tradicionais como aqueles priorizados pela modernização.

que o percentual da maior participação em 2000 fora mais baixo, de 1,43%. Assim é relevante indicar que esta sistematização, quando comparativa entre dois momentos, permite deter o agrupamento em seis grupos por ordem da variável analisada e não necessariamente a magnitude da variável entre os dois momentos.

¹¹² Dados contido principalmente nas TABELAS 11, 12, 14 e 15.

FIGURA 3 – CEARÁ: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA PARTICIPAÇÃO NO PIB ESTADUAL AGRÍCOLA POR MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES, 2000 e 2010 (%).





Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2012), com utilização do Software PhilCarto.

As mudanças mais gerais em 2010, são sentidas pela consolidação dos municípios compreendidos nas áreas de agricultura de exportação (Tianguá, São Benedito, Ubajara, Ibiapina, Aracati, Icapuí, Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova), e pequenas melhorias em áreas de agricultura tradicional e rebanhos da ovinocaprinocultura (Quixerambobim, Crateús, Tauá). A espacialização através da figura exposta confirma o argumento de que os municípios de mesorregiões mais interioranas (Sertões, Centro Sul e Sul) não passaram por grandes incrementos nas suas economias quando comparadas com aquelas integradas ao circuito da produção internacional (Noroeste, Norte e Jaguaribe). Na Mesorregião Jaguaribe observa-se também uma expansão com a inclusão de mais municípios no grupo dos que detém maior participação no PIB agrícola estadual.

O padrão seletivo registrado na construção aqui empreendida é manifestado também através dos deslocamentos visualizados nos anos de 1985, 2000 e 2010 nas dez maiores participações no PIB Agropecuário, expostas na TABELA 16¹¹³. As maiores mudanças ocorrem entre 1985 e 2000.

Ainda que com estes efeitos seletivos, de antemão é visível o padrão disperso da Agropecuária em relação aos demais setores, fato que será confirmado posteriormente. Aqui, as diferenças entre as posições não são tão amplas nos três anos selecionados. Naturalmente, o aspecto concentrador dos setores industrial e de serviços, sendo urbanos em primeira instância e necessitando de economias de aglomeração, favorece à não dispersão quando comparada com as atividades primárias.

Partindo de um contexto onde predominavam culturas tradicionais, subsistência e pecuária extensiva, os dez maiores produtores agropecuários em 1985 estavam dispersos por todo o território estadual, grande parte nos Sertões (Quixadá, Quixerambobim e Tauá), Centro Sul (Iguatu e Acopiara) e na Mesorregião Jaguaribe (Morada Nova e Aracati). Isto era habitual tendo em vista que até àquele ano, embora já decadente, o algodão ainda se mantinha como principal produto da agricultura sendo Iguatu o maior produtor e detentor do maior PIB agrícola.

¹¹³ No momento da consulta, em virtude da indisponibilidade dos PIB's para o ano de 1990, ano inicial usualmente utilizado nos dados do presente trabalho, utilizou o ano de 1985 como referência, acreditando não haver perda analítica tendo em vista não se tratar de conjunturas econômicas distintas. As medidas de modernização econômica empreendidas em âmbito estadual de 1986 em diante tem seus reflexos sentidos somente a partir de metade da década de 1990 o que é expresso nos dados do ano 2000. O mesmo procedimento foi utilizado na tabulação similar para os setores industrial e das atividades de serviços.

TABELA 16 – CEARÁ: DEZ MAIORES PIB’S MUNICIPAIS NAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS 1985-2010 (CEARÁ=100)

1985				2000			2010		
	Município	PIB (mil R\$)	% do Estado	Município	PIB (mil R\$)	% do Estado	Município	PIB (mil R\$)	% do Estado
1º.	Iguatu	64,5	2,8	Tianguá	37,6	2,5	Tianguá	36,6	2,9
2º.	Quixadá	63,0	2,7	Ibiapina	28,3	1,8	Icapuí	35,7	2,8
3º.	Itapipoca	60,5	2,6	Itapipoca	25,0	1,6	Aracati	29,8	2,4
4º.	Quixeramobim	50,7	2,2	Quixadá	23,9	1,6	São Benedito	24,5	1,9
5º.	Morada Nova	50,2	2,2	Ubajara	23,8	1,6	Ibiapina	24,5	1,9
6º.	Acaraú	48,6	2,1	Aracati	23,2	1,5	Limoeiro do Norte	23,5	1,9
7º.	Tauá	48,5	2,1	Quixeramobim	23,1	1,5	Russas	23,4	1,8
8º.	Acopiara	44,6	1,9	Limoeiro do Norte	22,2	1,4	Guaraciaba do Norte	22,0	1,7
9º.	Aracati	42,9	1,9	Iguatu	21,9	1,4	Morada Nova	20,1	1,6
10º.	Maranguape	40,5	1,8	Tauá	19,9	1,3	Ubajara	19,4	1,5
TOTAL		519,9	22,3		248,9	16,2		259,5	20,5

Fonte: PIB's Municipais (IBGE, 2013)

A partir da transformação promovida pela implantação dos agropolos e da agricultura de irrigação assistida, voltada para culturas destinadas à exportação, o quadro sofre alteração radical. Os municípios com setor agrícola tradicional passam gradativamente a ser deslocados de suas posições, quando não deixam de figurar entre os dez PIB's Agropecuários mais elevados. Em 2000, Tianguá assume a liderança e são incluídos no grupo Ibiapina (2ª posição), Ubajara (5ª) e Limoeiro do Norte (8ª), com produção de frutas. Exceto Itapipoca, os demais perdem posição (Iguatu, Quixadá, Quixeramobim e Tauá).

O processo é consolidado no decênio seguinte e o conjunto de dez maiores PIB's da agricultura do Ceará passa a ser constituído exclusivamente pelos municípios do circuito de culturas que sofreram as maiores transformações objetivando a inserção no mercado internacional. Tianguá mantém sua posição ampliando a sua participação para 3% do PIB Agrícola. Ainda da Mesorregião Noroeste estavam Ibiapina (4ª posição), São Benedito (5ª), Guaraciaba do Norte (8ª) e Ubajara (10ª). A produção dos três primeiros foi praticamente de flores e plantas ornamentais, que passou a ser componente de exportação estadual.

A relação destes municípios com maiores PIB's agropecuários tem seus nexos com a estrutura do sistema urbano considerando que são municípios que se constituem em polos a partir da pujança adquirida por estas atividades. Os reflexos são apreendidos ainda no seu respectivo crescimento populacional não mais rural visto que sendo atividades resultados de modernização, a absorção da mão de obra, que ainda é elevada (TABELA 10) vai gradativamente sendo reduzida. O uso intensivo neste contexto é dos recursos naturais e dos benefícios de políticas indutoras e o emprego da força de trabalho é intensivo mas reduzido aos poucos com a tecnificação. Ao ser liberada, esta mão de obra se direciona para as respectivas áreas urbanas, sendo lá absorvidas em certos limites por outras atividades também estimuladas pelo modelo modernizante, como será visto na seção seguinte.

3.2. INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO.

As implicações das transformações produtivas e seus efeitos sobre as atividades industriais do Ceará nos últimos trinta anos, têm como ponto de partida um quadro analítico que a considera precedentemente como resultado mais direto dos macro movimentos de reestruturação econômica. O deslocamento promovido pelo processo de modernização econômica conduzido pelos governos estaduais pós 1986 vislumbrou em tais movimentos possibilidades para o Ceará. Associado às mobilizações de realocações, empreendidas por empresas e grandes corporações, motivadas por princípios de redução de custos em todos os componentes/momentos da produção permitindo maior inserção nos mercados, propalou-se distinções importantes na dinâmica das atividades industriais cearenses com implicações territoriais marcantes.

Entretanto, de ante mão ressalta-se a impossibilidade de seguir utilizando o mesmo esquema de exploração explorado na seção anterior, que evidenciou as transformações ocorridas com base em dados agrupados por mesorregiões. A impossibilidade é decorrente das restrições na disponibilidade de espacializações mais específicas dos dados utilizados, predominantemente aqueles que tem como fonte a Pesquisa Industrial Anual – PIA¹¹⁴.

¹¹⁴ Como é o caso dos cortes mesorregionais e municipais, sempre utilizados neste trabalho. Reproduziu-se aqui a advertência feita acerca desta base de dados nas Notas Metodológicas, contidas na Introdução do trabalho: As bases de dados da PIA com especificidades de atividades considerando a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE a 2 e 3 dígitos, ao serem especificadas para níveis territoriais menores, sofrem muitas desidentificações devido ao rigor do sigilo estatístico. Esta característica pôde ser comprovada já no nível da UF,

Considerado isto, observa-se que as transformações não ocorrem num ambiente industrial de ermo. Ainda que a indústria cearense tivesse pouca diversificação e baixa participação no aparelho produtivo nacional - e aqui já foi descrito os imperativos de formação que conduziram a tal situação -, é pertinente lembrar que esse quadro já vivenciara importantes alterações nos anos 1970, capitaneadas pelos vetores induzidos nas ações da SUDENE.

O momento é situado na segunda fase da industrialização do Ceará, que embora situada por Amora (2007) entre os anos 1950 e 1980, suas maiores concretudes são observadas na segunda metade da década de 1970, quando é empreendida a implantação do III Polo Industrial do Nordeste, na RMF. O Distrito de Maracanaú, pertencente ao município de Maranguape, emancipado em 1983 e integrado à RMF em 1986, foi escolhido para a implantação do polo, o que contribuiu para não modificar a dinâmica espacial da atividade industrial, tendo em vista que se manteve concentrada nas proximidades da capital¹¹⁵.

Quando estes efeitos das intervenções viabilizadas pelo planejamento centralizado da Superintendência são sentidos de forma mais nítidas (1975-1985), a busca de modernização dos seus principais ramos de indústria permitiu maior participação do estado em setores como têxtil, vestuário, calçados e artefatos de couro, produtos alimentares e bebidas, de acordo com a realidade exposta pelos dados da TABELA 17.

Embora houvesse tentativa explícita por parte dos governos estaduais de empreender novas opções industriais no III Polo do Nordeste, notadamente nos ramos metal-mecânico, eletrônico e petroquímicos (SAMPAIO FILHO, 1985, p. 38), poucos resultados neste sentido foram limitados. Os segmentos com maiores taxas de crescimento da participação percentual no VTI da Indústria de Transformação foram Vestuários, Calçados e Artefatos de Tecidos (7,5%

com a base de dados disponibilizada pelo IBGE a partir de consulta pessoal, realizada durante o mês de dezembro de 2013. Com este critério, ao descer para o âmbito mesorregional se utilizando das informações estatísticas oficiais, o sigilo afetaria as expectativas de análise da presente pesquisa. Nas notas metodológicas tratando de algumas advertências por demais pertinentes acerca das informações estatísticas econômicas disponibilizadas oficialmente, Cano (2008, p.250) cita o aumento de rigor do sigilo estatístico vindo com a realização das PIA's a partir de 1996, deixando mais complexas as investigações que a utilizam. Entretanto, procurar-se-á percorrer caminhos que permitam contornar o problema, dentro das margens possíveis sem ferir credibilidade. Outras informações serão utilizadas, provenientes do próprio IBGE, do MDIC, do MTE e das Secretarias e órgãos do Governo do Estado do Ceará.

¹¹⁵ Os principais empreendimentos induzidos pela SUDENE quando não tinha sua instalação em Fortaleza, situavam-se no Distrito de Maracanaú. Dentre estes estavam o Vicunha Têxtil, a Gerdau e os antigos ramos de alimentos e bebidas (PEREIRA JÚNIOR, 2012, p. 251; 322)

a.a.), Produtos Alimentares (6.5%), Bebidas (5,2%) e Têxtil (3,4% a.a.), sendo todos ramos mais tradicionais com predominância de capitais locais, conforme já afirmado¹¹⁶.

TABELA 17 – CEARÁ: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO VTI DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (BRASIL=100).

	1960	1970	1975	1980	1985
Transf. de prod. Min. Não metálicos	0,72	0,74	0,73	1,36	1,19
Metalurgia	0,16	0,52	0,51	0,65	0,43
Mecânica	0,07	0,12	0,15	0,26	0,24
Material elétrico e de comunicações	0,04	0,14	0,41	0,25	0,22
Material de transporte	0,00	0,07	0,06	0,18	0,51
Madeira	0,38	0,43	0,33	0,36	0,38
Mobiliário	0,34	0,90	1,22	1,33	0,73
Papel e papelão	0,01	0,00	0,14	0,12	0,09
Borracha	0,10	0,08	0,35	0,48	0,16
<u>Couros e peles, prod. similares, artef. de selaria e correarias p/ viagem e uso pessoal - exclusive calçados e artigos do vestiário.</u>	<u>0,50</u>	<u>0,37</u>	<u>1,19</u>	<u>1,74</u>	<u>2,52</u>
Química	1,12	1,03	0,65	0,36	0,16
Produtos farmacêuticos e veterinários	0,18	0,09	0,14	0,63	0,52
Perfumaria, sabões e vela	1,24	0,33	0,39	0,68	0,80
Produtos de matérias plásticas	0,00	0,00	0,15	0,73	0,65
<u>Têxtil</u>	<u>1,66</u>	<u>1,61</u>	<u>2,88</u>	<u>3,05</u>	<u>3,82</u>
<u>Vestuário, calçados e artefatos de tecidos</u>	<u>0,53</u>	<u>1,18</u>	<u>1,85</u>	<u>2,50</u>	<u>3,24</u>
<u>Produtos alimentares</u>	<u>0,50</u>	<u>1,61</u>	<u>1,49</u>	<u>2,04</u>	<u>2,43</u>
<u>Bebidas</u>	<u>0,45</u>	<u>0,66</u>	<u>1,01</u>	<u>1,29</u>	<u>1,60</u>
Fumo	1,07	0,00.	0,06	0,00	0,09
Editorial e gráfica	0,53	0,46	0,54	0,53	0,82
Diversas	0,35	0,18	0,14	0,15	0,10
Unidades auxiliares de apoio (utilidades) e serv. de natureza industrial			0,14		

Fonte: Censos Industriais (1960, 1970, 1975, 1980 e 1985)

Os aspectos contidos nos nexos do planejamento centralizado que caracterizava aquele momento são importantes e merecem destaque clarificar avanços e limites desta composição. A prioridade dada aos elos produtivos dos empreendimentos e o progresso da integração pela lógica de complexos industriais, trouxe mais diversificação a outras estruturas estaduais nordestinas como o Polo Petroquímico de Camaçari na Bahia e o Complexo Industrial de Suape em

¹¹⁶ Entre os principais empreendimentos de origem local são sempre citados: M. Dias Branco, J. Macedo Alimentos, Têxtil Bezerra de Menezes, Santana Textiles, Esmaltec, Metaneide.

Pernambuco. Na ausência de condições propícias a empreendimentos similares no Ceará, elegeu-se a renovação, em bases mais avançadas, de ramos tradicionais, predominantes no estado cujo encadeamento maior era a utilização de matérias-primas oriundas do próprio Ceará e do Nordeste.

Em outra ordem, a já destacada predominância de capitais locais, advindas de uma formação de estruturas de acumulação mais fechadas quando comparadas com outros quadros nordestinos (mais precisamente Bahia e Pernambuco), contribuía para a quase inexistência de instalação de empreendimentos forâneos mobilizados pela SUDENE. Não obstante as sucessivas melhorias desde meados dos anos 1960, as deficiências de infraestrutura e restrições de mercado contribuía decisivamente neste sentido, provocando desestímulo de investidores externos em relação ao estado, que se direcionavam às economias mais dinâmicas da região. Isto é refletido também no ranking dos projetos subsidiados pela SUDENE, por estados nordestinos: o Ceará figurava em terceira posição, após Bahia e Pernambuco, conforme foi exposto na TABELA 4 no Capítulo 1.

Assim, as modificações ocorreram limitadas a estes setores que, apesar de expandirem sua produção e ampliarem a participação no montante nacional entre os anos 1970 e 1980, segundo Gomes e Reis (2001, p. 933), dado o caráter tradicional, permaneceu uma organização sem grandes transformações setoriais, com grande dependência das políticas governamentais, centradas nos incentivos.

Na visão de Bonfim (2001), os setores industriais cearenses, notadamente o têxtil, vestuário e calçados, artefatos de couros, alimentos e bebidas, óleos e ceras, foram contingencialmente possibilidades e limites à industrialização promovida pela SUDENE e pelos planos e programas dos governos estaduais da década de 1950 em diante¹¹⁷.

As possibilidades naturalmente davam-se pela necessidade de modificar a restrita estrutura produtiva do Ceará bem como a inexistência de algum grande projeto incentivado com capital extra estadual, restando promover aquilo que existia previamente. Os limites prendiam-se aos aspectos econômicos destes setores cujos efeitos de encadeamentos não se davam com atividades mais dinâmicas do ponto de vista da diversificação produtiva. As relações eram

¹¹⁷ O autor lembra do relativo atraso com que a indústria do Ceará passa a usufruir dos benefícios concedidos pela Superintendência, que associa-o às características do setor acentuadas acima. Sua inclusão ocorreu de fato na segunda metade dos anos 1970, com a instauração do Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR, como uma reestruturação do fundo de financiamento criado ainda sob as determinações originais da SUDENE, o antigo 34/18. Em 1974, como FINOR, o sistema de incentivos incluía a indústria tradicional nas suas prioridades.

basicamente com a agricultura e ainda assim, não eram capazes de renovar as relações econômicas arcaicas e fechadas dentro da sua estrutura. Desta forma, a indústria similar localizada em outras regiões do Brasil usufruía de vantagens econômicas, dado o seu melhor nível técnico e de competitividade permitidos pela existência de conexões inter setoriais mais profundas.

A crise de endividamento dos anos 1980-90, colocando em colapso todo o aparelho econômico nacional, suas posteriores determinações como a abertura comercial impondo a indústria brasileira e seus complexos regionais à concorrência abrupta de bens importados, somadas ao relativo atraso tecnológico do parque industrial cearense, imprimiu um quadro de estagnação no setor.

3.2.1. A promoção da atividade industrial: a guerra fiscal cearense e outros instrumentos de atração.

Só a partir dos anos 1990, quando se combinam dois fatores de demarcação conjuntural superlativa, se observa uma renovação neste contexto: de um lado, a reestruturação produtiva e as macro transformações econômicas já exploradas e de outro, as medidas da renovação de condução da política econômica estadual levadas a efeito de fato. Como um dos fortes pilares na promoção do desenvolvimento econômico, a dinâmica de promoção da atividade industrial esteve situada nas conexões oriundas destes dois determinantes, em articulação com implicações dadas pela evolução da economia brasileira submetida ao padrão de regulação econômica em vigor.

A característica fundamental protagonizada a partir de então de promoção do crescimento econômico estadual pautado pela indústria, foi sua ancoragem na concessão de uma cesta de estímulos artificiais, predominantemente incentivos fiscais, como um dos casos mais invasivos da fadada guerra fiscal tão tratada na literatura sobre reestruturação produtiva na indústria nacional. Investigar o processo de reorientação das políticas econômicas cearenses sem dedicar, ainda que de forma tangencial, breves referências aos efeitos do fenômeno da guerra fiscal seria prescindir de um aspecto relevante nesta análise, cujos efeitos espaciais articulados pelo seu sistema urbano são ativos no entendimento desta questão para o caso do Ceará.

Em se tratando de guerra fiscal, aqui é acicatada pela promoção da interiorização econômica, fazendo a rede urbana estadual sofrer importantes transformações seguindo o

processo que imprime evoluções de “(re)configurações” em escala intraestadual com modificações, “diluindo” e/ou “reestruturando funções e hierarquias” de diversos centros do seu sistema (OLIVEIRA, 2008, p.101), como reflexo das transformações no capitalismo nas últimas décadas. Vale sempre destacar que o processo não se dá isoladamente em relação com complexo econômico nacional e os ajustes mais gerais às determinações capitalistas.

Para Cano (2008, p.36) a guerra fiscal está situada no conjunto de engrenagens que potencializam o fim da etapa de desconcentração produtiva espacial brasileira de caráter virtuoso, que segundo o autor, se dera até a década de 1970¹¹⁸. Logicamente que não sendo causa principal, a atração de empreendimentos via concessão de isenções cada vez mais ativas se constituiu num adicional ao esvaziamento da política industrial e das políticas de desenvolvimento regional. Na orfandade deixada por esta ausência,

muitos governos locais (estaduais e municipais), como medida de defesa – mas também por acreditarem na ideologia do *Poder Local* -, lançaram-se à infeliz empreitada da “guerra fiscal”, submetendo-se a verdadeiros leilões de localização industrial promovidos por empresas de grande porte (em geral transnacionais), transferindo dinheiro de pobres para milionários e fomentando a localização pelo subsídio e pelo trabalho periférico, ainda mais precarizado e barato (CANO, 2008, p.34)

Todo este processo tem na política estadual cearense um dos espaços institucionais pioneiros, implementado pelos governos após 1986, antes mesmo da completa difusão deste modelo por todo o território nacional, nos níveis estadual e municipal. O instrumento dos incentivos de caráter fiscal para o setor estava presente nas políticas de estímulo ao crescimento econômico deste a implantação do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI, ainda na antiga dinâmica de medidas estaduais complementares à ação do planejamento regional praticado em nível federal pela SUDENE. O FDI se constitui em principal ferramenta do Programa de Atração de Investimentos Industriais do Estado do Ceará – PROVIN, criado no segundo governo de Virgílio Távora, em 1979, ainda em etapa prévia à fase do “Governo das

¹¹⁸ As distinções do processo de industrialização do Brasil pós-1930 e suas demarcações em termos espaciais são caracterizados pelo autor como virtuoso, até a década de 1970 (que ocorre num quadro de crescimento nacional e avanço da integração produtiva), e a partir de então espúrio (com arrefecimento das taxas de crescimento, crise de endividamento, declínio da ação governamental nas políticas de desenvolvimento regional).

Mudanças” (PONTES, 2006, p. 122; CARDOZO, 2010, p. 645)¹¹⁹. No entanto, sua implementação de fato só ocorreu a partir de 1986, mais precisamente no início da década de 1990, já no governo de Jereissati, aprofundando-se posteriormente.

O uso ao recurso dos incentivos fiscais, como parte de um pacote governamental estruturante da denominada modernização econômica do Ceará, se constituiu, juntamente com uma série de outras medidas¹²⁰, em peças primazes. Adicionam a estes incentivos, a expansão de infraestrutura principalmente no que concerne a dotação de estradas e ativos portuário, aeroportuário, disponibilidade de energia elétrica na implantação de distritos industriais, acesso a saneamento e água, dentre outros. No raciocínio defendido estava o argumento de que a atração de empreendimentos via incentivos traria dinamismo, geração de empregos deixando as diversas regiões cearenses menos vulneráveis aos efeitos das intempéries da seca.

Seu protagonismo nas provisões do projeto de desenvolvimento a partir do estímulo à indústria é sinalizado não somente na sua permanência mas também na suas posteriores alterações. Pontes, Vianna e Holanda (2006) fazem uma apreciação da política de atração de investimentos industriais do Ceará historicizada a partir da origem do FDI e descrevendo suas etapas de consolidação, seus mecanismos de funcionamento e, o mais importante, as modificações sofridas atendendo a critérios de aperfeiçoamento em termos de melhorias espaciais na alocação dos investimentos atraídos. De acordo com tal apreciação, o programa assume papel relevante de política bem elaborada para consolidar espacialmente em territórios fora da RMF as transformações econômicas vivenciadas pelo Ceará nas últimas décadas (PONTES, VIANNA E HOLANDA, 2006, p. 20).

O funcionamento inicial do PROVIN através do FDI seguia duas etapas, semelhante ao que ocorre desde a instituição do Fundo Constitucional do Nordeste – FNE¹²¹: a empresa declarava informações acerca da quantia do investimento realizado, do ramo de atividade industrial, o município para instalação e, principalmente, do montante de emprego a ser criado.

¹¹⁹ O FDI é instituído pela Lei Estadual 10.367 de 07 de dezembro de 1979. A etapa de sua criação enceta mais um caráter da contraditoriedade paradoxal da industrialização cearense já apontada (BONFIM, 2001, p. 110). Tendo em vista que sendo uma medida de política econômica criada pelos governos tidos como representantes do atraso, será utilizado somente a partir de 1986, como principal instrumento dos governos “mudancistas”. O rompimento político que representou a eleição do grupo do CIC se apresenta portanto com uma repaginada das estruturas de poder que somente passam por novas roupagens. Novas políticas e novos contextos econômicos em face ao uso de velhos instrumentos.

¹²⁰ Dentre elas o ajuste das contas públicas, as políticas de melhorias de indicadores de educação e saúde.

¹²¹ Derivado da antiga sistematização de incentivos 34/18-FINOR, da SUDENE.

Após sua instalação, parcela do imposto recolhido seria devolvido à mesma em forma de empréstimo. Para os objetivos da presente tese é importante ressaltar que os prazos de pagamento destes empréstimos variavam de acordo com a localidade de realização do investimento, sendo maiores para aqueles mais interiorizados¹²².

Esta foi a mecânica do programa de incentivos até 1995, quando passa por sua primeira alteração sob a justificativa de ampliar as ações que objetivavam desconcentrar localmente os interesses das empresas beneficiadas em relação aos municípios da RMF. Seus efeitos espaciais a partir daí são levados ao extremo tendo em vista o caráter concentrador observado até então. De acordo com a TABELA 18, das empresas que aderiram ao PROVIN e assinaram protocolo de intensão até 1994, 74% se direcionavam para a RMF e daquelas em funcionamento este percentual se eleva para 76%. Essa tendência tem leve queda no período de 1995-1997, cujos percentuais passam respectivamente a 57% e 71%, mantendo-se ainda muito elevadas o montante de empresas atraídas já em funcionamento na RMF.

TABELA 18 – CEARÁ E RMF: EMPREEDIMENTOS ATRAÍDOS COM O PROVIN/FDI 1991-1997.

PERÍODO	Empresas Incentivadas				Empresas em Funcionamento			
	Qtde.		Emp. Diretos (mil)	Invest. (R\$ milhões)	Qtde.		Emp. Diretos (mil)	Invest. (R\$ milhões)
	RMF	Total			RMF	Total		
1991-1994	151	204	44,5	2.643,7	50	66	11,1	613,61
1995-1997	140	242	48,95	2.601,7	23	32	9,3	390,79
Total	291	446	93,45	5.245,4	73	98	20,4	1.004,4

Fonte: Adaptação própria, a partir de ALMEIDA E SILVA (2000, p. 1.073)

Na modificação sofrida em 1995, intensificavam-se as concessões aos investimentos que optassem por áreas cada vez mais afastadas da RMF, traçando faixas de 300 e 500km de distância. A ampliação dos benefícios estava no prazo para pagamento do empréstimo do ICMS, de 72, 120, 156 e 180 meses para respectivas implantações na RMF, até 300km dela, entre 300 e 500km e acima de 500km¹²³. Os mecanismos se tornavam portanto mais agressivos, quando se leva em consideração que não haveria mais devolução integral dos empréstimos do ICMS

¹²² O imposto aqui referido é o ICMS e os prazos de carência do pagamento deste empréstimo era de 36 meses, com correção pelo IPC. Posteriormente este prazo se estende para 72 meses e aqueles empreendimentos implantados fora da RMF passam a usufruir de prazo de 120 meses.

¹²³ O financiamento do empréstimo era de 60% do valor devido para empresas na RMF e 75% fora dela. Os prazos de carência eram os mesmos, de 36 meses.

concedidos: no momento da quitação, haveriam descontos proporcionais à localização dos investimentos sendo de 40% para os situados na RMF e de 75% para aqueles fora dela.

O sistema iniciava assim de forma deliberada a expansão dos centros que receberiam empresas, convergindo para o reforço de algumas centralidades na rede urbana. A política de incentivos era complementada com algumas práticas das gestões municipais que ofereciam desde a concessão de terrenos e/ou pagamento de aluguéis até a oferta de saneamento, energia elétrica e acessibilidade nas localidades e bairros de instalação das empresas¹²⁴.

Nestas faixas de distâncias, centros que exerciam polarizações sobre determinadas hinterlândias se destacavam como aptos à recepção de empresas subsidiadas. Dentre eles destacavam-se Itapipoca, Sobral, Aracati, Canindé, Quixadá, Quixeramobim na faixa até 300km, Crateús, Iguatu e Tauá, na faixa entre 300 e 500km e, na última faixa estava o aglomerado urbano de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, localizado no extremo sul do estado.

Embora as mudanças no sistema de subsídios privilegiando a interiorização do crescimento industrial surtisse efeito pela ampliação na participação destes municípios na recepção de empreendimentos, verificou-se a manutenção da participação da RMF no montante de investimentos atraídos. Isto é observado na TABELA 19, que exhibe entre 1995 a 2006 a localização dos investimentos subsidiados de acordo com os marcos das modificações no sistema de concessão de benefícios. Não obstante se atente para o fato de que as empresas beneficiadas, possam usufruir destas vantagens cada vez maiores ao se interiorizar pelo território, algumas ressalvas precisam ser consideradas.

A razão maior para o deslocamento de empreendimentos em direção ao Nordeste e ao Ceará em particular está nas estratégias empresariais de inserção competitiva global, em que a redução de custos em vários sentidos é imperativa. Destarte, o papel exercido pela disponibilidade de mão de obra de custo reduzido em comparação aos seus espaços de origem das empresas que se deslocaram é, por si só, um dos grandes estímulos. Sendo um fator disponível abundante em todo o estado, a opção por espaços com disponibilidade de infraestrutura e economias de aglomeração associadas à redução de outros custos de produção e facilidades de escoamento para mercados exteriores é, portanto, fato.

¹²⁴ Isso pôde ser comprovado pelo estudo dos Planos de Desenvolvimento Econômico de municípios como Sobral, Iguatu, Crato, Juazeiro do Norte e em entrevista realizada com Secretários de Planejamento e de Desenvolvimento Econômico dos respectivos municípios.

TABELA 19 – CEARÁ, RMF E MUNICÍPIOS SELECIONADOS: EMPREENDIMENTOS ATRAÍDOS COM O PROVIN-FDI 1995-2006.

LOCALIZAÇÃO	Empresas		Empregos Diretos		Investimentos (R\$ milhões)	
	Qtde.	%	Qtde.	%	R\$	%
1995-2002						
RMF	153	56,7	27895	48,6	2.872.540,0	71,1
Fortaleza	25	9,3	5.946	10,4	508.560,2	12,6
Demais municípios	128	47,4	21.949	38,3	2.363.979,0	58,5
Restante do Estado	117	43,3	29.462	51,4	1.165.648,0	28,9
Total	270	100,0	57357	100,0	4.038.188,0	100,0
2002-2003						
RMF	25	62,5	5678	70,7	270.610,8	72,4
Fortaleza	13	32,5	2.231	27,8	20.412,7	5,5
Demais municípios	12	30,0	3447	42,9	250.198,0	66,9
Restante do Estado	15	37,5	2.357	29,3	103.252,2	27,6
Total	40	100,0	8035	100,0	373.863,0	100,0
2003-2006						
RMF	64	52,5	14.237	63,2	601.599,6	76,6
Fortaleza	27	22,1	3136	13,9	77.626,83	9,9
Demais municípios	37	30,3	11.101	49,3	523.972,8	66,7
Restante do Estado	58	47,5	8.274	36,8	184.127,3	23,4
Total	122	100,0	22.511	100,0	785.726,9	100,0

FONTE: Construída a partir de informações de SDE (2006) In: PONTES, VIANNA E HOLANDA (2006).

Permanecendo portanto um quadro de concentração no entorno da RMF, outros dois momentos de modificações no PROVIN/FDI foram realizados. O primeiro foi em 2002, buscando desconcentrar os investimentos da área metropolitana e concentrando-os em polos do interior onde fossem identificados alguns nichos denominados de aglomerações produtivas ou sistemas industriais localizados¹²⁵. Pontes, Vianna e Holanda (2006, p. 10) afirmam que nesta fase, como prioridade, a proposta de formação de polos industriais setoriais foi adicionada ao critério de localização. Os ramos determinados na reformulação e seus respectivos polos foram: têxtil (Pacajus), calçados (Fortaleza, Aquiraz, Sobral, Itapajé, Canindé, Quixeramobim, Iguatu e Juazeiro do Norte), couros e peles (Fortaleza, Sobral, Tauá e Juazeiro do Norte), móveis (Bela

¹²⁵ O receituário da mudança reproduzia os princípios gerais da lógica de Arranjos Produtivos Locais – APL's para o campo da indústria subsidiada.

Cruz, Caucaia, Morada Nova, Iguatu e Juazeiro do Norte), eletro-eletrônico (Fortaleza e Caucaia) e metal-mecânico (Fortaleza, Iguatu e Crato) (CEARÁ, 2002).

Mesmo assim, o esforço de desconcentração viu mais uma vez implicações limitadas, observado na TABELA 19 com manutenção do grande peso da RMF principalmente de outros municípios que não o anel metropolitano. Motivou-se uma nova alteração ocorrida um ano depois. Na reformulação de 2003, os incentivos foram organizados por um sistema de pontuação na seguinte ordenação: volume de investimento (13 pontos), geração de empregos (12 pontos), setores e cadeias produtivas (8 pontos), aquisição de matérias-primas e insumos no Ceará (7 pontos), localização geográfica (6 pontos) e responsabilidade social, cultural e ambiental (4 pontos). (CEARÁ, 2003). Todos os incentivos se fundam nesta pontuação e cada ponto percentual concedido equivale a 1% adicional no financiamento do ICMS sendo 25% o mínimo e 75% o máximo da concessão¹²⁶. Embora passasse por algumas pequenas adaptações em 2007¹²⁷, quando assume um novo governo, mudando algumas pontuações, este é praticamente o modelo de atração PROVIN/FDI em vigor atualmente.

As medidas de política de incentivos fiscais compreendia também estímulos associados a outros tributos. Cardozo (2010) descreve a robusta relação:

Programa de Incentivo às Atividades Portuárias Industriais do Ceará – PROAPI, criado em 1995, já foi extinto; Programa de Desenvolvimento do Comercio Internacional e das Atividades Portuárias do Ceará – PDCI, implementado em 1996, já foi extinto; Programa de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas do Ceará – PROCAPAPI criado em 2003; Programa de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e da Economia do Ceará – PRODECIPEC, criado em 2003; Programa de Incentivo às Centrais de Distribuição de Mercadorias do Ceará – PDCM, criado em 2005. (CARDOZO, 2010, p. 116).

Mas o estímulo à indústria não se limitava ao sistema de concessão de incentivos. Todo um conjunto de ações seguindo um planejamento que objetivava disponibilizar oferta de

¹²⁶ Os prazos obedecem a regra de 5, 8 e 10 anos para as faixas entre 0 e 24 pontos, 25 a 35 pontos e mais de 35 pontos. Já o rebate dos empréstimos são de 10%, 15% e 25% para mais de 30 pontos, entre 20 a 29 pontos e 0 a 19 pontos (CEARÁ, 2003)

¹²⁷ Em 2007 inicia a gestão do governador Cid Ferreira Gomes que, embora admitindo mudanças na condução da política econômica, praticamente não altera os princípios gerais, principalmente no concernente às ações para as atividades econômicas. (PEREIRA JÚNIOR, 2012, p. 264).

infraestrutura superando gargalos relacionados a transporte, disponibilidade de energia e água, dentre outros, foi tocado à frente nos sucessivos governos.

Entre os investimentos de elevado porte ganha destaque a implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP como uma das estratégias de expansão industrial via aprofundamento dos encadeamentos produtivos, com diversificação em ramos de petroquímica e siderurgia. O CIPP está localizado no município de São Gonçalo do Amarante (FIGURA III em ANEXOS), que em 1999 passou a fazer parte da RMF¹²⁸.

A instalação deste empreendimento infraestrutural dava novo padrão ao processo de industrialização efetivado na condução das medidas de estímulo implementadas até então. Superava-se o perfil com exclusividade na indústria de bens em escala e avançando agora com a busca de implantação da indústria pesada. Pereira Júnior (2012, p.300) considera como o início de uma quarta fase da industrialização cearense¹²⁹.

No entanto, considerando o acentuado caráter de efeitos de estímulo que compõem ramos industriais neste porte¹³⁰, é necessário apontar que uma empreitada com tal envergadura requer bases sólidas em termos dos demais componentes integradores de um complexo industrial pesado como: disponibilidade de matéria prima, insumos semielaborados, fontes energéticas e, principalmente capacidade de financiamento. No caso das capacidades de financiamento, quando prevalece na atualidade as preocupações de cunho macroeconômico fazendo refém as intervenções de promoção do desenvolvimento e, com isto, a ausência de um Projeto Nacional de Desenvolvimento, esvaziam-se possibilidades neste sentido. Prevalecem intervenções que seguem a agenda neoliberal de caráter curtoprazista, fundadas em instrumentos como superávit fiscal, câmbio valorizado, juros elevados e crédito de riscos curto (CANO, 2011, p. 329).

Em decorrência dos limites oferecidos neste sentido, inúmeros percalços foram e são enfrentados para a consolidação do Complexo dando-lhe feições de grandes projetos de investimentos com profundas implicações territoriais.

Na pauta de ações aqui situadas, além do porto *offshore* com capacidade inicial de 150 mil contêineres/ano, previa-se a implantação de unidades de usinagem termoeletricas, uma

¹²⁸ Pela Lei Complementar Estadual No. 18/99, de 29/12/1999.

¹²⁹ O autor também toma como referência as três fases históricas propostas por Amora (1994; 2007),

¹³⁰ Os efeitos de estímulo “se manifestam pela ampliação do grau de complementaridade inter-regional” (CANO, 2008, p. 12).

refinaria, uma siderúrgica¹³¹ que para tanto exigiu uma série de outras obras de suporte constituindo um conjunto de “grandes projetos” de profundos impactos regionais e urbanos. Entretanto, Vainer (2007, p.11) aponta para o denso caráter de transformação territorial dos grandes investimentos realizados em tais projetos, compondo e recompondo regiões e reproduzindo nesses espaços interesses também de grande proporção e ligados ao circuito de mudanças capitalistas globais¹³². Ao tratar das formas de condução dos estímulos à modernização econômica cearense – tanto industrial quanto agrícola -, e suas respectivas configurações de ajustes espaciais redimensionando a rede urbana, tal realidade se verifica de forma concreta.

Dentre as principais obras necessárias à consolidação do grande projeto do CIPP, como uma das instalações mais relevantes no contexto da industrialização cearense, são descritas: i) a preocupação do atendimento das demandas de abastecimento de água, de elevado montante para uso nas atividades termoelétricas e de siderurgia, alcançadas com a finalização das obras do reservatório Castanhão, na Mesorregião Jaguaribe, juntamente com um complexo de transposição formado por adutoras e pelo Canal da Integração; ii) no quadro de fornecimento de fontes energéticas também estava a finalização do gasoduto Guamaré-Pecém, em 2008, trazendo gás natural liquefeito – GNL do Rio Grande do Norte para regaseificação¹³³; iii) ainda desponta as assíduas preparações para instalação da refinaria e da siderúrgica, que são as obras de maiores percalços; iv) a ligação inter portuária Pecém-Suape (em Recife) através da ferrovia Transnordestina, e entre estes e o complexo agrícola no sul piauiense e oeste baiano. No Ceará os trechos são Pecém/CE – Missão Velha/CE (527 km de extensão) e Missão Velha/CE – Salgueiro/PE (96 km); entre Pernambuco e Piauí¹³⁴.

¹³¹ As características de uma instalação portuária *offshore* permitem atracamento de maiores cargueiros. Segundo a CEARAPORTOS (2013), “a concepção do terminal, de buscar águas profundas, bem como preservação das condições ambientais, faz com que as instalações para atracação de navios se localizem a certa distância da costa, fazendo-se portanto necessária a construção de uma ponte de interligação entre os “piers” de atracação e as instalações em terra. (CEARAPORTOS, 2013, <http://www.cearaportos.ce.gov.br/>, acesso em 28 de dezembro de 2012). De acordo com o CEDE (2013), a capacidade do Porto do Pecém foi ampliada em 2011 para 750 mil contêineres/ano, com a inauguração de um Terminal de Múltiplas Utilidades (www.cede.ce.gov.br), acesso em 02 de janeiro de 2014). Antes deste a infraestrutura de capacidade do porto contava com um píer de produtos siderúrgicos e carga geral, um píer de graneis líquidos e gases liquefeitos e um píer de rebocadores. Atualmente o Pecém tem capacidade de descarregar navios de até 1.250 toneladas (LEMOS, 2010, p. 13)

¹³² O autor ainda faz um confronto entre os grandes projetos de investimentos contemporâneos e aqueles que vigoraram até os anos 1970. Como destoante de maior nitidez, está a lógica privatizada que movem o planejamento e execução dos investimentos atualmente. (VAINER, 2007, p. 12).

¹³³ Este foi o primeiro terminal de regaseificação do Brasil. (LEMOS, 2010, p. 18). A regaseificação consiste em processos de mudanças térmicas entre águas e produtos de combustão de gás natural. (CARVALHO, 2008, p.1)

¹³⁴ De acordo com página oficial do PAC, as obras do trecho Ceará-Pernambuco-Piauí estão orçadas em R\$ 3,8 bilhões. De acordo com o Balanço do PAC, os maiores atrasos se dão no trecho Pecém-Missão Velha com apenas

Entretanto, no caso destas últimas, vale o registro para a retomada concreta de possibilidades. As expectativas relacionadas ao anúncio de descobertas de novas reservas petrolíferas brasileiras, nas Bacias de Campos e de Tupi (litorais fluminense e paulista), apontaram para a necessidade de expansão do parque de refino com a construção de novas refinarias. Tendo em vista a proposta de destinar a produção ao mercado externo, os estados do Nordeste se apresentaram com maiores possibilidades¹³⁵ (PEREIRA JÚNIOR, 2012, p. 304). A revisão de provisões e metas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC em relação ao setor previu assim a instalação da Refinaria Premium II, a ser realizada no Ceará com funcionamento previsto para 2017, planos de investimentos de 11 bilhões de dólares e uma produção inicial de 300 mil barris de derivados de óleo por dia, para produção de diesel, gás de cozinha, querosene de aviação, nafta petroquímica e coque (CEARÁ, 2014).

A continuidade de planos de diversificação e consolidação do CIPP com a instalação da Companhia Siderúrgica do Pecém - CSP também ganha contornos mais concretos em 2010, com os contratos firmados com capitais de origem estrangeira, através dos grupos coreanos Dongkuk Steel Group e Posco associados à Vale do Rio Doce, para a produção de placas de aço direcionadas ao mercado externo. As empresas participam respectivamente com 30%, 20% e 50% do capital da CSP e propõem previsão inicial de funcionamento em 2015, os investimentos da obra orçam 5,1 bilhões de dólares (CSP, 2014).

3.2.2. A industrialização induzida: principais decorrências.

A partir deste grande conjunto de ações – incentivo subsidiado com coordenação setorial e locacional (guerra fiscal) de um lado, construção de infraestrutura e, mais recentemente, estratégia de implantação de indústria de bens intermediários de outro – as implicações foram conhecidas, com redimensionamentos territoriais que trouxeram novos padrões à organização da rede urbana estadual a partir das transformações produtivas.

4% de sua infraestrutura concluída. Os percentuais nos demais trechos já estão bem avançados (<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/divulgacao-do-balanco>)

¹³⁵ Desde de 2004, a partir da parceria não efetivada entre a Petrobrás e a PDVSA (Petróleos da Venezuela S.A.), que resultou na instalação da Refinaria de Abreu Lima, no Complexo Industrial Portuário do Suape em Pernambuco, outras estruturas foram pensadas e revistas. Posteriormente foram implantadas sob as medidas do PAC as Refinarias Premium I, em Itaqui, no Maranhão e a Clara Camarão, no Polo Industrial de Guamaré no Rio Grande do Norte.

A começar pela tênue expansão da participação do Ceará no VTI nacional conforme é observado na TABELA 20 que é elaborada a partir da agregação dos ramos da Indústria de Transformação em três grandes grupos seguindo a proposição metodológica de Cano (2008, p. 254) que agrega-os segundo uso ou destino¹³⁶. A partir de 1996, quando os efeitos da política de atração industrial são mais nítidos dada a consolidação do padrão de política conduzida¹³⁷, é visualizado a expansão da participação estadual no grupo GI, de bens de consumo não-durável, que passa a ser a maior do Nordeste. Neste setor, se destacaram no período os ramos de calçados, vestuário e alimentos confirmando o perfil de empreendimentos que determinam esta dinâmica, que são os intensivos em mão de obra.

A reflexão sobre o padrão locacional destes setores, cuja transferência é mobilizada pelas transformações econômicas que obrigam incessante busca de menores custos, reafirmam os determinantes da reestruturação produtiva e o caráter de passividade colocado aos espaços periféricos como o caso cearense, cujos municípios sejam da RMF ou do interior, se constituem em verdadeiras plataformas de recepção de atividades econômicas em transformação. As atividades que aportam o território do Ceará, motivadas pelos reduzidos custos dos fatores de produção adicionados à cesta de subsídios passam por uma reestruturação que afeta em primeira instância os seus lugares de origem onde a reestruturação de fato ocorre.

¹³⁶ Assim os três grupos são GI (indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não-durável), GII (indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários) e GIII (indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo durável e bens de capital). As definições de setores que entram nos respectivos grupos são descritas no Apêndice Metodológico e Estatístico de Cano (2008). Recomenda-se sua leitura tendo em vista algumas ressalvas acerca das bases de dados secundários de órgãos oficiais.

¹³⁷ Ademais, é a partir deste ano que os dados da PIA são disponibilizados.

TABELA 20 – ESTADOS DO NORDESTE E SÃO PAULO: PARTICIPAÇÃO NO VALOR DE TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL POR RESPECTIVOS SETORES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (%) 1996-2010 (BRASIL=100).

	GI (Brasil=100)				GII (Brasil=100)				GIII (Brasil=100)				TOTAL (Brasil=100)			
	1996	2000	2005	2010	1996	2000	2005	2010	1996	2000	2005	2010	1996	2000	2005	2010
NORDESTE	7,73	7,46	8,24	11,67	7,66	8,94	5,46	10,15	0,94	1,47	2,13	1,77	5,89	6,85	5,60	8,48
Maranhão	0,12	0,08	0,12	0,25	0,63	0,66	0,28	0,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,28	0,31	0,16	0,20
Piauí	0,14	0,07	0,16	0,19	0,01	0,01	0,01	0,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,06	0,03	0,06	0,10
Ceará	<u>2,69</u>	<u>2,15</u>	<u>2,40</u>	<u>3,29</u>	<u>0,24</u>	<u>0,34</u>	<u>0,22</u>	<u>0,41</u>	<u>0,07</u>	<u>0,05</u>	<u>0,03</u>	<u>0,11</u>	<u>1,02</u>	<u>0,99</u>	<u>0,87</u>	<u>1,28</u>
R. G. do Norte	0,10	0,38	0,26	0,55	0,07	0,08	0,04	0,06	0,02	0,02	0,03	0,03	0,07	0,17	0,11	0,21
Paraíba	0,24	0,51	0,57	0,75	0,37	0,20	0,22	0,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,23	0,26	0,28	0,37
Pernambuco	2,09	1,41	1,82	2,57	1,11	1,01	0,67	1,29	0,53	0,33	0,27	0,52	1,36	0,99	0,95	1,51
Alagoas	0,75	0,95	0,82	1,30	0,44	0,16	0,10	0,12	0,01	0,00	0,01	0,03	0,46	0,39	0,31	0,48
Sergipe	0,20	0,09	0,18	0,32	0,11	0,11	0,12	0,16	0,00	0,00	0,00	0,01	0,12	0,08	0,11	0,17
Bahia	1,41	1,81	1,92	2,46	4,68	6,38	3,81	7,45	0,31	1,07	1,79	1,05	2,31	3,64	2,75	4,17
São Paulo	45,79	44,42	39,98	41,53	47,80	43,15	40,99	42,28	63,96	57,40	53,23	53,52	50,95	46,83	43,41	44,93

Fonte: IBGE-PIA (1996, 2000, 2005, 2010)

Como é esperado, a participação nos ramos que compõem a produção de bens intermediários (GII) e bens de consumo duráveis e de capital (GIII) é bem mais baixa. As próprias condições de formação do modelo industrial cearense, segundo vem sendo aqui argumentado levaram a este quadro. Ainda que a fase do planejamento centralizado tenha diversificado as atividades de economias nordestinas de maior vulto - Bahia e Pernambuco -, com base nos elos de integração com a indústria nacional, o padrão do Ceará restringiu as possibilidades de extensão de tal movimento. Com isto, a sua indústria pesada pouco dinamizou nesses ramos quando comparadas aos outros dois casos.

Apesar da etapa recente de medidas intencionando implantes de indústria pesada, como foi antes destacado, o peso no contexto da indústria de intermediários, de bens duráveis e de capital é ínfima. Ainda que se considere para estes ramos o movimento de desconcentração espacial apontado por Cano (2008) os ganhos do conjunto produtivo cearense são mais na órbita dos não duráveis. A TABELA 20 contribui para expressar estas questões seja pela redução da participação do mais completo parque industrial nacional (São Paulo) no VTI de todos os grupos, seja pelo crescimento de GII e GIII mais expressivo na Bahia e no Pernambuco, economias nordestinas mais diversificadas¹³⁸. Mesmo assim, é observado um pequeno incremento do Ceará em GII, que resulta das ações empreendidas nos últimos anos, associadas à retomada do investimento governamental pós 2003. Estes investimentos tratam de grandes obras já em funcionamento (como o Complexo do Pecém) ou de outras em implantação (Transnordestina, Refinaria, Siderurgia).

Sobre a sua organização dentro da territorialidade assumida pela indústria pós processo de modernização econômica, a TABELA 21 contribui para traçar algumas notas intra estaduais a partir dos programas de incentivos e subvenções fiscais. Ela sistematiza nos números das empresas incentivadas que se instalaram no estado no período de 1995-2009¹³⁹. O primeiro aspecto a ser observado é o predomínio da concentração espacial.

¹³⁸ Embora seja óbvio, é importante destacar que a perca paulista não necessariamente é absorvida pelo complexo industrial nordestino. Ela está inserida num contexto de reestruturação espacial da atividade, com ampliação da participação de outras regiões. No caso da indústria de bens intermediários ganham destaque a Região Norte, com o Estado do Pará sendo importante produtor mineral e, posterior ao anúncio de descoberta das reservas do Pré-Sal, o Rio de Janeiro volta a ser destaque também pelo setor mineral.

¹³⁹ Período cujos dados foram fornecidos tanto pelo CEDE quanto pela ADECE. A atualização destas informações até ao nos de 2012 estava sendo finalizada no momento da consulta realizada a tais órgãos revendo inclusive montantes referentes a investimentos das empresas já instaladas. Na relação disponibilizada, constavam 656 empresas. Na tabulação aqui realizada objetivando descrever a sua distribuição por setores e mesorregiões, optou-se por excluir 6 empresas por não pertencerem ao segmento industrial mas de comercialização e exportação/importação de produtos industriais.

TABELA 21 – CEARÁ: EMPRESAS INCENTIVADAS POR MESORREGIÃO 1995-2009.

	Municípios		No. de Empresas		Investimentos (mil R\$)		Empregos		Principal munic. beneficiado
	Total	Beneficiados	Qtde.	%	Qtde.	%	Qtde.	%	
Noroeste Cearense	47	13	45	6,9	525.418,4	2,6	6.625	7,0	Sobral
Norte Cearense	36	22	75	11,5	11.871.165,1	58,4	15.733	16,6	S. G. do Amarante
Metropolitana de Fortaleza	11	11	378	58,2	7.222.487,9	35,5	50.878	53,7	Maracanaú
Sertões Cearenses	30	8	23	3,5	71.808,7	0,4	7.329	7,7	Quixeramobim
Jaguaribe	21	10	44	6,8	309.925,2	1,5	7.339	7,8	Aracati
Centro Sul Cearense	14	4	10	1,5	32.268,7	0,2	865	0,9	Iguatu
Sul Cearense	25	8	75	11,5	289.917,3	1,4	5.927	6,3	Juazeiro do Norte
TOTAL	184	76	650	6,9	20.322.991,4	2,6	94.696	7,0	

Fonte: Elaboração própria a partir de Cadastro de Empresas Incentivadas CEDE (2010)

Apesar do esforço desconcentrador, empreendido inclusive com modificações constantes no sistema de incentivos, 58,2% das empresas implantadas e 53,7% dos empregos diretos por elas gerados se localizam nos municípios da Mesorregião Metropolitana¹⁴⁰. Entretanto, ao efetuar sua instalação, os empreendimentos buscam outros municípios que não o núcleo metropolitano promovendo uma expansão do seu colar. O município que mais recebeu empresas incentivadas da RMF foi Maracanaú (108), seguido de Caucaia (71) e, em terceira posição, Fortaleza (62).

Em segundo lugar tanto no número de empresas quanto no número de empregos está a Mesorregião Norte Cearense (11,5% das empresas e 16,6% dos empregos). No entanto é importante relativizar este dado em termos espaciais tendo em vista as diferenças de divisões entre o conjunto que compõe a Mesorregião Metropolitana e a própria RMF. Assim, uma parte dos municípios da Mesorregião Norte Cearense que foram beneficiados com a implantação de empreendimentos incentivados está inserida na RMF¹⁴¹, entre eles, o municípios de São Gonçalo do Amarante que, em decorrência da implantação do CIPP, recebeu 30 empresas incentivadas (SDE, 2010). As demais mesorregiões apresentam pouca participação e somadas todas juntas, detém 30,3% e 29,7% de empresas e empregos respectivamente.

O viés espacialmente seletivo e desigual promovido pela modernização econômica já tratado para a agricultura, se reproduz também aqui. As restrições fornecidas por este aspecto estão ainda no número de municípios beneficiados por mesorregiões, favorecendo novamente à concentração. Do total de municípios do estado, 41,3% receberam benefícios e a Metropolitana de Fortaleza foi a única que teve todos seus municípios com presença de empreendimento subvencionados. Os Sertões e o Centro Sul Cearenses apresentaram menores índices neste sentido.

Por sua vez - e muito importante para o que se objetiva nesta tese tendo em vista o papel de cada centro urbano no contexto mesorregional e na economia do estado -, em cada mesorregião um município se sobressaía nesta recepção. Geralmente ocorreu com o município articulador das hinterlândias mesorregionais e é possível estabelecer uma relação entre esta distribuição e o a hierarquia urbana determinada pelo REGIC (2008). Alguns casos merecem ressalvas entretanto, sendo um deles já mencionado, o de São Gonçalo do Amarante, na

¹⁴⁰ Quando se considera o corte de Região Metropolitana em vez de Mesorregião Metropolitana, este número se eleva já que soma-se a estes números os da participação do município de São Gonçalo do Amarante. Assim a participação da RMF fica em torno de 69,7% e 70,3% das empresas incentivadas e dos respectivos empregos gerados.

¹⁴¹ São eles Cascavel, Chorozinho, São Gonçalo do Amarante, Pindoretama

Mesorregião Norte. Embora nesta mesorregião o município de Itapipoca tenha o papel articulador, sendo inclusive classificado pelo REGIC como Centro Sub-regional B¹⁴², foi em São Gonçalo o maior direcionamento de empresas, por razões já especificadas.

Outro caso está na Mesorregião Jaguaribe, onde o papel de intermediador nos fluxos mesorregionais é desempenhado pelos três Centros de Zona A, Aracati, Russas e Limoeiro do Norte. Na recepção de empresas o município de Aracati se sobressai, devido ao caráter dos empreendimentos muito direcionados ao beneficiamento e exportação de camarões e pescados, tendo em geral o perfil litorâneo de localização.

Nos Sertões Cearenses, Crateús e Quixadá, os maiores municípios e também com hierarquias mais elevadas (Centros Sub-regionais A), ficaram atrás de Quixeramobim (8). A divergência pode estar relacionada com os aspectos demográficos e econômicos territorialmente esparsos que caracterizam esta mesorregião, restringindo inclusive a nitidez de hierarquias desempenhadas pelos seus centros¹⁴³.

Nas outras mesorregiões, o centro mais favorecido com a atração de indústrias incentivadas correspondia àqueles de maiores hierarquias urbanas: no Noroeste Cearense com Sobral, Capital Regional C, tendo a maior recepção (15 empresas), na Mesorregião Metropolitana Fortaleza com maior número de empresas se instalando no Distrito Industrial da Metrópole Regional, em Maracanaú (108 empresas), no Centro Sul com maior participação de Iguatu, Centro Sub-regional A (5 empresas) e na Mesorregião Sul com a conurbação de Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha (64 empresas) formando uma Capital Regional C, sendo os maiores receptores de investimentos.

Assim como observado com as atividades agrícolas, a apropriação espacial pela reestruturação produtiva industrial resultado dessa denominada “modernização econômica cearense” ocorre em setores que atendem ao processo de reestruturação maior e dois pontos importantes se destacam neste contexto.

¹⁴² Itapipoca também foi um dos municípios contemplados com implantação de 9 empreendimentos subvencionados (CEDE, 2010)

¹⁴³ A Mesorregião dos Sertões Cearenses é a que apresenta um sistema urbano menos estruturado hierarquicamente. Embora a partir de sua metodologia o REGIC classifique Quixadá e Crateús como centros de maiores conexões, em alguns aspectos Quixeramobim também exerce influência territorial marcante (ver REGIC, 2008). A localização próxima a Quixadá faz dividir com esta cidade as conexões mesorregionais. Em menor escala, outros centros também se destacam como Tauá, Santa Quitéria e Boa Viagem.

O primeiro, diretamente conectado à inserção da economia brasileira nas determinações do desenvolvimento capitalista mundial, se refere aos movimentos observados na sua própria dinâmica industrial nos últimos anos. Para além dos indicadores que sinalizam perda de participação da indústria no Valor Agregado Nacional contribuindo para o debate acerca da desindustrialização¹⁴⁴, o que se observa aqui é um movimento que pode ser considerado como uma outra dimensão deste fenômeno.

Já foi apontado que a dinâmica de alguns setores é afetada pelos processos econômicos já conhecidos marcadamente a partir do início dos anos 1990 (concorrência, abertura comercial, desregulamentação, etc), fazendo-os adotar estratégias de sobrevivência. Cano (2008, p. 150) considera este quadro como um aprofundamento das adversidades para a indústria nacional, tendo em vista as parcelas do mercado nacional abarcadas pelas importações em todos os setores deste período em diante.

Alguns segmentos que se mantiveram, como os produtos de bens salários¹⁴⁵, se ancoraram nas pequenas margens de possibilidades de inserção externa ditada pelo papel determinado aos países periféricos nas regras da divisão internacional do trabalho recente¹⁴⁶. Isso os obriga à necessidade de acompanhar determinações da reestruturação e assim, motivados pela busca de competitividade reduzindo custos de fatores de produção, promovem suas realocações beneficiando-se da aguçada guerra fiscal.

O que caracteriza tais setores é sua reduzida intensidade tecnológica e seu baixo nível de preços, tendo em vista que são bens de consumo não duráveis, restringindo suas condições de contribuição num processo de industrialização mais diversificado e, portanto, mais dinâmico. Sua relação com o esvaziamento da indústria nacional associa-se portanto a estas características e

¹⁴⁴ Observando a partir dos dados das Contas Nacionais (IBGE, 2010) o fenômeno se manifesta tanto pelo Valor Adicionado quanto pelo nível de emprego. Considerando a Indústria de Transformação, que é o conjunto mais importante do setor, durante o período de 1990-2009, a sua participação reduziu de 22,7% para 16,6% no VA e de 15,5% para 12,7% no nível de emprego.

¹⁴⁵ São os Bens de Consumo Não Duráveis e com forte participação nas condições de reprodução da força de trabalho assalariada. São essencialmente compostos pelos ramos de Têxtil e Vestuário, Couro e Calçados, Madeira e Móveis, Artefatos de Plásticos, Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos, Alimentos e Bebidas. (BNDES, 2009, p. 1)

¹⁴⁶ Não se deve deixar de considerar que não se trata de possibilidades absolutas tendo em vista o ambiente concorrencial externo, a reduzida participação do Brasil no comércio internacional e as constantes alterações na dinâmica do mercado mundial deslocando facilmente produtores de determinado conjunto de bens. O caso da Indústria de Calçados é um exemplo com a ampliação de participação de produtores chineses no comércio mundial do bem.

neste sentido, é apresentado no QUADRO 3 a empresas incentivadas da Indústria de Transformação durante período de 1995-2009 por ramos de atividades instaladas no Ceará¹⁴⁷.

QUADRO 3 – CEARÁ: INDÚSTRIAS INCENTIVADAS POR RAMOS DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO 1995-2009.

	No. de em Empresas		Investimento (mil R\$)		Empregos		Cidade com maior número de empresas
		%		%		%	
Prod. alimentícios	105	16,4	586.625,1	3,2	11.174	12,0	Fortaleza (16)
Bebidas	16	2,5	678.012,1	3,7	2.045	2,2	Fortaleza (3)
Produtos têxteis	50	7,8	1.457.010,3	7,9	26.492	28,5	Maracanaú (22)
Art. de vestuário e acessórios	68	10,6	382.468,1	2,1	9.717	10,5	Maracanaú (13)
Couros e fabric. de artef. de couro, artigo. p/ viagem e calç.	82	12,8	672.021,5	3,6	15.069	16,2	Juazeiro do Norte (25)
Produtos de madeira	2	0,3	3.409,4	0,0	156	0,2	Caucaia (2)
Celulose, papel e produtos de papel	17	2,7	128.987,9	0,7	1.511	1,6	Eusébio (3) e Maracanaú (3)
Impressão e reprodução de gravações	6	0,9	26.965,6	0,1	488	0,5	Maracanaú (3)
Fabricação de coque, derivados de petróleo e biocombustíveis	7	1,1	6.304.485,8	34,2	844	0,9	Maracanaú (2)
Produtos químicos	42	6,6	698.090,0	3,8	2.962	3,2	Maracanaú (8)
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	12	1,9	32.211,9	0,2	1.070	1,2	Aquiraz (2), Caucaia (2), Fortaleza (2) e Barbalha (2)
Prod. de borracha e material plást.	51	8,0	282.715,6	1,5	4.634	5,0	Maracanaú (14)
Minerais não-metálicos	38	5,9	98.599,3	0,5	2.030	2,2	Caucaia (9)
Metalurgia	19	3,0	1.925.239,9	10,4	4.749	5,1	Maracanaú (7)
Prod. de Metal, exceto máq e equip.	18	2,8	252.145,0	1,4	700	0,8	Maracanaú (4) e Eusébio (4)
Equip. de informática, eletrônicos e ópticos	10	1,6	47.224,2	0,3	1.368	1,5	Maracanaú (6)
Máq., aparelhos e materiais elétricos	18	2,8	472.386,6	2,6	1.653	1,8	Eusébio (5)
Máq. e equipamentos	25	3,9	3.676.117,0	19,9	2.196	2,4	S. G. do Amarante (8)
Veículos automotores,	15	2,3	108.720,2	0,6	1.086	1,2	Eusébio (2), Itaitinga (2)

¹⁴⁷ Utilizou-se para tanto a Classificação Nacional para Atividades Econômicas - CNAE 2.0 após a atualização de 2011, elaborada pela Comissão Nacional de Classificação – CONCLA e disponibilizada pelo IBGE. Ela agrupa os ramos da Indústria de Transformação em 24 segmentos. Para maiores detalhes ver informações disponíveis na página (<http://www.cnae.ibge.gov.br/>). É importante observar que o número total de empresas no QUADRO 3 diverge do apresentado na TABELA 18 e a diferença se dá porque foram excluídas empresas atuantes do setor de Serviços de Utilidade Industrial (predominantemente produção/distribuição de energia de fontes renováveis).

reboques e carroceria							e Maracanaú (2)
Outros equip. de transporte, exceto veículos automotores	5	0,8	7.360,6	0,0	238	0,3	Maracanaú (2)
Móveis	22	3,4	129.822,5	0,7	1.932	2,1	Caucaia (4)
Prod. diversos	10	1,6	23.313,2	0,1	749	0,8	Juazeiro do Norte (4)
Reparação e instal. de maq e equip.	1	0,2	457.959,3	2,5	-		Cascavel (1)
	639	100,0	18.451.890,7	100,0	92.863	100,0	

Fonte: Elaboração própria a partir de Cadastro de Empresas Incentivadas CEDE (2010)

A reafirmação de atividades em segmentos associados à tradicional dinâmica produtiva, faz com que o padrão industrial do Ceará tenha sua renovação nos limites dados por esta estrutura através dos empreendimentos incentivados pela política conduzida nos últimos anos. Em quantidade de empresas predominam aquelas em Produtos alimentícios (16,4% do total), Couros e fabricação de artefatos de couro, artigo para viagem e calçados (12,8%), Artigos de vestuário e acessórios (10,6%) Produtos de borracha e material plástico (8,8%) e Produtos têxteis (7,8%).

A dinâmica dos investimentos é um pouco diferenciada considerando que outros setores como a indústria de bens intermediários mobiliza maiores quantias de recursos. Inclui aqui o caso da Companhia Siderúrgica do Pecém – CSP e a Refinaria Premium II, a primeira já iniciando sua construção¹⁴⁸. Os montantes de investimentos de seus respectivos setores são portanto mais elevados.

Quanto ao emprego incentivado por setor, a coerência posta pela maioria dos empreendimentos subvencionados ser intensiva em mão de obra se confirma e aqueles mesmos cinco ramos liderando o número de empreendimentos são também os que encabeçam a lista pela quantia de empregos gerados, com uma nova sequência: Produtos têxteis (28,5% dos empregos), Couros e fabricação de artefatos de couro, artigo para viagem e calçados (16,2%), Produtos alimentícios (12%), Artigos de vestuário e acessórios (10,5%) e Produtos de borracha e material plástico (5%).

Já o segundo aspecto que se quer evidenciar refere-se às conformações espaciais impressas na evolução das ações de promoção à indústria dentro do estado. Não obstante reproduzir a busca pela interiorização em discursos, documentos e programas, a concretude

¹⁴⁸ Conforme informações disponibilizadas nas páginas oficiais: <http://www.cspecem.com/>, <http://portalpecem.com.br/> e <http://www.ceara.gov.br>

assume feições distintas reificando o já conhecido quadro de concentração que se dá com a perspectiva de incorporação dos demais espaços metropolitanos, sobressaindo-se o Distrito Industrial de Maracanaú que lidera a maior parte dos segmentos com a presença de empreendimentos beneficiados.

Considerando a exceção da cidade de Juazeiro do Norte, que por uma questão específica de possuir um parque industrial especializado apresentando maior parte dos empreendimentos com incentivo no setor de calçados e componentes, os outros municípios que lideram a presença de empresas incentivadas nos demais setores da Indústria de Transformação, encontram-se na RMF¹⁴⁹. Além de Maracanaú e Fortaleza, são proeminentes também Caucaia, Eusébio, Cascavel, Aquiraz, Itaitinga e São Gonçalo do Amarante. Neste último os incentivos estão conectados às empresas instaladas mobilizadas pelo CIPP.

Neste movimento que é expressão do processo de reestruturação produtiva mais amplo, duas características maiores, com efeitos no sistema urbano, permanecem: concentração espacial e manutenção do predomínio dos mesmos ramos de atividades econômicas¹⁵⁰.

O conjunto da RMF mantém sua lógica concentradora, reproduzindo o crescimento de outras metrópoles brasileiras em que a expansão, tanto populacional quanto econômica, se transfere para as bordas além do núcleo metropolitano. A gradativa inclusão de outros municípios neste conjunto mobiliza espaços adicionais úteis a este movimento especialmente porque é possível manter o acesso a melhor infraestrutura e locais com terrenos mais baratos¹⁵¹.

¹⁴⁹ Ainda que Barbalha, na Mesorregião Sul Cearense, configure como município com mais empresas subsidiadas no ramo de Produtos farmoquímicos e farmacêuticos, pelo número pequeno de empresas e a divisão deste posto com outras três cidades metropolitanas (Aquiraz, Caucaia e Fortaleza), não se deu ênfase como outro centro interiorano que lidera incentivos. Com isto não se quer reduzir a importância nem deste centro nem do setor. De acordo com o CEDE (2010), o número de empresas beneficiadas em Barbalha no ramo de calçados é bem superior (6 empresas). Já o setor de fármacos começou a se implantar implicado pela cidade se constituir em importante centro nordestino nos serviços de saúde.

¹⁵⁰ Em análise semelhante a esta mas que adota o corte microrregional, Macedo, Lima Júnior e Morais, (2012) evidenciam uma desconcentração concentrada. O emprego industrial continua concentrado em 5 microrregiões que tem relativa importância do emprego no segmento (Sobral, Fortaleza, Pacajus, Baixo Jaguaribe e Cariri), predominando entre elas duas localizadas na RMF (Fortaleza e Pacajus) que em 1990 e em 2009 participavam respectivamente com 79,3% e 75,4% do emprego industrial do estado (MACEDO, LIMA JÚNIOR e MORAIS, 2012, p. 88).

¹⁵¹ A RMF, criada em 1973 juntamente com as demais RM's, originalmente contava com cinco municípios (Fortaleza, Caucaia, Maranguape, Aquiraz e Pacatuba). Foi ampliada em 1986, com o desmembramento de Maracanaú do município de Maranguape (ocorrido em 1983), em 1991, com a inclusão de Eusébio e Guaiúba, em 1999, com a entrada de Itaitinga, Chorozinho, Pacajus e São Gonçalo do Amarante e, em 2009, incluindo Pindoretama e Cascavel. (LCF 14/73; LCF 52/86; LE 11.845-91; LCE 18/99 E LCE 78/09).

Já o seu complexo industrial, não sofre grandes modificações para além da adaptação ao já constituído, a não ser pelo fato de consolidar-se como parque especializado nos setores que já despontavam no passado. A TABELA 22 faz uma atualização para anos mais recentes da evolução exposta na TABELA 17 com a participação cearense no VTI dos setores da Indústria de Transformação brasileira¹⁵². Por ela vislumbra-se quase as mesmas atividades como destaque. Entretanto, algumas qualificações podem ser feitas com base nesta comparação.

TABELA 22 – CEARÁ: PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO VTI DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (BRASIL=100).

	1996	2000	2005	2010
Produtos alimentícios	2,0	2,3	1,4	1,5
Bebidas	1,3	1,2	1,8	3,7
<u>Produtos têxteis</u>	<u>6,3</u>	<u>8,5</u>	<u>13,8</u>	<u>6,1</u>
<u>Artigos de vestuário e acessórios</u>	<u>4,6</u>	<u>5,5</u>	<u>5,4</u>	<u>8,4</u>
<u>Couros e fabricação de artef. de couro, artigos para viagem e calçados</u>	<u>6,1</u>	<u>10,1</u>	<u>17,3</u>	<u>22,3</u>
Produtos de madeira	0,1	0,0	0,0	0,1
Celulose, papel e produtos de papel	0,2	0,3	0,5	0,7
Impressão e reprodução de gravações	0,7	0,5	0,2	0,7
Fabricação de coque, derivados de petróleo e biocombustíveis	0,0	0,0	0,0	0,0
Produtos químicos	0,2	0,2	0,2	0,4
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos				0,5
Produtos de borracha e material plástico	0,7	0,5	0,3	0,5
Minerais não-metálicos	1,4	1,4	1,4	1,9
Metalurgia	0,0	0,1	0,1	0,1
Produtos de Metal, exceto máq e equip.	0,2	0,1	0,2	0,4
Equip. de informática, eletrônicos e ópticos				0,1
Máq., aparelhos e materiais elétricos		0,1		0,4
Máq. e equipamentos	1,1	0,3	0,1	0,1
Veículos automotores, reboques e carroceria	0,1			0,0
Outros equip. de transporte, exceto veículos automotores			0,1	0,0
Móveis	0,4	1,5	1,2	1,5
Produtos diversos		0,5	0,5	
Reciclagem				
Reparação e instalação de maq e equip.			0,5	0,5

Fonte: IBGE-PIA (1996-2010)

¹⁵² Como os Censos Industriais só foram feitos até 1985, os dados estatísticos que os substituíram são provenientes da Pesquisa Industrial Anual – PIA, realizada pelo IBGE a partir de 1996 sendo portanto a base de informações utilizadas para a análise posterior a este ano. Cano (2008) destaca as lacunas deixadas pelo período em que não há informações, 1986-1996, fase de ocorrências importantes na economia brasileira como as privatizações, estabilização monetária, aprofundamento da abertura econômica. Tais fatos afetaram sensivelmente os setores da economia brasileira exigindo intenso exercício analítico para sua compreensão.

As atividades de Couro, artefatos e calçados é são as de maior participação desde 2000 tendo um percentual de 10,1% naquele ano, e elevando-se para 17,3% e 22,3% em 2005 e 2010 respectivamente. Foi o segmento que mais cresceu em termos de participação entre 1996 e 2010 a uma taxa de 9,7%a.a. Este crescimento ocorreu mais entre 2000 e 2010 (8,2%a.a.), decorrente da intensificação no movimento de realocização de empresas do setor, notadamente provenientes das Regiões Sul e Sudeste que acontece nestes anos. Além das imposições colocadas pela reestruturação produtiva como já destacou-se, a evolução de desconcentração ancorada em instrumentos artificiais como a guerra fiscal foi decisiva para o setor.

Uma característica particular do ramo, em consonância com a análise de Pereira Júnior (2012, p. 391), é o seu deslocamento para o interior do estado mobilizando um movimento de organização espacial a partir da atividade calçadista que está praticamente dissipada por todo o território cearense mas com algumas ênfases como Sobral, a conurbação Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha, Iguatu, Crateús. Apesar da presença de empreendimentos com capital local, essencialmente pequenas e médias empresas, predominam entre os investimentos que usufruem de incentivos grandes grupos extrarregionais como Dakota, Grendene S.A., Alpargatas e Azaléa.

Os movimentos da reestruturação fizeram com que o setor de calçados do Ceará se tornasse pujante no panorama nacional, sendo a atividade com maior VTI de sua indústria. Conforme a Pesquisa da Indústria Anual – PIA realizada pelo IBGE, em 2010 os valores agregados das atividades que compõem o segmento eram: 116 estabelecimentos com 63.266 trabalhadores em suas plantas de produção, gerando um VTI de 2,6 bilhões de reais¹⁵³. Segundo Macedo (2010, p. 142) o viés exportador condicionou fortemente o panorama de transformações da indústria cearense calçadista e de componentes, que foi o destino privilegiado para implantação de empresas vindas de outras partes do país, principalmente Rio Grande do Sul e São Paulo. Estas empresas encontraram condições favoráveis no Ceará. Em 2008 o setor alcança 13,8% das exportações de calçados nacional quando participavam com 1,1% em 1989, 0,7% em 1994 e 7,2% em 2007.

O ramo de Artigos de vestuário e acessórios, apresenta segunda maior participação estadual na Indústria de Transformação nacional em 2010 (8,4%), segue a mesma trajetória. No entanto, seu maior crescimento foi no período mais recente, entre 2005 e 2010, com uma taxa de expansão de 9,2%a.a.

¹⁵³ De acordo com a PIA, exatamente R\$ 2.550.668.000. (IBGE, 2010)

Já o segmento Têxtil, ainda que se mantenha como a terceira atividade industrial cearense no VTI brasileiro, é um setor que vem perdendo participação desde 2005. Enquanto produção estadual também estimulada para o mercado externo, as exportações de tecidos tem um padrão de comportamento mais estável, conforme demonstram Suliano, Cavalcante e Rocha (2009, p. 36). Isto pode estar ligada à concorrência internacional exercida pelos produtores asiáticos (Índia e China) afetando a dinâmica recente o setor. As demais atividades tem reduzida participação no agregado do VTI nacional reforçando o assertiva de permanência da pouca diversificação nos segmentos industriais proeminentes do Ceará.

Seguindo as determinações postas por esta realidade, é possível estabelecer um perfil acerca das espacialidades assumidas pela dinâmica industrial após a fase de políticas econômicas modernizadoras do Ceará nos últimos anos.

A começar pela configuração assumida pelo mercado de trabalho da Indústria de Transformação durante o período de 1991-2010, empregando como referência o desempenho das sete mesorregiões cearenses. No conjunto de informações dadas pela TABELA 23, que é diagramada no GRÁFICO 4, a evolução econômica territorial seletiva já conhecida, torna-se mais nítida.

O inequívoco peso da Mesorregião Metropolitana de Fortaleza na PEA Industrial e o secundário realce a outros poucos espaços do interior, principalmente aqueles mais diretamente integrados à dinâmica metropolitana (Mesorregião Norte e Noroeste Cearenses), são expressos. Juntas, as três mesorregiões possuíam 80,8%, 77,8% e 79,9% de toda a PEA do setor em 1991, 2000 e 2010 respectivamente. A leve redução desta participação em 2000, é produto das taxas crescimento anuais mais elevadas das mesorregiões interiorana dos Sertões, Centro Sul e Sul Cearenses no período 1991 a 2000, que foram respectivamente de 8,5%a.a., 7%a.a e 6,1%a.a.

Tais taxas provavelmente estão associadas ao avanço na implantação de empreendimentos beneficiados com incentivos nestes espaços, notadamente do setor de calçados, expandindo o número de empregados. O fato é comprovado quando se acompanha o desempenho do emprego formal calçadista por mesorregião no mesmo período (apresentado na TABELA IV nos ANEXOS), que foi o de maior expansão nestas últimas mesorregiões.

A situação se reverte no decênio seguinte, quando municípios da Mesorregião Metropolitana de Fortaleza (principalmente Maracanaú, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Eusébio) voltam a expandir a participação no emprego da PEA industrial ocorrendo

reconcentração do emprego como implicação do comportamento das empresas subvencionadas, com decisões de investimentos prioritariamente nestes municípios. Sua taxa de crescimento volta a ser a maior entre as mesorregiões (3,8%a.a.) que é seguida pela Mesorregião Jaguaribe (2,5%a.a.) cujo desempenho esteve influenciado pelo aumento de empregos na Indústria de Alimentos. Embora Fortaleza lidere o número de empresas incentivadas neste segmento (conforme já observado no QUADRO 3), houve expansão no ramo de beneficiamento de crustáceos e de pescados localizado nos municípios litorâneos da mesorregião, notadamente em Aracati e Fortim¹⁵⁴.

Do outro lado da moeda, é pertinente registrar que para além dos empregos gerados pela indústria calçadista, a evolução das mesorregiões beneficiadas quase exclusivamente por empresas do segmento é pobre e tacaña quando comparada com as demais. Com o auxílio do GRÁFICO 3 é possível inclusive fazer um agrupamento em dois conjuntos de acordo com a dinâmica econômica oferecidas por estas evidências: um primeiro grupo formado pela Mesorregião Metropolitana de Fortaleza e suas vizinhas Norte e Noroeste Cearenses, mais diversificadas, concentradoras da atividade industrial em decorrência da seletividade territorial da acumulação que tem no Ceará o apoio dos programas de incentivo, e, outro grupo, com economias estagnadas e de pouca relevância na dinâmica produtiva da indústria cearense. No grupo estão naturalmente os Sertões, Jaguaribe, Centro Sul e até mesmo o Sul.

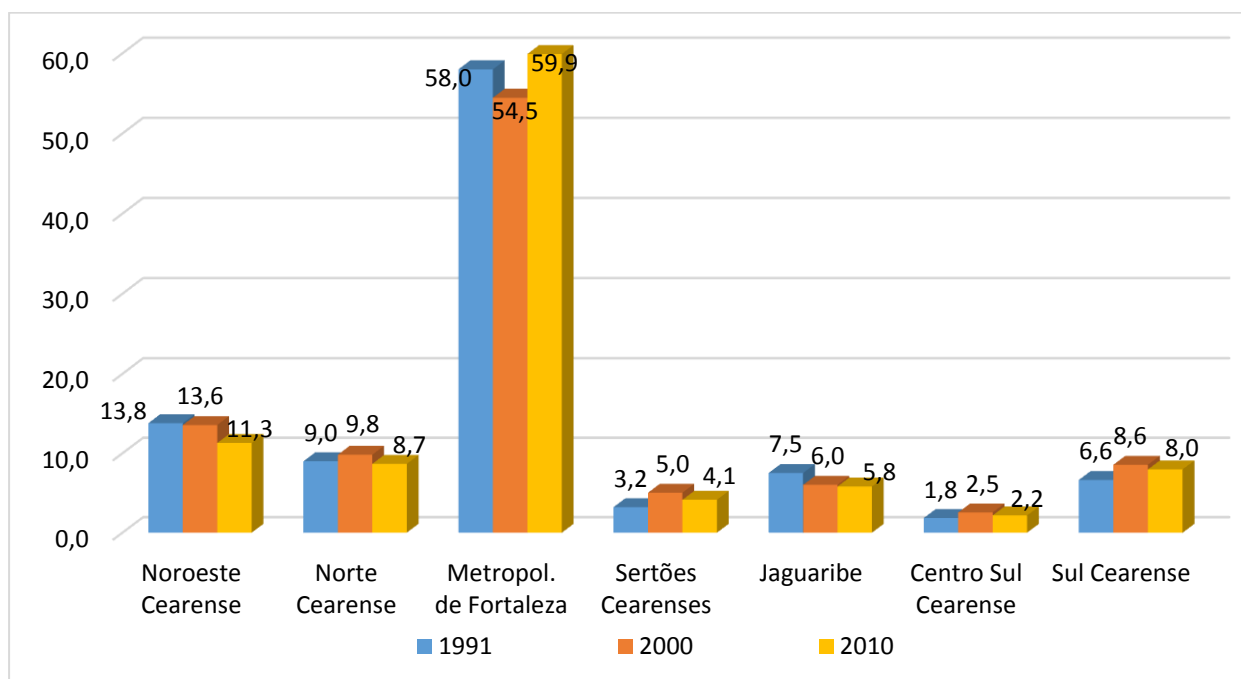
¹⁵⁴ Após Fortaleza, que deteve o montante de 16 empresas que usufruíram de benefícios do PROVIN/FDI no setor de Alimentos, o segundo município que mais se destaca no ramo é Aracati com 13 empresas. Aracati e Fortim contam hoje com 17 empresas de beneficiamento e acomodação de camarões e pescados cujas produções se direcionam em grande parte ao mercado internacional (CEDE, 2010)

TABELA 23 – MESORREGIÕES CEARENSES: POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO 1991-2010.

	1991	2000	2010	Tx. de Crescimento (%)		
				2000/1991	2010/2000	2010/1991
Noroeste Cearense	33.242	43.393	47.866	3,0	1,0	1,9
Norte Cearense	21.680	31.421	36.725	4,2	1,6	2,8
Metropolitana de Fortaleza	139.849	174.251	253.875	2,5	3,8	3,2
Sertões Cearenses	7.757	16.112	17.565	8,5	0,9	4,4
Jaguaribe	18.128	19.260	24.673	0,7	2,5	1,6
Centro Sul Cearense	4.439	8.150	9.208	7,0	1,2	3,9
Sul Cearense	16.004	27.381	33.804	6,1	2,1	4,0
TOTAL	241.099	319.968	423.716	3,2	2,8	3,0

Fonte: Censos Demográficos, IBGE (1991; 2000; 2010)

GRÁFICO 3 – MESORREGIÕES CEARENSES: POPULAÇÃO EMPREGADA NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (%) (CEARÁ=100).



Fonte: Censos Demográficos, IBGE (1991; 2000; 2010)

Para evidenciar as espacialidades da dinâmica industrial cearense, a FIGURA 4, seguindo o mesmo procedimento efetuado para as atividades agropecuárias, propõe a

espacialização da participação do PIB Industrial estadual nos anos de 2000 e 2010 a partir dos cortes geográficos lá utilizados, em município e em mesorregião¹⁵⁵. Na Figura com o corte analítico evidenciando os municípios, é evidenciado que embora se confirme a presença da RMF como espaço que concentra manchas com maiores níveis de PIB tanto em 2000 quanto em 2010, este fenômeno passa a incorporar mais municípios sejam aqueles anexados à dinâmica metropolitana, sejam alguns centros vizinhos ou ainda alguns polos do interior.

A presença de municípios com PIB's próximos ao estrato de maior nível de participação é contínuo nas proximidades da RMF nos dois anos, principalmente em 2010. Nos espaços interioranos, com níveis também mais altos se relevam dois núcleos polarizadores de extensos territórios, que receberam importantes empreendimentos incentivados principalmente no ramo de calçados, que são a conurbação Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha na Mesorregião Sul e a cidade de Sobral na Mesorregião Noroeste.

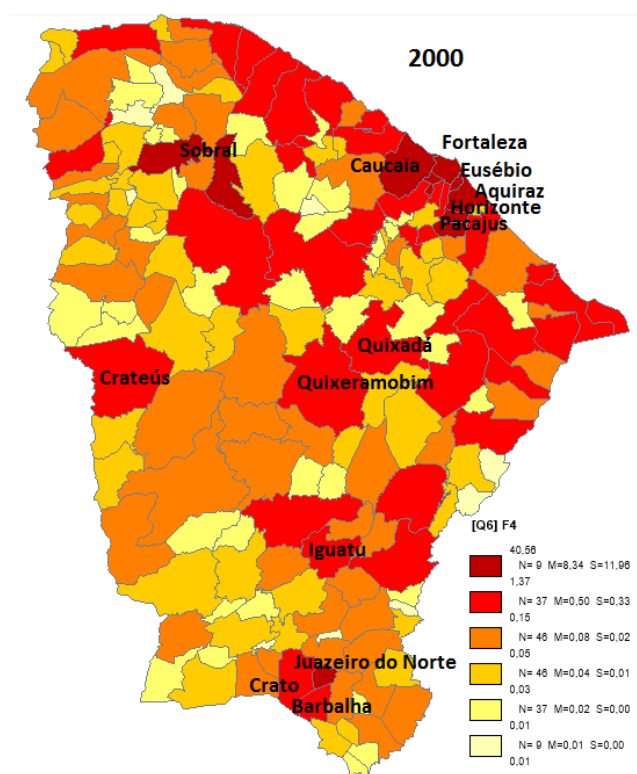
Num patamar um pouco inferior, centros secundários mas também com funções de polos articuladores de suas respectivas mesorregiões e recebendo maioria deles também empresas do setor calçadista estão Crateús, Quixadá e Quixeramobim nos Sertões Centrais, Iguatu no Centro Sul Cearense e o complexo lindeiro ao município de Limoeiro do Norte, na Mesorregião Jaguaribe. Como apresentado na seção anterior, esta última região se destacara na agricultura com os perímetros de fruticultura irrigada. Contudo, também se constituiu em plataforma de ação da indústria calçadista subvencionada, com o município de Russas recebendo uma das maiores fábricas no setor.

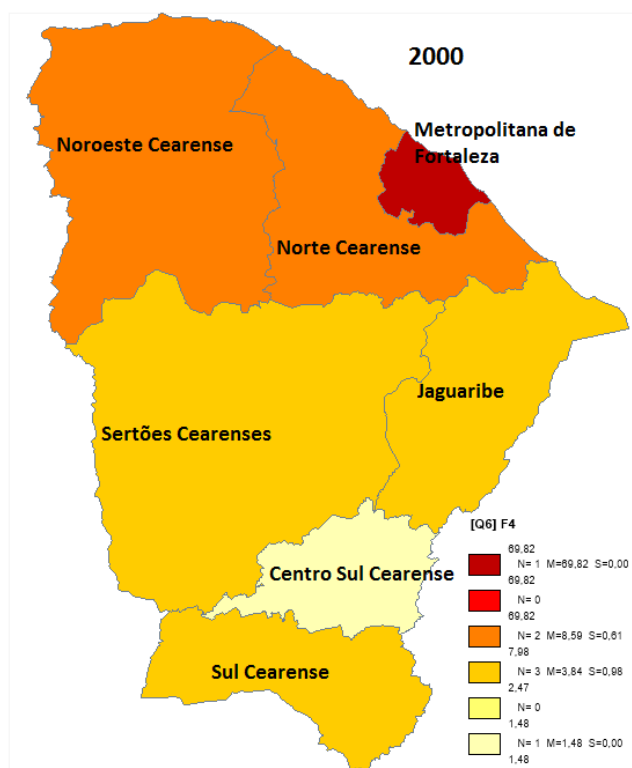
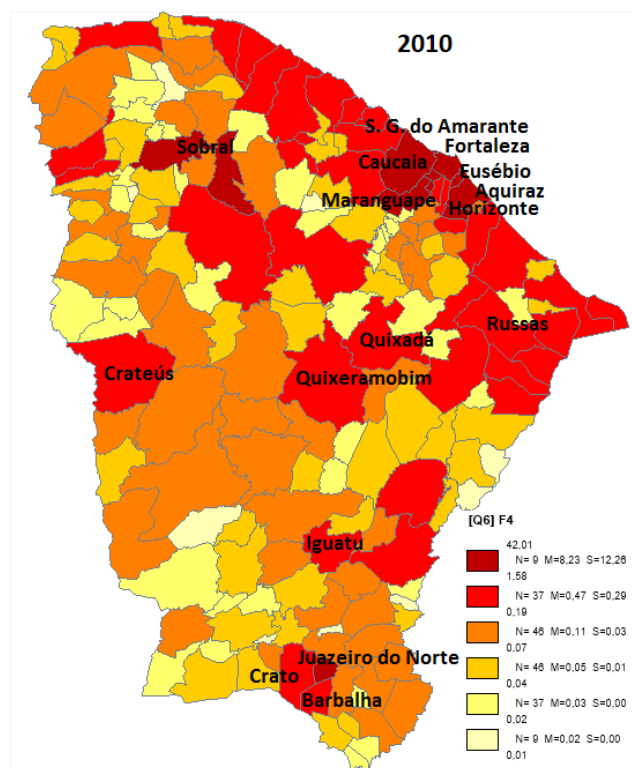
Na análise sob o corte mesorregional, a única transformação está na elevação dos valores de participação dos PIB's. O mesmo padrão espacial se repete nos dois anos e ilustra o quadro segregador demonstrado reiteradas vezes, presente ao mesmo tempo por agrupados mesorregionais. Desta feita, excetuando a Mesorregião Metropolitana de Fortaleza, as outras com maiores PIB's industriais são justamente as duas que estão nas suas fronteiras geográficas imediatas. As Mesorregiões dos Sertões, Jaguaribe, Centro Sul e Sul Cearense continuam sem

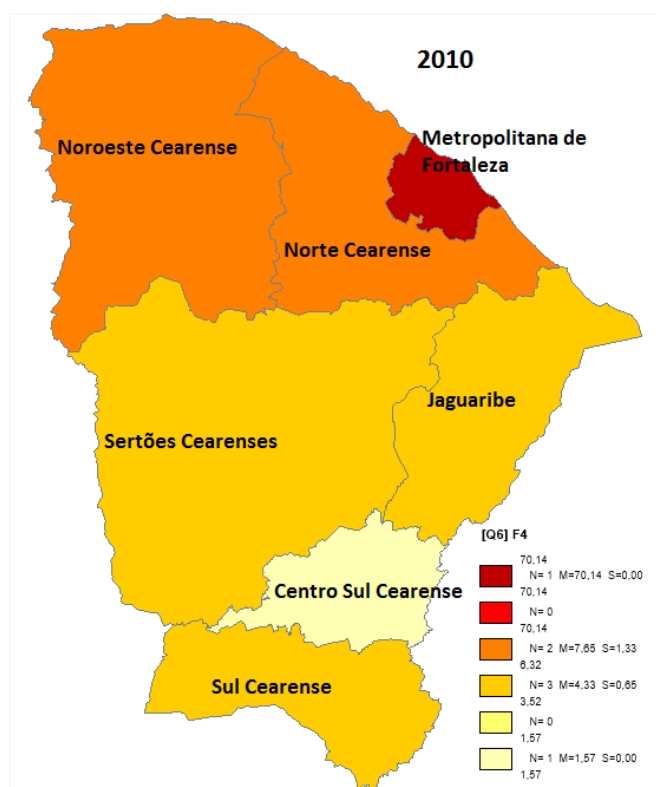
¹⁵⁵ Portanto, as mesmas notas metodológicas feitas para a FIGURA 3 são aqui aplicadas. Referem-se aos intervalos dos corte grupais de análise, feito pelo Software PhilCarto com base em distintos níveis de participação no PIB nos dois anos considerados. Como lá, o objetivo é evidenciar a localização dos maiores PIB's. Neste aspecto é interessante relevar a elevada amplitude existente entre o limite máximo e mínimo do primeiro estrato de participação percentual no PIB Industrial do estado: em 2000 estes limites dados pelo Software foram de 40,56% e 1,31% e em 2010 42,01% e 1,58%. Próximos aos limites máximos nos dois períodos estavam os municípios da RMF enquanto os demais municípios contidos neste estrato se distribuíam ao longo dos demais percentuais.

exibir representatividade dinâmica na atividade industrial, excluindo os seus centros receptores da atividade calçadista, exatamente aqueles que são destacados nas figuras com as especialidades econômicas por municípios.

FIGURA 4 – CEARÁ: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA PARTICIPAÇÃO NO PIB ESTADUAL INDUSTRIAL POR MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES, 2000 e 2010 (%).







Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2012), com utilização do Software PhilCarto.

Contribuindo nas observações sobre o comportamento territorial da indústria e a lógica do perfil do movimento de desconcentração, a TABELA 24 exhibe o desempenho dos dez maiores PIB's Industriais do Ceará nos anos de 1985, 2000 e 2010¹⁵⁶.

¹⁵⁶ Trata-se do PIB por Valor Adicionado a preços básicos do ano de 2000. Aqui está incluído também a Indústria Extrativista.

TABELA 24 – CEARÁ: DEZ MAIORES PIB’S MUNICIPAIS NAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS 1985-2010 (CEARÁ=100).

1985				2000			2010		
	Município	PIB (mil R\$)	% do Estado	Município	PIB (mil R\$)	% do Estado	Município	PIB (mil R\$)	% do Estado
1º.	Fortaleza	2.490,5	61,5	Fortaleza	1.955,0	40,6	Fortaleza	3033,8	42,0
2º.	Maracanaú	305,6	7,5	Maracanaú	672,2	13,9	Maracanaú	811,7	11,2
3º.	Sobral	140,9	3,5	Sobral	282,5	5,9	Sobral	337,3	4,7
4º.	Caucaia	99,4	2,5	Caucaia	152,3	3,2	Caucaia	336,1	4,7
5º.	Juazeiro do Norte	76,0	1,9	Eusébio	150,5	3,1	Eusébio	260,3	3,6
6º.	Aracati	73,8	1,8	Pacajus	126,5	2,6	Horizonte	192,4	2,7
7º.	Aquiraz	66,7	1,6	Horizonte	122,0	2,5	Juazeiro do Norte	150,0	2,1
8º.	Maranguape	57,9	1,4	Juazeiro do Norte	90,4	1,9	Aquiraz	115,2	1,6
9º.	Cascavel	50,5	1,2	Aquiraz	65,9	1,4	Maranguape	114,1	1,6
10º.	Pacajus	46,3	1,1	Cascavel	62,0	1,3	Pacatuba	96,6	1,3
TOTAL		3.407,6	84,1		3.679,3	76,3		5.447,4	75,4

Fonte: PIB's Municipais (IBGE, 2013)

Conforme é evidente, apesar das incessantes buscas de interiorização contida nos programas de subvenção que atividade foi foco no processo de modernização, a indústria do estado continua sendo predominantemente metropolitana. A presença de somente dois municípios não metropolitanos antes dos programas implementados em 1985 (Sobral e Juazeiro do Norte), continua sendo a característica.

Mesmo havendo uma redução da participação dos centros industriais com dez maiores PIB's do setor de 84,1% para 75,4% durante o período, dando indicativos de desconcentração a partir do PIB e indicando de fato um espraiamento da atividade, a intensidade permanece no entorno de Fortaleza. A redução da participação do núcleo metropolitano é um pouco compensada na expansão dos demais centros da RMF, onde, segundo discutido, se instalam grande parte dos empreendimentos incentivados.

Nos polos do interior, Juazeiro do Norte perde participação entre 1985 e 2000 (de 5ª para 8ª posição), começando a recuperar-se em 2010 (quando sobe para 7ª posição mas com uma participação maior do que em 1985). Já Sobral, beneficiado pela localização geográfica interiorana e portanto usufruindo dos incentivos que se ampliam nestes espaços, está numa

distância menor da RMF o que permite o aproveitamento das externalidades de infraestrutura. A implantação do CIPP, também próxima deste centro, traz maiores benefícios ao município para atividades exportadoras quando se compara com outros polos do interior.

Os desdobramentos das transformações econômicas nos segmentos industriais trazem consigo uma gama de transbordamentos para os ramos terciários cujos impactos no sistema urbano, adicionados aos da indústria, são os mais sentidos.

Na seção seguinte será tratado as implicações dos processos de reestruturação econômica no setor de serviços que são também resultados diretos e indiretos do comportamento do que foi apresentado até aqui. Para além do que preconiza os vetores turismo-indústria-agronegócio, condutores da modernização econômica cearense, completa-se portanto o esquema traçado de observar as transformações a partir deste tripé. A seção explora o caráter de reflexo induzido pelas atividades segmentos econômicos dos serviços, considerando não somente as do turismo de importante impacto principalmente nos municípios de localização litorânea.

3.3. SERVIÇOS.

A investigação sobre o setor terciário cearense aqui empreendida parte de três supostos categóricos. O primeiro, de ordem propriamente estrutural desta atividade econômica, refere-se à sua ligação intrínseca com o fato urbano ao passo que o segundo, de aspecto mais conjuntural e principalmente estrutural, é dado pela característica acentuada acima, de ser induzido e não indutor, sendo constituído de atividades que refletem a dinâmica de crescimento dos demais setores, notadamente o crescimento agrícola e industrial¹⁵⁷. Este segundo aspecto desdobra-se em um terceiro que se pretende destacar, também de caráter estrutural, que são as conexões do setor de serviços com as determinações colocadas pelo quadro econômico brasileiro, notadamente pós 2003.

Embora não se pretenda fazer aqui uma análise situada nas reflexões teóricas acerca do intenso crescimento dos serviços e seu papel nas gradativas etapas do desenvolvimento capitalista, é coerente fazer breve menção às relações entre este crescimento e as demais

¹⁵⁷ Não obstante esta afirmação, ressalta-se que há um debate acerca de os serviços serem atividades indutoras ou induzidas. Sobre esse assunto ver Kon (2004).

atividades da economia¹⁵⁸. Alinhando-se ao que preconiza Macedo (2010, p. 18), não se pretende amparar-se nas correntes de pensamento que afirmam o advento da sociedade pós-industrial com a emergência do predomínio dos segmentos terciários¹⁵⁹.

Ao contrário, reconhece-se o importante papel exercido pela indústria - notadamente a diversificação impelida pela indústria de transformação - no processo de desenvolvimento seja de uma nação, ou de suas regiões em particular, expressas pela organização do sistema urbano. No caso brasileiro, é imperante a relação de complementariedade entre as atividades de serviços e as atividades industriais tanto em etapas de crescimento quanto em fases de recessão (KON, 2004, p.99). Ainda mais se se trata de uma economia como a cearense, em que os multiplicadores do setor industrial estimulado pelas políticas de incentivos se desdobram e afetam todas as demais atividades econômicas, acentuando-se os serviços urbanos.

A expansão do terciário associada à crescente urbanização situa-se portanto nas formas inerentes assumidas pelo desenvolvimento capitalista, ao promover transformações na divisão do trabalho sem se divorciar da expansão industrial (SINGER, 1979, p. 129). A reestruturação promove mais elos entre os dois setores com o surgimento de novas atividades de apoio industrial, com o deslocamento de indústrias para as bordas urbanas expandindo serviços financeiros, de transporte e comércio, dentre outros.

O crescimento terciário observado no Ceará segue implicações desta natureza em seus centros mais dinâmicos, todavia, está submetido adicionalmente a outras consignações provenientes do seu desenvolvimento e das mudanças na própria dinâmica econômica brasileira. Como lembra Cano (2008, p 92) o processo de desconcentração produtiva, tanto na fase virtuosa quanto espúria, alavancando a atividade econômica dos espaços periféricos nacionais - seja a partir da agricultura, indústria extrativa ou indústria de transformação -, estimulou a ampliação da demanda de serviços urbanos nos ramos mais tradicionais ou em outros que foram surgindo.

Outro aspecto relevante que a função contida nas atividades de serviços assume nesta realidade periférica está na indução dada pela ação governamental, principalmente por intermédio

¹⁵⁸ A perspectiva etapista a que fez referência encontra respaldo dos trabalhos que apontam ter-se saído de um padrão no qual a atividade industrial predominava o aspecto aglomerativo urbano para um outro, em que o urbano liga-se fortemente ao consumo e aos serviços (FERREIRA, 2011).

¹⁵⁹ Também não se adota uma postura de vazio estéril na capacidade do setor terciário de convergir para este processo de desenvolvimento, tal qual algumas interpretações como a de Baran (1984, p. 47), de que o desenvolvimento efetivo se dá por intermédio da produção de bens materiais. Seguindo este raciocínio, os serviços são considerados como atividades residuais.

de políticas sociais não somente no Ceará mas em todo o Nordeste. Suas conexões com o crescimento urbano são apontadas em outro trabalho de Cano (2011, p 284), quando explora os impasses recentes da questão regional e urbana no Brasil, utilizando com fundamento as mudanças econômicas recentes. O autor afirma que o avanço urbano nordestino, notadamente no semiárido, não resulta de forma prioritária de dinamismos nas atividades agrícolas ou industriais. Com razão, salvo alguns poucos espaços cearenses onde houve alguma evolução resultado seletivo de programas públicos de estímulo produtivo, já foi atestado o exercício das políticas sociais e seus desdobramentos no crescimento urbano e no setor terciário aí concentrado.

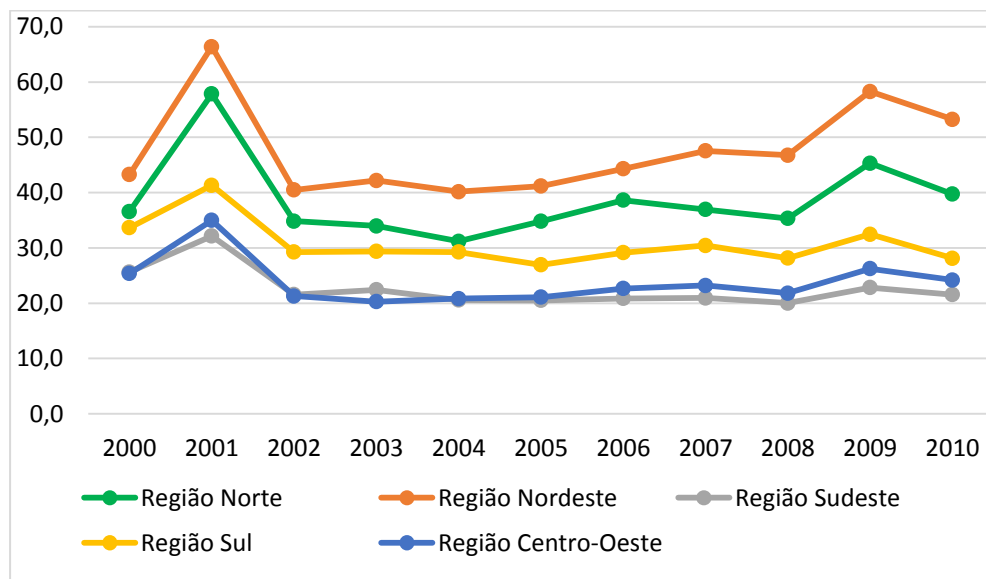
Dentre tais políticas sociais o autor destaca o papel da previdência. Contudo, a leitura se estende à toda a gama denominada por Araújo e Lima (2009, p.48) de “economia sem produção” composta por quatro componentes principais: a previdência social, as transferências intergovernamentais, o emprego público e as transferências de renda a familiar constituídas pelo Programa Bolsa Família. Estas últimas, embora em menor nível, tem distribuição mais dispersa territorialmente, gerando efeitos em áreas mais estagnadas.

Convergem para tanto as informações contidas no GRÁFICO 4, demonstrando este fato a trazer respectivamente como proporção do PIB a soma dos gastos com Transferências aos município, pagamento de Bolsa Família, pagamento com Pessoal Público Municipal e pagamentos com Previdência¹⁶⁰. As cinco regiões acompanham a mesma tendência em magnitudes diferentes, sendo evidência em toda a evolução o comportamento destes gastos na Região Nordeste. A sua proporção do PIB alcança em 2010 mais que o dobro que a mesma relação para o Sudeste (53,2% contra 21,6%). É importante destacar que os níveis elevados alcançados no início do período não apontam necessariamente para patamares mais altos destes conjuntos de despesas e sim se explicam nos baixos níveis de PIB do estados naquele momento.

Assim o crescimento do setor de serviços em toda a região está portanto atrelada à esta dinâmica, assumindo o setor público função estratégica neste desempenho.

¹⁶⁰ Algumas notas sobre as variáveis utilizadas são importantes. Embora houvesse anteriormente alguns programas de transferência de renda, os gastos com Bolsa Família só são disponibilizados a partir de 2004, ano de criação do Programa. Para gastos com pagamento de Previdência, utilizou-se o nível de assistência e previdência municipal.

GRÁFICO 4 – GRANDES REGIÕES: GASTOS COM TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS, BOLSA FAMÍLIA, CUSTOS COM PESSOAL DE ADMINIST. PÚBLICA E PREVIDÊNCIA (% DO PIB) 2000-2010.



Fonte: Elaboração Própria com base de dados Ipeadata (www.ipeadata.gov.br).

Sobreposto a este quadro, a mencionada elevação do poder de compra da população sentida nos anos 2000 com base na própria ampliação real do salário mínimo e, com isto, sua expansão enquanto parcela dos rendimentos familiares estimulou o aquecimento do consumo (SERRANO e SUMMA, 2011, p. 14). Somaram-se ainda o ressurgimento do crédito ao consumo popular como instrumento de política setorial e, ainda que dentro de certos limites, a retomada de investimentos públicos convergindo para o aquecimento da economia e favorecendo a incorporação de grandes faixas populacionais à dinâmica do consumo e do uso de serviços urbanos. O fenômeno é mais sentido de fato no Nordeste, onde é possível perceber a expansão do setor de comércio através das taxas de crescimento de empregos de setores do terciário que respondem a este quadro, como o caso do Comércio Varejista (TABELA VI em ANEXOS).

Os movimentos dos serviços no Ceará respondem ainda por uma realidade particular com os acontecimentos que antecederam um pouco à atual fase. Dentre o conjunto de medidas modernizantes, implementadas após a consolidação do “Governo da Mudanças” a partir do início da década de 1990, dois conjuntos gerais afetaram a dinâmica dos serviços. Um primeiro associava-se à superação do degradante quadro social, em que chamavam a atenção os

indicadores educacionais, de saneamento e saúde. Assim, houve a intensificação de políticas buscando superar a realidade aviltante resultando na ampliação de serviços em atividades ligadas a estas deficiências, apesar de não ser um desdobramento exclusivo ao Ceará. A ampliação ocorre também nos segmentos básicos de saúde com a difusão de muitos serviços, dentre eles os sistematizados pelo Programa Saúde da Família – PSF, instituído em 1994 e ampliado posteriormente¹⁶¹.

O outro grupo particular de implementações com impactos relevantes no setor de Serviços esteve na sistematização de amplo conjunto de ações voltado para a atividade do turismo, eleito como um dos principais eixos condutores da transformação econômica, concebido como uma política de desenvolvimento nitidamente regional (BENEVIDES, 1998). Seu delineamento se deu no bojo do próprio processo de reestruturação econômica e de contestação do paradigma de regulação sinalizando ainda para a reversão da tradicional imagem atribuída ao Nordeste como um todo e ao Ceará em particular. Passa a predominar uma imagem diferenciada, ancorada também na modernização, em que o turismo localizado notadamente no litoral e tendo a RMF como ponto irradiador é a grande vedete.

Para Dantas (2002; 2013), este movimento principia pela dinâmica de transformação das zonas de praias metropolitanas e de suas adjacências tendo como foco a atração de fluxos turísticos principalmente de outros países. Se consolida o identitário de “Cidade do Sol” atribuído à Fortaleza, ancorado em estratégias de política infraestrutural e marketing colocando à venda uma ambiência litorânea nos moldes internacionais de promoção do turismo. Seus impactos são observados em duas perspectivas mais evidentes: i) na dinamização no campo dos Serviços associados às atividades da economia do turismo, dentre eles os setores de hospedagem, locação de transportes, restaurantes e alimentação, conforme busca-se evidenciar aqui e, ii) na ocupação litorânea pela valorização do capital-território, transformando seus elementos naturais em

¹⁶¹ O pressuposto consistia em superar os gargalos principalmente dos indicadores educacionais, para tornar os municípios cearenses atrativos aos investimentos considerando que além de ter mão de obra disponível, era necessário qualificar minimamente estes trabalhadores. Essas eram as recomendações exigidas por órgãos de consultoria econômica internacional neste estado e com isto, os serviços educacionais foram ampliados. Na saúde sob a justificativa também de superação pela difusão de atenção na prevenção de endemias facilmente tratáveis estimulou-se a criação de postos de trabalho na montagem das equipes do PSF. Para maiores aprofundamentos nas questões de políticas de educação ou saúde e sua relação com o processo de promoção do desenvolvimento ver Vieira e Albuquerque (2001, p. 69) e Henrique e Calvo (2009, p.1.360)

mercadoria, progredindo pela ocupação costeira com grandes investimentos em hotéis, resorts e moradias de veraneio¹⁶².

Independentemente destas duas perspectivas, o quadro de reordenamento proporcionado pelas ações de estímulo ao turismo como um dos elementos do tripé condutor das políticas de desenvolvimento cearense consolidada no Ceará nas últimas três décadas, se somam de maneira intensa aos fatores que reificam a seletividade espacial. Aprofunda-se o processo de “urbanização linear” seguindo a faixa litorânea que admite facetas diversificadas (DANTAS, 2002; SILVA, 2013).

Como espacialidades expressivas daí resultante, dentre outros elementos, realça-se a instalação de amplos empreendimentos de veraneio, surge e se consolida a cultura das segundas residências para lazer e/ou temporadas – denominadas de vilegiatura -, quebra-se o exclusivismo de domínio do capital local pela ampliação do capital estrangeiro em ambos os movimentos¹⁶³.

No âmbito específico da concepção política de estímulo às atividades turísticas, as intervenções no Ceará se deram a partir do conjunto mais amplo de investimentos proporcionados pelo Programa de Desenvolvimento do Turismo para o Nordeste, o PRODETUR/NE criado em 1994¹⁶⁴. Nas etapas iniciais, as medidas do programa voltaram-se prioritariamente para infraestrutura dotando o estado de melhores condições para o desenvolvimento da atividade, predominantemente localizadas na RMF.

O PRODETUR-NE foi financiado com fontes federais com elevada captação de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID cuja execução foi feita por parcerias forjadas institucionalmente entre BNB e Governo do Estado do Ceará, conforme informações em relatórios oficiais de avaliação do Programa¹⁶⁵. As realizações efetivadas somaram US\$ 163,81

¹⁶² Silva (2010, p. 133) explora os avanços deste processo de dinamização do turismo nordestino sobre a valorização via ocupação territorial litorânea e mercantilização dos atributos naturais e de localização. Sua análise também se apropria da percepção harveyniana de acumulação de capital fundada na expansão e reestruturação geográfica. O veio seguido é a relação entre turismo e a especulação imobiliária, conduzido nas envergaduras da acumulação capitalista em sua etapa de predominância financeirizada, tendo como categorias importantes os processos de acumulação urbana, a (re)criação de novas áreas e territórios e o protagonismo dos capitais forâneos.

¹⁶³ A TABELA VII nos ANEXOS traz a evolução da participação do IDE em alguns setores econômicos cearenses de 2001 a 2007 de acordo com a análise de Silva (2013). Um dos setores que se apresenta como forte promissor nesta participação é o agregado formado pelo conjunto dos ramos de turismo e imobiliário. A sua taxa de crescimento neste período para os investimentos diretos estrangeiros realizados foi de 44,8% a.a. perdendo apenas para o setor de Petróleo e Energia (que teve uma taxa de 59,6% a.a. no mesmo período).

¹⁶⁴ Muito embora Dantas (2013, p.67) aponta que já em fins dos anos 1980 há a busca de captação de recursos diretamente com organismos internacionais, principalmente com o Banco Mundial.

¹⁶⁵ As informações acerca de concepção, planejamento, montante de recursos, aplicação e sistematização do programa estão disponíveis em

milhões, gastos na construção de rodovias (14,8% dos recursos), construção de novo terminal do aeroporto (47,7%), melhorias em saneamento básico (15,7%) e meio ambiente (3,1%), desenvolvimento institucional (1,6%), aquisição de terras (3,5%, engenharia e administração (3,8%) e custos financeiros (9,8%) (BNB. 2006, p. 10).

Em 2005 encerrava-se a primeira etapa, que ficou denominada de PRODETUR I e tem-se início a fase seguinte, o PRODETUR II dando continuidade às realizações e adicionando o objetivo de estimular a interiorização do turismo por todo o estado. No ano seguinte renovaram-se os vínculos que mantinham as fontes de financiamento reafirmando o turismo como atividade importante para a economia estadual. Outras áreas foram incluídas fazendo uso desta estratégia de interiorização turística e três nichos para a atividade passou a nortear planos e ações, incorporando particularidades de alguns centros extra área metropolitana como serras e sertões, atividades e eventos.

No entanto, dada a intensidade em que os programas se sedimentaram, é perceptível que no turismo litorâneo os impactos espaciais foram observados em caracteres mais evidentes. O ajuste espacial promovido consumindo lugares ocorreu marcadamente no litoral, fornecendo aspectos de inserção nos circuitos internacionais de lugares privilegiados pela localização praiana como continuidade do capítulo de avanço da modernização do “Nordeste turístico” (DANTAS, 2013, p. 68)

É no impulso dado por estes elementos – conjuntura econômica nacional mais favorável, avanço da urbanização e particularidades da política estadual como a do turismo – que foi definido o desempenho da dinâmica dos serviços cearenses e as territorialidades sobre a sua rede urbana nos últimos anos, analisada aqui com base nos cortes mesorregionais. Através da TABELA 25, com as taxas de crescimento das atividades terciárias durante os períodos de 1991-2000 e de 2000-2010, este desempenho pode ser visualizado com mais detalhes¹⁶⁶.

<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/apresentacao/gerados/apresentacao.asp>. Há também uma extensa bibliografia produzida acerca do tema como Coriolano (1998), Benevides (1998), Dantas (2013).

¹⁶⁶ A utilização dos segmentos descritos na TABELA 25, com especificações setoriais mais amplas ocorre devido ao agrupamento disponibilizado para os dados em nível mesorregional do Censo Demográfico de 1991, sendo plausível a análise mais homogênea da evolução 1991-2010 com referência nestes cortes geográficos. No entanto, reconhece-se o caráter complexo dos ramos que compreendem os Serviços e a necessidades de análises mais específicas dos seus segmentos. Não sendo isso possível através dos dados disponibilizados pelos Censos Demográficos a partir do ano de 1991 para as mesorregiões, adicionou-se a TABELA V nos ANEXOS, que descreve o desempenho mais segmentado, construído para o período de 2000-2010 com base em estatísticas da RAIS. Embora reconheça-se a existência de outras fontes de dados oficiais como esta, é de conhecimento que são dados de empregos formais. Sua

Como é observado, é visível dois perfis de crescimento distintos nos dois períodos, com taxas de crescimento bem melhores tanto para as mesorregiões quanto para o estado durante o primeiro período. Apesar de ser uma fase em que as modificações recentes na economia brasileira se consolidavam, comprometendo boa parte do desempenho das atividades econômicas em geral, a evolução do terciário mobilizou seu aspecto de “acomodador” da força de trabalho liberada pelos setores em crise (ALVES, MADEIRA e MACAMBIRA, 2012, p. 214). Ainda assim, dada a recomposição das atividades estaduais organizadas pelo movimento de mudanças na condução da política econômica com forte viés urbano, este maior crescimento entre 1991 e 2000 pode refletir tal processo.

A maior parte dos segmentos teve crescimento positivo em nível estadual, salvo para os grupos de atividades mais específicas que compõem os Serviços Auxiliares das Atividades Econômicas, em que houve crescimento negativo (-3,4%a.a. no segundo período considerado). O fato de ser constituído por atividades mais pontuais, como profissionais científicos e técnicos de diversos ramos, com exigências específicas e mais raras podem explicar este comportamento. Dentre eles, os profissionais, cientistas e técnicos, alguns são considerados na atividade de Educação Superior, que foi um dos componentes com boa performance nos serviços de Educação¹⁶⁷. Este comportamento espelha o mesmo desempenho observado por mesorregião.

O terciário que teve melhor evolução em nível estadual foi Prestação de Serviços (25%a.a.) durante 1991-2000 e Atividades Financeiras (6%a.a.) em 2000-2010. O primeiro caso reflete o crescimento de Alojamento e Alimentação, induzidos pela gradativa relevância que o setor de turismo vai assumindo na economia cearense, conforme apontado anteriormente, principalmente nas Mesorregiões com áreas litorâneas como a Mesorregião Norte (37,8%), Noroeste (32,1%) e Metropolitana de Fortaleza (20,7%). O crescimento das demais mesorregiões associa-se à ínfima oferta destes serviços antes do período considerado, como ilustra a situação dos Sertões Cearenses, carente de serviços de alojamento e alimentação no início dos anos 1990.

O caráter genérico do ramo de Prestação de Serviços dá-lhe feição complexa tendo em vista a abrangência de serviços que inclui, não sendo disponíveis as estatísticas que permitam evidenciar a contribuição de cada um deles para o desempenho o setor. Contudo, destaca-se que fazem parte dele segmentos que revelam por um lado o padrão de consumo e dos hábitos de vida

utilização em relação aos Censos Demográficos desconsideraria a contribuição dada pela informalidade que é intrínseco a estas atividades e também a espaços geográficos mais periféricos, tal qual aqui explorados.

¹⁶⁷ Incluídos aqui no ramo de Serviços Sociais conforme nota da TABELA 25.

da modernidade e da urbanização recente tendo em vista que abrange itens como vigilância e segurança privada, crescentes face às preocupações com a violência nas cidades. Por outro lado, manifesta também a diversificação pelo surgimento de novas atividades como o teleatendimento e outros serviços de auxílio empresarial. A relevância deste setor para a economia cearense se dá pela inclusão dos segmentos que tiveram efeitos positivos estimulados pelo turismo, como as agências de viagem e serviços de reservas diversos (hospedagem, veículos). No segundo período (2000 a 2010), a expansão destas atividades continua, embora a taxas menores.

Em termos espaciais, exatamente onde estão localizadas as intervenções territoriais do PRODETUR/NE, que são as Mesorregiões abrangidas pelo litoral, Noroeste, Norte e Jaguaribe, além da Metropolitana de Fortaleza, se verificam as maiores taxas de crescimento anual do setor. A TABELA VII (dos ANEXOS) confirma isto, ao apresentar que estas mesorregiões juntamente com a Metropolitana de Fortaleza, apresentaram maiores crescimentos nos números de estabelecimentos do setor.

Já as Atividades Financeiras acompanham as tendências recentes do terciário. Embora tenha sido um dos setores mais afetados pelas reestruturações mais gerais, com mais vigor a partir do Plano Real quando houve as privatizações que incluíram entre elas a do Banco do Estado do Ceará – BEC, em 2005. Entretanto, dentre outras consequências, tais modificações popularizaram o acesso a aplicações permitindo a sua disseminação para além das praças financeiras mais importantes (CANO, 2008, p. 138). No Ceará em particular o fato de ser sede do Banco do Nordeste do Brasil, com existência de uma vasta rede de agentes do setor de microfinanças, contribuiu para elevação deste número, com destaque para a expansão extra metropolitana. Isto não indica necessariamente a inclusão destes agentes aos circuitos de operações financeiras mais complexas que caracterizam o setor como as operações de mercado de capitais, mas, provavelmente tem impacto no número de empregados no setor como um todo.

TABELA 25 – CEARÁ E MESORREGIÕES CEARENSES: TAXA DE CRESCIMENTO DAS OCUPAÇÕES DAS ATIVIDADES TERCIÁRIAS (%) 2000-2010.

	NOROESTE		NORTE		METROPOLITANA		SERTÕES		JAGUARIBE		CENTRO-SUL		SUL		CEARÁ	
	2000/1991	2010/2000	2000/1991	2010/2000	2000/1991	2010/2000	2000/1991	2010/2000	2000/1991	2010/2000	2000/1991	2010/2000	2000/1991	2010/2000	2000/1991	2010/2000
Comercio	5,8	3,5	5,8	4,1	3,7	4,0	5,3	3,9	6,9	3,4	5,9	4,1	5,9	3,7	4,6	3,9
Transportes e comunicação	5,4	0,0	5,7	0,9	3,3	4,5	7,6	-0,1	3,9	-0,2	7,7	-0,2	5,5	1,5	4,4	2,8
Serv. Aux. das ativ. Econômicas ¹	-2,8	-4,4	0,2	-8,2	4,4	-2,2	2,2	-6,7	-1,2	-7,8	-0,4	-4,0	0,0	-5,5	2,6	-3,4
Prestação de serviços ²	32,1	1,5	37,8	2,2	20,5	3,0	37,1	1,6	28,1	1,0	31,9	0,2	28,6	1,7	25,0	2,3
Social ³	5,1	0,9	5,6	1,2	8,8	1,8	2,7	0,6	4,6	-0,1	2,8	-0,3	5,1	0,7	6,6	1,3
Atv. Financ. e de seguro ⁴		10,4		21,1		4,3		13,4		15,4		5,1		7,1		6,0
Administração pública	10,1	3,2	8,5	3,6	1,6	3,3	7,1	2,5	4,4	2,1	8,8	0,3	6,3	4,8	4,6	3,2
Outras atividades	10,0	-2,0	13,9	-0,7	6,1	1,1	17,8	-2,6	15,4	-4,6	14,4	-3,3	12,4	-2,6	8,9	-0,4
TOTAL	8,1	1,8	8,7	2,2	6,7	2,7	7,6	1,6	7,6	1,0	7,8	1,1	7,7	2,0	7,3	2,3

Fonte: Censos Demográficos (1991; 2000; 2010)

Notas: ¹ Serviços Técnico-profissionais

² Compreende Alojamento, Alimentação e Serviços Domésticos

³ Educação, Saúde e Serviços Públicos Gerais.

⁴ Não disponível para nível Mesorregional em 1991.

O crescimento do ramo agrupado na designação de Social (que expandiu a uma taxa de 6%a.a. no primeiro período e de 1,3% no segundo), liga-se aos processos de ampliação de grande parte dos serviços públicos de saúde e educação. No caso da saúde, o já mencionado processo de expansão do atendimento via PSF, que também tem sua localização de expansão nas mesorregiões extra metropolitanas, é um importante vetor. É conveniente destacar neste ramo o crescimento dos serviços de saúde privada pela ampliação da cobertura de planos de saúde suplementar, principalmente nos anos 2000¹⁶⁸.

Os demais segmentos do terciário tiveram taxas mais baixas. Após as Atividades Financeiras, o Comércio é o ramo que mais se sobressai no estado entre 2000-2010 com taxa de crescimento 3,9%a.a.. Conforme acentuado anteriormente, isto se dá refletindo o aumento do consumo incentivado pela incorporação de segmentos mais populares ocasionados pelas melhoras no poder de compra real e no acesso ao crédito após 2003, além dos efeitos dos programas de transferência de renda, crescimento do salário mínimo e maior formalização do emprego. As taxas por mesorregiões estão em um nível próximo, em torno dos 4%, impulsionado pela expansão do comércio varejista moderno que se difundiu com o crescimento mais geral da urbanização.

A baixa taxa de crescimento de Serviços de Transportes entre 2000-2010 tanto para o estado quanto para as mesorregiões, parece desconexo face ao quadro de elevação das demandas por estes serviços impulsionado também por esta intensificação da urbanização. A deficiência de sua oferta no interior do estado é também expressiva com taxas baixas e até negativas.

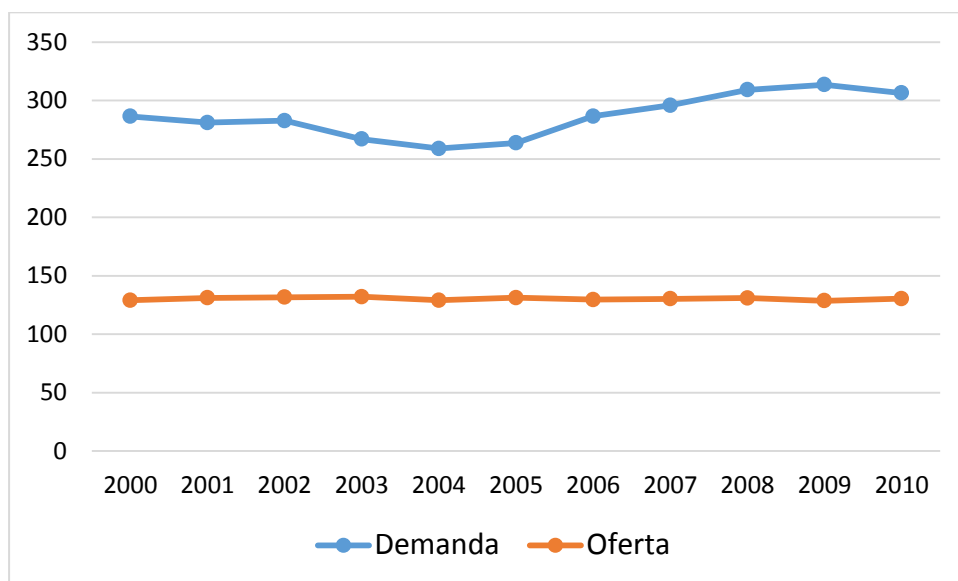
Com efeito, o aumento da frota particular, permitido pela gradativa concessão de facilidades de compra decorrente do aumento do crédito bem como da redução de impostos estimulando a Indústria de Automotores, também pode ser derivada da deficiência neste campo¹⁶⁹. Alguns indicadores que representam a oferta de serviço de transporte público se mantêm praticamente estagnadas durante o período de 2000 a 2010, conforme visualiza-se no

¹⁶⁸ De acordo com o CONASS (2011, p. 84), o crescimento dos planos de saúde no Ceará entre 2006 e 2010, com ou sem cobertura odontológica no estado como um todo foi de 5,2%a.a. No interior este número alcança a cifra de 7,1%a.a. Quando este dado se refere aos planos sem cobertura odontológica, elevam-se para 13,1%a.a. e 7,6%a.a.

¹⁶⁹ Conforme estatísticas divulgadas pelo DETRAN/CE (2011), o crescimento da frota entre 2000 e 2010 foi de 10,4% a.a. em todo o estado. A frota do interior cresceu mais do que a da capital (13,5% contra 7,2%). Esse crescimento foi maior na segunda metade da década: 12,1% entre 2005 e 2010 enquanto entre 2000 e 2005 esteve no nível de 8,5%. Se se considera a frota de 1990, o incremento foi até 2010 foi de 1,38 milhão de veículos.

GRÁFICO 5, pelo comparação entre o desempenho desta oferta e a respectiva demanda no que se refere ao transporte público na capital do Estado.

GRÁFICO 5 – FORTALEZA: OFERTA E DEMANDA DE TRANSPORTE PÚBLICO (MILHÕES DE KM¹) 2000-2010.



Fonte: ETUFOR (2010)¹⁷⁰

¹ o conceito de quilometragem efetiva ofertada e quilometragem demandada representam o total das extensões das viagens realizadas pelas empresas operadoras dos serviços de transporte público, bem como as condições de oferta deste serviço e o cálculo da sua demanda com base no Índice de Passageiro por Quilômetro (IPK) (IPECE, 2013, p. 5-6)

Nos centros urbanos interioranos, a oferta de transporte público intra urbano quando existe - no caso de cidades maiores como Sobral, o aglomerado Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha, Itapipoca e Iguatu -, é feita geralmente por circuitos informais não havendo uma sistematização mais rigorosa de suas estatísticas¹⁷¹.

A necessidade de uma análise mais completa dos efeitos econômicos e espaciais do Setor Terciário tendo em vista fazer uma relação maior com os processos urbanos e com as tessituras da própria rede urbana, exige o aprofundamento com base numa maior desagregação

¹⁷⁰ Inicialmente teve-se acesso a estes dados pela sua divulgação no Informe do IPECE Perfil Municipal de Fortaleza Tema XII Mobilidade Urbana, publicado em janeiro de 2013 que trazia como fonte das informações o Anuário Estatístico da Empresa de Transportes Urbanos de Fortaleza – ETUFOR. Posteriormente teve-se acesso a tal documento da ETUFOR, reiterando os dados divulgados pelo IPECE.

¹⁷¹ No aglomerado Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha existe uma empresa de ônibus atuando no transporte coletivo. Entretanto não foram disponibilizados dados apesar das tentativas de contato com a gerência da respectiva empresa.

setorial do ramo. A exposição de subsetores como a oferta de serviços mais específicos de consumo coletivo e de infraestrutura urbana ajudariam neste sentido. Já se fez referência que um quadro mais detalhado é impresso pela TABELA VI (nos ANEXOS) para o segundo período apresentado na TABELA 25 de 2000 a 2010. Lá confirma-se a realidade aqui exposta. É importante o destaque a itens que não foram aqui evidenciados, por razões já apresentadas, como os Serviços de Água e Esgoto que tiveram elevada taxa de crescimento (17,8%a.a.). Possivelmente a evolução tem conexão com o reforço dado através da realização de investimentos de infraestrutura urbana, contidos na programação do Governo Federal através do PAC. As implicações são sentidas no aumento da oferta de serviços e, portanto, na ampliação do número de ocupações no ramo¹⁷². Observa-se que os maiores acréscimos ocorreram no interior do estado, e as Mesorregiões Sul (22,7%a.a.), Sertões Cearenses (20%a.a) e Noroeste (18%a.a.) tiveram uma taxa superior à estadual devido à inclusão de boa parte de suas cidades na realização dos investimentos acima referidos.

No que concerne à participação estadual por mesorregião nos segmentos aqui analisados, é nítido a conexão entre a dinâmica territorial desta atividades e daquelas analisadas nas seções anteriores, principalmente com a indústria de transformação. A confirmação lógica é fornecida pela TABELA 26 com a participação de cada mesorregião no montante da atividade estadual.

Reproduzindo a concentração corrida na indústria, a Mesorregião Metropolitana abarca mais de metade dos serviços aqui considerados (55,7%, 53,1% e 55% respectivamente nos anos de 1991, 2000 e 2010). No entanto, é nítido o gradativo movimento de desconcentração que se delineia puxado pelo crescimento urbano generalizado a todo o estado. Excluindo os segmentos que estão relacionados diretamente aos processos comuns de metropolização, como Transportes e Comunicação, Serviços Auxiliares das Atividades Econômicas e Social, todos os demais segmentos tiveram redução da participação desta Mesorregião. Esta expansão reafirma que não obstante a mencionada tendência de desconcentração, as atividades mais sofisticadas continuam predominantemente nos municípios metropolitanos¹⁷³.

¹⁷² De acordo com o Balanço do PAC em 2011, os investimentos destinados ao saneamento e melhorias sanitárias difundidas por todo o estado do Ceará somavam R\$ 972,8 milhões para saneamento e R\$ 206,7 milhões para melhorias sanitárias. No mesmo Documento afirma-se que boa parte das obras já foram concluídas ou estão em etapa de execução (BRASIL, 2011, p. 18; p. 25)

¹⁷³ Utilizando outra base de dados, PNAD e MTE-RAIS, Macedo, Lima Júnior e Moraes (2012, p. 88) têm conclusão similar.

TABELA 26 - CEARÁ E MESORREGIÕES CEARENSES: TAXA DE PARTICIPAÇÃO NAS OCUPAÇÕES ATIVIDADES TERCIÁRIAS (%) 1991-2010.

	NOROESTE			NORTE			METROPOLITANA			SERTÕES			JAGUARIBE			CENTRO-SUL			SUL		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Comercio	10,6	11,6	11,2	7,1	7,9	8,0	58,2	53,6	54,1	6,6	7,0	7,1	4,3	5,3	5,0	3,4	3,7	3,8	9,8	10,9	10,7
Transportes e comunicação	10,5	11,4	8,7	7,6	8,5	7,1	57,5	52,2	62,0	5,7	7,5	5,7	6,0	5,8	4,3	3,0	3,9	2,9	9,7	10,7	9,4
Serv. Aux. das ativ. Econômicas ¹	10,4	6,4	5,8	7,6	6,1	3,7	57,6	67,6	75,8	5,7	5,5	3,9	6,0	4,3	2,7	3,0	2,3	2,1	9,7	7,7	6,1
Prestação de Serviços ²	7,5	12,4	11,4	4,0	9,7	9,6	70,6	50,7	54,3	3,4	7,8	7,3	4,4	5,5	4,8	2,6	4,2	3,4	7,5	9,8	9,2
Social ³	12,6	11,1	10,7	9,8	8,9	8,8	45,2	54,3	57,2	10,3	7,3	6,8	6,2	5,2	4,5	5,3	3,8	3,2	10,7	9,3	8,8
Atv. Financ. e de Seguro ⁴		5,2	7,7		1,7	6,3		79,8	67,9		2,6	5,1		1,2	2,9		2,6	2,4		6,9	7,6
Administração Pública	8,6	13,7	13,7	7,8	10,9	11,3	57,5	44,6	45,3	8,1	10,1	9,4	6,5	6,5	5,8	3,8	5,4	4,1	7,6	8,9	10,4
Outras atividades	9,4	10,4	8,8	5,0	7,5	7,4	67,6	53,6	62,3	3,5	7,0	5,6	4,1	6,9	4,5	2,3	3,6	2,7	8,1	10,9	8,7
TOTAL	10,7	11,4	10,9	7,7	8,7	8,6	55,7	53,1	55,0	7,3	7,5	7,0	5,3	5,5	4,8	3,8	3,9	3,5	9,6	9,9	9,6

Fonte: Censos Demográficos (1991; 2000; 2010)

Notas: ¹ Serviços Técnico-profissionais

² Compreende Alojamento, Alimentação e Serviços Domésticos

³ Educação, Saúde e Serviços

⁴ Não disponível para nível Mesorregional em 1991.

Tal evolução de desconcentração dos setores de serviços favorecendo as mesorregiões interioranas em detrimento da Mesorregião Metropolitana de Fortaleza ocorre de maneira mais intensa entre 1991 e 2000 em todas as atividades em que o processo se verifica. Suas razões estão associadas a motivos mais estaduais, como os efeitos das políticas de interiorização do desenvolvimento, principalmente das atividades industriais conduzindo consigo a mesma dinâmica dos serviços auxiliares e menos sofisticados, justificam o movimento que é arrefecido na década seguinte.

No sentido da queda de participação metropolitana, são expressivos os decréscimos de Prestação de Serviços, caindo sua participação entre 1991 e 2010 de 70,6% para 54,3%, e Administração Pública, de 57,5% para 45,3%.

Os ganhos em todas as atividades estão diluídos pelas demais mesorregiões. O serviços de Comércio se expandem de forma semelhante em todas elas provavelmente impelidos pelo comércio varejista, dadas pelas razões já explicitadas de expansão do consumo popular. Nas Mesorregiões Norte e Sul Cearense foi onde esta participação mais se ampliou. No primeiro caso pelo crescimento do comércio no entorno da RMF puxado pelas atividades derivadas da indústria incentivada que aí se instalou. Já no caso da Mesorregião Sul Cearense, isto ocorre como reflexo do papel exercido pelo comércio da conurbação Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha cujas influências territoriais exercidas alcança estados vizinhos. Um outro fator que contribui para tanto é a quantidade de visitantes sazonais, associados às romarias ligadas à figura do Padre Cícero, deixando movimentado o comércio de Juazeiro do Norte.

Outra expansão comum à maioria das mesorregiões entre 1991 e 2010 foram os serviços da Administração Pública que acabam compensando a queda metropolitana. Esse processo aconteceu nas seguintes magnitudes: de 8,6% para 13,7% no Noroeste Cearense, 7,8% para 11,3% no Norte, 8,1% para 9,4% nos Sertões Cearenses e de 7,6% para 10,4% no Sul Cearense. A situação em que o aumento foi menor ocorreu no Centro Sul, cuja participação nos serviços de Administração Pública no montante estadual se amplia de 3,8% para 4,1%. Na Mesorregião Jaguaribe houve queda desta variável: de 6,5% para 5,8% entre 1991 e 2010. Essas variações de participação resultam do aprofundamento que tais serviços têm nestas economias fazendo parte daquele conjunto denominado de “economias sem produção”, ampliadas com o aprofundamento da descentralização de algumas funções públicas pós Constituição de 1988, e que se tornaram mais dependentes do gasto público e das transferências intergovernamentais.

A participação da Prestação de Serviços também passou por ampliação: nas Mesorregiões Noroeste, Norte e dos Sertões Cearenses - de 7,5% para 11,4%, de 4% para 9,6% e de 3,4% para 7,3% respectivamente. Nos primeiros dois casos (Noroeste e Norte) já se fez referência à atenção dada às atividades do turismo nos municípios litorâneos que compõem o denominado Eixo da “Costa do Sol Poente” sistematizada pelo PRODETUR/NE¹⁷⁴, afetando positivamente os segmentos de Alojamentos e Alimentação, componentes do setor. (Ver também TABELA VIII nos ANEXOS)

Em sintonia com as taxas de crescimento anuais já apresentadas na TABELA 25, ampliam suas participações no Terciário extra metropolitano as Atividades Financeiras, cujas razões já se fez relação com o crescimento de operadores de microfinanças adicionados à expansão de operadoras de crédito a pensionistas. Assim, este segmento tem forte expansão na participação do emprego estadual na Mesorregião Norte, que em 1991 participava com 1,7% passando a 6,3% em 2010, e nos Sertões Cearenses, de 2,6% vai para 5,1%.

Fazendo o mesmo exercício de perceber a espacialidade da evolução do setor por município e por mesorregião, conforme efetivado nas seções anteriores, foi elaborado o cartograma exposto na FIGURA 5. O movimento da redução da participação dos municípios da Mesorregião Metropolitana de Fortaleza é evidente na alteração dos limites de participação intergrupais. Conforme observa-se, o município que mais participava no PIB de serviços estadual, Fortaleza, detinha 55,1% do total em 2000, ao passo que esta proporção cai para 51% em 2010. A modificação nestes limites nos grupos de participação inferior aponta na mesma conclusão, com leve ampliação dos municípios intermediários. Ainda que o movimento de ampliação da participação dos municípios extra metropolitanos venha se verificando, o grau de concentração ainda é muito elevado. Tomando a evolução das Atividades financeiras a partir dos indicadores da atividade como taxa de Crescimento Anual e Número de Estabelecimentos (apresentados respectivamente nas TABELAS VI e VIII dos ANEXOS), observa-se que houve crescimento em quase todas as mesorregiões entre 2000 e 2010. Além da Mesorregião Metropolitana, tal crescimento foi maior nas Mesorregiões Centro-Sul e Sul sob a ótica do

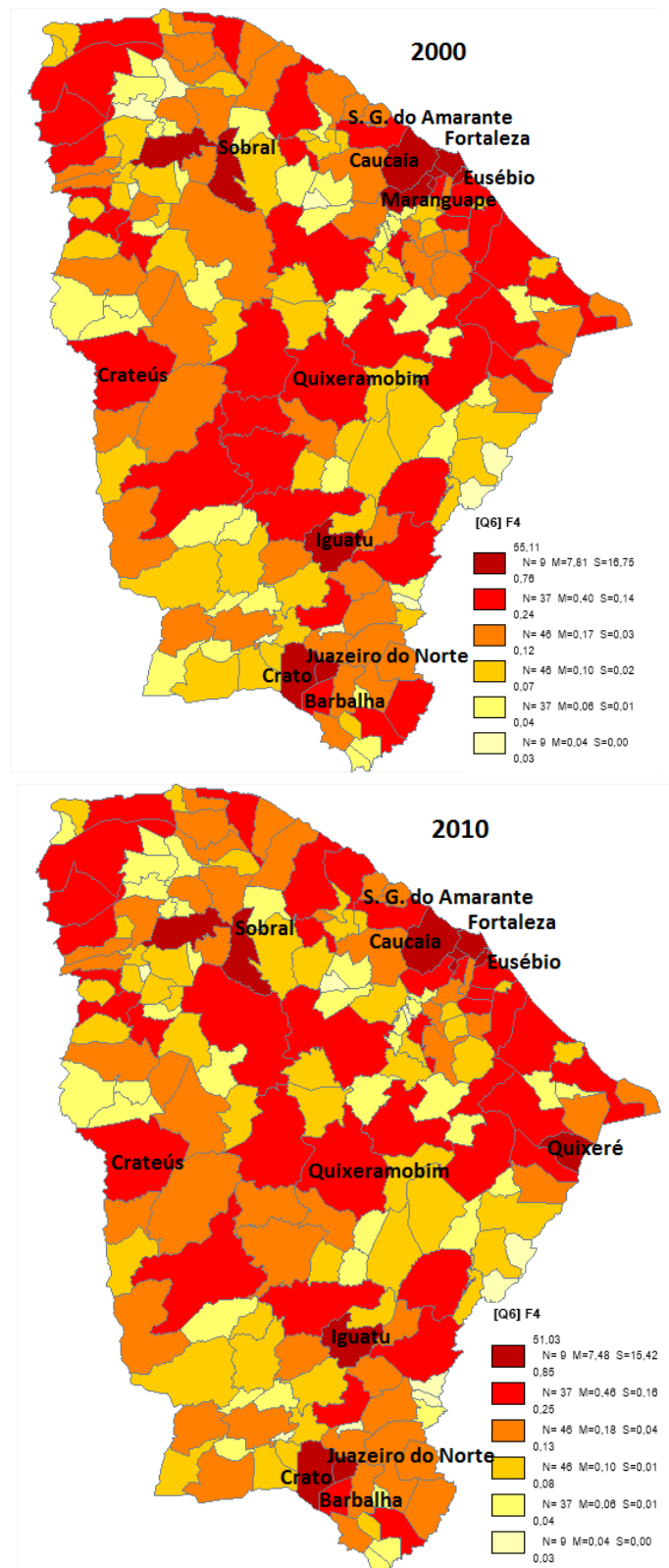
¹⁷⁴ Os programas e ações do PRODETUR/NE sob esta designação tem como centro o Polo Turístico de Jijoca de Jericoacoara mas os investimentos abrangem municípios como Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Itapipoca, Amontada, Trairi, Itarema e Camocim. As informações estão disponíveis na página oficial da Secretaria de Turismo do Estado do Ceará – SETUR (www.setur.gov.ce.br)

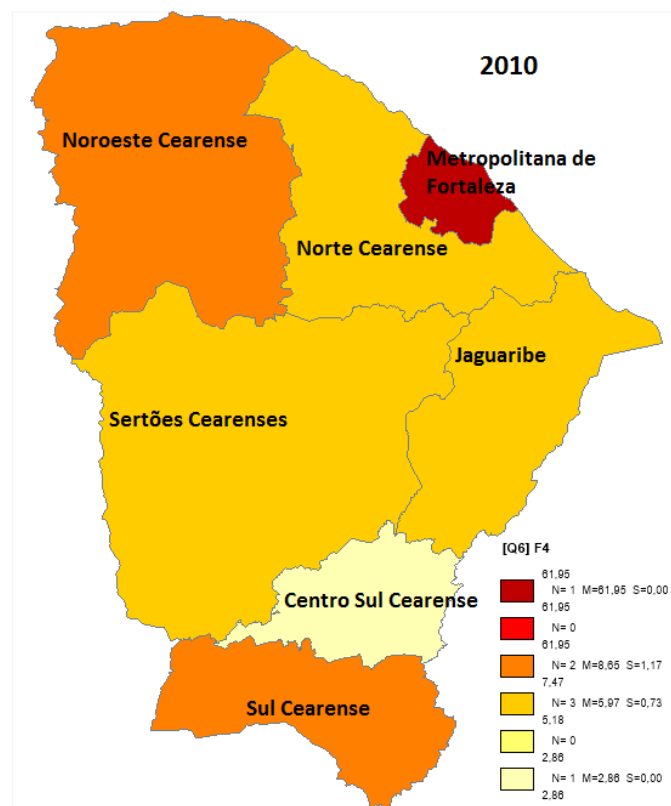
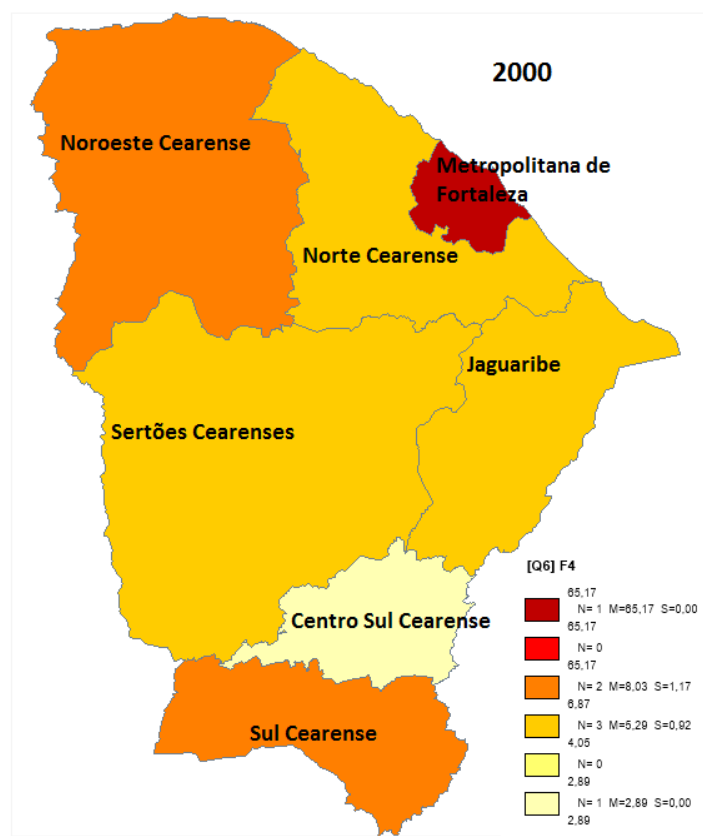
Número de Estabelecimentos e nestas e na Mesorregião Noroeste, em termos de taxa de crescimento.

Nos municípios do interior do estado, sobressaem-se o já conhecido conjunto formado pelos polos mais dinâmicos como Sobral, na Mesorregião Noroeste, o aglomerado Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha na Mesorregião Sul e Iguatu, na Mesorregião Centro Sul. A inclusão do município de Quixeré, na Mesorregião Jaguaribe, aos municípios do grupo de PIB de Serviços mais elevado é uma variação acentuada entre os dois períodos, que acaba chamando atenção. Como um dos municípios mais relevantes da produção de fruticultura irrigada sendo um dos grandes produtores para exportação de culturas como o melão, verificou-se o crescimento do comércio varejista com a consolidação das atividades do perímetro irrigado. Isto permanece mesmo com a redução da produção de melão a partir de 2009¹⁷⁵, quando algumas empresas do setor se transferem para outros municípios também da Mesorregião Jaguaribe. Outro fator que contribui é a característica de inserção do município na dinâmica produtiva estadual: estando localizado numa região que se insere sob a ótica do agronegócio, a participação de Quixeré é em grande parte com mão-de-obra para empresas de beneficiamento da produção de frutas, como é o caso da multinacional Del Monte (CHAVES e ARAÚJO, 2009, p. 57), elevando os rendimentos assalariados que impactam no consumo de comércio de varejo. Entretanto, se trata de uma função pontual, não conseguindo imprimir grande participação do agregado mesorregional em âmbito estadual.

¹⁷⁵ Conforme matéria noticiada no DIÁRIO DO NORDESTE, de 03/fevereiro/2013. De acordo com esta matéria, Quixeré passa por uma reconversão e o seu comércio ocupa função de centro de abastecimento para as cidades vizinhas.

FIGURA 5 – CEARÁ: PARTICIPAÇÃO NO PIB ESTADUAL DE SERVIÇOS POR MUNICÍPIOS E MESORREGIÕES, 2000 e 2010 (%).





Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE (2012), com utilização do Software PhilCarto.

Quando o corte adotado é o do agregado mesorregional, a mudança entre os dois anos também está na redução da participação da Mesorregião Metropolitana de Fortaleza no PIB Serviços estadual (de 65,2% para 62%). Considerando isto, o perfil de participação de cada uma das demais mesorregiões é praticamente o mesmo. Exceto esta Mesorregião, as maiores participações são as do Noroeste e do Sul Cearense, explicada pela localização dos dois centros de serviços de comércio, saúde, educação mais importantes do interior do Ceará que são respectivamente Sobral, na Mesorregião Noroeste, e Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha, na Mesorregião Sul. As outras Mesorregiões ficam nos grupos de níveis de participação mais baixo, chamando atenção a baixa participação da Mesorregião Centro Sul como outra expressão de desigualdade: o conjunto formado pelos seus 14 municípios participa com menos de 3% do PIB estadual de Serviços, sendo Iguatu o centro que detém maior participação nos dois anos (com apenas 1,1% nos dois anos).

O padrão com que esta desconcentração ocorre é impresso pela análise do desempenho dos municípios com dez maiores PIB de Serviços entre os anos 1985-2010, conforme compreendido na TABELA 27. Desde meados dos anos 1980, antes de serem promovidas as transformações econômicas decorrentes da gestão de modernização cearense, os municípios que detinham mais da metade do PIB de serviços eram Fortaleza e Maracanaú, sendo as demais participações do grupo predominante de centros interioranos excluindo os municípios de Caucaia e Maranguape, 6ª. e 9ª. posições em 1985, com 1,4% e 0,9% respectivamente de participação estadual da variável.

Embora o número de municípios interioranos seja maior, quando agregados detém reduzido nível percentual nesta economia: os centros regionais de Juazeiro do Norte, Sobral, Crato, Iguatu, Quixadá e Aracati somavam em 1985 apenas 7,3% do valor do PIB gerado pelas atividades de serviços.

No ano de 2000, as transformações empreendidas passam a se manifestar. Não obstante se amplie a participação de municípios da RMF no grupo com a inclusão de Eusébio e ascensão do papel de Maracanaú e também de Caucaia que sobe posições, a participação metropolitana é inferior à de 1985: neste ano, os quatro municípios metropolitanos participavam com 67,3% enquanto em 2000, agora cinco, participam com 62,7%.

TABELA 27 – CEARÁ: DEZ MAIORES PIB’S MUNICIPAIS NAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS 1985-2010.

1985				2000			2010		
	Município	PIB (mil R\$)	% do Estado	Município	PIB (mil R\$)	% do Estado	Município	PIB (mil R\$)	% do Estado
1º.	Fortaleza	5.336,6	62,7	Fortaleza	7.493,8	55,1	Fortaleza	11.211,5	51,0
2º.	Maracanaú	201,6	2,4	Maracanaú	453,7	3,3	Maracanaú	742,0	3,4
3º.	Juazeiro do Norte	137,3	1,6	Caucaia	372,0	2,7	Caucaia	678,9	3,1
4º.	Sobral	135,6	1,6	Sobral	367,0	2,6	Juazeiro do Norte	634,8	2,9
5º.	Crato	122,8	1,4	Juazeiro do Norte	328,1	2,4	Sobral	557,9	2,5
6º.	Caucaia	118,5	1,3	Crato	186,5	1,4	Crato	275,4	1,3
7º.	Iguatu	82,1	1,0	Iguatu	146,0	1,1	Quixeré	263,6	1,2
8º.	Quixadá	78,9	0,9	Maranguape	104,3	0,8	Iguatu	238,2	1,1
9º.	Maranguape	78,2	0,9	Eusébio	103,9	0,8	Eusébio	187,1	0,9
10º.	Aracati	71,6	0,8	Itapipoca	99,1	0,7	Itapipoca	178,6	0,8
TOTAL		6.636,2	74,7		9.654,3	71,0		14.967,8%	68,1

Fonte: PIB's Municipais (IBGE, 2013)

A exclusão de Quixadá e Aracati dos maiores PIB's de Serviços pode ser indício de uma desconcentração seletiva seja a partir dos vetores da RMF, também agregando influências sobre Itapipoca que assume 10ª. colocação em 2000, seja com a concentração nos outros polos interioranos. Em conjunto, Sobral e Crato-Juazeiro do Norte ampliam participação de 4,6% em 1985 para 6,4% em 2000.

O panorama é praticamente o reproduzido em 2010 mantendo a tendência desconcentradora e os mesmos municípios metropolitanos estavam agora com 58,4% e os polos Sobral e Crato-Juazeiro do Norte com 6,7% do PIB cearense de Serviços. O maior indício deste processo está na redução do agregado dos dez maiores PIB's do setor, caindo de 74,7% em 1985 para 68,1% indicando a ampliação dos demais municípios do estado, cujas participações individuais estão abaixo do nível de 0,8%, que é referente ao centro de menor magnitude entre os dez mais elevados.

Este perfil de distribuição do PIB de Serviços, não se distinguindo dos demais, aponta mais uma vez para a seletividade das formas de apropriação espacial por parte das atividades econômica sobre a rede urbana do Ceará. Os ajustes caracterizados por Harvey, e

instrumentalizados pelas atividades econômicas e os impactos da reestruturação produtiva privilegia algumas dinâmicas territoriais. O nexos que os articula aos processos globais expressando a lógica de renovação da acumulação capitalista determinam os critérios deste processo.

Conforme apontado, os movimentos que ocorrem no Ceará, em que a política local pós 1986 é só mais uma ferramenta catalizadora, imprimem a homogeneização diante das convocações territoriais promovidas por tais ajustes e mobilizam seus principais atributos em favor da dinâmica capitalista. Esta é a inserção “dos locais” no “global” conforme evoca a ciranda dos localismos. As manifestações da reestruturação produtiva aqui investigada sobre o sistema urbano serão exploradas no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 4 – CONFORMAÇÕES ESPACIAIS DA REDE URBANA CEARENSE.

A compreensão das mudanças na rede urbana do Ceará acomodando os determinantes das transformações econômicas expressas na evolução de sua dinâmica produtiva recente evidencia o padrão sustentado na presente tese, de apropriação seletiva em modalidades renovadas de organização espacial. Seus efeitos estruturais sob o complexo urbano são captados em óticas abrangentes, forjando os elementos de análise para elaboração de uma plausível resposta à pergunta aqui formulada: Como o espaço cearense responde ao macro contexto econômico a partir das articulações feitas pelo seu sistema urbano?

Seguindo a evolução horizontalizada dos três capítulos antecedentes - partindo da formação econômica, passando pelos deslocamentos reestruturantes das últimas três décadas e observando a dinâmica produtiva -, observou-se como um sistema urbano montado em atendimento às demandas complementares de um projeto de expansão comercial se modifica em decorrência do conjunto de mudanças estruturais ainda em atendimento a imperativos exógenos. Identificou-se as alterações no ordenamento do sistema urbano e de suas tendências hierárquicas mais recentes e nos moldes em que a inserção externa ocorre, nas relações inter e intra urbanas, dentre tantas outras que habilitam observar os desdobramentos territoriais desta dinâmica.

A cidade e o sistema de redes por ela composto são instrumentos concretos destes desdobramentos. No quadro compreendido pelos centros urbanos em questão, as transformações carregam contradições do movimento dialético entre os fatores constituídos pela sua formação econômica - que no contexto em estudo são mais resistentes a alterações -, e a fluidez das rápidas transformações globais em curso. Na totalidade deste processo, o fluxo dos fatores de produção é mobilizado pela política econômica pós-1980, em sintonia com as novas rodadas da acumulação capitalista.

Já se fez referência nas notas metodológicas incluídas na Introdução do trabalho que, para subsidiar o percurso de alcance à pergunta colocada, utilizou-se como expediente metodológico as proposições sistematizadas pelo Estudo Região de Influência de Cidades – REGIC elaborado pelo IBGE. Em meio às justificativas que motivaram este recurso, ressalta-se a sua aproximação com a aplicação das principais contribuições teóricas do pensamento que

delimita o conceito de rede urbana, dentre elas a de Corrêa (2006)¹⁷⁶. Como implicação desta influência, o REGIC apresenta prerrogativas destacando-se a sua abrangência territorial, que fornece fundamentos para regionalizações com base na ação dos processos urbanos. Possibilita ainda a vantagem de maior aprofundamento às unidades territoriais com inclusão daquelas de menores escalas, atendendo aos requisitos das abordagens transescalares, aqui defendidos.

No sentido operacional, o estudo do IBGE tem realização com relativa periodicidade. Mesmo apresentando algumas variações de ordem metodológica objetivando aperfeiçoamentos que melhor expressem a realidade concreta, a intermitência desta realização, ainda que não atenda regularidades periódicas, demonstrou as alterações mais marcantes nas hierarquias dos centros urbanos brasileiros nos últimos quarenta anos. Evidenciou-se as mudanças que, através do rápido avanço da urbanização como manifestação das mutações econômicas, articularam todo o território nacional.

Assim sendo, para tratar das conformações espaciais da rede urbana cearense fundadas na evolução de sua estrutura produtiva já apresentada, este capítulo está dividido três em partes. A primeira delas contextualiza os movimentos espaciais da dinâmica apresentada no capítulo anterior à atual composição dos centros urbanos do estado, de acordo com a hierarquização proposta pelo REGIC. Em complemento, a segunda parte apresenta as generalizações dos movimentos de ajuste e a emergência de concernentes arranjos estruturais urbanos que o consolidam territorialmente no Estado do Ceará. Estes arranjos são analisados na última seção.

4.1. DINÂMICA ECONÔMICA E HIERARQUIA DA REDE URBANA CEARENSE CONTEMPORÂNEA.

4.1.1. A hierarquia dos centros urbanos cearenses no contexto da Regiões de Influência de Cidades.

¹⁷⁶ O estudos de Roberto Lobato Corrêa sobre rede urbana se tornaram clássicos na literatura do assunto e tem como referência os aportes da Geografia Francesa. Dentre muitos elementos importantes a noção de rede urbana aqui preconizada “se assenta na imbricação das zonas de influência das cidades”. (ROCHEFORT, 1998, p. 15).

Os estudos da rede urbana brasileira empreendidos pelo IBGE foram realizados nos anos de 1966, 1978, 1993 e em 2007, publicados respectivamente em 1972, 1987, 2000 e 2008¹⁷⁷. Consistiram em subsídios de regionalizações com base na definição da hierarquização dos centros urbanos brasileiros delimitados por regiões de influência exercida no âmbito da intensidade e direção de fluxos de pessoas, bens e serviços.

Os aspectos metodologicamente empreendidos ao longo do tempo nestas pesquisas voltaram-se para conhecer as formas de gestão do território expressas no contexto relacional contido nestes fluxos, norteados por determinada matriz teórica julgada como capaz de traduzir o contexto da rede urbana. O aperfeiçoamento ao longo do tempo manifestou a necessidade de atualização face às mudanças nos padrões tecnológicos, de comunicação e transporte, que afetaram sensivelmente as ligações em termos de temporalidade e frequência.

Assim, as análises partiram do primeiro estudo em 1972, com uma construção mais simples contendo características e relações generalizadas a partir do perfil dado pelos três grandes setores da economia (primário, secundário e terciário) sob influência dos modelos socioeconômicos geográficos elaborados por Haggett e Chorley (1963) (IBGE, 1972, p. 10). Na versão realizada em seguida, publicada em 1983, introduziu-se na captação das Regiões de Influências das Cidades Brasileiras elementos da conhecida Teoria das Localidades Centrais de Christaller, considerando os centros por base na distribuição varejista e prestação de serviços sob determinado território. Nas atualizações de 2000 e de 2008 manteve-se a lógica de influência fundada na distribuição/prestação de serviços sendo que na última versão deu-se destaque à ótica de centro de gestão do território. Nestes, a referência foram as cidades em que se localizavam a diversidade de órgãos do Estado (administração pública) e sedes de empresas como apontara Corrêa (1996, p. 25)¹⁷⁸.

No caso da rede urbana localizada na Região Nordeste, ainda que com ocupação consolidada e densa em alguns espaços, as capitais estaduais concentram a oferta de serviços e equipamentos. De forma mais geral, as opções de centros intermediários são limitadas e se

¹⁷⁷ Para retratar a disposição da rede urbana no momento de realização das pesquisas que deram substrato às elaborações do IBGE, os trabalhos que têm como alusão estes estudos utilizam como marco o ano de realização da pesquisa. Entretanto, atendendo às normatizações propostas usualmente por normas técnicas de citações e referências em trabalhos científicos, utilizar-se-á aqui o ano de sua publicação.

¹⁷⁸ O QUADRO II (dos ANEXOS) apresenta maiores características destes estudos de Regiões de Influência de Cidades brasileiras do IBGE em termos de objetivos, modelo formal de fundamento teórico e procedimentos metodológicos seguidos em cada uma destas versões de realização do estudo.

restringem a alguns centros tradicionais que historicamente polarizaram suas áreas (IBGE, 2008, p. 11)¹⁷⁹.

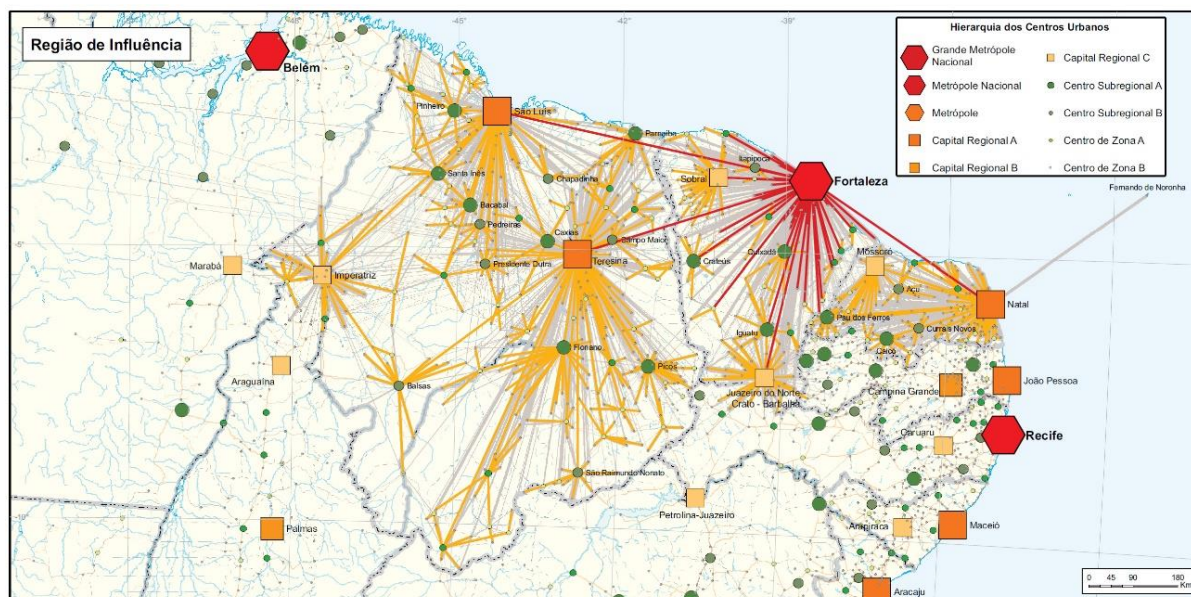
As mediações utilizadas aqui são as de identificação e hierarquização proposta no REGIC de 2008, com cinco classificações de centros hierarquizados em onze níveis (IBGE, 2008, p. 11)¹⁸⁰. A área em estudo está contida na Região de Influência de Fortaleza, classificada como Metrópole de Nível C, apresentada na FIGURA 6. Ainda que esta região de influência não esteja limitada ao território cearense, o recorte de análise está restrito a este território.

De acordo com as características apontadas pelo IBGE (2008, p. 14), esta Região de Influência possui alguns aspectos controversos: sendo a terceira maior do país em população, compreendendo 11,2% da população brasileira (após as de São Paulo e Rio de Janeiro) se estrutura territorialmente em forma muito dispersa, tendo apenas 15,8% da população localizada na sua Metrópole e abrangendo somente 4,5% do PIB nacional.

¹⁷⁹ O REGIC cita entre estes centros difundidos ao longo do território nordestino, como intermediários entre a vasta hinterlândia semiárida e as capitais, que ocupam certa posição hierárquica de relevância nas influências das cidades: Feira de Santana, Vitória da Conquista na Bahia; Campina Grande na Paraíba; Petrolina-Juazeiro da divisa entre Bahia e Pernambuco; Mossoró no Rio Grande do Norte; Caruaru no Pernambuco; Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha e Sobral no Ceará e; Imperatriz no Maranhão

¹⁸⁰ A utilização da publicação do REGIC de 2008 não significa desconsiderar as anteriores nem tão pouco as transformações observadas entre elas. Quando necessário, as relações entre os diferentes estudos sobre Regiões de Influência de Cidades do IBGE será feito. Alguns trabalhos realizam também recorte regionais do REGIC, fazendo resgates de pesquisas e trabalhos efetivados pelo IBGE e por outros órgãos. Alguns apontam para novas metodologias de apreender as influências regionais dos centros urbanos. Dentre eles cita-se MOTTA e AJARA (2001).

FIGURA 6 – REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE FORTALEZA – REGIC 2008.



Fonte: IBGE (2008, p. 91)

Tal como designado nas conexões estabelecidas por suas relações, seus alcances se estendem às áreas de divisão com a influência da Metrópole de Belém e de Recife, concorrendo com esta última em alguns espaços dos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte. Sendo mencionado acima, o corte de estudo que será aprofundado na Região de Influência de Fortaleza é o compreendido nos limites territoriais do estado do Ceará e desta forma, o QUADRO 4 apresenta o número de centros existentes em cada um dos graus hierárquicos da rede cearense e os respectivos níveis no Brasil para o REGIC 2008.

QUADRO 4 – CEARÁ: CLASSIFICAÇÃO DE CENTROS PROPOSTA PELO REGIC 2008.

CENTROS	Níveis de hierarquia dos Centros	No. de Centros no Brasil	No. de Centros no Ceará
Metrópole	Grande Metrópole Nacional	1	-
	Metrópole Nacional	2	-
	Metrópole	9	1
Capital Regional	Capital Regional A	11	-
	Capital Regional B	20	-
	Capital Regional C	39	2
Centro Sub-Regional	Centro Sub-regional A	85	3
	Centro Sub-regional B	79	1
Centro de Zona	Centro de Zona A	192	6
	Centro de Zona B	364	11
Centro Local	-	4.473	Os demais centros ¹⁸¹

Fonte: IBGE (2008)

A situação de dispersão predominante para a Rede de Influência de Fortaleza apontada na FIGURA 6 se decompõe quando se considera o corte de análise exclusivamente cearense. A limitada presença de níveis intermediários na classificação estadual reafirma as reflexões levantadas já no primeiro capítulo da tese, de paulatina consolidação de um sistema urbano desequilibrado e marcado pela macrocefalia de Fortaleza¹⁸². A confirmação de fato é observada no excessivo peso da Metrópole em algumas variáveis, quando comparado à participação dos demais centros de níveis hierárquicos inferiores. Se o parâmetro é referente ao tamanho populacional, sua expressão é bem nítida.

Os determinantes deste processo são conhecidos, tendo origem nas características estruturais da formação do sistema urbano cearense. Já foi atestado que, como comando deste

¹⁸¹ O número total de Centros Locais cearenses constatados no REGIC 2008 é de 150 cidades. Do total das sedes dos 184 municípios, 24 foram classificadas nos níveis hierárquicos apresentados neste Quadro. A diferença de 10 cidades corresponde a 6 localizadas na RMF, que no REGIC 2008, foram consideradas junto com Fortaleza como Metrópole (Aquiraz, Caucaia, Eusébio, Maracanaú, Maranguape e Pacatuba); as cidades de Crato e Barbalha, consideradas juntamente com Juazeiro do Norte como Capital Regional C; a cidade de Itaitinga, um pequeno centro emancipado em 1992 e que ainda não exercia nem se submetia a influências nítidas nos seus limites municipais durante a realização da pesquisa do REGIC em 2007, sendo incluída na influência de seu município de origem (o município de Pacatuba) e; a cidade de Ipaumirim, única do Ceará a não ser considerada sob a Rede de Influência de Fortaleza. (IBGE, 2008, p. 39-40).

¹⁸² A rede urbana considerada “classicamente” desequilibrada é caracterizada exatamente pela presença de um centro macrocéfalo. É mais comum em países subdesenvolvidos, e tem como outra característica a falta de dinamismo rural de suas regiões (SANTOS, 2008, p. 183).

sistema, a macrocefalia de Fortaleza vai se reafirmando posteriormente, de forma cumulativa, a começar com as ações de promoção do desenvolvimento industrial mobilizadas pela SUDENE. A implantação do III Polo Industrial em Maracanaú internaliza sistematicamente a macrocefalia a partir do planejamento de desenvolvimento industrial. Sua instalação foi marcante neste período, protagonizando os preparativos para a intensificação que viria durante a arrancada modernizadora de meados dos anos 1980 em diante.

Em termos de influência, à medida que o processo de modernização da economia avançou consubstanciado nas transformações de política econômica, dois processos vão se verificando, conforme demonstra uma comparação entre os cartogramas com os resultados dos REGIC's de 1972, 1987, 2000 e 2008¹⁸³: i) vai se reduzindo a influência exercida em sua área pela Metrópole de Recife, notadamente sobre os centros localizados no centro sul e sul do estado do Ceará e; ii) se definem mais claramente os limites de interconexões entre os centros cearenses, se destacando um grupo de centros polarizadores.

O primeiro processo advém dos ordenamentos fornecidos pelas medidas de coordenação governamental federal e estadual, que a partir da segunda metade dos anos 1970 passa a incluir o Ceará, prioritariamente a RMF, nas atenções industrializantes puxadas pela SUDENE¹⁸⁴, ampliando-lhe a divisão social do trabalho e, por consequência, a oferta interna de bens e serviços. Seus efeitos são observados com maior vigor dos anos 1980 em diante.

O segundo processo demonstra que, mesmo caracterizada pelo aspecto de desequilíbrio manifesto na macrocefalia, reforçada pela ausência de centros intermediários nos níveis imediatamente inferiores ao da Metrópole, tal papel não deixa de ser exercido por outros componentes da rede, sejam eles as Capitais Regionais ou os Centros Sub-regionais encontrados. Em geral, há uma equivalência entre estes componentes e os centros articuladores das respectivas mesorregiões em que estão inseridos. O QUADRO 5 efetua a distribuição em níveis mesorregionais da hierarquização da rede urbana do Ceará proposta pelo REGIC 2008. A Mesorregião Jaguaribe é a única que apresenta centros de influência com nível hierárquico mais baixo, sendo articulada pelos Centros de Zona A Aracati, Limoeiro do Norte e Russas.

¹⁸³ Os dois processos podem ser observados na diagramação das regiões de influências do IBGE e sua evolução de acordo com os 4 REGIC's. Seus respectivos mapas estão nos ANEXOS do trabalho, na FIGURA IV

¹⁸⁴ Já foi mencionado na terceira seção do Capítulo I deste trabalho que juntamente com Bahia e Pernambuco, o Ceará se consolida como membro do conjunto de três maiores economias regionais. O desenvolvimento de sua rede urbana naturalmente acompanhou este processo sendo também, junto com os outros dois estados, os espaços mais urbanizados do Nordeste a partir de então.

QUADRO 5 – MESORREGIÕES CEARENSES: NÚMERO DE MICRORREGIÕES, MUNICÍPIOS E CENTROS HIERÁRQUICOS MAIS IMPORTANTES.

Mesorregiões	No. de Microrregiões	Municípios		Centro com hierarquia mais elevada ¹⁸⁵
		No.	%	
Noroeste	7	47	25,5	Sobral (Capital Regional C)
Norte	8	36	19,6	Itapipoca (Centro Sub-regional B)
Metropolitana de Fortaleza	2	11	6,0	Fortaleza (Metrópole Regional)
Sertões	4	30	16,3	Crateús e Quixadá (Centros Sub-regionais A)
Jaguaribe	4	21	11,4	Aracati, Limoeiro do Norte e Russas (Centros de Zona A)
Centro Sul	3	14	7,6	Iguatu (Centro Sub-regional A)
Sul Cearense	5	25	13,6	Juazeiro do Norte-Crato-Barbalha (Capital Regional C)
TOTAL	33	184	100,0	

Fonte: IPECE (2010); IBGE (2008, p. 39-40).

Ainda na FIGURA 6 exposta anteriormente visualizam-se os nexos efetuados por estes centros de maiores hierarquias aqui apresentados: após a Metrópole, estão destacadas as Capitais Regionais C de Sobral e Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha que são seguidas pelos Centros Sub-regionais A de Crateús, Iguatu e Quixadá, pelos Centro Sub-regional B de Itapipoca e pelos 17 Centros de Zona divididos nas categorias A e B.

A presença de duas Capitais Regionais de nível C – Sobral na Mesorregião Noroeste e o aglomerado Juazeiro do Norte-Crato-Barbalha na Mesorregião Sul -, localizadas em áreas opostas do território estadual permite polarização a partir destes centros. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, suas populações eram de 188.233 habitantes em Sobral e a soma de 426.690 habitantes em Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha¹⁸⁶, tornando-os centros mais populosos do interior do Ceará. A análise da dinâmica produtiva feita no capítulo anterior demonstrou que estes núcleos passam por processos de crescimento induzidos pelo perfil da política de desenvolvimento em prática no estado, focada na interiorização produtiva, fazendo elevar sua

¹⁸⁵De acordo com IBGE (2008)

¹⁸⁶Crato com 121.428, Juazeiro do Norte com 249.239 e Barbalha com 55.323 habitantes. (IBGE, 2010).

relevância no panorama do sistema urbano. Os movimento promovendo certo grau de diversificação permitem o exercício de níveis de influência mais elevados, registrado no REGIC.

Os Centros Sub-regionais A de Crateús, Iguatu e Quixadá estão situados nas mesorregiões cujos desempenhos econômicos pós período de modernização empreendido pelas políticas estaduais tiveram alterações em menor escala. Embora tenham recebido empreendimentos contidos na política de interiorização industrial no ramo de calçados, foram ocorrências circunscritas como parte do movimento conjuntural de realocização da indústria já abordado. A influência exercida se dá prioritariamente na atividade do comércio e de serviços em saúde e educação. Em 2010, apresentavam populações respectivas de 72.812, 96.495 e 80.604 habitantes.

O papel desempenhado pelo Centro Sub-regional B de Itapipoca (com 116.065 habitantes) de núcleo intermediário da Mesorregião Norte possui a particularidade relacionada à sua localização: situada numa região próxima à RMF, reproduz em suas conexões os mesmos nexos da mesorregião em que está inserida. Se apropria de externalidades advindas da localização e se constitui em entreposto entre diversas regiões do Norte e dos Sertões e a RMF. Também tem se beneficiado com a implantação de infraestrutura decorrente do espraiamento da área metropolitana com a instalação do CIPP, em São Gonçalo do Amarante. Com isto, tem sido foco da recepção de diversos recebido empreendimentos subvencionados.

Já o conjunto formado pelos Centros de Zona de Aracati, Limoeiro do Norte e Russas, que são os centros de maior nível hierárquico na Mesorregião Jaguaribe, se constituem em cidades menores em relação às anteriores. Possuem respectivamente 69.159, 56.264 e 69.833 habitantes (IBGE, 2010). Entretanto, a influência compartilhada entre os três centros em sua mesorregião reforça a perspectiva de que não são apenas as categorias quantitativas como o tamanho populacional que dão qualificações de articulação espacial intermediária a determinadas cidades. Embora com uma área de influência também menor, estes centros funcionalizam o processo denominado por Spósito (2007, p. 233) de relações, sobreposições e articulações com o espaço rural e com os demais centros de forma multi escalar. Nas transformações econômicas agrícolas, foi apresentado no Capítulo 3 que algumas mudanças pujantes na agricultura cearense tem localização nesta mesorregião, a partir da expansão da atividade de fruticultura de irrigação. Em decorrência de tal desempenho, seus maiores centros urbanos passam a conectar a dinâmica

rural com os centros maiores em que os *linkages* perpassam desde a comercialização da produção, geralmente para centros maiores, até a origem de boa parte dos insumos¹⁸⁷.

A evolução econômica tonificou as funcionalidades e características dos centros da rede urbana do Ceará não somente na modernização da agricultura estadual, como foi o caso da Mesorregião Jaguaribe, mas nas demais atividades, confirmando as espacialidades preconizadas pelas regiões de influência. Por sua vez, como vem sendo comprovado ao longo da construção levantada, tais espacialidades são processo/produto dos ajustes de acolhimento às determinações do sistema capitalista mundial. Na seção seguinte serão exploradas outras manifestações deste processo econômico evidenciando a conformações de ajuste como resposta do complexo urbano à inserção estadual nas transformações capitalistas.

4.1.2. Os movimentos de ajuste.

A configuração que deriva da análise dos fluxos de influência dos centros urbanos no Ceará, proposta pelo REGIC 2008, resulta na disposição de um padrão de organização de rede em que a hierarquia determinada para os seus núcleos traduz seguramente as formas de inserção no padrão de divisão territorial do trabalho predominante.

As delimitações dadas por este padrão ditaram as condições em que se assentaram os vetores da economia a partir dos anos 1980 com a arrancada da gestão modernizadora. A apropriação espacial seletiva nesta rodada da acumulação capitalista, operacionalizada no tripé condutor das mudanças (agronegócio-indústria-turismo) sedimentou o aspecto contraditório que caracteriza este sistema urbano onde mutação-permanências não são embates mas tem relação recíproca. Para demonstrá-las será feito rápido resgate a alguns dados apresentados no Capítulo 3.

As mutações se verificam sob diversas óticas. A começar pela processual desconcentração econômica com redução da participação da capital do estado em alguns indicadores. De acordo com o evidenciado, Fortaleza concentrava 61,5% do PIB das atividades industriais em meados dos anos 1980, reduzindo esta participação para 42% em 2010 (TABELA 24). No setor terciário sensíveis mudanças também se verificaram com uma queda na

¹⁸⁷ Um exemplo para a abrangência dos fluxos a partir desta atividade é o fornecimento de insumos. Segundo a base de dados da pesquisa do REGIC 2008, disponibilizada pelo IBGE (http://geoftp.ibge.gov.br/regioes_de_influencia_das_cidades/banco_de_dados/), no registro para o item Origem de Insumos da Produção Agropecuária, onze municípios desta e de outras mesorregiões registram relações de fornecimento exercidas por Aracati, Limoeiro do Norte e/ou Russas.

participação da capital de 62,7% para 51% (TABELA 27). Neste grande setor, três segmentos foram líderes de queda do percentual de participação fortalezense entre os anos de 1991 e 2010: o Comercio (de 58,2% para 54,1%), Prestação de Serviços (incluindo Alojamento, Alimentação e Serviços Domésticos) (70,6% para 54,3%) e Serviços da Administração Pública (de 57,5% para 45,3%) (TABELA 26).

No campo da Agropecuária, as mutações se expressaram na substituição do relativo peso de produtores de culturas tradicionais, geralmente localizados nas mesorregiões mais atrasadas (Sertões e Centro Sul Cearenses), por aquelas voltados para o cultivo em atividades para inserção externa (situadas majoritariamente em Tianguá, São Benedito, Icapuí, Aracati, Russas e Limoeiro do Norte), elevando a participação destes municípios no PIB Agrícola. Os três últimos, de acordo com o exposto na seção anterior, despontaram como centros intermediários na articulação da Mesorregião Jaguaribe, maior produtora de fruticultura irrigada (TABELA 16). Além das evidências territorializadas, as setorializadas se adicionam ao conjunto de transformações, pelo deslocamento da antiga agricultura de sequeiro, voltada pra culturas tradicionais, por ramos mais modernos e capitalizados, de irrigação e prioritariamente destinados ao comercio externo. Os programas de irrigação e a própria política hídrica estadual passam a atender esta lógica.

Na oferta de serviços, primordiais para captar o grau de influência dos centros urbanos sobre determinada região (ROCHEFORT, 1998, p. 19), o movimento de mutação foi intenso. A queda de participação de Fortaleza nos ramos comerciais acima apontadas são absorvidas pelas mesorregiões interioranas conforme abalizaram os dados da TABELA 26. O crescimento do Comercio no interior se deu mais no nível varejista. O crescimento do número de estabelecimentos foi acima dos 60% entre 2000 e 2010 em todas as mesorregiões (TABELA VIII nos ANEXOS)¹⁸⁸. Este crescimento reflete as transformações econômicas de inclusão de massas ao consumo e também associa-se à modernização destes padrões vivenciada em muitas cidades médias do país que também passaram a receber grandes empresas comerciais e de serviços como shoppings e redes de supermercados de varejo a atacado.

No âmbito das permanências, conexas à noção de rugosidades que se imprimiram no processo de formação e consolidação do complexo urbano cearense, algumas características se

¹⁸⁸ Apesar de na mesma Tabela haver taxas de crescimento mais altas para a Mesorregião Metropolitana, deve-se levar em consideração a defasagem gerada pelo crescimento negativo do decênio anterior que para esta Mesorregião foi maior. É relevante salientar que o número de estabelecimentos é um indicador auxiliar da análise sendo mais pertinente centrar esta interpretação em outros dados como os fornecidos pelos Censos Demográficos, conforme feito ao longo de outras seções.

conservam e se retroalimentam com o avanço das mutações citadas. O processo de desconcentração apontado pode ser tido como um deles e ocorre em dois sentidos que corroboram para a adjetivação de desconcentração concentrada.

O primeiro destes sentidos é a consolidação da predominância não somente de Fortaleza mas da Região Metropolitana revisitando o conceito de primazia extrapolando-o para uma possível noção de espaço primaz que incorpora também a dinâmica dos centros urbanos imediatamente adjacentes como um fenômeno de “fortalezização” territorial cearense. O segundo sentido em que ela se manifesta é através da eleição dos centros intermediários estratégicos como polos de desenvolvimento, conectados à influência da RMF, reproduzindo a concentração em escalas menores. Maioria destes centros é formada pelos tradicionais polarizadores de atividades que despontavam como tal em outros momentos da história deste complexo urbano como Sobral, o aglomerado Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha, além de Iguatu, Crateús, Quixadá, Itapipoca.

Na constatação, o movimento de instalação de empreendimentos industriais que ocorreu subvencionados pela guerra fiscal, embora priorizasse a sua interiorização nas intenções de política, ocorreu fundamentalmente na RMF, não mais no núcleo metropolitano. Foi demonstrado anteriormente que tanto em ramos tradicionais como em setores mais modernos, o Distrito Industrial de Maracanaú se consolida como área de maior dinamismo econômico do Ceará e a política de desconcentração/interiorização favoreceu esta evolução. O Distrito absorveu 58,2% dos empreendimentos incentivados e 53,7% do número de empregos (TABELA 21) sendo o principal destino em 12 dos 23 segmentos da Indústria de Transformação que usufruíram da atração promovida pelo FDI-PROVIN.

Nos setores de serviços, embora também haja ampliação de participação de outros centros, em alguns ramos mais específicos como o de serviços e consumos mais sofisticados, o processo é inverso. Nos Serviços Auxiliares das Atividades Econômicas, que compreendem algumas atividades mais elaboradas e com formação profissional-técnica mais específica, a participação da Mesorregião Metropolitana se eleva de 57,6% para 75,8% (TABELA 26).

Outra constatação está na montagem dos fixos de infraestrutura pesada que reafirma a concentração espacial metropolitana nas melhorias de acesso entre os centros de produção e a RMF, canal de ligação/escoamento para os mercados consumidores. A implantação do CIPP, para além da intensão de dar continuidade às etapas de industrialização estadual na instalação de

uma indústria de bens intermediários, traduz muito mais as necessidades de competitividade pela disposição de uma estrutura de transporte eficiente¹⁸⁹.

A mobilização provocada explicita-se sob a visibilidade que vai sendo adquirida de um estado moderno e competitivo, avançando no seu projeto de inserção externa. A participação das atividades que protagonizaram a reestruturação produtiva e espacial, tanto nos ramos agrícolas como industriais, prevalece no quantum das exportações cearenses e se expressa de diversas formas. Embora não seja objetivo o aprofundamento de particularidades do desempenho do Comércio Exterior estadual, algumas ressalvas acerca são importantes tendo em vista a estratégia de inserção competitiva externa tão apregoada nos discursos que justificaram a política econômica modernizante e das quais derivaram as apropriações espaciais seletivas que moldam o sistema urbano atual. A espoliação dos atributos como recursos hídricos escassos mas disponibilizados pelo poder público, força de trabalho a baixo custo e recursos públicos que financiam os empreendimentos incentivados ancoram a defendida competitividade externa.

Uma delas é a análise das exportações por produtos, sendo os mais importantes aqueles provenientes da fruticultura irrigada, seja de culturas permanentes ou temporárias, como a castanha-de-caju, que em 2010 detinha 14,3% das exportações estaduais e o melão, com 5,8%¹⁹⁰. As TABELAS VIII, IX e X dos ANEXOS apresentam a lista dos 20 produtos de maiores participação da pauta de exportação do Ceará no anos de 2000, 2005 e 2010. Os demais produtos de destaque nos referidos anos são diversos itens que formam o setor de Calçados e seus ramos como componentes de Plástico e/ou Couro (com 36,1%, 36,5% e 41,4% dos produtos exportados em 2000, 2005 e 2010), acompanhados pelo setor Têxtil (2%, 2,1% e 2,8% nos mesmos anos). Tem relevância ainda na lista produtos como pescados e ceras vegetais.

Para evidenciar as formas em que a dinâmica acima se reproduz no espaço e na rede urbana, o GRÁFICO 5 e a TABELA 28 apresentam respectivamente a participação nas exportações estaduais por mesorregião e a participação dos 20 maiores municípios exportadores.

No GRÁFICO, a absorção da paulatina redução de participação da Mesorregião de Fortaleza pela expansão das demais mesorregiões pode ser observada sob duas perspectivas: por

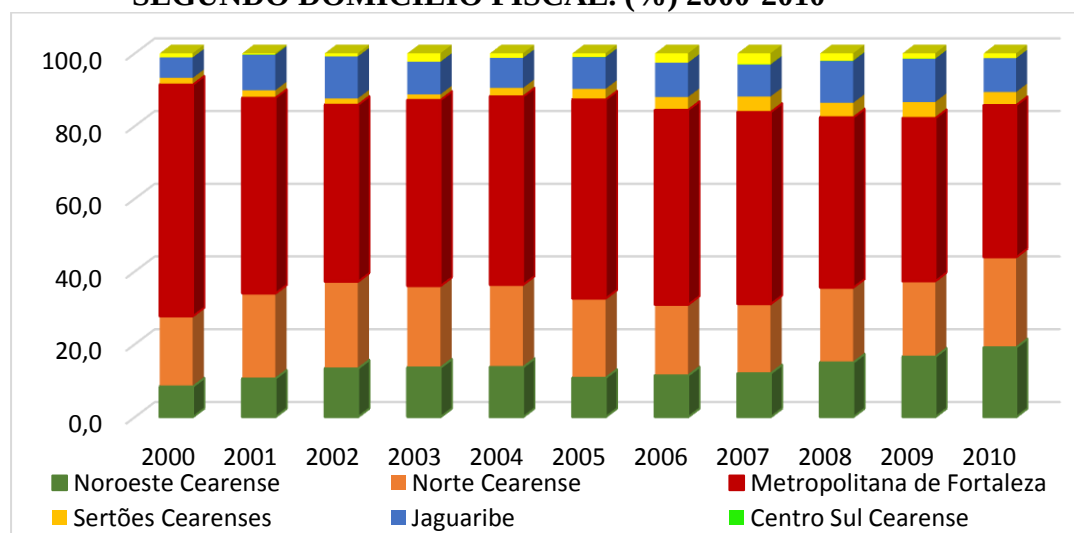
¹⁸⁹ A implantação do CIPP segue uma estratégia diferenciada do que historicamente vinha sendo seguido pelas medidas de estímulo à industrialização cearense, abandonando o apoio exclusivo à implantação de bens de consumo não duráveis e bens salários para se dedicar ao auxílio à indústria de bens intermediários.

¹⁹⁰ A castanha-de-caju é o primeiro produto das exportações do Ceará desde 2000, quando sozinho alcançou a cifra de 27,7% das exportações. Em 2005, embora a participação reduza pela metade, continua sendo o primeiro produto da lista com 14,5%. Conferir nas referidas Tabelas nos ANEXOS.

um lado, ampliam-se as mesorregiões com dinamismo na fruticultura, como é o caso das Mesorregiões Jaguaribe e Norte Cearense, e, por outro, é também compensada na participação de mesorregiões que abrigam municípios com empreendimentos no segmento calçadista e seus componentes, distribuídos por quase todo o Estado. Na TABELA, à exceção de Fortaleza e Maracanaú, por serem parques mais diversificados, prevalece também a participação de municípios que tiveram a instalação de empreendimentos no ramo de Calçados como Sobral (onde está a maior unidade de produção de calçados do Ceará, a Grendene S.A), Itapajé, Itapipoca, Juazeiro do Norte e Crato, ou aqueles de produção dos demais ramos importantes na pauta destacada acima como Icapuí, Aracati, Itarema, Ubajara, Limoeiro do Norte, na fruticultura ou de pescados. As demais participações são em produções diversas como Têxtil, Confeções e Cearas Vegetais.

As rápidas evidências apontadas de Comercio Exterior constituem mais uma das permanências aqui levantadas expressa resgate da estratégia de uma economia com inserção externa fundada na oferta de produtos com pouco valor agregado, de ramos tradicionais da indústria ou produtos agrícolas parcamente beneficiados. O papel cearense exercido outrora, cuja inserção se dava por meio algodão, tecidos e ceras é renovado sob os moldes ditados pela modernização econômica, sem entretanto superar suas vulnerabilidades manifestadas na pouca diversificação.

GRÁFICO 6 – CEARÁ: PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES ESTADUAIS SEGUNDO DOMICÍLIO FISCAL. (%) 2000-2010



Fonte: Elaboração a partir de SECEX-MDIC

TABELA 28 – CEARÁ: PARTICIPAÇÃO 20 MAIORES MUNICÍPIOS EXPORTADORES (%), SEGUNDO SEDE FISCAL - 2000-2010

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Fortaleza	43,8	32,3	30,3	31,1	27,3	25,4	26,3	23,6	19,1	21,9	20,9
Sobral	6,4	6,6	6,3	7,7	7,7	6,6	8,0	8,0	10,8	11,9	14,2
Cascavel	13,7	16,0	15,6	15,4	14,9	13,7	12,5	11,8	12,5	11,9	12,7
Maracanaú	16,7	16,2	10,8	14,3	18,4	21,0	20,8	20,0	18,2	12,0	11,7
Itapajé	3,1	4,1	4,6	4,0	3,6	4,0	5,0	5,5	5,7	5,2	6,5
Icapuí	0,5	1,0	1,6	1,1	0,6	0,3	0,8	1,2	4,1	5,4	6,0
Horizonte	1,5	2,3	1,1	1,6	2,2	3,7	3,8	4,5	3,8	3,5	3,6
Uruburetama	0,7	0,4	0,7	1,5	3,1	3,9	1,8	1,5	1,9	2,3	3,2
Quixeramobim	1,2	1,5	1,2	0,9	1,6	2,4	2,9	3,7	3,3	3,9	3,1
Caucaia	2,3	1,9	1,7	1,2	1,3	2,4	1,9	2,7	2,7	3,1	2,7
Itarema	0,6	0,9	1,5	1,2	0,5	0,8	1,3	1,3	1,2	1,6	2,4
Aquiraz	0,0	0,0	0,1	0,2	0,4	0,2	0,8	1,8	2,1	2,9	2,1
Aracati	3,1	2,4	1,7	1,8	4,5	5,2	4,4	2,9	2,0	2,0	1,8
Eusébio	0,3	0,5	0,2	0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	1,5	2,0	1,5
Ubajara	0,0	0,1	0,0	0,0	0,8	0,2	0,2	0,7	1,0	1,5	1,4
Paraipaba	0,0	0,0	0,1	0,2	0,3	0,3	0,4	0,2	0,2	0,6	1,3
Limoeiro do Norte	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,5	1,1	1,7	1,9	1,6	0,9
Itapipoca	0,0	0,1	0,1	0,3	0,3	0,2	0,3	0,3	0,4	0,5	0,7
Juazeiro do Norte	0,1	0,1	0,0	1,3	0,4	0,1	1,9	2,5	1,5	0,8	0,7
Crato	1,1	0,3	0,8	1,0	0,9	0,9	0,8	0,6	0,5	0,6	0,7
Total dos 20	95,3	86,6	78,5	85,1	89,3	91,8	95,2	94,8	94,4	95,0	97,9
Demais Municípios	4,7	13,4	21,5	14,9	10,7	8,2	4,8	5,2	5,6	5,0	2,1

Fonte: SECEX/MDIC

De fato, as reestruturações produtiva e espacial articuladas pela rede urbana se acomodam, privilegiando concentração e inserção externa na reprodução espacial. Os apontamentos de Influências de Cidades apresentados pelo REGIC 2008 para a rede cearense refletem a amplitude da relação destas mutações-permanências, que na sua ossatura reafirmam a rede como plataforma passiva de divisão espacial do trabalho em ajustes constantes, fornecendo arranjos estruturais sob os determinantes da renovação da lógica de acumulação (CORRÊA, 2001, p. 25). A hipótese de ajustes deste complexo como decorrência das implicações de inserção da economia brasileira à dinâmica das mudanças do sistema capitalista mundial fica explícita e dentre tais arranjos estruturais é possível ordená-los na dinâmica em três perfis de espacialização:

o movimento de metropolização, a evolução das cidades médias e a inserção dos demais níveis de cidades.

4.2. OS ARRANJOS ESTRUTURAIS URBANOS DA REDE CEARENSE.

4.2.1. A Região Metropolitana de Fortaleza.

Alguns aspectos compreendidos no desenvolvimento que converge para o processo de Metropolização de Fortaleza estão presentes ao longo da discussão levantada desde o primeiro capítulo desta tese. As estruturas de ocupação espacial implantadas gradativamente nas evoluções da formação econômica e transformadas também no bojo desta formação, já colocam em si os fundamentos do grande peso que Fortaleza e sua região metropolitana firmaram como topo da rede urbana cearense. As origens da primazia foi um dos veios condutores da construção do primeiro capítulo da tese que tem como elemento catalisador, o protagonismo do capital mercantil e suas facetas controversas de reprodução.

A discussão teórica sobre o fenômeno metropolitano no Brasil é profícua e marcada por debates importantes¹⁹¹. Figura nestes debates os rumos que a metropolização tomou na capital cearense investigando os seus fundamentos, a sua expansão e seus respectivos eixos, os processos de segregação, as particularidades da sua expansão imobiliária, as questões sociais e do mercado de trabalho, dentre outros¹⁹².

No momento inicial, o surgimento das metrópoles no Brasil esteve conectado ao processo de rápida industrialização, implantada a partir do eixo dinâmico Sul-Sudeste e sob o comando paulista, em pleno vapor do Processo de Substituição de Importações, diversificação e integração produtiva nacional. A localização industrial, preconizando o processo de concentração, conduziu a urbanização também concentrada das grandes cidades, sendo a maioria capitais estaduais. Ainda assim, Lencione (2006, p. 49) lembra que instauração e consolidação do fato metropolitano não necessariamente está associado ao avanço das atividades industriais mas diretamente conectado aos serviços ampliados e diversificados

¹⁹¹ Atualmente boa parte desta discussão toma os caminhos acerca dos instrumentos de governança metropolitana como um dos grandes desafios da questão urbana brasileira (GOUVEIA, 2005, p. 21).

¹⁹² Algumas referências como Bernal (2004), Rufino (2009; 2012); Pequeno (2009); Bozarcchiello (2007); Dantas (2011) tratam com profundidade diversos destes aspectos. Inúmeros estudos também foram desenvolvidos sob coordenação do Observatório das Metrópoles, que tem uma unidade de pesquisa em Fortaleza.

Entretanto, quando se observa o arranjo espacial presente na metropolização de Fortaleza, são evidentes as relações cumpridas pelo papel da indústria induzida pela modernização vivenciada com a implantação do III Polo Industrial do Nordeste no final dos anos 1970. Seu caráter metropolitano se dá portanto na última daquelas etapas de integração do mercado produtivo nacional.

Não é excessivo relembrar que as mudanças institucionais executadas da segunda metade dos anos 1950 em diante, no âmbito dos governos estaduais, acompanhando as ações de planejamento e promoção do desenvolvimento ora em vigor no Brasil, fizeram parte de um estágio de ações que sedimentaram um conjunto de elementos propícios à expansão da capital cearense. Esta discussão foi feita, na parte inicial do trabalho quando se tratou dos antecedentes da formação da rede urbana do estado dentro dos marcos postos pelos limites da modernização face ao aprofundamento da característica dendrítica do complexo urbano cearense. Lá, a relação feita entre as fases de expansão populacional de Fortaleza com os momentos de manifestação das intempéries climáticas da seca situou os períodos pontuais de crescimento da população da capital antes dos anos 1950.

A partir de então os dois vetores se somaram ocasionando uma explosão das taxas de aumento da população fortalezense (conferir TABELA 3, no Capítulo1). Os períodos de 1950-1960 e 1960-1970 foram as fases de maior crescimento, com respectivas taxas de 6,7% a.a. e 5,1%a.a., quando se combinaram uma forte seca (de 1958) com um amplo conjunto de transformações institucionais fazendo de Fortaleza um centro com serviços públicos diversificados pela criação/instalação de vários órgãos federais e estaduais, de fomento, bancos e universidades (BOZARCCHIELLO, 2007, p. 102).

Se compunham então os sinais do que viria a ser a metrópole e lançavam-se as bases para num estágio posterior, quando do avanço das ações coordenadas pela SUDENE e a decorrente industrialização passassem a protagonizar o crescimento da capital e da sua região metropolitana com o III Polo Industrial. O processo de mudanças empreendido pelo conjunto de ações dos anos 1980 em diante aprofundariam a metropolização, imprimindo-lhe feições mais nítidas com intensificação, modernização e diversificação de serviços, transformações na dinâmica de divisão do trabalho pelo espaço metropolitano renovando os eixos de ocupação da atividade econômica (RUFINO, 2009, p. 15-16).

A partir da segunda metade da década de 1970, o padrão metropolitano de crescimento ganha força tanto pelo crescimento populacional quanto pela ampliação na participação das atividades econômicas. Adiciona-se ainda a gradativa incorporação de municípios vizinhos, processo no qual a instalação do Distrito Industrial foi ponto importante¹⁹³. Na expansão metropolitana também influenciou a dinamização do turismo litorâneo tanto para leste quanto para oeste da capital.

A TABELA 29, confrontando as taxas de crescimento populacional dos municípios da RMF com as do Ceará como um todo, subsidia a compreensão temporal deste processo. Os números populacionais correspondentes a estas taxas estão na TABELA 30 e em ambas os municípios vão sendo inseridos à medida que foram incorporados à RMF, embora alguns deles já fossem emancipados desde os anos 1970 (como é o caso de Cascavel, Pacajus e São Gonçalo do Amarante).

TABELA 29 – CEARÁ E RMF: TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO TOTAL POR PERÍODOS (%)

	1980/1970	1991/1980	2000/1991	2010/2000
RMF	4,3	2,8	3,6	2,1
Aquiraz	3,3	0,2	3,0	1,8
Cascavel				
Caucaia	5,6	5,2	4,7	2,7
Chorozinho				0,1
Eusébio			4,9	3,9
Fortaleza	4,3	2,8	2,1	1,4
Guaiúba			1,4	1,9
Horizonte				
Itaitinga				2,1
Maracanaú				1,5
Maranguape	4,3	-2,2	2,3	2,6
Pacajus				3,4
Pacatuba	2,8	3,3	-1,7	3,4
Pindoretama				
São Gonçalo do Amarante				2,1
CEARÁ-RMF	1,1	1,2	0,7	0,8
CEARÁ	2,0	1,9	1,6	1,3

Fonte: Censos Demográficos (1970; 1980; 1991; 2000; 2010)

¹⁹³ A nota de rodapé No. 151, no Capítulo 3, descreve a gradual expansão geográfica da RMF com as respectivas leis de incorporação de novos municípios.

TABELA 30 – CEARÁ E RMF: POPULAÇÃO TOTAL 1970-2010.

	1970	1980	1991	2000	2010
RMF	1.036.779	1.580.069	2.149.866	2.950.899	3.615.767
Aquiraz	32.507	45.112	46.305	60.469	72.628
Cascavel					66.142
Caucaia	54.754	94.106	165.099	250.479	325.441
Chorozinho				18.707	18.915
Eusébio			20.410	31.500	46.033
Fortaleza	857.980	1.307.608	1.768.637	2.141.402	2.452.185
Guaiúba			17.562	19.884	24.091
Horizonte					55.187
Itaitinga				29.217	35.817
Maracanaú				179.732	209.057
Maranguape	59.622	91.137	71.705	88.135	113.561
Pacajus				44.070	61.838
Pacatuba	31.916	42.106	60.148	51.696	72.299
Pindoretama					18.683
São Gonçalo do Amarante				35.608	43.890
CEARÁ-RMF	3.320.661	3.708.360	4.216.781	4.479.762	4.836.614
CEARÁ	4.357.440	5.288.429	6.366.647	7.430.661	8.452.381

Fonte: Censos Demográficos (1970; 1980; 1991; 2000; 2010)

A primeira constatação importante é a manutenção de taxas mais elevadas para a RMF do que as verificadas em nível estadual em todos os períodos considerados. Isto ocorre principalmente nas duas primeiras décadas. Essas taxas maiores que as estaduais e o gradual aumento do número de municípios metropolitanos culmina com um quadro de forte concentração populacional na RMF, alcançando em 2010 a parcela de 42,8% da população estadual. Com o passar do tempo, progressivamente vai se observando uma redução da taxa de crescimento populacional do núcleo metropolitano, substituído por aqueles municípios que vão se sobressaindo nas atividades econômicas com destaque para Caucaia, Maranguape e Pacatuba num primeiro momento, e depois pelos demais municípios que vão se integrando à RMF como Horizonte, Eusébio e Maranguape.

No conjunto, toda a RMF cresceu nos períodos apontados. As taxas negativas de Maranguape entre 1980-1991, e de Pacatuba no período seguinte decorrem dos respectivos

desmembramentos dos municípios de Maracanaú e Itaitinga. Os dois novos municípios continuaram fazendo parte da RMF.

No contexto mais recente, de reorientações no crescimento urbano e emergência de um perfil de expansão mais elevado nas periferias metropolitanas e também fora das RM's, caracteriza-se, num balanço geral, um movimento de desconcentração metropolitana. Ainda que com taxas decrescentes, a RMF assume a liderança nas taxas de crescimento populacional entre o conjunto de antigas metrópoles brasileiras (Ver TABELA 8, no Capítulo 2) indicando lentidão neste processo em uma metrópole periférica como Fortaleza e a antiga macrocefalia exercida somente por Fortaleza, extrapola os limites do núcleo e passa a ser cumprida pela RMF reafirmando o movimento de “fortalezização” antes mencionado¹⁹⁴.

Na dinâmica econômica, é possível fazer uma correspondência com notas fundadas deste quadro com a realidade apresentada na espacialidade contida nos indicadores da análise da estrutura produtiva feita no Capítulo 3. No caso da Indústria de Transformação, ramo em que mais se direcionaram ações governamentais com medidas e programas específicos objetivando a interiorização do seu desenvolvimento, há clara configuração de uma desconcentração concentrada.

Observou-se que dos investimentos industriais subvencionados por tais programas, Fortaleza deixa de ser o principal destino das implantações mas estes permanecem em grande peso relativo nos municípios da RM. Enquanto a capital lidera em três segmentos importantes, o espraiamento em direção a outros municípios metropolitanos passa a priorizar por ordem de importância os municípios de Maracanaú, Caucaia, Eusébio, Cascavel, Aquiraz, Itaitinga e São Gonçalo do Amarante¹⁹⁵. Ademais, municípios não metropolitanos recebem investimentos industriais em ramos mais tradicionais, ficando os setores mais dinâmicos na RMF como Equipamentos de Informática e Eletrônicos, Químicos, Equipamentos de Transporte, Farmoquímicos, dentre outros. Houve ainda a expansão do Polo Têxtil de Maracanaú, com a

¹⁹⁴ Esse quadro reflete o debate sobre desmetropolização ou novos padrões metropolitanos brasileiros já questionado por Santos (2008). Para ele, é uma conduta que não encontra respaldo tendo em vista que “está se verificando é a expansão da metropolização e, paralelamente, a chegada de novas aglomerações à categoria de cidade grande e de cidade intermediária” (SANTOS, 2008, p.93)

¹⁹⁵ O movimento denominado de espraiamento das atividades econômicas a partir da mancha metropolitana foi analisado para o caso da metrópole paulista por Negri (1996).

implantação de 22 novos empreendimentos que geraram 26,5 mil novos empregos (Ver QUADRO 3 no Capítulo 2).

A elevada participação da RMF é confirmada quando se faz referência ao PIB Industrial que ilustra a dinâmica do PIB como um todo, na TABELA 31. A evolução de desconcentração metropolitana é clara com redução da participação de Fortaleza que é absorvida por outros municípios também não metropolitanos, tendo em vista que sua queda é bem maior que a expansão da RMF como um todo. Esta tendência é mais evidente a partir dos anos 1990, quando avançam as medidas de interiorização com incentivos fiscais, já enfatizada.

No setor Terciário a desconcentração com a redução de participação metropolitana também se desdobra, conforme foi verificado na última seção do Capítulo 3. Muito contribuiu, segundo os dados lá apresentados, a expansão do ramo de Comercio com a difusão dos padrões de consumo urbanos pelo interior, manifestados na grande expansão do Comercio Varejista (que pode ser comprovada na TABELA VII dos ANEXOS).

Este e outros movimentos da relativa redução do papel da metrópole precisam ser melhor adjetivados contemporizando-os a outros fenômenos. A conversão da metrópole em capital de atividades como o turismo, com aprimoramento em ramos ligados à atividade é um dos indicativos desta transformação demonstrado na expansão do número de estabelecimentos do setor (também exposto na TABELA VII dos ANEXOS) e imprimindo-lhe um aspecto de “metrópole híbrida” dividida entre as atividades da indústria e do turismo (PAIVA, 2011).

TABELA 31 – CEARÁ E RMF: PARTICIPAÇÃO NO PIB INDUSTRIAL ESTADUAL (%) 1970-2010.

	1970	1985	1991	2000	2010
RMF	69,4	70,7	77,6	71,5	71,9
Aquiraz	0,3	0,9	1,6	1,4	1,6
Cascavel	0,4	0,4	1,2	1,3	0,8
Caucaia	1,6	2,4	2,5	3,2	4,7
Chorozinho				0,1	0,1
Eusébio				3,1	3,6
Fortaleza	62,5	60,7	61,5	40,6	42,0
Guaiúba				0,1	0,1
Horizonte				2,5	2,7
Itaitinga				0,2	0,3
Maracanaú			7,5	13,9	11,2
Maranguape	3,0	4,1	1,4	1,2	1,6
Pacajus	1,0	1,4	1,1	2,6	1,1
Pacatuba	0,7	0,5	0,5	1,1	1,3
Pindoretama				0,1	0,1
São Gonçalo do Amarante		0,1	0,1	0,3	0,8
CEARÁ-RMF	30,6	29,3	22,4	28,5	28,1
CEARÁ	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE (2012)

Também se processa mesma dinâmica em outros ramos especializados e mais sofisticados, como o de Serviços Auxiliares das Atividades Econômicas, que incluem atividades de consultoria e processos decisórios de comando sobre a produção e demais serviços. Nestes, a metrópole dita o maior crescimento de acordo com o apresentado na TABELA 25 ao longo da discussão sobre as transformações estaduais no setor de Serviços¹⁹⁶.

O amoldamento do papel firmado pela metrópole cearense nas transformações econômicas é portanto um dos instrumentos de grande envergadura na apropriação espacial da rede urbana a partir de sua inserção na dinâmica capitalista contemporânea. Concentrando atividades de comando, desconcentrando atividades produtivas para as quais as margens à escala são mais amplas em espaços espraiados a partir do seu eixo de influência, a metropolização não se desvincula dos ajustes, tendo um papel estratégico na captura dos fluxos sobre o espaço

¹⁹⁶ Numa investigação semelhante e que usou a distribuição do emprego formal a partir dos cortes microrregionais, Macedo, Lima Júnior e Morais (2012, p.88) apresentam evidências similares.

cearense e seus vínculos com outras arenas. As amarras são inteiradas por outras estruturas urbanas que espacializam a lógica dos ajustes.

4.2.2. O papel das cidades médias.

Em decorrência dos papéis funcionais desempenhados no exercício de suas influências, o padrão de cidade média aqui considerado para o Ceará é o daqueles centros cujas hierarquias distinguidas pelo REGIC 2008 apontam para a atuação de funções articuladoras em nível regional, por meio de relações de intermediação entre um relativo número de cidades pequenas e os centros maiores (SPÓSITO, 2007, p. 234). Extrapolam-se assim as limitações dadas pela utilização única no critério populacional.

Mesmo considerando que existe determinado exercício desta função por parte dos Centros de Zona¹⁹⁷, admitiu-se seu desempenho primordialmente pelas cidades com níveis hierárquicos superiores a este. Desta forma, além das Capitais Regionais C de Sobral e Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha, serão considerados os Centros Sub-regionais A de Crateús, Iguatu e Quixadá, o Centro Sub-regional B de Itapipoca¹⁹⁸, que são os de hierarquia imediatamente inferior ao de Fortaleza.

Além das funções de influências apontadas pelo REGIC 2008, a relevância destes centros no panorama estadual é verificado pelos indicadores exibidos na TABELA 32. Entre 1991 e 2010, o conjunto formado pelos seis centros expandiu sua participação estadual tanto em população quanto em PIB: de 11,3% para 11,6% na população e de 9,1% para 10,2% do PIB. As variações podem parecer sutis. No entanto, quando se considera que, excluindo-se os municípios de Itapipoca e Sobral, se trata de municípios mais afastados das externalidades metropolitanas como os benefícios de infraestrutura elas ganham relevância.

Sendo Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha e Sobral centros maiores e de hierarquia mais elevada, é natural que sejam detentores das mais altas participações do grupo e também melhores desempenhos nas variáveis observadas. A disposição geográfica dos dois núcleos permite que exerçam polarização alcançando com suas influências a grande parte do território estadual,

¹⁹⁷ Principalmente os Centros de Zona de nível A que são Acaraú, Aracati, Canindé, Limoeiro do Norte, Russas e Icó.

¹⁹⁸ Embora sejam três cidades, o aglomerado Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha tem tratamento em comum devido à dinâmica conjunta na polarização e influência exercida pelos três centros conforme abaliza o REGIC 2008. No âmbito da configuração urbana destes núcleos é verificado a existência de uma conurbação ligando os três centros de cidades.

através da oferta de comércio e serviços diversificados em ambas¹⁹⁹. Juntamente com as atividades econômicas já analisadas destaca-se o papel dos serviços de educação e saúde. São dois centros com sedes de universidades públicas, institutos tecnológicos e de pesquisa. Possuem também os maiores hospitais do interior do estado.

TABELA 32 – CIDADES MÉDIAS DO CEARÁ: POPULAÇÃO, TAXA DE URBANIZAÇÃO (%) E PARTICIPAÇÃO NO PIB ESTADUAL (%) 1991-2010.

	1991				2000				2010			
	Pop.	% CE	Urb.	% do PIB CE	Pop.	% CE	Urb.	% do PIB CE	Pop.	% CE	Urb.	% do PIB CE
Crato-J. do Norte-Barbalha	302.515	4,8	85,8	3,3	36.3810	4,9	87,1	3,8	426.690	5,0	88,8	4,2
Crateús	66.652	1,0	59,9	0,7	70.898	1,0	67,1	0,5	72.812	0,9	72,3	0,5
Iguatu	75.649	1,2	70,2	1,2	85.615	1,2	72,8	1,0	96.495	1,1	77,3	1,0
Itapipoca	77.263	1,2	44,9	0,8	94.369	1,3	51,4	0,8	116.065	1,4	57,6	0,8
Quixadá	72.224	1,1	54,6	1,1	69.654	0,9	67,3	0,6	80.604	1,0	71,3	0,7
Sobral	127.489	2,0	81,5	2,1	155.276	2,1	86,6	3,4	188.233	2,2	88,4	3,0
TOTAL	721.792	11,3		9,1	839.622	11,3		10,2	980.899	11,6		10,2

Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 1991; 2000; 2010); PIB's Municipais (IBGE, 1985-2010).

A cidade média de Sobral, localizada na Mesorregião Noroeste, tem ainda sobre a sua área de influência importantes cidades considerados pelo REGIC 2008 que são Centro de Zonas A e B, como Acaraú, Itapajé, Cruz, Camocim, Guaraciaba do Norte, Ipu e São Benedito, formando um subsistema urbano bem articulado. As conexões formadas descreve fortes nexos entre cidade e campo numa Mesorregião com um bom desempenho agrícola em nível estadual, já comprovado no Capítulo 3.

O mesmo processo não ocorre com Crato-Juazeiro do Norte e Barbalha que dispõe de apenas um Centro de Zona B classificado na sua mesorregião, que é a cidade de Brejo Santo. No entanto, é importante lembrar que o aglomerado Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha, exerce grande

¹⁹⁹ Tendo como referência as linhas de transportes coletivo disponíveis na base de dados do REGIC 2008, Sobral e Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha têm ligações respectivamente com outros 42 e 43 municípios de hierarquias inferiores abrangendo a grande parcela do território estadual e também algumas áreas dos estados vizinhos do Piauí, no caso de Sobral, e de Paraíba, Pernambuco e Piauí, no caso de Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha. (Disponível em ftp://geoftp.ibge.gov.br/regioes_de_influencia_das_cidades/banco_de_dados/).

concentração econômica e populacional sobre a Mesorregião Sul Cearense: este conjunto de cidades participa com 48% e 81% da população e do PIB mesorregional (IPECE, 2010). Motivado por esta concentração bem como pelo fato de se constituir num espaço urbano contínuo, em junho de 2009, foi criada a Região Metropolitana do Cariri – RMC²⁰⁰, compreendida por esta conurbação e mais seis municípios limítrofes (Jardim, Missão Velha, Caririaguá, Farias Brito, Nova Olinda e Santana do Cariri). Contudo, a institucionalização da RMC está inserida nas controvérsias dos debates sobre processos e fatos metropolitanos no Brasil. A sua criação foi muito mais resultado de medidas governamentais agrupada no conjunto de ações objetivando descongestionamento/concentração na RMF do que mesmo por se observar aí o fato metropolitano propriamente²⁰¹. Suas características são muito mais de centro intermediário, exercendo influência sobre a área mencionada abrangendo também territórios de estados vizinhos, do que de uma metrópole.

Complementando o grupo de centros intermediários considerados a partir do REGIC 2008, os Centros Sub-regionais de Crateús, Iguatu e Quixadá tem padrões de desenvolvimento e inserção regionais parecidos entre eles. O contexto de suas mesorregiões, Sertões Cearenses e Centro Sul Cearense, abrangem os espaços de predomínio de agricultura de subsistência e pecuária, com atividades tradicionais que sofreram forte arrefecimento, já apresentado na exposição da estrutura produtiva agropecuária, no Capítulo 3. Compõem o espaço em que até os anos 1980 dedicava-se quase que com exclusividade ao cultivo do algodão.

O processo de modernização agrícola não contemplou de forma nítida estes espaços e a influência exercida por Crateús, Iguatu e Quixadá abarca uma área com inúmeras pequenas cidades que se enquadram nas “economias sem produção”, também já mencionadas. Uma dinâmica diferenciada mas com certos limites foi empreendida com a implantação de empresas extra regionais do setor de calçados²⁰², como parte das estratégias de interiorização da indústria. A área de influência destes centros abrange a zona de ação afetada com a instalação dos empreendimentos deste setor, oferecendo profundas isenções fiscais e mão de obra abundante,

²⁰⁰ Efetivada pela LCE 78/09.

²⁰¹ O fato metropolitano refere-se aos moldes já discutidos em outras partes da tese. Para aprofundamento das características mais gerais de metropolização sugere-se a ver Lencione (2006, p. 45). Sobre a RMC, sobre sua criação e questionamentos acerca da seu caráter de fato metropolitano ver DIÁRIO DO NORDESTE (28/ago/2012).

²⁰² A Dakota S. A. instalou empreendimentos em Iguatu e em Quixadá, empregando em conjunto entre 1.000 a 1.200 trabalhadores. (CEDE, 2010)

deslocadas da agricultura declinante. Seus efeitos maiores são sobre as atividades de comércio que tem crescimento nas duas mesorregiões (TABELA 26 no Capítulo 3).

Há uma pequena diferenciação no que concerne à área de influência da cidade de Iguatu, que atua de forma complementar à Capital Regional C de Crato-Juazeiro do Norte-Barbalha com quem tem fortes relações. Tal característica decorre de elementos como a proximidade e as facilidades de fluxos entre estes dois centros, a localização geográfica das duas mesorregiões de que fazem parte (Mesorregião Sul e Centro-Sul) sendo vizinhas além das ligações históricas observadas na sua formação.

Dos centros caracterizados como intermédios, o de dinâmica menos expressiva nas variáveis apresentadas é Crateús, que entretanto também teve empreendimentos implantados no ramo calçadista, como extensão de plantas previamente atuantes em Quixadá e Canindé (CEDE, 2010). Na agricultura, a seletividade espacial ainda não avançou nitidamente na sua incorporação aos circuitos da agricultura moderna se se considera que as principais atividades estimuladas estão voltadas para a pecuária tradicional da ovinocaprinocultura. Se constitui em parcela não inserida na lógica de produção regulada pelo mercado, apontada por Elias (2007, p. 451), referindo-se ao processo de desintegração competitiva do semiárido com outros espaços cearenses eleitos para a transformação. A cidade de Crateús está situada na área mais árida do Ceará e com uma agricultura completamente vulnerável.

Já o Centro Sub-regional de Itapipoca, com uma localização favorável ao seu crescimento, tem influência sobre algumas cidades que se localizam nas suas proximidades desempenhando relação de conexão entre estas e a capital do Estado. Os fluxos são mais rápidos devido ao fato de estar situada nas extremidades da RMF o que favorece também ao seu crescimento populacional que, dentre os centros em questão obteve a maior expansão nesta variável, crescendo 2,2% a.a. entre 1991 e 2010.

Mesmo com as restrições dos centros intermédios de menor porte como os Centros Sub-regionais, a funcionalidade dada por estes núcleos urbanos ao avanço do desenvolvimento capitalista no Ceará é requisital para as acomodações da divisão espacial do trabalho. Considerados como intermediários nas articulações da rede urbana em questão, as intermediações que efetuam transferem para os territórios sob sua influência os vetores dos ajustes espaciais. Como derivações está o aumento gradativo de suas participações nas atividades econômicas e na dinâmica populacional.

A sua relação com a atividade industrial é controvertida, diferentemente de casos em que os centros intermediários assumiram papel mais ativo na espacialização das atividades econômicas. No exemplo de redes urbanas mais equilibradas - que no Brasil tem como arquétipo o complexo que se formou no interior de São Paulo a partir da integração cafeeira (CANO, 2002, p. 70) -, a consolidação das condições do desenvolvimento capitalista provoca cada vez mais o deslocamento da indústria para os centros médios movidos por reestruturações que evitam a elevação dos custos de deseconomias de aglomeração (PENALVA, 2010, p 107). No percurso, centros urbanos dotados de infraestrutura e aptos na oferta de economias de escala são os espaços determinados para a expansão da atividade.

Já para o processo verificado na rede urbana cearense, a relocação até estes centros médios provocadas pela reestruturação se dá em outros padrões, articulada com a reestruturação mais ampla que impõe maior competitividade. Num macro ambiente de ausência de política industrial coordenada em nível nacional, os locais de destinos de investimentos se convertem, mormente, em meras plataformas receptoras.

O papel desempenhado de intermediários entre o grande centro metropolitano e a vasta hinterlândia rural e de pequenas cidades é propício. De um lado, sua influência permite arregimentar mão de obra a baixo custo das áreas que lhe são tributárias e, de outro, através da ligação com a metrópole conecta-se ao mercado externo para onde direciona a produção dos seus bens. O mesmo processo é verificado com as atividades agrícolas e até aprofundado, comprovado no fato de ascensão de algumas cidades a níveis hierárquicos mais elevados em decorrência da modernização das atividades agrícola como foi o caso verificado na Mesorregião Jaguaribe²⁰³.

Desta maneira, se verificam processualmente as formas de respostas do espaço cearense nos ajustes à dinâmica das mudanças do sistema capitalista mundial, a partir das amarras efetivadas pelo seu sistema urbano. Ocorre de forma passiva e sem a transformação estrutural preconizada no circuito do desenvolvimento de fato. Neles, o papel dos centros intermediários comparece como fundante e no decurso das transformações a ancoragem está na chancela do Estado condutor de programas, ações e medidas sob a justificativa de avanços modernizantes.

²⁰³ Embora se trate de um processo em escalas e contextos diferenciados, são as vinculações que determinam o perfil das denominadas “cidades do agronegócio” (ELIAS, 2006, p.294). A autora se refere a estudos de casos localizados na fronteira agrícola. Entretanto, estas relações se reproduzem *ipsis literis* na situação das culturas de exportação irrigadas na agricultura do Ceará. Embora as cidades com este perfil (Aracati, Limoeiro do Norte e Russas) não estejam incluídas nesta seção por se constituírem em centros de menor hierarquia (Centros de Zona A e B), o padrão é o mesmo.

4.2.3. A inserção das pequenas cidades.

No decurso dos ajustes tratados, um papel importante é atribuído às pequenas cidades da rede, que se justifica por ser a unidade urbana que mais atributos cumpre nas relações entre cidade e campo, podendo ser qualificadas como a fronteira entre os processos rurais e urbanos (DAMIANI, 2006, p. 135).

De antemão, como foi feito com os centros de nível intermediário na seção anterior, reafirma-se a ancoragem na hierarquia proposta pelo REGIC 2008 com base na influência exercida pelas cidades, superando o critério de tamanho populacional, para classificação dos centros urbanos. Assim, considerou-se no conjunto de cidades pequenas o grupo formado pelos dois níveis hierárquicos mais baixos da classificação REGIC 2008, a saber: i) os Centros de Zona A e B, que somam respectivamente 6 e 11 cidades e ii) aqueles Centros Locais, num total de 150 em todo o estado, cuja influência se estende aos seus limites municipais (IBGE, 2008, p. 13)²⁰⁴.

Nos estudos clássicos sobre as hierarquias das redes urbanas, o grau de influência dos centros refere-se às complexidades dos bens e serviços que justificam os fluxos²⁰⁵. Sendo as cidades pequenas a expressão de mais baixo nível no exercício das influências, esta complexidade se revelaria portanto mais baixa, associada às funções de consumo imediato e reprodução das condições de vida simples, caracterizando-as como cidades locais (SANTOS, 2008, p. 56). As pequenas aglomerações urbanas não se desvinculam assim do papel de cidade econômica estratégica em decorrência do seu tamanho e seu envolvimento é um artifício relevante na dinâmica capitalista à medida que a modernização alcançam tanto as massas distantes dos grandes centros capitalistas bem como à agricultura, dado o seu atributo de conexão entre cidade e campo acima destacado.

²⁰⁴ Para o número de Centros de Zona, ver nota de rodapé no QUADRO 4. Como o quadro apresentado pelo REGIC (IBGE, 2008) foi aqui considerado, é importante uma nota metodológica adicional para lembrar que alguns municípios da Região Metropolitana de Fortaleza são considerados neste estudo como centros com a menor classificação hierárquica, de Centros Locais. São portanto incluídos no cômputo de cidades pequenas. Assim, alguns dos seus indicadores como PIB e população apresentados na TABELA 33, foram também analisados quando da exploração dos dados metropolitanos na primeira seção deste capítulo. São os municípios de Cascavel, Chorozinho, Guaiúba, Horizonte, Pacajus, Pindoretama,

²⁰⁵ Tais estudos clássicos aqui mencionados trata das análises que partem das sistematizações de alcance máximo e alcance mínimo que fundamenta a Teoria dos Lugares Centrais, e dos seus posteriores aperfeiçoamentos já referidos diversas vezes ao longo da tese.

Todavia, Damiani (2006, p. 137) expõe que a apropriação dos avanços da modernidade pelas pequenas cidades ocorre de maneira residual por se localizarem na ponta inferior da articulação de um modo de produção que é eminentemente urbano. Em realidades periféricas, o aprofundamento deste pressuposto é válido quando funcionalmente convivem estruturas de produção com diferentes temporalidades como no caso das formas pré-capitalistas que, no caso da agricultura do Nordeste, são ainda tão presentes em relações não assalariadas como as parcerias na produção pelo uso da terra.

A não homogeneidade da modernização da agricultura se apresenta mais profunda no contexto cearense. As modificações empreendidas foram conduzidas pela seleção de determinados espaços avaliados como potenciais à implementação de uma agricultura capitalizada, competitiva e voltada para o mercado externo. Os pequenos centros urbanos destes espaços adquiriram dinâmica concernente às transformações acarretadas, motivada pelo que Santos (2008, p. 54) relacionou como consumo agrícola produtivo, derivado daquelas transformações modernizadoras.

Em contrapartida, dado o caráter restrito proporcionado pela eleição de determinados espaços com a implantação de modernos polos de agricultura irrigada (ver FIGURA 2 no Capítulo 3), os pequenos centros urbanos não incluídos nestas áreas selecionadas continuam a exercer funções de fronteira entre processos urbanos em constate mutação, e processos rurais que reproduzem velhas estruturas e atraso.

A sua magnitude é observada quando se leva em conta os mesmos indicadores já apresentados para as cidades intermediárias revelando inclusive o grande papel que estas cumprem ao exercer influência sobre as pequenas cidades. Ao se versar sobre uma conexão intermediária, está se tratando de uma articulação entre grandes cidades signo do capitalismo moderno e internacionalizado e um universo imenso de população, recursos e margens ociosas de expansão a serem mobilizados, constituídos pelos pequenos centros aqui focados. A TABELA 33 auxilia na compreensão da magnitude deste aspecto.

Embora com uma redução na participação da população total do estado, o contingente populacional residente nas pequenas cidades do Ceará em 2010 considerando municípios metropolitanos ou não era quase da metade (48,2%) e ainda que com taxas decrescentes, continuou tendo um crescimento populacional positivo de 1,2%a.a. e 1,1%a.a nos períodos de 1991-2000 e de 2000-2010, estando um pouco abaixo dos crescimentos da população estadual

(1,7%a.a. e 1,3%a.a. para os mesmos períodos). A da participação deste grupo de municípios no total da população também associa-se à redução do número de municípios com menos de 20 mil habitantes que, com o crescimento populacional subiram para outros patamares até 50 mil habitantes²⁰⁶.

TABELA 33 – CIDADES PEQUENAS DO CEARÁ: POPULAÇÃO, TAXA DE URBANIZAÇÃO¹ (%) E PARTICIPAÇÃO NO PIB ESTADUAL (%) 1991-2010.

	População	% CE	Urb.	% do PIB CE	% do PIB Agrícola Estadual
1991	3.294.713	51,7	42,3	28,9	79,01
2000	3.697.222	49,8	51,0	27,2	85,56
2010	4.075.302	48,2	56,5	28,4	86,02

Fonte: Censos Demográficos (IBGE, 1991; 2000; 2010); PIB's Municipais (IBGE, 1985-2010).

¹ Esta taxa considerou as populações total e urbana das 167 cidades consideradas como pequenas, dentro dos critérios já mencionados.

O aumento no grau de urbanização destas cidades, de 42,3% em 1991 para 56,5% em 2010 pode revelar algumas faces dos movimentos demográficos como um possível padrão *step-wise* de deslocamento da população começando o movimento pelo êxodo rural para estes pequenos centros²⁰⁷. Entretanto, essa constatação carece de melhores aprofundamentos, com uma dedicada análise dos indicadores populacionais por um período de tempo mais longo, estabelecendo sequencialmente comparações com centros de níveis hierárquicos maiores.

A expansão da participação destes municípios no PIB Agrícola estadual é decorrente de dois fatores. O primeiro é por abranger aqueles pequenos centros que agregam os espaços de implantação da agricultura moderna como Icapuí, Quixeré, Morada Nova (na Mesorregião Jaguaribe), Tianguá, Ubajara e Ibiapina (na Mesorregião Noroeste Cearense), Mauriti (na Mesorregião Sul Cearense). Juntos estes centros abrangeram em 1985, 2000, 2010, respectivamente 8,2%, 14,6% e 18,4% do total do PIB Agrícola dos pequenos centros aqui considerados (IBGE, 2010), se responsabilizando portanto por boa parcela daquele crescimento

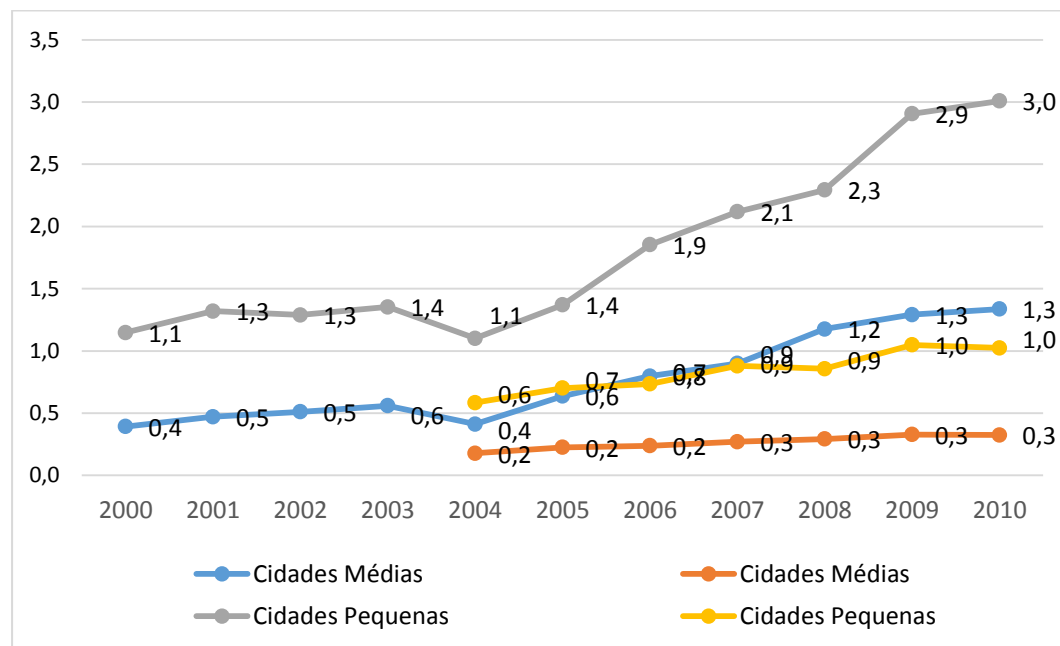
²⁰⁶ Ainda que haja a restrição de tamanho populacional para classificação de municípios, tão criticada ao longo do trabalho, mesmo com o IBGE considerando em grande parte de suas análises o limite de até 100 mil habitantes ao classificar uma cidade como pequena, Santos (1981, p. 15) relativiza para o limite de 20 mil habitantes. De 98 municípios enquadradas neste tamanho em 1991, este número cai para 92. Na faixa de até 50 mil habitantes a queda foi de para nestes mesmos anos.

²⁰⁷ Segundo Corrêa (2011, p. 31) é o padrão de migração com realização de itinerário em etapas por centros urbanos gradativamente com maiores hierarquias.

apresentado na TABELA 33. O segundo fator decorre do menor peso da agropecuária em outros grupos de municípios (as cidades intermediárias e a RMF), onde os serviços e a indústria detêm participações mais amplas e diversificadas.

Levando em consideração estes aspectos, se excluído do grupo as cidades da agricultura modernizada, é plausível a conclusão de que a dinâmica econômica prevalecente no grupo de cidades pequenas do Ceará é limitada, reservando-lhes um perfil econômico vulnerável e dependente. São espaços que facilmente se observam a reprodução daquelas “economias sem produção” a que se fez referência, onde as economias giram em torno dos recursos advindos de transferências governamentais como a previdência social, as transferências intergovernamentais, o emprego público e as transferências de renda a familiar constituídas pelo Programa Bolsa Família. (ARAÚJO e LIMA, 2009, p. 48). O GRÁFICO 6 oferece um panorama a este respeito com base nos recursos de Previdência e também nas transferências feitas pelo Programa Família como proporção do PIB para os dois estratos de municípios explorados nas duas últimas seções.

GRÁFICO 7 – CEARÁ: RECURSOS DE PREVIDÊNCIA¹ E BOLSA FAMÍLIA² COMO PROPORÇÃO DO PIB NAS CIDADES MÉDIAS E PEQUENAS (%) 2000-2010.



Fonte: Elaboração a partir de dados de Finanças Públicas Regionalizadas do IPEADATA.

¹ Foram consideradas as despesas com Previdência Municipal.

² Base de dados disponíveis somente a partir de 2004.

Estabelecendo uma comparação com o grupo de cidades intermediárias, de nível hierárquico imediatamente superior, observa-se que os dois componentes aqui utilizados têm peso maior nas pequenas cidades. É confirmado a relevância dos recursos da previdência, que para ambos os grupos tem importância maior e com tendência ascendente nas pequenas cidades principalmente nos últimos cinco anos. A magnitude da elevação pode ser melhor apreendida quando se tem em conta que o PIB deste estrato de cidades elevou-se 4,9% a.a. entre 2000 e 2004²⁰⁸. Confirma-se o processual avanço de “acomodação social e urbana” nestes espaços que se dá na ausência de expansão nas atividades produtivas e de investimento público (CANO, 2011, p. 284). Em menor proporção, a partir de 2004, o Programa Bolsa Família somou-se ao conjunto de transferências com o mesmo perfil.

Assim, vai se constituindo também nesta arena fatores que de uma forma ou de outra se propiciam aos ajustes espaciais mobilizando os arranjos disponíveis e congelando/imobilizando outros para serem ativados quando as determinações do desenvolvimento capitalista, a partir de suas articulações macro, se renovarem.

Tal movimento é esgarçado em tempos de ausência de um coordenado projeto nacional de desenvolvimento com coesão multi escalar, onde a inserção externa preside despoticamente os caminhos a percorrer, imperando a lógica de apropriações espaciais segregadas, sob rubrica do Estado.

As conformações da rede urbana se dão reproduzindo esta lógica, que no Ceará pode ser atribuída como caminhos “pseudomodernos”. Em todos os níveis hierárquicos, a construção de novas modalidades espaciais que expressam tais ajustes corporifica as feições territoriais da acumulação do capital que mais do que nunca **“destroem as estruturas espaciais e as alianças de classes regionais rígidas, solapam o poder de formações estatais, e reconstituem-nas numa nova configuração geográfica, que pode acomodar melhor a dinâmica tecnológica, conflituosa e vigorosamente expansível do fluxo de capital indócil e mutável”** (HARVEY, 2005, p. 156).

²⁰⁸ Somando os PIB's municipais dos 167 municípios aqui agrupados de acordo com os critérios já mencionados, disponibilizados pelo IBGE, em 2000 era de R\$ 6,2 milhões elevando-se para R\$ 9,9 milhões em 2010 (IBGE, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

A realização da presente tese teve como elementos fundantes as relações dadas pelas categorias presentes no confronto entre a estrutura produtiva e suas espacialidades, manifestadas na organização da rede urbana do estado do Ceará. O veio metodológico da investigação se situou nas concretudes da dialética fornecida pelo contexto das mudanças capitalistas dos últimos quarenta anos seguindo uma ótica de construção analítica transescalar.

As expressões transescalares que protagonizaram o percurso seguido partiram das estruturas **da macro dinâmica mundial** do capitalismo, captando as formas assumidas pela **inserção cearense** e de seu **complexo urbano**, aparelhados por instrumentos colocados pela própria **inserção brasileira**. Ficam evidentes as amarras entre as escalas global, nacional, regional e local no movimento de reestruturação balizado.

Assim, comprovar portanto a hipótese de que este complexo urbano sofreu ajustes consideráveis, admitindo novas características e conformações, face ao contexto de reestruturação da dinâmica de acumulação mundial, consistiu em desafio de realização do trabalho. Para tanto, alguns imperativos se impuseram à elaboração como determinantes específicos à compreensão da totalidade do problema estudado.

O primeiro deles foi o de entender as bases sobre as quais se assentaram este processo de ajustes e reordenamentos. Desta forma, analisou-se os antecedentes da rede urbana cearense captando os limiares postos pela sua formação econômica seguindo uma postura furtadiana de relacionar constituição das estruturas econômicas e históricas, os mecanismos de reprodução e/ou mutações e as suas conexões espaciais ao longo do tempo. É importante o relato pessoal que, sendo filho de uma historiadora convicta que também lecionava Geografia no ensino fundamental e médio, foi uma etapa de resgates e muito prazerosa como as outras, por constatar de forma concreta a grande valia das narrativas e conversas sobre a História do Nordeste e do Ceará, escutadas no passado.

Com base nos clássicos da formação econômica cearense e em outros estudos e documentos, conclui-se que a rede urbana originada refletiu as mobilizações espaciais das duas atividades que lhe deram sentido, ocupando e povoando o sertão semiárido sem fim: a pecuária

subsidiar da economia agroexportadora canavieira e, posteriormente, a cotonicultura, ambas com características extensivas.

Conforme visto, a primeira delas gerou uma teia de caminhos e estradas conectando mercado consumidor na zona canavieira às fazendas espalhadas continente adentro. Os pontos de pausa para descanso de vaqueiros e rebanho e feiras de gado deram origem às principais vilas coloniais que foram embrião da rede urbana. Dentre elas Icó, Sobral, Quixeramobim, Crateús e Crato já aglomeravam populações e suas características resguardavam as formas da economia que as atrelava: espacialmente esporádica, de pouco dinamismo e basicamente interiorana devido à geografia de conexão com a área agroexportadora.

Os baixos preços devido à reduzida qualidade dos rebanhos, desgastados pela jornada efetuada nesta ligação, lança bases para uma mudança na articulação com o beneficiamento da carne. A reordenação do econômico deu a regra da espacialização das articulações já neste momento e a ligação com o mercado consumidor da carne e do couros passa a ser pelo litoral. As vilas existentes passam a coletar rebanhos a serem encaminhados para o beneficiamento e exportação nas vilas litorâneas que passam a despontar com mais importância comercializando diretamente com Recife, Salvador e rio de Janeiro. Juntavam-se ao conjunto de centros anterior as vilas de Aracati, Acaraú e Camocim devido aos pequenos portos naturais, passando em pouco tempo a encabeçar a banguela rede urbana do Ceará colonial e com isto davam-se as bases de reprodução econômica e respectivas conexões espaciais.

Na decadência da atividade em fins do século XVIII, decorrente das incessantes secas e surgimento de outro centro produtor, assentou-se gradativamente a atividade algodoeira que ditou as regras da economia e seus determinantes espaciais e urbanos. A tônica era dada na apropriação das formas de ligação anteriores para escoamento da produção. O mercado externo foi o primeiro destino pujante, inaugurando a ligação direta da economia cearense aos circuitos do capitalismo internacional pela oferta da fibra. O contexto de surto da indústria têxtil inglesa e o breve estancamento da oferta americana foram favoráveis. A comercialização feita por Fortaleza, agora capital da província independente de Pernambuco, introduz os instrumentos que forjaram as bases do exercício de sua primazia sobre o sistema urbano em questão.

Todos os caminhos do algodão levavam à Fortaleza que se mercantilizava rapidamente. Entretanto, de acordo com que foi discutido, essas massas de capital mercantil se assentavam sobre estruturas organização social débeis e limitavam seus desdobramentos para outras formas

de acumulação. O processo foi intensificado quando, para dar celeridade ao recolhimento do algodão, foi se instalando paulatinamente uma rede ferroviária ligando o porto de Fortaleza às principais regiões algodoeiras.

É nesta fase já no início do século XX que desponta uma incipiente atividade manufatureira em ramos de beneficiamento têxtil e de algumas outras matérias-primas vindas do sertão como ceras e óleos vegetais. Contudo, seus limites de expansão eram estreitos devido ao mercado de pequeno tamanho e baixa monetização e ainda predomínio de relações não assalariadas de produção.

Como heranças marcantes, além do nucleamento com centros de pequeno porte no interior justapostos à capital que se impunha cada vez mais primaz, os ramos ligados às duas atividades predominantes na sua formação selaram a especialização da economia cearense nos setores têxtil e de beneficiamento de couros.

A duradoura estagnação do complexo da cotonicultura a partir de então impediu transformações mais significativas, que só vieram a ocorrer comboiando as mudanças da economia brasileira pós anos 1950. Até então, as bases econômicas, espaciais e urbanas montadas no decorrer de auge do ciclo pecuária-algodão se reproduziram sem grandes alterações, acomodando o crescimento populacional verificado no período.

A partir da segunda metade da década de 1950 sobrevém um conjunto de modificações: os deslocamentos do desenvolvimento nacional ocorridos já nos anos 1930 tomam rumos mais sérios, catalisados pelo planejamento governamental estendido às várias arenas da modernização econômica e produtiva no âmbito do desenvolvimentismo. No campo da busca de reduzir desigualdades empreendem-se as ações da SUDENE que são complementadas por medidas similares por parte do governo estadual.

Inicia-se uma fase de implantação de infraestruturas, construção de estradas, eletrificação, saneamento de Fortaleza, criação bancos, de órgãos técnicos, de ensino e de fomento ao desenvolvimento estadual. Contudo, os limites desta modernização reafirma o caráter dendrítico da rede urbana estadual, tendo em vista que as implantações se concentraram prioritariamente na capital que continuavam sua expansão em detrimento da existência de centros urbanos medianos. Num momento de plena marcha da desconcentração produtiva nacional, a instalação do III Polo Industrial do Nordeste, na recém criada Região Metropolitana de Fortaleza, concebida no quadro de centralização econômica materializou ainda mais a configuração intra

estadual espacialmente concentrada. A própria instalação da RMF, embora não consistente do fato metropolitano, institucionaliza instrumentos para tanto, conforme verificado posteriormente.

A partir daí observou-se que com a crise do endividamento instaurada em fins dos anos 1970, aprofundada nos anos subsequentes, a capacidade de financiamento da ação governamental é colocada em cheque. Foram as demarcações que encorpam o longo processo de reversão e reestruturação econômica em resposta à crise da acumulação capitalista mundial. Sob a paulatina emergência do paradigma de intervenção neoliberal, as preocupações com o desenvolvimento e suas questões particulares como a regional e urbana são postas em segundo plano, refém dos “conjunturalismos” e de seus respectivos instrumentos de abertura econômica, desregulamentação, câmbio valorizado e juros elevados, sob a justificativa de garantir a estabilidade monetária alcançada em 1994.

No macro contexto destas transformações, os impactos sobre as questões espaciais reproduziram esta dinâmica e uma cadeia de ajustes foram empreendidas ancorada nos localismos de várias ordens como forma de inserção na evolução reestruturante. Estudar este conjunto de elementos consistiu no segundo imperativo posto como exercício de integralização dos objetivos da tese realizado no segundo capítulo.

O decorrente esvaziamento das ferramentas de ação alinharam as medidas tomadas à ótica da inserção competitiva global e o modelo de gestão econômica generalizou os instrumentos neoliberais, nos quais o Ceará resguardou papel pioneiro instaurando, a partir de 1986, reordenamentos na condução da política econômica que foi denominado de “Governo das Mudanças” cujas ações foram fundantes no padrão de ajustes e conformações espaciais que ocupam papel de categoria central da tese.

Aqui residiram os elementos que faltavam para dar conta daquela totalidade no que concerne ao alcance do objetivo do trabalho de perceber como a estrutura produtiva, em resposta ao macro contexto observado anteriormente, se especializou dentro dos padrões de articulação dados pela rede urbana. As indagações surgidas sistematizaram a construção buscando entender se houve mudanças, quais, quando e onde ocorreram.

Deparou-se com um intrincado arcabouço de câmbios buscando alcançar a modernização da economia do Estado sob o signo da inserção externa competitiva. Para tanto, novas modalidades e respectivas apropriações espaciais conduzidas por ações agrupadas na

promoção do tripé agronegócio-indústria-turismo deram a tônica do processo inovando nas especialidades da estrutura produtiva, funcionalizadas pela rede urbana.

Nos arranjos de políticas, a atração de investimentos com o recurso de uma vasta gama de incentivos e estímulos indicou a efetiva adaptação do Ceará à nova roda de acumulação emergente. A preocupação na dotação de infraestrutura dando mobilidade de escoamento da produção foi contígua e progrediu após a retomada de investimentos públicos em 2003. Os avanços na implantação do Complexo Industrial Portuário do Pecém – CIPP, estradas, expansão do aeroporto, canais de transposição hídrica juntaram-se assim ao grupo de estímulos da ordem fiscal mobilizando investimento privados em distintos ramos e de diversas origens.

Um abastado conjunto voltado para a modernização do agro no semiárido privilegiando culturas destinadas ao mercado externo, predominantemente frutas tropicais adaptadas ao padrão de consumo internacional, como melão, mamão, manga e castanha de caju protagonizou a reestruturação da agricultura. A apropriação seletiva e desigual por parte do capital se manifestou de maneira desvelada privilegiando algumas áreas e vales irrigados com uma infraestrutura hídrica disponibilizada exclusivamente para a modernização. Em outra ordem, aos espaços não inseridos nesta evolução foram destinadas medidas de aproximação compensatória como resgate de atividades tradicionais de baixa rentabilidade e produtividade como a pecuária ovinocaprinocultura.

Na arena da indústria, as mudanças se conectaram mais diretamente à reestruturação produtiva com base no movimento de realocação de empreendimentos conduzidos pela invasiva guerra dos incentivos fiscais adicionada à abundante disponibilidade de mão de obra barata. O território cearense se converteu em verdadeira plataforma de recepção de investimentos predominantemente de ramos tradicionais que se modernizaram atendendo aos padrões competitivos.

Os segmentos dos ramos de calçados e componentes, artefatos de couro, têxtil e confecções, alimentos e bebidas reafirmaram a especialização produtiva do estado, firmada desde as bases de sua formação econômica. No âmbito espacial e urbano, a RMF se constituía em locus privilegiado na implantação dos investimentos avançando nos condicionantes da concentração produtiva metropolizada. Os incentivos concebidos no intuito de interiorizar a indústria reproduzia a seletividade espacial, dando preferência à presença de infraestrutura e obrigando

constantes revisões dos instrumentos de atração priorizando o deslocamento para centros interioranos.

Os resultados se concretizaram numa leve desconcentração concentrada sob dois padrões: i) nos municípios além do núcleo metropolitano e naqueles de mesorregiões imediatamente vizinhas e ii) no interior do estado, em um pequeno número de centros urbanos intermediários como Sobral, Juazeiro do Norte, Iguatu, Quixadá.

O setor terciário seguiu as transformações impostas pelos dois outros, passando também por uma desconcentração em segmentos mais gerais tendo como diferencial o crescimento de municípios extra RMF. O turismo nas mesorregiões litorâneas, a consolidação da descentralização dos serviços públicos e a expansão do comércio estiveram à frente do movimento. No caso deste último, a conjuntura de retomada do consumo situada na recomposição de compra do salário mínimo, na ampliação dos salários médios, na retomada do crédito ao consumidor serviram de munção e a expansão despontou no crescimento do comércio varejista principalmente das mesorregiões interioranas.

As conformações espaciais destas mudanças expressas na rede urbana e ancorada na análise da Região de Influência de Cidades para o estado confirmou a hipótese de ajustes da rede cearense como implicação da dinâmica de mudanças do desenvolvimento capitalista e configurados na emergência de três arranjos estruturais urbanos com funcionalidades marcantes: a metropolização intensificada, conectando diretamente aos circuitos globais, a emergência de pequeno número de centros intermediários como e um extenso complexo de pequenas cidades vinculadas ao rural predominantemente tradicional e imutável, à exceção daquelas áreas selecionadas pela agricultura moderna.

Assim, pode-se constatar o factual processo de “*spatial fix*” indicado por Harvey (2005) em suas análises sobre os desdobramentos das contradições do modo de produção capitalista sobre o espaço. Segundo evidenciou-se, estes ajustes conformadores da rede urbana resultam de movimentos reestruturantes colocados como escape às crises capitalistas onde “espaço e a localização então aparecem como fontes de mais-valor para os capitalistas individuais” (HARVEY, 2013, p. 502)

Reconhece-se contudo, os limites da investigação aqui empreendida dados pela complexidade de suas categorias, pela necessidade de aprofundamentos de ordem teórica exigindo fôlego extenso a ser almejado pelos avanços numa agenda de pesquisa mais duradoura.

Um dos caminhos que serão seguidos em outras pesquisas é fornecido pela busca de evidências das formas de apropriação espacial destes processos de ajustes em âmbito intra urbano, situando-se em um dos arranjos estruturais urbanos evidenciados aqui que são os centros intermediários da rede urbana cearense. Entender portanto como a organização espacial dentro destes centros reflete a reestruturação econômica constitui-se no próximo esforço de investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

ABREU, C. **Capítulos de história colonial (1500-1800)**. Fundação Biblioteca nacional. Domínio Público. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br> Acesso em 15/ago/2012.

_____. **Capítulos de história colonial (1.500/1.800) & Os caminhos antigos do povoamento do Brasil**. 5ª. Ed. Brasília: Editora da UnB, 1963.

ADECE. Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S. A. **Perímetro Públicos irrigados do Ceará**. Fortaleza, CE: ADECE, 2011.

ALMEIDA, M. B. de E SILVA, A. B. da. **Estado do Ceará: uma análise do desempenho econômico-financeiro recente**. Revista Econômica do Nordeste - REN. Fortaleza. v. 31. n. 4. p. 1.060-1.078. out-dez/2000.

ALVES, C. L. B., MADEIRA, S. A., MACAMBIRA, J. **Considerações sobre a dinâmica do setor de serviços cearenses: uma análise sob a ótica do mercado de trabalho**. Brasília. Revista Planejamento e Políticas Públicas. IPEA. N. 38. Jan-jun/2012.

AMARAL FILHO, J. do. Ajustes estruturais, novas formas de intervenção pública e novo regime de crescimento econômico no Ceará. In: GONÇALVES, M. F., BRANDÃO, C. A. e GALVÃO, A. C. F. (Org.). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: UNESP: -ANPUR, 2003. p. 368-385.

_____. Análise de políticas para APL's no Ceará. In: BNDES. **Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste**. Nota Técnica No. 9. Brasília: BNDES, 2010. p. 90-107.

AMORA, Z. B. Indústria e espaço no Ceará. In: BOZARCCHIELLO, J. CAVALCANTE, T. e DANTAS, E. **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2ª. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

_____. Aspectos históricos da industrialização do Ceará. In: SOUZA, S. (org.) **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

_____. **As transformações da indústria de Fortaleza face à política de industrialização do Nordeste**. São Paulo: USP-FFLCH, 1978. (Dissertação de Mestrado).

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 8ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 7ª. Ed. Cortez Editora; Campinas: Editora da UNICAMP, 2000.

ARANTES, O., VAINER, C. e MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3ª. Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

ARAÚJO, E. F. de. **As políticas de turismo e os espaços litorâneos da Região Metropolitana de Fortaleza**. Mestrado em Geografia da UFC. Fortaleza. 2012 (Dissertação de Mestrado).

ARAÚJO, L. A. de, LIMA, J. P. R., **Transferências de renda e emprego público na economia do semiárido nordestino**. Revista Planejamento e Políticas Públicas do IPEA. Brasília. N. 33. jul-dez/2009. p. 45-77.

ARAÚJO, T. B. de. Nordeste, Nordestes: que Nordeste? In: AFFONSO, R. B. A, SILVA, P. L. B. **Desigualdades Regionais e Desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP/Editora da UNESP, 1995. (Série Federalismo no Brasil) p. 125-156.

ARRIGUI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

ASSIS, J. S. de e SAMPAIO, J. L. F. **Formação territorial do Ceará: dos caminhos antigos aos Projetos Ferroviários (1817-1877)** Boletim Goiano de Geografia. Goiânia. V. 32, n 2. jul/dez de 2012. p. 139-157.

_____. **Pensamento geográfico das secas, dos trilhos e dos braços: ferrovia Baturité (1870-1889)**. Mercator – Revista de Geografia da UFC. Fortaleza. Volume 9. Número 19. p. 77-86. mai/ago 2010.

ASCHER, F. **Metropolização e metápoles**. In: ASCHER, François. Metápoles: acerca do futuro da cidade. 2ª. Ed. Oeiras: Celta, 1998. p. 3-21.

AZEVEDO, A. de. **Vilas e cidades no Brasil colonial**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – USP, Ensaio de Geografia urbana retrospectiva, 1956.

BAININGER, R. A. e PERES, R. G. **Metrópoles brasileiras no século 21: evidências do Censo Demográfico de 2010**. Informe Gepec, Toledo, v. 15, número especial, 2011. p. 634-648

BARAN, P. **A economia política do desenvolvimento**. S. Paulo. Abril Cultural. 1984.

BAR-El, R. (Org). O estado do Ceará: o problema e suas raízes. In: BAR-El, R. **Desenvolvimento com equidade e redução da pobreza**. Fortaleza: Premium, 2006.

BARREIRA, I. F. A. Pensamento, palavras e obras. In: PARENTE, J. e ARRUDA, J. M **A Era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

BARROSO, G. **À margem da história do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

BATISTA, F. G. **Reestruturação sócio espacial do Ceará: o Projeto Portuário do Pecém**. Mestrado em Geografia. Fortaleza: UECE, 2005. (Dissertação de Mestrado) 228p.

BECKER, B. K. e EGLER, C. A. G. **Brasil: uma nova potência regional na economia mundo**. 8ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2011.

BELLUZZO, L. G. e ALMEIDA, J. S. **A economia brasileira: da crise da dívida aos impasses do Real**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

BENEVIDES, I. P. Planejamento governamental do turismo, meio ambiente construído e desenvolvimento no Nordeste. In: LIMA, L. C. **Cidade e Campo: a diversidade do saber turístico**. Fortaleza: EDUECE, 1998.

BNDES. **Perspectivas de Investimentos na Indústria de Bens Salário**. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: BNDES; IE-UNICAMP; IE-UFRJ, 2009.

BERNAL, C., **A metrópole emergente: a ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza**. Fortaleza: Editora UFC; BNB, 2004.

BEZERRA, A. **Algumas origens do Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1986.

BEZERRA, E. e BARBOSA, E. **Desempenho econômico do estado do Ceará em anos recentes**. Texto de Discussão N. 79. Fortaleza: IPECE, 2010.

BRAGA, J. C. S. **A temporalidade da riqueza**. Campinas, SP: Instituto de Economia/UNICAMP, 2000. (Coleção Teses)

BRANDÃO, C. B. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o global e o local**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. **O modo trans-escalar de análise e de intervenção pública: notas para um manifesto anti-localista**. X Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte/MG, maio de 2003.

BRASIL. **Balanço do PAC. 2011**. Disponível em <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/divulgacao-do-balanc> Acessado em 27/dez-2013.

BRASIL, J. P. de S. **Sobral: tentativa de interpretação histórica de sua ação polarizadora sobre a região**. Revista de Ciências Sociais. Departamento de Ciências Sociais. UFC Fortaleza. vol. III. No. 2. p 105-121. 1972.

BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1987.

BRENNER, N. **A globalização como reterritorialização: o reescalonamento da governança urbana na União Europeia**. Cadernos Metrópole. São Paulo. v. 12. n. 24. jul-dez/2010. p. 535-564.

_____. **Beyond state-centrism? Space, territoriality, and geographical scale in globalization studies**. Theory and Society Journal. Netherlands. Volume 28. Issue 1. feb/1999. p. 39-78.

BONFIM, W. L. de S. **Industrialização, planejamento estatal e o paradoxo da economia cearense**. Revista Políticas Públicas e Sociedade. UECE. v. 1. n. 2. p. 102-115. 2001.

BOTÃO, H. H. S. **O Açude Público Castanhão (CE) como força reestruturadora: a dinâmica territorial**. Fortaleza: UECE – Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2004. (Dissertação de Mestrado). 159p.

BOZARCCHIELLO, J. CAVALCANTE, T. e DANTAS, E. **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2ª. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

CAMPOS, R. T. **Análise econômica da cotonicultura cearense**. Fortaleza. Revista Econômica do Nordeste – REN. V. 28. No. 1. jan-mar/1997. p. 75-84.

CAMPOS, R. T. e K. C. CAMPOS. **Diagnóstico técnico-econômico da ovinocaprinocultura no Estado do Ceará**. Passo Fundo/RS. Revista Teoria e Evidência Econômica. Ano 19. N. 40. Jan-jun/2013. p. 126-152.

CASTELLS, M. e BORJA, J. **As cidades como atores políticos**. Revista Novos Estudos CEBRAP. São Paulo. No. 45. p. 152-166. Julho de 1996.

CANO, W. **A desindustrialização no Brasil**. Textos de Discussão N. 200. Campinas: IE-UNICAMP, jan/2012.

_____. **Ensaio sobre a crise urbana no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

_____. **Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana no Brasil**. Campinas, SP: Texto de Discussão No. 177, Instituto de Economia, UNICAMP, 2010.

_____. **Desconcentração produtiva regional no Brasil (1970-2005)**. 3ª. Ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

_____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 5ª. Ed. Campinas: UNICAMP, IE, 2007a.

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)**. 3ª. Ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2007b.

_____. **Getúlio Vargas e a formação e integração do mercado nacional**. Anais do XI Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ENAPUR. Salvador/BA. 23 a 27 de maio de 2005. Disponível em <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2636/2576> Acesso em 13/nov/2013.

_____. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

CARCANHOLO, M. **A Vulnerabilidade Econômica do Brasil: abertura externa a partir dos anos 90**. 1. Ed. Aparecida/SP: Ideias & Letras, 2005.

CARDOZO, S. A. **Políticas industriais de atração de investimentos baseadas em isenção fiscal: uma análise do Estado do Ceará de 1995 a 2008**. Revista Econômica do Nordeste, Volume 42, N. 3, jul-set/2011. p. 641-660.

_____. **Guerra Fiscal no Brasil e alterações nas estruturas produtivas estaduais**. Campinas: Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas, 2010 (Tese de Doutorado). 330p.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: LABUR Edições, 2007. 85p.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora da UNESP; Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

CARNEIRO, R. et al. **A quarta dimensão: os derivativos em um capitalismo com dominância financeira**. Texto de Discussão No. 199. Campinas, SP: IE/UNICAMP, 2011.

CARVALHO, E. C. de. e MOREIRA, J. R. S. **Avaliação técnica-econômica do armazenamento, transporte e regaseificação do gás natural liquefeito**. São Paulo: Escola Politécnica da USP, 2008 (TCC).

CARVALHO, F. F. de. **Da esperança à crise – A experiência das políticas regionais no Nordeste**. Campinas, SP: UNICAMP – Instituto de Economia 2001. (Dissertação de Mestrado). 164p.

CARVALHO, J. de. **Aldeota**. São Paulo: Exposição do Livro Editora, 1963.

CAVALCANTE, A. L. et al. **A cultura do algodão no Estado do Ceará**. Texto de Discussão No. 46. Fortaleza: IPECE, 2007.

CAVALCANTI, E. R. **Desigualdade e seletividade no território cearense: o ideário desenvolvimentista dos “Governos das Mudanças” (1987-2007) na estruturação da rede urbana do Estado do Ceará**. Recife: 2008. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, UFPE. (Dissertação de Mestrado) 201p.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. **Portal de Informações**. Refinaria Premium II: Cid Gomes se reúne com Petrobras. 14/jan/2014. Disponível em: <http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/9891-refinaria-premium-ii-cid-gomes-se-reune-com-petrobras> Acessado em 18/jan/2014.

_____. Governo do Estado do Ceará. **Secretarias e Órgãos do Governo Estadual**. Disponível em <http://www.ceara.gov.br>. Acessado entre nov/2011 e jan/2013.

_____. **Nova Legislação de Incentivos Fiscais no âmbito do FDI**. Fortaleza: CODENO, 2003.

CEARAPORTOS. **Companhia de Integração Portuária do Ceará**. Informações Gerais. Disponível em <http://www.cearaportos.ce.gov.br/> Acessado em 28/dez/2012.

CEDE. **Conselho de Desenvolvimento Econômico do Ceará**. Disponível em <http://www.cede.ce.gov.br> Acessado em 02/jan/2014.

_____. **Cadastro de Empresas Incentivadas**. Fortaleza: CEDE, 2010.

CHAVES, M. L. J. e S. de L. ARAÚJO. **Modernização sócioespacial e urbanização na Região Baixo Jaguaribe – CE**. Revista da Casa de Geografia de Sobral. Sobral/CE. v. 11. N. 1. p. 49-60.

CHESNAY, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Editora Xamã, 1996.

CIDADE, L. C. F et al. **Regime de acumulação e configuração do território no Brasil**. Cadernos Metrópole. N. 20. 2º. Semestre de 2008. p. 13-35.

CLEMENTINO, M. do L. M. **O maquinista do algodão e o capital comercial**. Natal: UFRN, Editora Universitária, 1987.

CONASS. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Caderno de Informações para Gestão Estadual do SUS Ceará**. Brasília: CONASS, 2011.

CORIOLOANO, L. N. A intervenção do Estado do Ceará na Atividade Turística. In: LIMA, L. C. **Cidade e Campo: a diversidade do saber turístico**. Fortaleza: EDUECE, 1998.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. 6ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2011.

_____. **Estudos sobre rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Os centros de gestão do território**: uma nota. Revista Território. V. 1. No. 1. 1996. p. 23-30.

_____. **Região e organização espacial**. São Paulo: Editora Ática, 1996. (Série Princípios).

_____. **O espaço urbano**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro, 1995. (Série Princípios).

_____. **A rede urbana**. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Ática, 1994. (Série Princípios).

COSTA, M. C. L. da e AMORA, Z. B. **Transformações nas cidades médias do Ceará (Brasil)**. Anales del XII Encuentro de Geógrafos de America Latina. Montevideo, Uruguai, 3 y 7 de abril de 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/246.pdf>. Acesso em 20/jun/2012.

COSTA, M. C. L. da. Fortaleza: expansão urbana e a organização do espaço. In: BOZARCCHIELLO, J. CAVALCANTE, T. e DANTAS, E. **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2ª. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

COUTINHO, L. e BELLUZZO, L. G. “Financeirização” da riqueza, inflação de ativos e decisões de gasto em economias abertas. In: BELLUZZO, L. G. M. **Antecedentes da tormenta**. São Paulo: Editora UNESP; Campinas: FACAMP, 2009.

COY, M. e TÖPFER, T. Inner-City Development in megacities between degradation and renewal: the case of São Paulo. In: KRASS, F. *et al.* **Megacities: our global urban future**. London: Springer Editors, 2014. p. 101-119.

CSP. **Companhia Siderúrgica do Pecém**. Nossa Companhia. Disponível em <http://www.cspecem.com/> Acessado em 12/jan/2014.

DAMIANI, A. L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, A. I. G., ARROYO, M. e SILVEIRA, M. L. **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: CLACSO, 2006. p. 135-147.

DANTAS, E. W. C e SILVA, J. B. A formação histórica da metrópole e principais tendências do desenvolvimento. In: PEQUENO, L. R. (org.) **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles; Letra Capital, 2009. p. 1-36.

DANTAS, E. W. C. **Metropolização turística em região monocultura industrializada**. Mercator – Revista de Geografia da UFC. Fortaleza. Volume 12. Número Especial (2). p. 65-684. set/2013.

_____. **Construção da imagem turística de Fortaleza/Ceará**. Mercator – Revista de Geografia da UFC. Fortaleza. Volume 1. Número 1. p. 53-60. 2002.

_____. **Mar à vista: estudo da maritimidade de Fortaleza**. 2ª. Ed. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

DASGUPTA, S.; SINGH, A. **Manufacturing, services and premature deindustrialization in developing countries: a Kaldorian analysis**. Helsinki: UNUWIDER, 2006. (Research paper 2006/49).

DETRAN-CE. Departamento Nacional de Trânsito do Ceará. **Estatísticas de evolução da frota 1980-2010**. Fortaleza: DETRAN, 2011. Disponível em <http://www.detran.ce.gov.br/> Acesso em 30/12/2013.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Fruticultura deu lugar ao varejo em Quixeré/CE**. Caderno de Negócios. 03/fev/2013

_____. **Obras da Transnordestina no Ceará em ritmo não muito adequado**. Caderno de Negócios. 26/11/2013.

_____. **Gestão de perímetros passará a produtores**. Caderno Regional. 07/jan/2009.

_____. **Região Metropolitana tem eficácia questionada**. Caderno de Política. 28/ago/2012.

DOE/CE. **Lei Complementar Estadual No. 18/99**, de 29/12/1999.

ELIAS, D. Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário. In: BOZARCCHIELLO, J. CAVALCANTE, T. e DANTAS, E. **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2ª. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

_____. **Desigualdade e pobreza no espaço agrário cearense**. Mercator – Revista de Geografia da UFC. Fortaleza. Volume 2. Número 3. p. 61-69. jan/jun 2003.

EMBRAPA. Relatório de Atividades. **Embrapa Algodão**. 2011.

FALCÃO, F. C. B. **A contribuição da Política de Agropolos para o Desenvolvimento Regional: o caso do Baixo Jaguaribe**. Fortaleza: 2006. Programa de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas. UFC. (Dissertação de Mestrado) 201 p.

FAISSOL, S. **Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

FARIA, V. **Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos.** 1ª. Versão em 1982. In SORJ, B. e ALMEIDA, M. H. T., (Org.). Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 182-244.

FERNANDES, A. C. e CANO, W. O movimento do pêndulo: justiça social e escalas espaciais no capitalismo contemporâneo. In: CANO, W. **Ensaio sobre a crise urbana no Brasil.** Campinas: Editora da UNICAMP, 2011.

FERREIRA, A. **A cidade no século XXI: segregação e banalização do espaço.** Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

FERREIRA, M. de O. *et al.* **Especialização produtiva e mudança estrutural na agropecuária cearense.** Passo Fundo/RS. Revista Teoria e Evidência Econômica. V. 14. No. 26. Mai/2006. p. 91-111.

FERREIRA, P. C. G., MALLIAGROS, T. G. **Investimentos, fontes de financiamento e evolução do setor de infraestrutura no Brasil: 1950-1996.** Rio de Janeiro. Ensaio Econômico EPGE-FGV. No. 346. Maio/1999.

FERRETTI, M. M. R.. **Na batida do baião, no balanço do forró:** a música de Zé Dantas e Luiz Gonzaga no seu contexto de produção e sua atualização na década de 70. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1983.

FIORI, J. L. **O poder global e a nova geopolítica das nações.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. Estados, moedas e desenvolvimento. In: FIORI, J. L. (org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

FIX, M. **São Paulo cidade global: fundamentos financeiros de uma miragem.** São Paulo: Boitempo, 2007

FRESCA, T. M. **Em defesa dos estudos das cidades pequenas no ensino de Geografia.** Revista Geografia. Londrina/PR. V. 10. No. jan-jun/2001. p. 27-34.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** 34ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **A fantasia desfeita.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1989.

_____. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GEIGER, P. **Evolução da rede urbana brasileira.** Rio de Janeiro: CBPE, 1963.

GIRÃO, V. C. **As charqueadas.** Revista do Instituto do Ceará. Fortaleza. p. 71-92. 1996.

GIRÃO, R. **História econômica do Ceará.** Fortaleza: Editora Instituto do Ceará, 1947.

GOMES, I. R. Globalização e novas regiões produtivas no Nordeste brasileiro. Mercator - Revista de Geografia da UFC. Fortaleza. V. 9. N. 20, set-dez/2010. p. 57-74.

GOMES, T. C. L. e REIS, J. N. P. **A inserção da economia cearense no comércio internacional no período de 1970 a 1994.** Revista Econômica do Nordeste – REN. Fortaleza. p. 932-949. v. 32. No. 4. Out-dez/2001.

GOUVEIA, R. G. **A questão metropolitana no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOVERNO FEDERAL. **Relatório de Balanço do PAC CEARÁ.** Brasília. 2º Balanço. jul-set 2011. Disponível em <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/c2a2b5d7e13559781a747d7607cb47bd.pdf> Acesso em 18/dez/2013.

GRAMSCI, A. **A concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRUPPI, I. **O conceito de hegemonia em Gramsci.** Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUIMARÃES NETO, J. L. **Introdução à formação econômica do Nordeste:** da articulação comercial à integração produtiva. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1989.

GUSMÃO, T. R. B de. **Território e crises econômicas sob a visão de Sistemas Mundo.** Anais da IV Conferência Internacional de História Econômica e VI Encontro de Pós-graduação em História Econômica. Anais. São Paulo: USP, 2012. Disponível em http://cihe.fflch.usp.br/sites/cihe.fflch.usp.br/files/Tallyta_Gusm%C3%A3o_0.pdf. Acessado em 15/agosto/2013.

HAESBAERT, R. **Regional-Global:** dilemas da Região e da Regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2010.

HARVEY, D. **Os limites do capital.** Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____. **The enigma of capital:** the crises of capitalismo. London, UK: Profile Books, 2010.

_____. **A condição pós-moderna.** Tradução Adahil Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 18ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. **The right to the city.** New Left Review, n. 53. Sept/Oct 2008. London, UK. p. 23-40.

_____. **O neoliberalismo:** história e implicações. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. **Espaços de esperança.** Tradução Adahil Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2ª. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

_____. **A produção capitalista do espaço.** Trad. Carlos Szlak. 2ª. Ed. São Paulo: Annablume, 2005.

- _____. **O Novo Imperialismo**. Trad. Carlos Szlak. São Paulo. Loyola, 2003.
- HENRIQUE, F. e CALVO, M. C. M., **Grau de implantação do Programa Saúde da Família e indicadores sociais**. Rio de Janeiro.. Revista Ciência e Saúde Coletiva. N. 14. Supl. 1. 2009. p. 1359-1365.
- HILFERDING, R. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HIRSCHMAN, A. O. **The strategy of economic development**. New Haven: Yale University Press, 1958.
- HOBBSBAWM, E. J. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. 5ª. Ed. Trad. Donaldson Magalhães Garschagen. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- IANNI, O. **Estado e capitalismo**. 2ª. Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- IBGE. **Pesquisa da Indústria Anual - Empresa 1996 a 2010**. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=PI&z=t&o=22>. Acessado no período de mar a dez/2013.
- _____. **Recenseamento Geral do Brasil. 1920**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br> Acessado em 18/out/2013.
- _____. **Censos Demográficos. 1940 a 2010**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acessado entre abr/2012 e jan/2013.
- _____. **Produção Agrícola Municipal – PAM**. Anos 1990 a 2010. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=PA&z=t&o=11> Acessado em dez/2013.
- _____. **Pesquisa Pecuária Municipal – PPM**. Anos 1990 a 2010. Disponível em <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=PP&z=t&o=24> Acessado em dez/2013 e jan/2014.
- _____. **Contas Nacionais**. Disponível em <http://www.ibge.gov.br> Acessado em 18/out/2013.
- _____. **Evolução da divisão territorial do Brasil**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2011. (Série Documentos para Disseminação – Memória Institucional 17).
- IPEA. **Base de Dados IPEADATA**. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br>. Acessado entre abr/2012 e jan/2013.
- _____. **Infraestrutura social e urbana no Brasil**: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2010.
- IPECE. **Perfil Básico Municipal. Diversos Municípios**. Disponível em <http://www.ipece.ce.gov.br>. Acessado em 15/out/2013.
- _____. **Informe do IPECE. No. 52**. Perfil Municipal de Fortaleza Tema XII Mobilidade Urbana. Fortaleza: IPECE, jan/2013.

JORGE FILHO, P. de M. Nova burguesia industrial nordestina: algumas reflexões. In: CARVALHO, R. V. A. **O Ceará na década de 1980: atores políticos e processos sociais**. Campinas, SP: Pontes Editores; Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2009. p. 185-196.

JUCÁ FILHO, C. R. **Primórdios da rede urbana cearense**. Mercator – Revista de Geografia da UFC. Fortaleza. Volume 8. No. 16. p. 77-101. ago/2009.

KON, A., **A economia de serviços: teoria e evolução no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. Atividades terciárias: induzidas ou indutoras do desenvolvimento econômico? In: FERRAZ, J.C., CROCCO, M. e ELIAS, L. A., **Liberalização econômica e desenvolvimento**. São Paulo. Futura, 2003.

LARA, F. M. **Desindustrialização: aspectos conceituais e evidências empíricas recentes sobre a economia brasileira**. Revista Indicadores Econômicos FEE. Porto Alegre. v. 39. n. 1. p. 7-18.

LEBORGNE, D. e LIPIETZ, A. Flexibilidade defensiva e flexibilidade ofensiva: os desafios das novas tecnologias e da competição mundial. In: VALLADARES, L. e PRETECEILLE, E. **Reestruturação urbana: tendências e desafios**. São Paulo: Nobel, 1990. p. 17-43.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **De l'État: les contradictions de l'État modern**. Paris, França: Union Générale d'Éditions, 1978.

DOU. Lei Complementar Federal 14/73.

_____. Lei Complementar Federal 52/86.

DOE/CE. Lei Estadual do Ceará 11.845-91.

_____. Lei Complementar Estadual 18/99.

_____. Lei Complementar Estadual 78/09.

LEITE, A. C. **O algodão no Ceará: estrutura fundiária e capital comercial 1850/1880**. Fortaleza: SECULT, 1994.

LEMENHE, M. A. **Expansão e hegemonia urbana: o caso de Fortaleza**. Fortaleza: Departamento de Sociologia da UFC, 1983 (Dissertação de Mestrado). 150p.

LEMOZ, C. I. N. **Terminal Portuário do Pecém**. Projeto de Pesquisa do Grupo ESALQ-LOG. Piracicaba, SP: Escola Superior de Agricultura Luís de Queiroz – ESALQ/USP, 2010.

LENCIONE, S. Reconhecendo metrópoles: território e sociedade. In: SILVA, C. A. da, FREIRE, D. G. e OLIVEIRA, F. J. G. (Orgs.) **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006.

LIMA, C. F. de. **A construção do Ceará: Temas de história econômica**. Fortaleza: Instituto Albaniza Sarasate, 2008.

LIMA, L. C. Redes de integração do território cearense: dos caminhos da pecuárias às estradas virtuais. In: BOZARCCHIELLO, J. CAVALCANTE, T. e DANTAS, E. **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2ª. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

LIMA, A. C. **Políticas públicas e industrialização na década de 1990**: um estudo sobre os seus efeitos para a Região do CRAJUBAR (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha). Crato/CE: Departamento de Economia. URCA, 2005. 71p. (Monografia de Graduação).

LIMA JÚNIOR, F. O. de. **SUDENE e forças sociais nordestina**: papel institucional face ao novo marco regulatório de intervenção estatal e de desenvolvimento nos anos 2000. Uberlândia/MG: IE-UFU, 2008 (Dissertação de Mestrado). 136p.

LIPIETZ, A. **El capital y su espacio**. Ciudad de Mexico: Siglo Veintiuno, 1979.

MACEDO, F. C. de, LIMA JÚNIOR, F. O. de e MORAIS, J. M. L. de. **Dinâmica econômica e rede urbana cearense no início do século XXI**. Revista REDES, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 70 – 93, jan/abr 2012.

MACEDO, F. C. de. **Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana do Brasil (1980-2008)**. Campinas, SP: Instituto de Economia – IE, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2010 (Tese de Livre Docência).

MALTA, M. M de *et all*. **A história do pensamento econômico brasileiro entre 1964 e 1989**: um método para discussão. Anais do XIII Encontro de Economia Política. Sociedade Brasileira de Economia Política - SEP. Anais. São Luís, MA, 2010.

MARX, K. **O Capital**: crítica da Economia Política. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

_____, **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da Economia Política. Tradução Coordenado por Mario Dwyer. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MARX, K. 1977.

MASSEY, D. **A global sense of place**. In: Space, place and gender. Minneapolis: University of Minnesota Press.

MEDEIROS, B. F. **São Paulo, cidade global? Testando algumas hipóteses sobre a cidade mundial na periferia**. Anais do VII Encontro Nacional da ANPUR. Recife, PE. 26 a 30 de maio de 1997.

MELLO, J. M. C. de. **Capitalismo tardio**. 11ª. Ed. Campinas: Editora UNESP; Edições FACAMP, 2009.

MENEZES, D. **O outro Nordeste**: ensaios sobre a evolução social do Nordeste da civilização do couro e suas implicações históricas nos problemas gerais. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1970.

MEO, G. Di. **Introduction au débat sur la métropolisation**: Une clé de lecture pour comprendre l'organisation contemporaine des espaces géographiques . halshs00281654. Version

1. May/2008. Disponível em <http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00281654/fr/>. Acesso em 12/ago/2012.

MINSKY, H P. **Stabilizing an unstable economy**. New Haven: Yale University Press, 1986.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Trad. Ewaldo Corrêa Lima. Rio de Janeiro: Min. de Educ. e Cult. 1960 (Textos de Economia Contemporânea).

MONTE, F. S. de S. **Os paradigmas da modernização do Estado do Ceará e o processo de construção do Açude Castanhão**. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. V. 10. N. 1 maio/2008. p. 87-104.

MORAES, A. C. R. **Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil**. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro. vol. 4. n. 8. 1991. p. 166-176.

MORAIS, J. M. L. e MACEDO, F. C. **Apontamentos sobre a rede urbana do Ceará: níveis de centralidade, interações espaciais e dinâmica econômica**. Anais do XVII Encontro de Economia Política. Sociedade Brasileira de Economia Política - SEP. Anais. Rio de Janeiro: 2012.

MOTTA, D. M da e AJARA, C. **Configuração da rede urbana do Brasil**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, PR. n. 100. 2001. p. 7-25.

NATAL, J. Mudanças recentes do capitalismo mundial e brasileiro: alguns desdobramentos espaciais. In: NATAL, J. (org.) **Território e planejamento**. Rio e Janeiro: Letra Capital, IPPUR, 2011.

NEGRI, B. Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990). Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

OCB/CE. Sindicato Organização das Cooperativas Brasileiras no Ceará. **Algodão Fibra forte do Ceará**. Fortaleza: OCB/CE, SESCOOP, SDA, EMBRAPA, BNB, 2011.

OLIVEIRA, B. S. **Rede urbana brasileira: algumas reflexões teóricas**. Revista Formação. Presidente Prudente, SP. n. 15, Edição Especial, 2008 volume 2, p. 100-109.

OLIVEIRA JÚNIOR. J. A. **Planejamento, política de transportes e desenvolvimento regional**. Fortaleza: PLANCE, 1996.

OLIVEIRA, F de. **Metamorfoses da arribação: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste**. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP. No. 27, jul/1990. p. 67-92

_____. **Elegia para uma Re(li)gião**: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 6ª Ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1993.

OREIRO, J.; FEIJÓ, C. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro**. Revista de Economia Política, v. 30, n. 2, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2.** 8º Balanço. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac/divulgacao-do-balanco> cesso em 8/jan/2014.

PAIVA, R. A. A **metrópole híbrida**: o papel do turismo no processo de urbanização da região metropolitana de Fortaleza. São Paulo: FAUSP, 2011 (Tese de Doutorado).

PARENTE, J. e ARRUDA, J. M A **Era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

PENALVA, A. M. S. **Urbanização brasileira**: um olhar sobre o papel das cidades médias na primeira década do século XXI. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais – ANPUR. V. 12. N. 2. Nov/2010. p. 1103-119.

PEQUENO, L. R. B. (Org. **Como anda Fortaleza?** Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrópoles, 2009.

PEREIRA JÚNIOR, E. **Território e Economia Política**: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização do Ceará. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

_____. **Território e Economia Política**: uma abordagem a partir do novo processo de industrialização do Ceará. Presidente Prudente, SP: Universidade Estadual Paulista – UNESP, Faculdade de Ciências e Tecnologia. 2011. 450p. (Tese de Doutorado).

PINHEIRO, F. J. Mundos em confrontos: povos nativos e europeus na disputa pelo território. In. **Uma nova história do Ceará**. Simone de Souza (org). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

POMPEU SOBRINHO, T. **Sesmarias cearenses**: distribuição geográfica. 2ª. Ed. Fortaleza: SUDEC, 1972.

_____. **História das secas** (Século XX). Fortaleza: Ed. Batista Fontenele, 1953.

PONTES, L. M. V de. **Formação do território e evolução político-administrativa do Ceará**: a questão dos limites municipais. Fortaleza: IPECE, 2010.

PONTES, P. **Os determinantes da redução da desigualdade espacial no Ceará nas últimas décadas**. Texto de Discussão N. 98. Fortaleza: IPECE, 2011.

_____. Reflexo da política de atração de investimentos industriais na renda da população ocupada do Ceará. In: **Economia do Ceará em debate**. Fortaleza: IPECE, 2006. p. 121-135.

PONTES, P. E ARAGÃO, K. **Os perímetros irrigados no Ceará**: os grandes projetos de irrigação tem impacto sobre a renda? Anais do XXXVII Encontro da ANPAD. Anais. Rio de Janeiro: 7 a 11 de setembro de 2013.

PONTES, P, VIANNA, P. J. R., E HOLANDA, M. C. **A Política de Atração de Investimentos Industriais do Ceará: um análise do período de 1995-2005.** Fortaleza: Texto de Discussão N. 26, IPECE, 2006.

RIBEIRO, L. C. de Q. e RIBEIRO, M. G. **Metropolização e as estruturas produtivas: convergências e divergências espaço-temporais.** Cadernos Metrópole. São Paulo. V. 12. N. 4. Jul-dez/2010. p. 331-347.

ROCHEFORT, M. **Redes e sistemas: Ensinando sobre o Urbano e a Região.** Trad. Ant nio de Pádua Danesi. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

ROMANELLI, C. e ABIKO, A. K. **O processo de metropolização no Brasil.** Texto Técnico da Escola Politécnica da USP. São Paulo: USP, Departamento de Engenharia da Construção Civil, n. 1, 1991. 34p.

RUFINO, M. B. C. **Incorpor   o da metrópole: centralização do capital imobiliário e nova produção do espaço em Fortaleza.** São Paulo: FAUSP, 2012 (Tese de Doutorado) 334p.

_____. **Desenvolvimento industrial e organização espacial: algumas considerações sobre a Região Metropolitana de Fortaleza.** Anais do XIII Encontro Nacional da ANPUR. Florianópolis, SC. 25 a 29 de maio de 2009.

SAMPAIO, D. P. **A desindustrialização em marcha no Brasil.** Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política – SEP. V. 34. 2013. p. 33-55.

SAMPAIO FILHO, D. **A industrialização do Ceará:** empresários e entidades. São Paulo: EASP/FGV, 1985 99p. (Dissertação de Mestrado).

SAMPAIO, M. R. A. de e PEREIRA, P. C. X. **São Paulo, cidade global?** Anais do VII Encontro Nacional da ANPUR. Recife, PE. 26 a 30 de maio de 1997.

SÁNCHEZ, F. **Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais No. 1. Maio/1999. p. 115-132.

SANTOS, M. A divisão social do trabalho como uma nova pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países subdesenvolvidos. In: **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Editora da USP, 2012 (1978) p. 55-75.

_____. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana.** São Paulo: EDUSP, 2010.

_____. **A urbanização brasileira.** 5 . Ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo, razão e emoção. 4 . Ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: Editora Nobel, 1985.

_____. **A urbanização desigual: a especificidade dos fenômenos urbanos em países subdesenvolvidos.** 2 . Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1982.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

SASSEN, S. On concentration and centrality in the global city. In: KNOX, P. L. and TAYLOR, P. (edit). **World cities in a world system**. Cambridge, UK: University Cambridge Press, 1995.

_____. **The global city**: New York, London, Tokyo. Princeton: Princeton University Press, 1991.

SEAGRI. Secretaria de Agricultura Irrigada. **Programa Cearense de Agricultura Irrigada – PROCEAGRI**. Fortaleza: SEAGRI, 2000.

SERRANO, F. e SUMMA, R. **Política macroeconômica, crescimento e distribuição de renda na Economia Brasileira nos anos 2000**. Anais do IV Encontro da Associação Keynesiana Brasileira. Rio de Janeiro. 3 a 5 de agosto de 2011.

SHÖLZ, F. **Die Theorie der “fragmentierung Entwicklung”**. Geografische Rundschau. Vol 54, no. 10. 2002. p. 6-11.

_____. **Perspectiven des “Südens” im Zeitalter der Globalisierung**. Geographische Zeitschrift, vol. 88. n. 1. 2000. p. 1-20.

SINGER, P. **A economia dos serviços**. Estudos CEBRAP. São Paulo V. 24 1979. p. 128-135

_____. **Economia Política da urbanização**. 2ª. Ed. São Paulo: Brasiliense. Edições CEBRAP, 1975.

SILVA, N. P. da. **Modernização autoritária no Nordeste**. São Cristóvão, SE: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

SILVA, A. F. C. da. Investimentos estrangeiros no Nordeste e o imobiliário-turístico. In: DANTAS, E. W.C., FERREIRA, A. L. e CLEMENTINO, M. do L. M. **Turismo e imobiliário nas metrópoles**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2010. P. 131-169.

SILVA, J. B. da. O algodão na organização do espaço cearense. In: SOUSA, S. de (Org.) **História do Ceará**. 2ª. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1994.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e produção de espaço. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.

SOUSA, M. S. de. Bases de fixação do povoamento e o crescimento das cidades. In: BOZARCCHIELLO, J. CAVALCANTE, T. e DANTAS, E. **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2ª. Ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

SOUSA, C. G. O e GONÇALVES, L. A. A. **O processo de evolução urbana da cidade de Fortaleza**: uma análise a partir da malha ferroviária Tronco Norte. Anais do III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico e I Encontro Nacional de Geografia Histórica. 5 a 10 de novembro de 2012. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.3hpg1gh.net/gt_3/GT%203-%20379%20-%20SOUSA_GON%C3%87ALVES.pdf
Acessado em 12/fevereiro/2013.

SOUSA, J. W. de F. **Política e seca no Ceará. (1869-1905)**. Anais do XXV Simpósio Nacional de História da ANPUH. Fortaleza: Associação Nacional de Pós-graduação em História, 2009. Disponível em <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1371.pdf> Acesso em 12/set/2012.

SOUZA, M. A. A. Recompondo a história da Região Metropolitana: processo, teoria e ação. In: SILVA, C. A. da, FREIRE, D. G. e OLIVEIRA, F. J. G. (Orgs.) **Metrópole: governo, sociedade e território**. Rio de Janeiro: DP&A: FAPERJ, 2006.

SULIANO, D. C., CAVALCANTE, A. L. e ROCHA, M. E. B. da. **Um estudo sobre o comportamento das exportações dos setores calçadista e têxtil no Estado do Ceará**. Texto de Discussão No. 60. Fortaleza: IPECE, 2009.

SPOSITO, Maria E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. CARLOS, A. F. A., SOUZA, M. L. e SPÓSITO, M. E. B. (Orgs.). São Paulo: Editora Contexto, 2012.

_____. **Capitalismo e industrialização**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

_____. Prefácio Sobre novas possibilidades e perspectivas: historiando nosso percurso e apresentando nossos textos sobre cidades médias. In: SOPOSITO, M. E. B. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. (Série Geografia em Movimento)

_____. **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente, SP: [s. n.], 2001.

SPOSITO, E. S., SPOSITO, M. E. B., SOBARZO, O. (org.) **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. 1a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006. (Série Geografia em Movimento).

SQUEFF, G. C. **Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro**. Texto para Discussão. No. 1.747. Brasília: IPEA, jun/2012.

SUDEC. Superintendência de Desenvolvimento do Ceará. **Estruturação do espaço urbano e regional no Ceará: uma abordagem histórica**. Fortaleza: SUDEC, 1975. Mimeografado.

TAKEYA, D. M. **Europa, França e Ceará**. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

_____. **O capital mercantil estrangeiro no Brasil no século XIX: a atuação da casa Boris Frères no Ceará**. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza. V. 25. N.1/2. 1994. p. 111-145.

TAVARES, H. M. **Uma experiência de planejamento regional: o Nordeste brasileiro**. Campinas: UNICAMP - Instituto de Economia. 1989. 401p. (Tese de Doutorado).

TAVARES, M. da C. e BELLUZZO, L. G. A mundialização do capital e a expansão do poder americano. In: **O poder americano**. 3ª. Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.

TAVARES, M. da C. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (org.) **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1999.

TEIXEIRA, A. **O movimento da industrialização nas economias centrais no pós-guerra**. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Economia Industrial, 1983 (Dissertação de Mestrado).

TELES, G. A. **A mobilidade do trabalho como componente da metropolização**: o Complexo Industrial e Portuário do Pecém na Região Metropolitana de Fortaleza. Anais do XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana – SIMPURB. 18 a 22 de novembro de 2012. Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.simpurb2013.com.br/> Acesso em 15/dez/2013.

UNIDO IDR - Industrial Development Report. 2011. Disponível em <http://www.unido.org/en/resources/publications/flagship-publications/industrial-development-report-series.html> Acesso em 28/nov/2013.

VAINER, C. B. **Planejamento territorial e Projeto Nacional**: os desafios da fragmentação. Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos. V. 9. No. 1. Mai/2007. p. 9-23.

_____. **Pátria, imprensa e mercadoria**: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O., VAINER, C. e MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. 3ª. Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

VELTZ, P. Hierarquias e Redes: na organização da produção e do território. In: BENKO, G. e LIPIETZ, A. (org.). **As Regiões Ganhadoras – distritos e redes**: os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Celta Editora, 1994.

VILPOUX, O. F. **Competitividade da mandioca no Brasil como matéria-prima para o amido**. Revista Informações Econômicas. São Paulo. V 38. N. 11. Nov/2008. p. 27-38.

VIEIRA, S. L. e ALBUQUERQUE, M. G. M., **Política e planejamento educacional**. 2ª Ed. Fortaleza, CE: Edições Demócrito Rocha, 2001.

ANEXOS



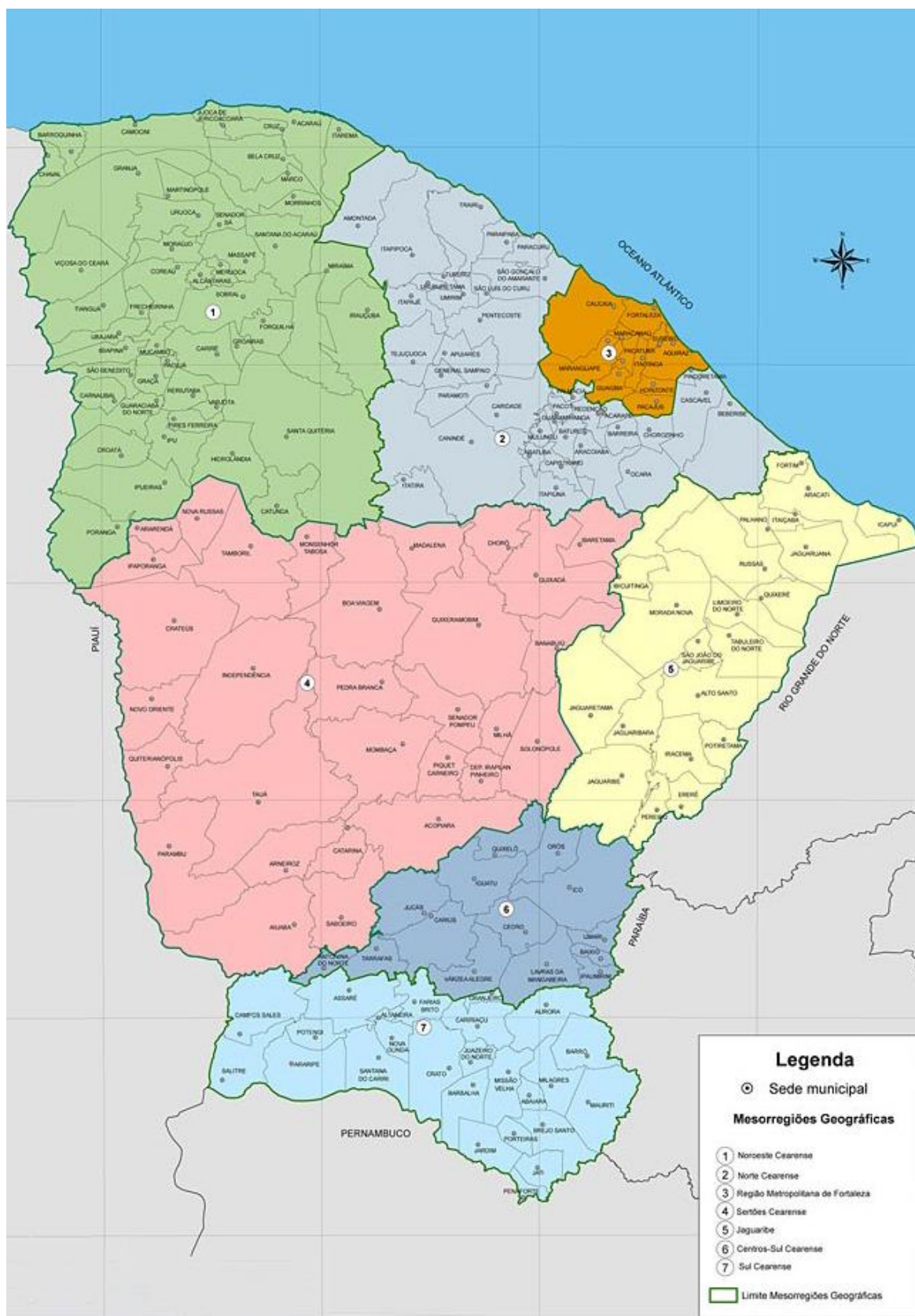
Fonte: CAVALCANTI (2008, p. 72)

FIGURA I – CEARÁ: ESTRADAS E CAMINHOS DAS BOIADAS

QUADRO I – PRINCIPAIS ESTRADAS E CAMINHOS DO CEARÁ COLONIAL

ESTRADA	PONTO DE PARTIDA	PONTO DE CHEGADA	PERCUROS E PRINCIPAIS VILAS
Estrada das Boiadas	Fronteira com Rio Grande do Norte e Paraíba	Região dos Inhamuns na divisa com o Piauí	Passava por fazendas e vilas do Centro-Sul do Estado: Icó, Iguatu, Jucás, Saboeiro, Arneiroz e Tauá.
Estrada das Boiadas Novas	Pernambuco	Sertão Central do Ceará	Formava um grande arco beirando o mar pernambucano passando pelos estados de Paraíba e Rio Grande do Norte entrando no Ceará pela Serra do Pereiro. Findava na vila de Quixeramobim se bifurcando a caminho de Sobral e de Crateús.
Estrada Geral do Jaguaribe	Foz do rio Jaguaribe em Aracati	Divisa com o estado do Pernambuco	Seguia o leito do rio passando por Russas, Jaguaribe indo até a vila de Icó onde alcançava o rio Salgado seguindo-o até o sul do estado transpondo a Chapada do Araripe.
Estrada Caiçara	Sertão Central	Porto do rio de Acaraú, litoral leste do estado	Partia de Quixeramobim, passando por Santa Quitéria, Sobral, Santana do Acaraú
Estrada Crato-Oeiras	Crato, na Região do Cariri, sul do estado	Oeiras, no sertão piauiense	Segue sentido longitudinal passando por Campos Sales, Picos já no Piauí até chegar a Oeiras. Encurtava o caminho entre o Piauí e Recife passando pelo Cariri.
Estrada Crato-Piancó	Crato	Patos, no sertão paraibano	Também no sentido longitudinal, passando por Piancó na Paraíba, Mauriti e Missão Velha até chegar em Crato. Junto com a Estrada Crato-Oeiras fazia conexão com as demais por sua ligação com a vila de Icó através do ramo da Estrada Geral do Jaguaribe.

Fonte: Elaboração própria a partir de SOUZA (2007) e Lima (2008).



Fonte: IPECE (2013)

FIGURA II – CEARÁ: DIVISÃO EM MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS

**QUADRO II – REGISTRO DE INFLUENCIA DAS CIDADES: CARACTERÍSTICAS
(1966, 1978, 1993 E 2007)**

	Divisão do Brasil em Regiões Funcionais e Urbanas	Regiões de Influências das Cidades	Regiões de Influências das Cidades	Regiões de Influências das Cidades
ANO	Coleta: 1966; Publicação: 1972	Coleta: 1978; Publicação: 1987	Coleta: 1993; Publicação: 2000	Coleta: 2007; Publicação: 2008
OBJETIVO	Fins de ação administrativa promovida pelo regime autoritário	Estabelecer uma classificação hierárquica para os centros, delimitando suas áreas de atuação	Continuação e atualização da classificação e da delimitação	
PROPOSIÇÃO DE MODELO (EMBASAMENTO TEÓRICO)	Haggett e Chorley que consiste em uma estrutura simplificada com características e relações mais generalizadas.	Teoria das Localidades Centrais de Walter Cristaller, que considera os centros a partir da distribuição varejista e de prestação de serviços em determinado território	Também embasado na Teoria dos Lugares Centrais	Acrescenta à noção de lugares centrais, a perspectiva de centro de gestão do território.
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	Aplicação de questionários em municípios, obtendo: - Contagem de relacionamentos entre centros urbanos; - Referência a três setores de atividades (fluxos agrícolas, bens e serviços para economia e bens e serviços para a população)	Pequenas alterações de cunho metodológico para captar as mesmas informações sob a denominação de lugares centrais.	Manutenção da metodologia	- considerou a oferta de serviços de gestão pública e privada (órgãos do Estado. Sedes de empresas e equipamentos de serviços)

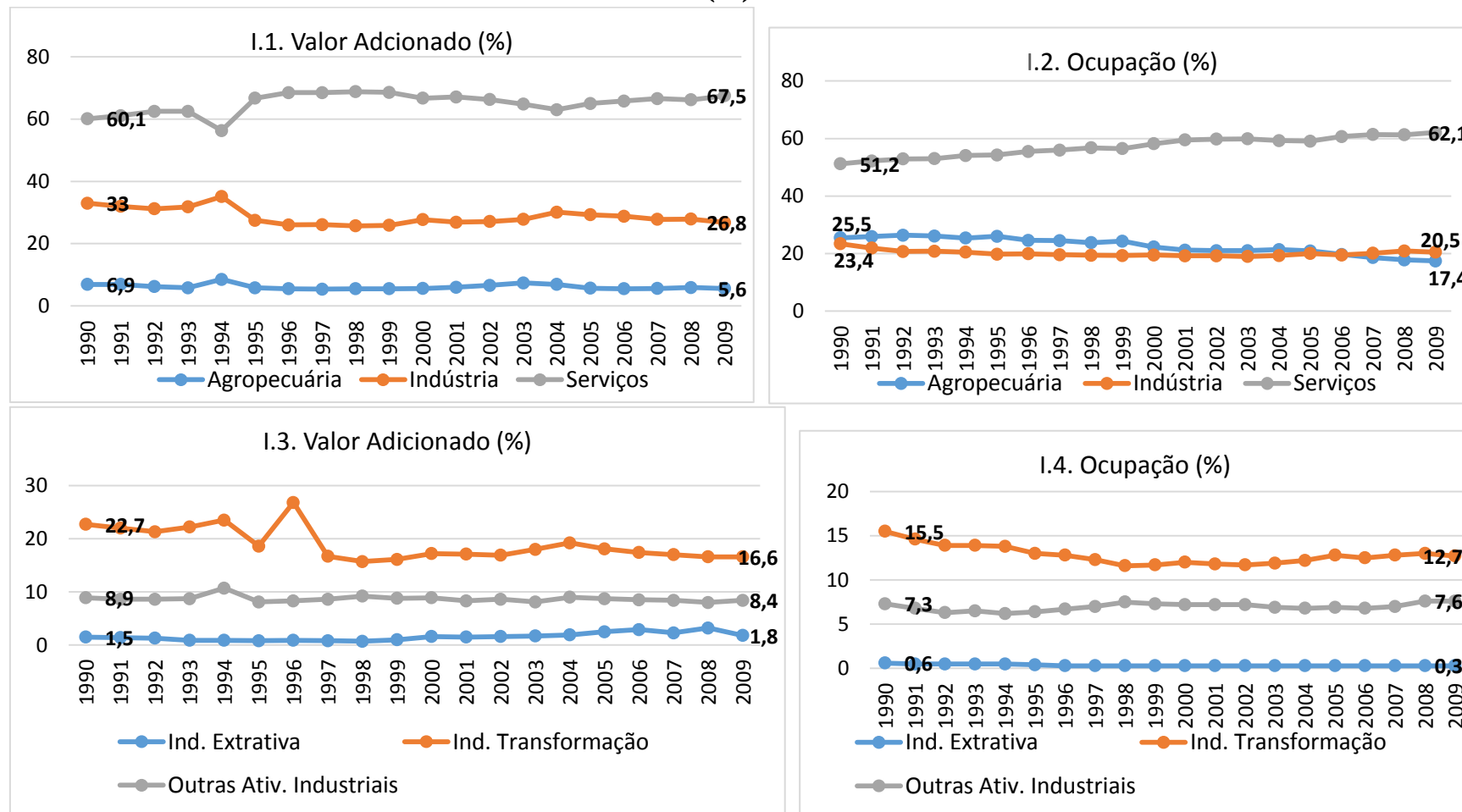
Fonte: Elaboração a partir dos REGIC's (1972, 1987, 1993, 2007)

TABELA I – BRASIL: EVOLUÇÃO DA CRIAÇÃO DE MUNICÍPIOS 1940-2010

	No de municípios	Incremento em relação ao período anterior (%)
1940	1.574	-
1950	1.890	20,1
1960	2.765	46,3
1970	3.959	43,2
1980	3.992	0,8
1990	4.491	12,5
2000	5.507	22,6
2010	5.565	1,1

Fonte: IBGE (2011)

GRÁFICO I – BRASIL: PARTICIPAÇÃO NO VALOR ADICIONADO E NA OCUPAÇÃO DOS GRANDES SETORES E DOS SETORES INDUSTRIAIS 1990-2009 (%)*



Fonte: Elaboração a partir de dados das Contas Nacionais IBGE.

TABELA II – REGIÕES E ESTADOS SELECIONADOS: INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS (%) (BRASIL=100)

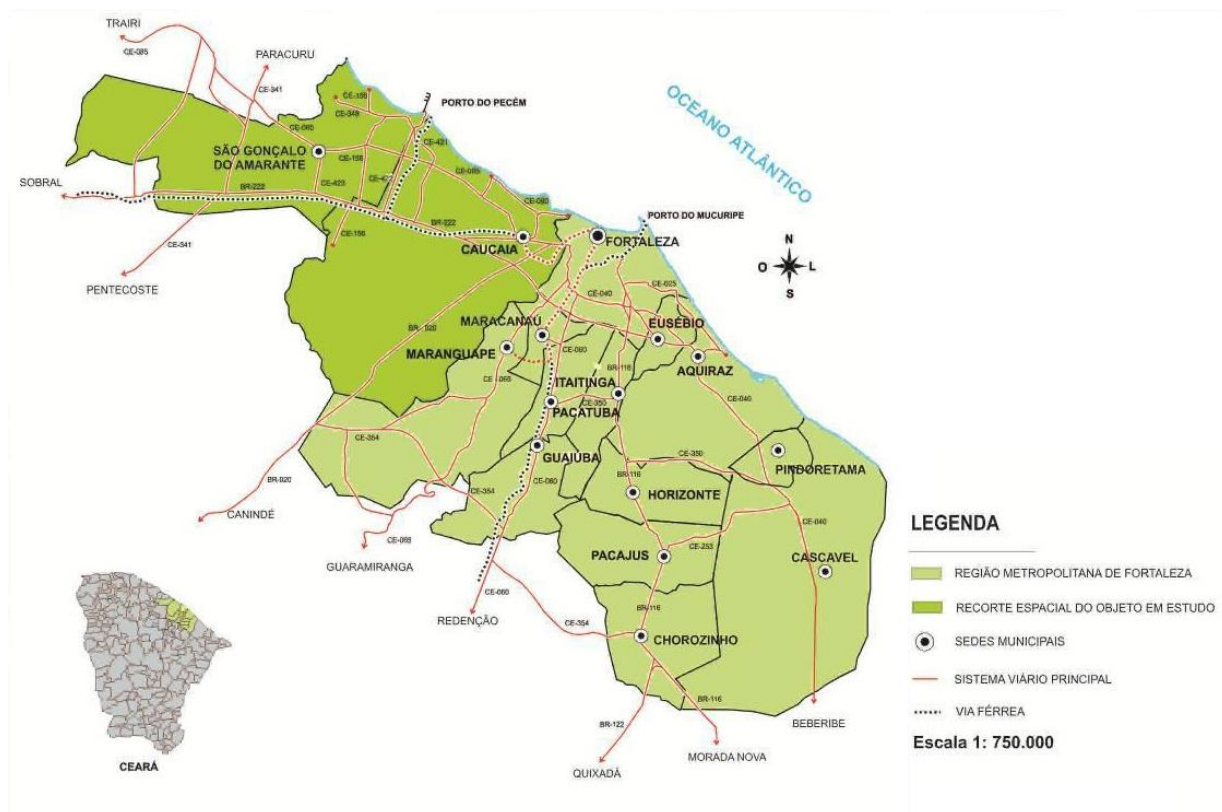
	PIB AGROPEC.			PEA AGRÍCOLA			LAVOURAS PERMAN. (mil ha.)			LAVOURAS TEMP. (mil ha.)		
	1990	2000	2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010
Norte	11,49	8,2	10,0	8,6	10,03	11,8	6,5	8,6	8,3	3,3	4,5	3,8
Nordeste	18,85	18,8	17,1	41,5	43,09	41,1	37,5	37,2	39,8	22,3	20,2	16,8
Maranhão	1,91	3,0	4,1	6,4	7,2	6,1	0,4	0,5	0,6	3,5	2,7	2,9
Piauí	5,60	1,1	0,7	3,1	3,3	2,9	4,4	2,4	2,8	2,6	1,7	1,8
<u>Ceará</u>	<u>2,60</u>	<u>2,7</u>	<u>1,7</u>	<u>5,7</u>	<u>6,0</u>	<u>5,6</u>	<u>7,9</u>	<u>7,3</u>	<u>8,2</u>	<u>3,8</u>	<u>3,2</u>	<u>2,1</u>
R.G. do Norte	1,99	0,4	0,7	1,7	1,7	1,6	3,4	2,4	2,5	0,6	0,7	0,3
Paraíba	1,52	1,3	0,7	3,0	3,2	3,0	2,7	0,8	0,9	2,1	1,3	0,7
Pernambuco	3,19	1,8	2,1	5,4	5,6	5,6	1,6	1,2	1,5	2,6	2,3	1,7
Alagoas	0,66	1,9	0,9	2,6	2,7	2,4	0,3	0,4	0,4	1,7	1,5	1,0
Sergipe	0,64	0,5	0,6	1,2	1,4	1,5	1,3	1,7	1,7	0,4	0,5	0,6
Bahia	0,74	6,2	5,7	12,4	12,1	11,7	15,4	20,3	21,2	5,0	6,4	5,7
Sudeste	35,46	31,2	29,9	24,6	23,0	23,0	44,2	44,6	43,6	19,6	17,6	18,3
São Paulo	20,25	8,6	11,3	8,3	6,9	7,0	20,1	16,4	16,2	10,5	10,3	11,5
Sul	26,66	26,0	25,5	19,3	18,2	17,6	8,9	7,3	6,7	39,0	35,9	32,0
Centro-Oeste	7,54	15,7	17,4	6,0	5,7	6,5	2,9	2,2	1,6	15,8	21,8	29,1

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal – PAM (1990, 2000 e 2010); PIB's Regionais e Censos Demográficos para PEA Agrícola

TABELA III – REGIÕES E ESTADOS SELECIONADOS: INDICADORES DE PARTICIPAÇÃO NA PECUÁRIA (%)
(BRASIL=100)

	EFETIVO DE BOVINOS			EFETIVO DE SUÍNOS			EFETIVO DE CAPRINOS			EFETIVO DE OVINOS			EFETIVO DE AVES			PRODUÇÃO DE LEITE (mil litros)		
	1990	2000	2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010
Norte	9,1	14,4	20,1	11,2	8,3	4,1	2,0	1,4	1,8	1,3	2,4	3,4	4,9	3,5	2,2	3,8	5,3	5,7
Nordeste	17,8	13,3	13,7	28,8	22,6	15,9	89,8	93,5	90,8	38,5	52,5	56,7	18,7	13,4	11,3	14,1	10,9	13,0
Maranhão	2,7	2,4	3,3	9,0	5,9	3,3	4,6	3,6	4,0	1,0	1,0	1,3	2,5	1,4	0,7	0,9	0,8	1,2
Piauí	1,3	1,0	0,8	5,0	4,4	2,4	16,8	15,7	14,9	6,1	9,4	8,0	1,5	1,1	0,8	0,4	0,4	0,3
Ceará	<u>1,8</u>	<u>1,3</u>	<u>1,2</u>	<u>4,1</u>	<u>3,2</u>	<u>3,0</u>	<u>9,4</u>	<u>8,5</u>	<u>11,0</u>	<u>7,3</u>	<u>10,9</u>	<u>12,1</u>	<u>4,2</u>	<u>2,5</u>	<u>2,1</u>	<u>2,0</u>	<u>1,7</u>	<u>1,4</u>
R.G. do Norte	0,7	0,5	0,5	0,51	0,4	0,5	2,33	3,5	4,4	1,66	2,64	3,36	0,5	0,5	0,4	0,7	0,7	0,7
Paraíba	0,9	0,6	0,6	0,89	0,4	0,4	4,28	5,6	6,4	1,90	2,33	2,49	0,99	0,9	0,8	1,1	0,5	0,7
Pernambuco	1,3	0,9	1,1	1,8	1,2	1,1	12,0	15,0	18,6	3,4	5,1	9,3	3,3	2,9	2,7	2,2	1,5	2,9
Alagoas	0,6	0,5	0,6	0,3	0,3	0,4	0,6	0,5	0,7	0,7	0,7	1,2	0,5	0,4	0,6	1,0	1,1	0,8
Sergipe	0,7	0,5	0,5	0,3	0,3	0,3	0,3	0,1	0,2	1,0	0,7	1,0	0,5	0,5	0,4	0,7	0,6	1,0
Bahia	7,8	5,6	5,0	7,0	6,4	4,5	39,5	41,0	30,6	15,4	19,8	18,0	4,6	3,3	2,7	5,1	3,7	4,0
Sudeste	24,7	21,7	18,3	18,1	17,6	18,3	3,0	2,2	2,5	2,0	2,7	4,5	31,3	30,2	28,7	47,8	43,4	35,6
São Paulo	8,3	7,7	5,3	6,0	6,0	4,3	0,9	0,8	0,7	1,2	1,6	2,7	17,2	17,3	17,9	13,5	9,4	5,2
Sul	17,2	15,5	13,3	31,6	42,6	47,9	3,8	1,9	3,7	56,3	37,7	28,1	40,0	45,1	47,4	22,5	24,8	31,3
Centro-Oeste	31,2	35,1	34,6	10,3	8,9	13,8	1,3	0,9	1,2	2,0	4,7	7,3	5,1	7,9	10,4	11,7	15,6	14,5

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – PPM (1990, 2000 e 2010)



Fonte: TELES (2013, p. 8)

FIGURA III – COMPLEXO INDUSTRIAL DIVISÃO EM MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS

TABELA IV – MESORREGIÕES CEARENSES: NÚMERO DE EMPREGOS FORMAIS POR SETORES DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO 1990-2010.

	NOROESTE			NORTE			METROPOLITAN A			SERTÕES			JAGUARIBE			CENTRO SUL			SUL		
	199 0	200 0	2010	199 0	2000	201 0	1990	2000	2010	199 0	2000	201 0	199 0	2000	201 0	199 0	2000	2010	199 0	2000	2010
Minerais não metálicos	842	869	959	673	1119	9	2683	3049	4885	46	177	221	861	1444	1	6	244	472	1	730	1774
Metalurgia	40	45	198	26	447	447	5265	4824	12157	0	128	200	2	8	93	0	98	162	84	373	1168
Metal mecânica	4	4	17	52	302	302	1482	1845	3682	0	1	3	2	30	53	0	31	216	56	401	410
Material eletríc. e de comunicação.	0	2	1	12	1	1	1364	1306	1871	0	0	5	0	1	3	0	0	8	13	0	6
Material de transp.	0	37	14	3	117	117	741	1157	3342	0	6	13	0	0	264	0	0	173	4	8	270
Madeira e mobiliário	72	687	1281	99	135	135	2983	3079	4774	33	52	99	35	362	440	0	397	1016	186	279	321
Papel, papelão e editorial	35	75	449	16	327	327	3544	3969	6918	20	31	38	9	28	126	0	26	86	81	191	415
Borracha, fumo, couros, peles e diversas	429	115	136	580	1483	3	3536	2021	3953	5	2	12	0	181	28	0	9	93	890	986	2001
Prod. farmacêuticos	57	134	334	172	365	365	4917	5271	10435	17	11	98	19	32	92	0	81	45	213	461	1721
Têxtil e vestuário	929	632	1140	473	1611	1	5	6	66295	201	526	166	139	411	824	97	176	171	193	621	799
Calçados	0	905	20959	158	6099	609	1141	8419	20599	28	52	163	0	2304	428	0	1098	1682	356	4771	8304
Alimentos e bebidas	187	414	2083	485	4524	452	2056	1935	31561	153	191	480	735	987	198	8	235	185	746	1139	1517

Fonte: MTE-RAIS.

TABELA V – GRANDES REGIÕES: TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DOS EMPREGOS FORMAIS NOS SETORES DE SERVIÇOS 1990-2010 (%)

	NORTE			NORDESTE			SUDESTE			SUL			CENTRO-OESTE		
	1990	2000	2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010	1990	2000	2010
Serviço Utilidade Pública	1,1	1,6	1,3	-1,0	2,9	0,9	-0,6	3,1	1,2	-1,6	4,6	1,4	-5,4	4,8	-0,5
Comercio Varejista	6,1	9,7	7,9	4,5	8,0	6,3	3,7	6,3	5,0	3,5	7,0	5,2	6,1	8,2	7,2
Comercio Atacadista	4,6	10,2	7,4	2,7	8,6	5,6	1,1	6,6	3,8	1,3	7,3	4,3	5,7	6,8	6,2
Instituição Financeira	-5,0	5,3	0,0	-5,9	4,0	-1,1	-2,8	3,2	0,1	-4,2	3,5	-0,4	-2,3	4,8	1,2
Adm Técnica Profissional	5,8	7,8	6,8	4,6	8,7	6,6	4,9	5,0	4,9	1,2	6,4	3,7	5,5	6,9	6,2
Transporte e Comunicações	3,9	6,0	4,9	3,8	4,3	4,0	2,6	5,0	3,8	3,2	5,8	4,5	3,9	6,6	5,3
Aloj e Alim	0,3	7,3	3,8	-0,1	5,6	2,7	-0,7	4,8	2,0	-0,1	4,4	2,2	1,5	5,5	3,5
Médicos Odontológicos															
Vet	13,3	5,0	9,1	7,8	5,2	6,5	10,1	4,8	7,4	7,9	4,7	6,3	6,5	4,0	5,3
Ensino	18,5	10,2	14,3	11,1	7,1	9,1	14,6	4,7	9,5	22,8	5,4	13,8	26,2	1,0	12,9
Administração Pública	3,6	8,1	5,8	1,9	5,0	3,5	1,6	3,7	2,6	2,1	2,6	2,3	3,8	3,6	3,7
Total	4,0	8,0	6,0	2,6	6,1	4,3	2,6	4,9	3,8	2,3	5,1	3,7	4,4	5,1	4,8

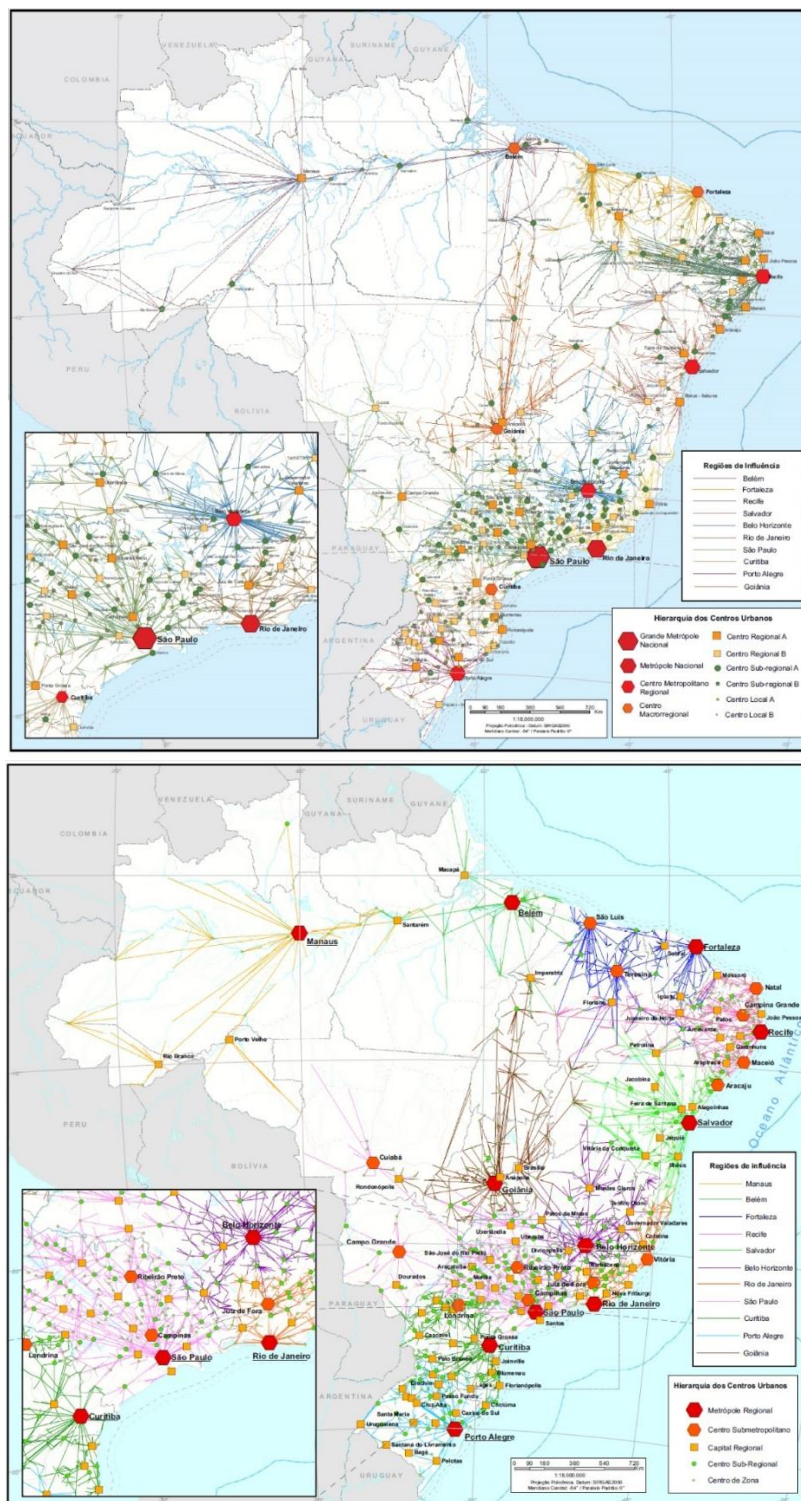
Fonte: MTE-RAIS

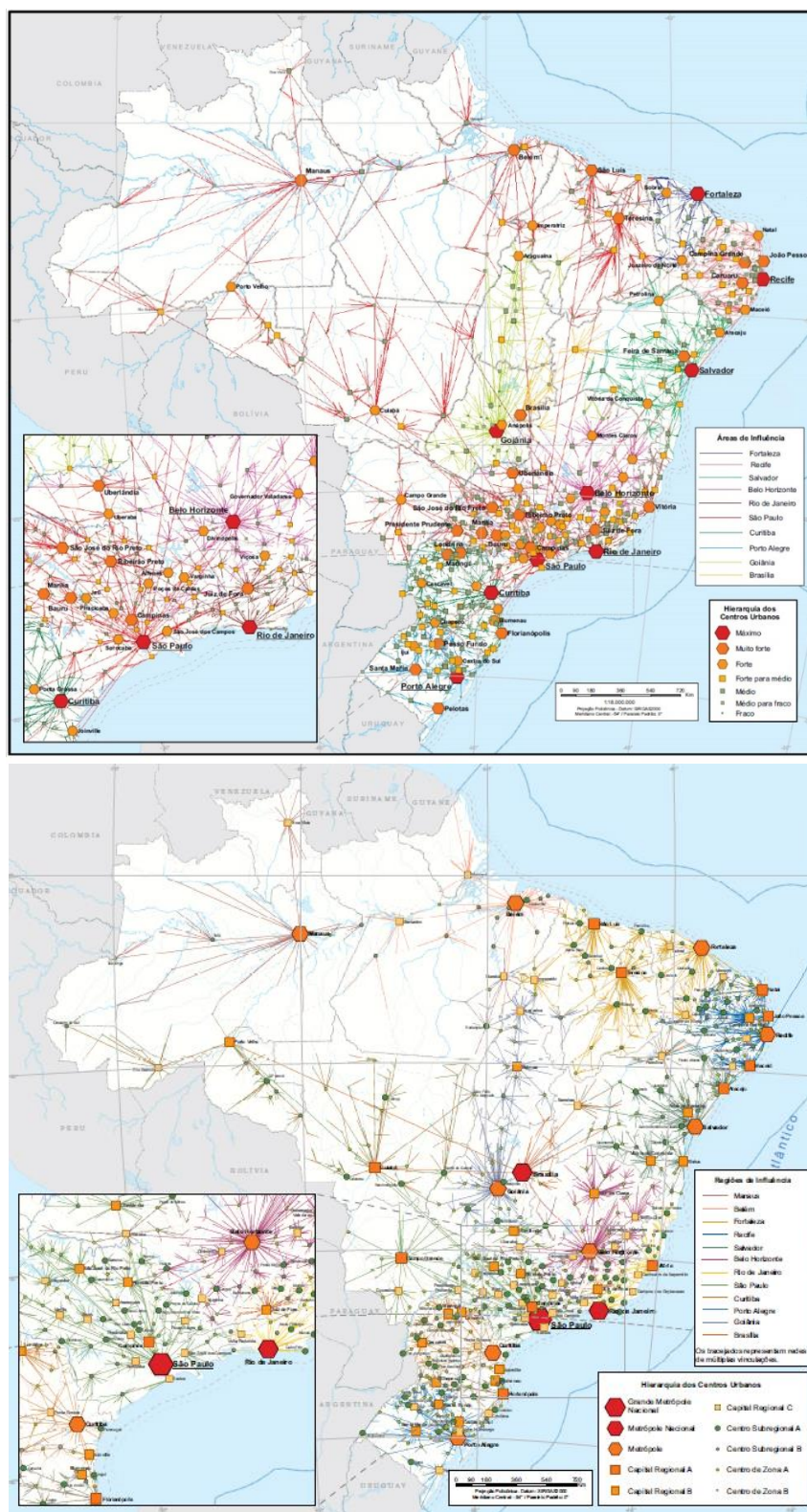
TABELA VI - CEARÁ E MESORREGIÕES CEARENSES: TAXA DE CRESCIMENTO DAS ATIVIDADES TERCIÁRIAS (%) 2000-2010.

	Noroeste Cerense	Norte Cerense	Metropolitana de Fortaleza	Sertões Cearenses	Jaguaribe	Centro Sul Cearense	Sul Cearense	CEARÁ
Eletricidade e gás	7,2	8,1	1,2	7,1	6,9	8,3	5,5	3,9
Água e esgoto	18,0	14,2	17,6	20,0	17,9	13,8	22,7	17,8
Comercio	3,5	4,1	4,0	3,9	3,4	4,1	3,7	3,9
Transporte	-0,6	0,3	2,8	0,2	-0,3	-0,1	0,7	1,5
Alojamento	4,6	8,7	1,1	8,0	5,8	1,8	3,6	2,7
Alimentação	-1,8	-0,8	4,5	-1,4	0,0	-3,8	-0,1	1,8
Informação e comunicação	4,0	6,3	10,5	-1,5	0,5	-0,7	8,2	8,5
Atividades financeiras e seguros	10,4	21,1	4,3	13,4	15,4	5,1	7,1	6,0
Atividades imobiliárias	3,9	16,5	3,0	6,4	6,4	-2,1	0,6	3,2
Ativ. Administrativas e serv complementares	27,4	26,7	19,1	19,8	29,2	20,5	23,9	20,4
Ativ. profis, científ. e téc.	-4,4	-8,2	-2,2	-6,7	-7,8	-4,0	-5,5	-3,4
Admin. pública, defesa e seguridade social	3,2	3,6	3,3	2,5	2,1	0,3	4,8	3,2
Educação	2,0	2,2	2,3	1,1	1,4	1,9	2,6	2,1
Saúde e serviços sociais	6,8	7,9	3,9	7,8	7,2	8,0	6,1	5,1
Artes, culturas e esportes	-4,6	-5,1	-0,5	-2,3	-9,0	-5,3	-5,5	-2,5
Serviços domésticos	3,1	3,2	2,5	2,7	1,3	2,0	2,4	2,6
Outras ativ. de serviços	-2,0	-0,7	1,1	-2,6	-4,6	-3,3	-2,6	-0,4
Eletricidade e gás	7,2	8,1	1,2	7,1	6,9	8,3	5,5	3,9

Fonte: Censos Demográficos (2000; 2010)

FIGURA IV – BRASIL: REDE DE INFLUÊNCIAS DE CIDADES 1972, 1983, 2000 E 2007.





Fonte: IBGE (2007)

TABELA VII – CEARÁ: ENTRADA DE CAPITAL ESTRANGEIRO DIRETO SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS (mil US\$ e %) 2001-2007.

	2001		2002		2003		2004		2005		2006		2007	
	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%
Petróleo e Energia	3,1	0,63	213,0	40,35	654,4	81,66	958,8	82,32	1078,2	85,51	786,5	80,18	90,8	16,63
Alimentos e Bebidas	54,1	11,03	35,4	6,71	11,9	1,49	12,7	1,09	0,0	0,00	3,6	0,37	2,4	0,45
Agrícola e Agroindústria	61,6	12,56	18,3	3,47	36,1	4,51	24,8	2,13	41,6	3,30	6,3	0,64	15,5	2,85
Industria	161,6	32,95	95,5	18,08	58,7	7,32	128,3	11,02	95,2	7,55	56,4	5,75	22,2	4,07
Turismo e Imobiliário	10,4	2,11	18,5	3,50	21,0	2,62	15,6	1,34	29,8	2,37	37,6	3,84	153,8	28,15
Equip. Elét. e Hospitalares	5,7	1,16	2,4	0,46	8,2	1,02	2,6	0,22	4,4	0,35	3,5	0,36	0,3	0,06
Financeiro	180,5	36,79	132,2	25,04	7,6	0,95	6,7	0,58	0,0	0,00	56,2	5,73	234,0	42,85
Outros	13,6	2,77	12,6	2,40	3,5	0,44	15,1	1,30	11,7	0,93	30,8	3,14	27,0	4,94
TOTAL	490,7	100,0	528,0	100,0	801,3	100,0	1164,6	100,0	1260,9	100,0	980,9	100,0	546,3	100,0

Fonte: Organização a partir de SILVA (2013, p. 152-153)

TABELA VIII – MESORREGIÕES CEARENSES: TAXA DE CRESCIMENTO NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTO DO SETOR DE SERVIÇOS (%) 1990-2010

		Noroeste	Norte	Metrop.	Sertões	Jaguaribe	C. Sul	Sul
Serviço Utilidade Pública	2000/1990	8,7	13,5	42,8	13,3	19,0	18,4	19,0
	2010/2000	-17,2	-15,8	-20,2	-13,1	-17,3	-18,4	-19,3
Comercio Varejista	2000/1990	-30,5	-27,2	-39,0	-28,2	-31,7	-21,9	-36,8
	2010/2000	74,0	71,6	87,9	63,1	74,8	67,0	84,5
Comercio Atacadista	2000/1990	31,9	45,9	28,4	32,3	31,5	44,4	30,1
	2010/2000	-20,6	-25,6	-13,8	-25,4	-23,0	-23,6	-19,2
Instituição Financeira	2000/1990	0,9	1,3	21,2	-2,0	3,6	11,9	9,7
	2010/2000	2,4	4,2	-8,4	3,6	0,0	-5,4	-6,3
Adm Téc. Profissional	2000/1990	7,2	8,8	8,3	2,3	6,6	11,6	6,6
	2010/2000	7,6	11,5	5,1	9,0	8,7	14,6	8,3
Transp. e Comunic.	2000/1990	11,3	13,5	13,4	10,2	8,3	13,3	8,0
	2010/2000	2,1	7,7	7,0	4,1	8,7	3,4	7,0
Aloj e Alim.	2000/1990	8,4	10,4	7,0	7,8	4,1	15,1	6,9
	2010/2000	8,7	8,7	5,2	5,9	9,8	5,3	6,4
Médicos	2000/1990	13,4	13,3	18,6	15,9	10,8	23,6	14,3
Odontológicos Vet	2010/2000	3,6	6,1	1,9	3,4	5,2	3,1	1,3
Ensino	2000/1990	46,5	29,2	14,1	23,9	40,0	25,9	24,8
	2010/2000	1,7	7,4	3,1	8,7	6,4	8,2	6,3
Administração Pública	2000/1990	2,5	4,0	0,3	4,6	1,8	5,2	2,4
	2010/2000	2,8	1,8	2,0	3,6	1,8	2,5	0,4
Total	2000/1990	8,5	10,5	8,8	6,7	8,1	16,3	7,8
	2010/2000	8,2	9,6	5,0	7,7	7,4	7,6	6,6

Fonte: MTE/RAIS

TABELA IX – CEARÁ: 20 MAIORES PRODUTOS DA PAUTA DE EXPORTAÇÃO EM 2010 (US\$ F.O.B.)

	US\$ F.O.B.	% das X's Estaduais
Castanha de caju,fresca ou seca,sem casca	182.015.701	14,34
Outs.calç.cobr.tornoz.part.sup.borr.,plást.	130.402.760	10,27
Outs.calçads.sol.ext.borr./plást.couro/nat.	121.484.074	9,57
Calçados de borracha/plast.c/parte super.em t	98.731.645	7,78
Outs.couros/peles,int.bovinos,prepars.etc.	86.875.468	6,84
Melões frescos	74.259.055	5,85
Outras lagostas,congeladas,exceto as inteiras	58.661.584	4,62
Ceras vegetais	43.629.881	3,44
Outs.couros/peles,int.bovinos,pena fl.prepars	34.260.407	2,7
Consumo de bordo - combustíveis e lubrif.p/em	31.947.210	2,52
Couros/peles,bovinos,prepars.divid.c/a flor	30.265.471	2,38
Sucos de outras frutas,prods.hortícolas	26.856.797	2,12
Outs.calçads.sola ext./cour.nat.cobr.torn.	24.465.042	1,93
Tecido de algodão>=85%,fio color.denim,indigo	23.302.415	1,84
Partes de outros motores/geradores/grupos ele	13.535.201	1,07
Complementos alimentares	13.473.661	1,06
Consumo de bordo - combustíveis e lubrif.p/ae	12.442.144	0,98
Tecido algodão<85%,indigo blue/fibra sint/art	12.429.835	0,98
Aparelhos p/cozinhar/aquecer,de ferro,etc.com	11.531.834	0,91
Bananas frescas ou secas	11.199.405	0,88
	1.041.769.590	60,02

Fonte: SECEX/MDIC

TABELA X – CEARÁ: 20 MAIORES PRODUTOS DA PAUTA DE EXPORTAÇÃO EM 2005 (US\$ F.O.B.)

	US\$ F.O.B.	% das X's Estaduais
Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	136.506.184	14,67
Outs. couros/peles, int. bovinos, pena fl. preparas	99.776.419	10,72
Outros calçados de couro natural	75.689.854	8,13
Calçados de borrachas/plast. c/ parte superior em tecidos	60.838.038	6,54
Camarões inteiros congelados, exceto “krill”	57.069.881	6,13
Tecido de algodao>=85%,fio color.denim,indigo	54.384.004	5,84
Outras lagostas,congeladas,exceto as inteiras	44.004.983	4,73
Melões frescos	34.476.627	3,71
Ceras vegetais	21.284.599	2,29
Outros freios e suas partes,p/tratores/veic.a	14.016.169	1,51
Outs. calçados de matéria têxtil, sola de borracha	13.340.050	1,43
Calçados p/ outros esportes, de borracha ou plas.	12.198.242	1,31
Barras de ferro/aço, lamin. quente, dentadas, etc	11.902.715	1,28
Outs. couros/peles int. bovinos, preparados	10.859.298	1,17
Outras obras de couro natural ou reconstituído	10.070.558	1,08
Outros calçados de couro natural, Cobrindo outros calçados de couro natural, cobrindo o t	9.567.611	1,03
Outros calçados de borracha ou plástico	9.512.916	1,02
Tecido algodao<85%,indigo blue/fibra sint/art	9.382.155	1,01
Prod.s semimanufat.de ferro/aco,n/ligados,carb	9.358.174	1,01
Fio algodao>=85%,simples,fibra pent.232.56d<=	8.641.186	0,93
	702.879.663	75,54

Fonte: SECEX/MDIC

TABELA XI – CEARÁ: 20 MAIORES PRODUTOS DA PAUTA DE EXPORTAÇÃO EM 2000 (US\$ F.O.B.)

	US\$ F.O.B.	% das X's Estaduais
Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca	137.479.200	27,77
Outros couros, peles de bovino/equino, preparados em plena flor	45.529.573	9,2
Tecidos de algodão =85%, fio coloridos, denim, índigo, p>200g/m2	42.682.259	8,62
Lagostas (palinurus, palinurus e jasus) congeladas	35.433.647	7,16
Outros calçados de couro natural	30.993.352	6,26
Calçados de borracha plast. c/ parte superior em tiras, etc.	29.488.725	5,96
Camarões congelados	20.381.566	4,12
Ceras vegetais	19.560.615	3,95
Consumo de bordo – combustíveis e lubrificantes para embarcações	9.661.436	1,95
Outros calçados de couro natural, cobrindo o tornozelo	8.044.320	1,62
Tecido de algodão>=85%, tinto, ponto sarjado, peso>200g/m2	7.832.889	1,58
Fio de fibras poliésteres com algodão	7.449.892	1,5
Fio de algodão=85%, cru, simpl. fibra pent.192.3d<=t<232.56d	6.799.626	1,37
Sucos e extratos de outros vegetais	5.603.807	1,13
Fio de algodão>=85%, simples, fibra pent.232.56d<=t<714.29d	5.521.359	1,12
Outros calçados impermeav. de borracha plástica sem costura	4.906.144	0,99
Outros couros e peles, de bovinos/equídeos, Curtidos e recortados	4.507.661	0,91
Aparelhos p/ cozinhar, aquecer, de ferro, etc, combustíveis a gás	4.225.562	0,85
Outros calçados de couro natural e sola exterior de couro	4.100.818	0,83
Outros freios e suas partes p/ tratores, veículos e automóveis	3.387.563	0,68
Demais produtos	433.590.014	5

Fonte: SECEX/MDIC

TABELA XII – CEARÁ: 20 MAIORES EMPRESAS EXPORTADORAS EM 2010.

	US\$ F.O.B.	% das X's Estaduais
Grendene S.A.	180.369.035	14,21
Cascavel Couros Ltda.	127.720.614	10,06
Paqueta Calçados Ltda.	123.368.553	9,72
Vicunha Têxtil S/A	67.395.320	5,31
Agrícola Cajazeira Ltda.	56.551.796	4,45
Vulcabras do Nordeste S/A	44.937.242	3,54
Iracema Indústria e Comercio de Castanhas de Caju	43.291.978	3,41
Calçados Aniger do Nordeste Ltda.	38.949.071	3,07
Cia. Industria de Óleos do Nordeste Cione	37.739.208	2,97
Bermas Maracanaú Industria e Comercio de Couro	37.087.652	2,92
Companhia Brasileira de Resinas - RESIBRAS	35.215.341	2,77
Petróleo Brasileiro S A PETROBRAS	33.887.510	2,67
Casacaju Agroindustrial S A	28.510.554	2,25
Usibras Usina Brasileira de Óleos e Castanha Ltda.	25.229.307	1,99
Amêndoas do Brasil Ltda.	22.103.220	1,74
Fazenda Amway Nutrilife do Brasil Ltda	18.068.076	1,42
Carnaúba do Brasil Ltda.	15.514.019	1,22
Intermelon Comercial Exportadora e importadora	15.202.122	1,20
Paraipaba Agroindustrial Ltda.	14.821.375	1,17
MM Monteiro Pesca e Exportação Ltda.	14.569.990	1,15
Demais Empresas	288.966.568	22,77

Fonte: SECEX/MDIC